

Lugar de Memórias

A construção e a interpretação dos processos de patrimonialização cultural por movimentos sociais culturais em Estrela do Sul – MG.



Lugar de Memórias:

a construção e a interpretação dos processos de patrimonialização cultural por movimentos sociais culturais em Estrela do Sul – MG.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo – PPGAU – da Faculdade de Arquitetura, Urbanismo e Design – FAUeD – da Universidade Federal de Uberlândia – UFU/MG como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Área de concentração: Arquitetura e Urbanismo

Linha de pesquisa: Arquitetura e Cidade: Teoria, História e Conservação

Orientadora: Prof.^a Dr^a. Marília Maria Brasileiro Teixeira Vale

Uberlândia - MG
2º semestre de 2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

A958L
2018

Ávila, André Luiz Borges de, 1987-

Lugar de Memórias [recurso eletrônico] : a construção e a interpretação dos processos de patrimonialização cultural por movimentos sociais culturais em Estrela do Sul – MG / André Luiz Borges de Ávila. - 2018.

Orientadora: Marília Maria Brasileiro Teixeira Vale.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo.

Modo de acesso: Internet.

Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.di.2018.1437>

Inclui bibliografia.

Inclui ilustrações.

1. Arquitetura. 2. Patrimônio cultural - Estrela do Sul (MG). 3. Movimentos sociais. 4. Aculturação. 5. Memórias. 6. Política cultural. I. Vale, Marília Maria Brasileiro Teixeira (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. III. Título.

CDU: 72

Rejâne Maria da Silva – CRB6/1925



André Luiz Borges de Ávila

Defesa da dissertação de mestrado de André Luiz Borges de Ávila, intitulada: **Lugar de Memórias: a construção e a interpretação dos processos de patrimonialização cultural por movimentos sociais culturais em Estrela do Sul – MG**, orientado pela Profª. Drª. Marília Maria Brasileiro Teixeira Vale, apresentada à banca examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo – PPGAU – da Faculdade de Arquitetura, Urbanismo e Design – FAUeD – da Universidade Federal de Uberlândia – UFU/MG, em 29 de agosto de 2018.

Os membros da Banca Examinadora consideram o candidato _____.

Uberlândia, _____ de _____ de 2018

Banca Examinadora:

Profª. Drª. Marília Maria Brasileiro Teixeira Vale
(Orientadora – Universidade Federal de Uberlândia)

Profª. Drª. Eugenia Maria Azevedo Salomão
(Examinadora - Universidad Michoacana de San Nicolás de Hidalgo)

Prof. Dr. Marco Pasqualini de Andrade
(Examinador – Universidade Federal de Uberlândia)

Agradecimentos

Esse trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

O singelo gesto de agradecimento que procuro escrever nas linhas seguintes, certamente não captará a essência do que realmente isso significa.

Primeiramente, assim como faço em tudo na vida, coloco-me à disposição do trabalho perante Deus. Deus! Fonte primária de todas as coisas, energia que me move e que me faz ser centelha a evoluir no Universo.

Agradecer à família, laços de sangue, de consciência. Peças fundamentais em quem sou e, principalmente, como exerço a educação e formação ética e moral que recebi. Certeza de onde vim e para onde posso voltar. Aqueles que me deram a oportunidade do estudo, eu, filho de um ex garimpeiro e uma professora. À meus pais que, acima de tudo, se esforçaram por me manter sempre no caminho da retidão, não me fazendo esquecer a necessidade de expressar a empatia com o outro: Eurípedes e Neiva, meus exemplos de coragem, de lucidez, de leveza, de sabedoria. Às minhas irmãs, Letícia e Rafaella e minhas sobrinhas, Maria Júlia e Isabella, que entenderam as vezes que, por motivos outros, não pude estar em presença todo instante. Obrigado pela compreensão e generosidade! Vocês família, são meus diamantes, minha constelação particular na qual me apontam a direção a seguir.

Às pessoas que, de uma forma ou outra, contribuíram pelo meu crescimento, amigos e familiares, aqueles que já não mais existem nesse plano, mas na certeza de que sempre emanam boas energias, obrigado!

A trajetória profissional é sempre auxiliada pelos mestres. Aos professores da minha formação básica, do ensino médio e de graduação, dedico mais esse passo. Aos profissionais com quem já dividi experiências, exemplos de ética e de compromisso, obrigado!

À minha orientadora, Marília Vale, meu eterno obrigado! A troca de experiências, embora eu sempre estive mais apto a aprender do que ensinar, foi enriquecedora. Sua paciência em retirar as paixões pela cidade que viveu do aluno, permitindo a liberdade e autonomia para materializar em textos a emoção de escrever sobre esse lugar, tão importante pra mim, revelou-se como um salto imenso em minha visão crítica sobre o patrimônio cultural de Estrela do Sul e principalmente, reverberará sobre todo tema que me propuser estudar.

Meu obrigado à todas as pessoas que partilham do desejo de ver Estrela do Sul, com o brilho que ela merece! Aqui agradeço ainda a todos os membros dos grupos pioneiros no reconhecimento e pela luta na preservação patrimonial da cidade. Espero poder contribuir, pela reflexão proposta na dissertação, na construção de um futuro mais promissor.

Resumo

É notório a importância do patrimônio cultural na construção da identidade dos lugares. Ao tomar Estrela do Sul/MG – cidade que teve seu apogeu e declínio econômico no período diamantino do século XIX no antigo Sertão da Farinha Podre, atual Triângulo Mineiro – como objeto de pesquisa e considerando o patrimônio cultural remanescente de seus processos históricos, a dissertação apresentada dedica-se a compreender as ações de reconhecimento, valorização e patrimonialização de seus bens culturais, por movimentos sociais culturais locais. Pretende-se traçar a trajetória e culturalização das políticas culturais nacionais que reconheceram os processos participativos estabelecidos por movimentos sociais com foco naqueles que elevaram a cultura como ideologia política e elemento de transformação social. Estrela do Sul, se insere, na década de 1980, no contexto nacional. Movimentos sociais culturais surgidos na cidade nesse momento, buscaram em suas tradições e memória, reconhecer a paisagem e o lugar, fomentando ações que, paulatinamente foram incorporadas pelas gestões municipais e instituições locais de preservação, ao reconhecerem as experiências advindas do processo participativo de preservação e a sacralização de seus bens culturais valoradas e representantes da identidade local. Para tal, busca-se um caminho de análise que tenha como linha metodológica, as experiências de construção conceitual do patrimônio pelos grupos e movimentos e que evidencie o vínculo entre patrimônio, identidade e memória, as relações do homem com o meio natural, práticas recorrentes do discurso preservacionista amplificados pelos movimentos culturais e que, propicie múltiplas interpretações, realizadas através da utilização de um arcabouço teórico – com destaque para os conceitos de Lugares de Memória e Paisagem Cultural – que possibilite dinamizar a pesquisa de forma que os temas se inter-relacionem. Delineou-se ainda, em hipóteses iniciais que, de certa maneira, os movimentos culturais surgidos na cidade, perceberam o conceito de patrimônio cultural de Estrela do Sul, de forma fragmentada. Dessa forma, pretende-se que a dissertação final, consiga amarrar as “pontas soltas do novelo” e contribua para que esses patrimônios identificados sejam objetos de pesquisa posteriores e que através de políticas eficientes sejam preservados, que cumpram sua função enquanto elementos de transformação social, educativa e cultural.

Palavras-chave: Estrela do Sul, Movimentos Sociais Culturais, Paisagem Cultural, Patrimônio Cultural

Abstract

It is clear the importance of cultural heritage in the construction of identity of places. Taking Estrela do Sul/MG – city that had its heyday and economic decline in the diamond period of the nineteenth century in the old Sertão da Farinha Podre, current Triângulo Mineiro – as a research subject and considering the remaining cultural heritage of its historical processes, the dissertation presented is dedicated to understanding the recognition actions, recovery and patrimonialization of their cultural heritage, local cultural social movements. It is intended to trace the trajectory and culturalisation national cultural policies that recognize participatory processes established by social movements focusing on those who raised the culture as a political ideology and element of social transformation. Estrela do Sul, it appears, in the 1980s, in the national context. Cultural social movements that have arisen in the city at that time, sought in their traditions and memory, recognize the landscape and place, promoting actions that gradually were incorporated into the municipal administrations and local preservation institutions, recognizing the resulting experiences preservation participatory process and the sacredness of their valued cultural heritage and representatives of local identity. To this end, we seek a path of analysis that has the methodological approach, the conceptual building experiences heritage by groups and movements and that evidence of the link between heritage, identity and memory, man's relationship with the natural environment, recurring practices the preservationist discourse amplified by cultural movements and that fosters multiple interpretations, made through the use of a theoretical framework - especially the Memory Spaces of concepts and Cultural Landscape - that allows streamline the research so that the issues are inter-related . It also outlined in initial hypothesis that, in a way, the cultural movements that have arisen in the city, realized the concept of cultural heritage of Estrela do Sul, in a fragmented way. Thus, it is intended that the final dissertation, can tie up "loose ends of the ball" and contribute to these identified assets are later research subjects and that through effective policies are preserved, which fulfill their role as elements of social transformation, educational and cultural.

Keywords: Estrela do Sul, Cultural Social Movements, Cultural Landscape, Cultural Heritage

Lista de imagens

Capítulo 1: O Lugar: tempo, espaço e cultura em Estrela do Sul

- Conjunto de imagens 01: Garimpeiros.
- Conjunto de imagens 02: Espaços urbanos no século XIX.
- Conjunto de imagens 03: Espaços urbanos no século XIX.
- Conjunto de imagens 04: Espaços urbanos no século XIX.
- Conjunto de imagens 05: Espaços urbanos no início do século XX.
- Conjunto de imagens 06: Espaços urbanos nas décadas de 1930/1950.
- Conjunto de imagens 07: Espaços urbanos na década de 1930.
- Conjunto de imagens 08: Praça Centenário (atual Praça Bandeirante João Leite da Silva Ortiz.)
- Conjunto de imagens 09: Ponte José Gonçalves.
- Conjunto de imagens 10: Área central atual.
- Conjunto de imagens 11: Núcleo original de fundação atualmente.
- Conjunto de imagens 12: Estrela do Sul, décadas de 1970-80.

Capítulo 3: Movimentos Sociais Culturais: escalas, valores e ações para a construção, interpretação e assimilação do patrimônio cultural de Estrela do Sul

- Conjunto de imagens 12: Estrela do Sul, décadas de 1970-80.
- Conjunto de imagens 13: Antigo Praia.
- Conjunto de imagens 14: Enchente de 1983.
- Conjunto de imagens 15: Enchente de 1983.
- Conjunto de imagens 16: Projeto Picuá.
- Conjunto de imagens 17: 1^a reunião do Grupo Preserv-Ação.
- Conjunto de imagens 18: Cronograma de Ação da “Campanha de Preservação do Patrimônio Histórico Artístico e Cultural de Estrela do Sul”.
- Conjunto de imagens 19: Registros dos atos públicos.
- Conjunto de imagens 20: Recortes de jornal.
- Conjunto de imagens 21: Manifesto Bagageiro.
- Conjunto de imagens 22: Recortes de jornal.
- Conjunto de imagens 23: Grupo Senzala.
- Conjunto de imagens 24: Grupo Senzala.
- Conjunto de imagens 25: Recortes de jornais.
- Conjunto de imagens 26: Recortes de jornais.
- Conjunto de imagens 27: Casa da Cultura.
- Conjunto de imagens 28: Atividades Casa da Cultura.
- Conjunto de imagens 29: Roteiro de edição original do vídeo documentário “Matarum de Orongóia”.
- Conjunto de imagens 30: Carta da Fundação próMemória.
- Conjunto de imagens 31: Carta de Carlos Drummond de Andrade à Flávio Goulart.
- Conjunto de imagens 32: Edições Jornal Hippie Chique.
- Conjunto de imagens 33: Edição Jornal Hippie Chique.

Capítulo 4: Paisagem e Patrimônio cultural de Estrela do Sul: sua apreensão na contemporaneidade

- Conjunto de imagens 34: Conjuntos urbanos.

- Conjunto de imagens 35: Conjuntos urbanos.
Conjunto de imagens 36: Cavalgada Santa em homenagem a festa da padroeira Nossa Senhora Mãe dos Homens.
Conjunto de imagens 37: Congado.
Conjunto de imagens 38: Congado.
Conjunto de imagens 39: Tapetes de Corpus Christi.
Conjunto de imagens 40: Semana Santa.
Conjunto de imagens 41: Manifestação das Folias de Reis.
Conjunto de imagens 42: Balneário da Beija.
Conjunto de imagens 43: Desfile Cívico.
Conjunto de imagens 44: Festas Juninas.
Conjunto de imagens 45: Iluminação de conjuntos urbanos.
Conjunto de imagens 46: Complexo esportivo e de lazer.

Sumário

Introdução.....	11
Capítulo 1: O Lugar: tempo, espaço e cultura em Estrela do Sul	18
1.1. Formação urbana e caracterização geográfica de Estrela do Sul	28
Capítulo 2: A conjuntura das políticas culturais nacionais entre 1960 e 1990: a cultura como ideologia política e elemento de transformação social	57
2.1. Estado e Cultura: as experiências do processo de construção institucional das políticas culturais nacionais.....	58
2.2. Movimentos sociais culturais: a influência participativa popular na elaboração das políticas patrimoniais nacionais.....	70
Capítulo 3: Movimentos Sociais Culturais: escalas, valores e ações para a construção, interpretação e assimilação do patrimônio cultural de Estrela do Sul.....	77
3.1. A década de 1980 e as representações do lugar: a gênese dos movimentos sociais culturais de preservação cultural em Estrela do Sul.....	79
3.1.1. Movimento Cultural Preserv-Ação	79
3.1.2. Grupo Senzala.....	104
3.1.3. A Casa de Cultura	108
3.2. A década de 2000: aproximações com o patrimônio imaterial e natural de Estrela do Sul	122
3.2.1. Movimento Humanitário Hippie Chique.....	125
3.2.2. Os mestres artífices: ASASE – Associação de Artesãos e Similares de Estrela do Sul.....	132
Capítulo 4: Paisagem e Patrimônio cultural de Estrela do Sul: sua apreensão na contemporaneidade	139
4.1. A Legislação preservacionista do Patrimônio Cultural de Estrela do Sul: a atuação do primeiro Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural (1997-2001).....	144
4.2. Patrimônio Cultural Valorado e Protegido	150
Considerações finais.....	164
Referências Bibliográficas.....	169
Apêndice	176
Apêndice 01: Entrevista com Pedro Divino Rosa e Mário Lúcio Rosa, membros fundadores do Grupo Preserv/ação, do Grupo Teatral Senzala e da Casa da Cultura de Estrela do Sul	176
Apêndice 02: Mensagem de email e íntegra da carta de Ana Lúiza Brasil, membro fundadora do Movimento Cultural Hippie Chique e da Associação dos Artesãos de Estrela do Sul – ASASE	195
Apêndice 03: Mapa Projeção da Enchente de 1983.....	198
Anexos.....	199
Anexo 01: Tabela de Bens Culturais protegidos de Estrela do Sul.....	199

Introdução

Estrela do Sul foi durante várias décadas do século XIX, uma importante área de confluência produtiva e política regional, posição obtida pela exploração de diamantes no Rio Bagagem, exercendo hegemonia sobre grande parte do Triângulo Mineiro. Com a crise da mineração de diamantes, entra em declínio a partir do século XIX, apesar das novas atividades econômicas, sofreu e ainda sofre com processos migratórios de sua população para outros centros urbanos.

O patrimônio cultural de Estrela do Sul foi construído como resultado da interação entre o homem e o meio natural, tendo como principal elemento referencial o Rio Bagagem – que possui fundamental importância simbólica para as comunidades locais – e ao longo do qual as atividades de mineração foram se consolidando ao longo de sua linha fluvial – intensamente explorada pela mineração diamantina – da qual se estabeleceram os núcleos urbanos e espaços públicos estruturados e articulados com essa linha e com as paisagens naturais. Durante as décadas de 1920 a 1960, como consequência dos esforços de reposicionamento econômico e político regional, foram introduzidas novas técnicas, materiais, composições e estilos em seus conjuntos urbano-arquitetônicos que buscaram romper com o passado.

Em Estrela do Sul da década de 1980, estimulados pela ação de grupos sociais que passam a se apropriar da memória e da história da cidade, estabelecendo um processo de reconhecimento e valorização de uma identidade própria, bem como seu reconhecimento regional. Nesse contexto, os bens patrimoniais passaram a ser reivindicados pelas complexas redes sociais construídas entre os habitantes, os grupos sociais da década de 1980 e outros que surgiram posteriormente – abordados na presente dissertação – produzindo manifestações culturais de origens diversas inseridas nas paisagens urbanas. A periodização do processo de patrimonialização é ancorada na análise sobrepondo aos momentos que surgiram esses grupos e movimentos, com uma atuação que perduraram por aproximadamente 35 anos, de forma não contínua.

O processo de interpretação da patrimonialização do acervo cultural de Estrela do Sul, promovido pelos grupos sociais, foi instrumentado na análise da presente dissertação como uma experiência acumulativa que se funde com o processo histórico da gênese desses grupos e da formação urbana da cidade, opção conceitual que busca compreender o desenvolvimento desse tema – o processo de construção e interpretação da patrimonialização cultural de Estrela

do Sul – de maneira relacionada com as transformações da paisagem estrelasulense e suas expressões culturais ao longo do tempo.

Parte-se da ideia de inverter a polaridade de análise – muitas vezes relacionada à construção patrimonial a partir de uma institucionalização de bens culturais por órgãos de preservação cultural – e busca compreender como o patrimônio local foi construído a partir da ação de grupos e movimentos sociais culturais e quais foram os efeitos provocados pela tendenciosa aproximação com as contribuições do Estado a partir do início da década de 2000. A esta contribuição proposta pelo estudo, destaca-se que ainda não há qualquer registro ou análise da atuação e trajetória dos grupos sociais envolvidos no processo de construção e interpretação da patrimonialização cultural em Estrela do Sul, neste sentido, a coleta e organização desse material busca contribuir para o enriquecimento da historiografia da cidade, estimulando novos estudos.

A reflexão sobre a construção do patrimônio cultural em Estrela do Sul, dentro do amplo conjunto de significações observadas, revela que a preservação patrimonial na cidade se ancorou na noção de um patrimônio que referencia um passado, numa reconstrução mítica da memória histórica. De modo geral, aponta-se que a patrimonialização cultural permite assegurar que as memórias dos grupos que as produziram sejam transmitidas através das gerações, constantemente recriados por essas ou novas comunidades e grupos em função de sua interação com a natureza e de sua história e, conforme Nora (1993) destaca, a memória se realiza aberta à dialética existente na lembrança e no esquecimento, matéria abstrata suscetível à latência ou à revitalizações, pois “a memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado” (NORA, 1993, pág. 09).

É fundamental compreender como os grupos sociais construíram e/ou interpretaram o patrimônio cultural de Estrela do Sul, como atribuíram significações e valores e quais ações iniciaram para preservar e conservar seus bens culturais. É preciso ainda, envolver as transformações do conceito de patrimônio cultural com as dificuldades e limites com que vivenciaram o cenário urbano histórico da cidade.

Para tal, optou-se pela organização do conteúdo em quatro capítulos que abordam a complexidade do tema tomando como objeto, o patrimônio cultural de Estrela do Sul analisado de forma integrada com seu processo histórico. Tais

capítulos, embora se constituem em unidades interdependentes, oferecem variadas abordagens e experimentações, mantendo um modelo que deixa em aberto possíveis prognósticos e interpretações.

O primeiro capítulo intitulado ***“O Lugar: tempo, espaço e cultura em Estrela do Sul”***, refere-se à tríade conceitual: *lugar, tempo e espaço* (TUAN, 1983), assim como à memória e suas relações com a cultura e a paisagem. Da inter-relação desses conceitos basilares desdobram-se outros mais complexos que igualmente apoiam as análises realizadas e elucidam a relação que se estabeleceu entre os habitantes de Estrela do Sul com sua temporalidade e de nortear a interpretação dos processos de patrimonialização pelos grupos e movimentos sociais: *Lugares de Memória* (NORA, 1993), *Geossímbolos* (BONNEMaison, 2002), *Paisagem Cultural* (CONSELHO DA EUROPA, 2000, IPHAN, 2004) e *Significância Cultural* (ICOMOS, 1999). Adota-se, dentro da complexa abordagem que a leitura da paisagem proporciona, o mapeamento de valores, segundo Nougé e Sala (2006) atribuídos à paisagem cultural de Estrela do Sul pelos grupos sociais culturais locais durante o processo de interpretação patrimonial.

O capítulo apresenta um subcapítulo: 1.1. ***“Formação urbana e caracterização geográfica de Estrela do Sul”*** que busca compreender os processos históricos que condicionaram a gênese do patrimônio arquitetônico e urbano local e sua importância na formação da identidade, fortemente relacionado com as transformações da paisagem de Estrela do Sul. O texto aborda, inicialmente, o período diamantino do século XIX – pois as atividades minerárias se estenderam ao longo do século XX, de forma menos intensa – articulando-o com a formação urbana da cidade, representada graficamente através de mapas, buscando associar seus processos históricos advindos desse período à linha temporal de Estrela do Sul apontando as mudanças espaciais urbanas ocorridas durante o início do século XX. A conclusão capitular relaciona-se à contemporaneidade, sugerindo que se a estagnação econômica e política, por um lado prejudicou sua dinâmica regional, por outro, contribuiu para a preservação de seus núcleos originais de fundação bem como sua relação com a natureza.

O segundo capítulo, ***“A conjuntura das políticas culturais entre 1960 e 1990: a cultura como ideologia política e elemento de transformação”***

social” traz a contextualização do tema no contexto nacional, abordando uma breve discussão sobre a trajetória da emergência da memória nacional, do reconhecimento da cultura popular e das regionalidades pelo Estado no recorte acima mencionado. Esse capítulo se subdivide em dois subcapítulos.

No primeiro, intitulado 2.1. *“Estado e Cultura: as experiências do processo de construção institucional das políticas culturais nacionais”*, aponta-se para a criação das estruturas administrativas importantes no contexto nacional que auxiliaram o processo de descentralização das políticas federais. Como destaque aponta-se a transição de um ideário de construção memorial nacional para o reconhecimento da cultura popular e das regionalidades pelo Estado e a criação de instrumentos políticos culturais, com enfoque no Conselho Federal de Cultura (criado em 1966) e o Centro Nacional de Referência Cultural (criado em 1975), que fomentaram a inclusão das manifestações e experiências da sociedade – no contexto do período da ditadura militar – nas políticas culturais. Abre-se ainda uma breve discussão sobre as políticas culturais e experiências francesas que exercearam importante influência na criação dos instrumentos políticos culturais nacionais, buscando compreender a inserção desse cenário político no contexto internacional.

No segundo, intitulado 2.2. *“Movimentos sociais culturais: a influência participativa popular na elaboração das políticas patrimoniais nacionais”* aborda a participação de movimentos sociais nacionais na transformação das políticas culturais do regime militar, até então centralizadas pelos governos. Estas foram gestadas possuindo como catalisadores a participação comunitária, o reconhecimento das regionalidades, expressões e manifestações populares, abrindo caminho a passagem gradativa à regionalização, descentralização e a abertura para uma democratização da cultura. Neste sentido, o processo de culturalização da política destacado no capítulo é visto como uma estratégia que busca compreender, principalmente, as ações para a construção conceitual, interpretação e preservação patrimonial por movimentos sociais culturais no cenário nacional.

O terceiro capítulo, *“Movimentos Sociais Culturais: escalas, valores e ações para a construção, interpretação e assimilação do patrimônio cultural de Estrela do Sul”*, teve por objetivo compreender o momento em que ações efetivas de preservação ou valorização patrimonial se materializam em

Estrela do Sul, analisando a sucessão de movimentos sociais surgidos na cidade. Iniciado na década de 1980 reverberando até meados da década de 2000 – de forma não contínua – a ação de reconhecimento e valorização patrimonial dos grupos e movimentos sociais culturais locais, refletiu as políticas culturais de descentralização do Estado. Assim, o subtítulo 3.1. “*A década de 1980 e as representações do lugar: a gênese dos movimentos sociais culturais de preservação cultural em Estrela do Sul*” se divide apresentando os grupos atuantes em Estrela do Sul: 3.1.1. *Movimento Cultural Preserv-Ação*, 3.1.2. *Grupo Senzala* e 3.1.3. *A Casa de Cultura*.

Esse conjunto subcapitular descreve e analisa, de forma a esmiuçar os objetivos e ações dos movimentos sociais culturais supracitados, assim como as experiências locais iniciais do processo de patrimonialização, e como subsidiaram os primeiros documentos e legislação de reconhecimento e proteção cultural, respaldados em critérios de ancianidade, estéticos e materiais da cultura.

O segundo conjunto subcapitular, 3.2. “*A década de 2000: a natureza e a imaterialidade do patrimônio cultural de Estrela do Sul*”, contempla as experiências deste período e as novas composições patrimoniais reconhecidas e levadas à cena local. Assim como o subcapítulo anterior, este se divide para dar destaque aos dois movimentos mais importantes do período: 3.2.1. “*Movimento Humanitário Hippie Chique*”, que centrou suas ações em nos aspectos culturais que envolvem tradição, além de sócio ambientais e ecológicos, e 3.2.2. “*Os mestres artífices: ASASE – Associação de Artesãos e Similares de Estrela do Sul*” que buscou também nas tradições e na imaterialidade da cultura, principalmente a popular, seu foco de ação e representação identitária.

O capítulo se encerra com o reconhecimento da importância dos grupos na mobilização e pioneirismo local no processo de construção das identidades, da memória e de outros sistemas de símbolos.

O quarto e último capítulo, “*Paisagem e Patrimônio cultural de Estrela do Sul: sua apreensão na contemporaneidade*”, assume um caráter de síntese da linha interpretativa apresentada. Se buscou identificar as dinâmicas próprias de construção e interpretação do patrimônio cultural de Estrela do Sul,

permitindo leituras distintas, múltiplas, como uma coletividade de elementos que foram aplicados dentro da temática proposta.

Assim, o subcapítulo 4.1. “*A Legislação preservacionista do Patrimônio Cultural de Estrela do Sul: a atuação do primeiro Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural (1997-2001)*”, destaca as ações do primeiro Conselho Deliberativo do Patrimônio Histórico de Estrela do Sul, instituído em 1997, percebendo como a atuação dos movimentos sociais culturais precedentes na cidade refletiram nos processos de preservação e elaboração da legislação protetiva desse período – momento em que ocorreu o processo de institucionalização do patrimônio cultural –, bem como foi a articulação com as políticas estaduais patrimoniais.

O segundo subcapítulo, 4.2. “*Patrimônio Cultural Valorado e Protegido*”, apresenta a composição cultural valorada e protegida que chega à contemporaneidade de Estrela do Sul, através de uma espacialização do patrimônio cultural sob a forma de um mapeamento gráfico geral, buscando compreender como o conceito de patrimônio cultural – entendido como uma simbiose de elementos materiais, imateriais, naturais, perceptivos e simbólicos – foi interpretado e é justaposto à realidade local. O capítulo se encerra com a apresentação de uma documentação fotográfica que esboça parte do patrimônio resultante dos processos de construção patrimonial analisados, com o intuito de revelar o amplo panorama cultural, conciliar as especificidades e/ou distinções das manifestações produzidas na cidade, pelo entrelaçamento das dimensões ambiental, físico-territorial, econômico-social e cultural.

Capítulo 1

O Lugar: tempo, espaço e cultura em Estrela do Sul

Formação urbana e caracterização
geográfica de Estrela do Sul

Capítulo 1: O Lugar: espaço, tempo e cultura de Estrela do Sul

O patrimônio oferece múltiplas faces e possibilidades de instrumentação pela ação humana e sua preservação e conservação mantém interrelações com diversos sistemas de análise tais como, temporal, cultural, geográfico, sócio econômico. Os sistemas de análise passam a ser utilizados como critério de introdução de valores comuns da identidade de um lugar e como elementos para redescobrir a singularidade de algumas práticas sociais nos processos de patrimonialização e preservação. As práticas sociais avançam para uma reflexão de um cenário em que se encenam determinadas configurações que inauguram instituições, agentes, ideologias, linguagens, símbolos, tensões e conflitos.

A ideia de patrimônio nos remete à conceitos que interagem e completam-se, estabelecendo matrizes que emergem da relação entre a memória e a história. É preciso anotar a que capacidade e qualidade operacional de alguns conceitos e categorias é utilizada, principalmente nessa fronteira patrimônio-cultural, que gradualmente adquiriu novos contornos e qualidades semânticas.

A cultura, para La Blache e Ratzel (apud CLAVAL, 2001, p.35) é “aquilo que se interpõe entre o homem e o meio e humaniza as paisagens”. Concordando com esse autor, a cultura é entendida nesse estudo como o universo da escolha, das demandas e valores decorrentes das ações sociais por meio de mecanismos de identificação e transformação da paisagem e que legitima a identidade local. A memória é utilizada para compreender a construção dos significados atribuídos e a permanência de elementos sócio-físicos importantes do passado.

Os conceitos a seguir emergem como possibilidade de conectar o leitor à natureza conceitual que os processos observados nos caminhos que grupos e movimentos sociais culturais utilizaram para construir o conceito de Patrimônio Cultural em Estrela do Sul. Surgem como elementos interligados com a história, a cultura, a identidade, realidade e experiência local manifestados por movimentos sociais culturais no espaço vivencial cotidiano.

O *espaço* e o *lugar* são conceitos que se fundem na concepção de Tuan (1983), ao discursar que um complementa a leitura do outro. O mesmo autor postula que “o espaço transforma-se em lugar à medida que adquire definição e significado” (pág. 151) e “quando o espaço nos é inteiramente familiar, torna-se

lugar" (pág. 83), e finaliza sua acepção ao definir os lugares como "centros aos quais atribuímos valor e onde são satisfeitas as necessidades biológicas de comida, água, descanso e procriação" (pág. 04).

Compreendido o conceito de lugar, Tuan (apud REIS-ALVES, 2006) o associa ao *tempo*:

Tuan relaciona o Tempo e o Lugar de três formas: adquirimos afeição a um lugar em função do tempo vivido nele; o lugar seria uma pausa na corrente temporal de um movimento, ou seja, o lugar seria a parada para o descanso, para a procriação e para a defesa; e por último, o lugar seria o tempo tornado visível, isto é, o lugar como lembrança de tempos passados, pertencente à memória.

"*Lugares de Memória*", expressão adotada como referência conceitual para o título da presente dissertação, é utilizada por Pierre Nora para descrever espaços e suas temporalidades os quais, filtrados pela experiência humana através desses agentes, são sacralizados por determinados grupos nas sociedades humanas como identitário de um passado comum (PESAVENTO, 2002, pág. 29). O olhar de Nora (1993, pág. 22) sobre "lugares de memória" consiste em dizer que tal conceito:

(...) é material por seu conteúdo demográfico; funcional por hipótese, pois garante, ao mesmo tempo, a cristalização da lembrança e sua transmissão; mas simbólico por definição visto que caracteriza por um acontecimento ou uma experiência vividos por um pequeno número uma maioria que deles não participou.

A expressão "*lugares de memória*", tange simultaneamente e em diversas escalas os 3 sentidos epistemológicos do conceito: material, simbólico e funcional. Essa complexidade abrange o natural e o artificial, a experiência sensível e a abstração. É sob o domínio da memória que nascem os lugares. São respostas à necessidade de identificação dos indivíduos. Tais lugares, segundo Nora, já não estabelecem enquanto processo quando a memória fosse esfacelada:

Um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual. Mesmo um minuto de silêncio, que parece o exemplo extremo de uma significação simbólica, é ao mesmo tempo o recorte material de uma unidade temporal e serve,

periodicamente, para uma chamada concentrada na lembrança. (NORA, pág. 07)

O caráter híbrido do seu conceito veio ao questionar a História como uma criadora de identidade universal, entendido aqui como uma linha contínua e homogênea dos fatos, não permitindo a adição de memórias coletivas na construção dos fatos de caráter muitas vezes “sagrado, “místico”.

Segundo Pesavento, memória, passa a ser nesse sentido, a “presentificação de uma ausência no tempo, que só se dá pela força do pensamento – capaz de trazer de volta aquilo que teve lugar no passado” (PESAVENTO, 2002, pág. 25), em que:

(...) uma cidade inventa seu passado, construindo um mito das origens, descobre pais ancestrais, elege seus heróis fundadores, identifica um patrimônio, cataloga monumentos, transforma espaços em lugares com significados. Mais do que isso, tal processo imaginário de invenção da cidade é capaz de construir utopias, regressivas ou progressivas, através das quais a urbs sonha a si mesma.

Tais espaços e elementos que o compõem, podem evocar lembranças de um passado, de uma época nostálgica ou de expressão histórica e passa a produzir sentimentos e sensações, rememoram a forma de vida e o contexto social que revitalizam aquela realidade distante, interpretada como explicação para a realidade presente, prolongando ainda o passado.

Ainda com respaldo no conceito de memória de Pesavento (2007, pág. 01), que para ela possui referência na história e cultura dos lugares, esses dotados de significações e simbolismos, entende-se a memória como produto de vivências e imaginários locais que alicerçam e constituem a cidade no presente:

Uma cidade é formada de espaços que, dotados de significado, fazem, de cada cidade, um território urbano qualificado, a integrar esta comunidade simbólica de sentidos, a que se dá o nome de imaginário. [...] Todos nós, que vivemos em cidades, temos nelas pontos de ancoragem da memória: lugares em que nos reconhecemos, em que vivemos experiências do cotidiano ou situações excepcionais, territórios muitas vezes percorridos e familiares ou, pelo contrário, espaços existentes em um outro tempo e que só tem sentido em nosso espírito porque narrados pelos mais antigos, que os percorreram no passado (PESAVENTO, 2007, pág. 01).

Os lugares ao representar um determinado recorte de espaço, simbolizam um lugar ambíguo, fechado sobre si, mas constantemente abertos e livres para as significações. Na essência, os lugares de memória são a espacialização onde

o rito de uma memória-história pode ressuscitar lembranças, reavivar imaginações e legitimar identidade.

Os lugares de memória estabelecem então, conexões entre os grupos, privilegiando “formas de manutenção e reconhecimento de existência social de determinados grupos culturais que se unem por uma memória que lhes dá os laços identitários” (MACHADO, 2012, pág. 03). Essa direção aponta que ao patrimônio cabe o estudo de tudo que é consagrado como elementos comuns de um grupo produzido numa temporalidade entre passado, presente e futuro.

Le Goff (1985) nos diz que a identidade cultural de um povo se faz com a memória, seja ela individual e coletiva, e no momento em que a sociedade preserva e divulga seus bens, inicia-se o processo que ele intitula como a “construção do *ethos* cultural e de sua cidadania”. Ou seja, o *ethos* dominante da cidade é de natureza “histórica”, por oposição a “moderno” (ASHWORTH e TUNBRIDGE, 2000 apud PINHEIRO, 2002, pag.217).

As identidades podem ser entendidas ainda como processos de identificações e apropriações que emergem na realidade dos indivíduos e dos grupos historicamente. Essa construção não é estável e unificada, mas sim (re) inventada, transformada e subjetiva, realizada através de trocas reais e simbólicas (MAALOUF, 1998) através do apego constante ao passado, por meio de valores históricos, mitológicos e simbólicos, sendo a sociedade resultado desses processos de contextualização (SANTOS, 1994, pág. 52).

As identidades que historicamente afirmam e sustentam a cultura, estabelecem relações que confluem para as tradições implicando uma reação que pretende perpetuar uma história ou criar outras singularidades, conforme a célebre definição de cultura:

(...) a cultura pode ser considerada [...] como o conjunto dos aspectos distintivos, espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou um grupo social. Ela engloba ademais das artes e as letras, os modos de vida, os direitos fundamentais ao ser humano, os sistemas de valores, as tradições e as crenças. (CORTÉS, 2006, p. 25)

Nessa direção, uma categoria que deve ser entendida, e que aparece nos discursos sobre a identidade e patrimônio, constitui-se da tradição. Hobsbawm (1984, pág. 10) discute amplamente sobre as práticas cotidianas e as tradições, apresentando o que se entende por “tradição inventada” caracterizada por:

(...) um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente; uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado.

O passado chega ao presente materializado pelas tradições, conduzido através de discursos, documentos e materialidades. As práticas sociais, ainda que ancoradas no passado, estão em contínua transformação sendo recriadas.

Emblemática relação conceitual nas estruturas urbanas de cidades históricas, são percebidas quando consideramos a relação do território local e sua natureza com a cultura, ambos modificados e adaptados constantemente. Inevitavelmente buscamos sustentar o conceito de território, compreendido como porção físico-espacial, conformando as relações socioeconômicas e culturais e com elas interagindo. Tal definição, propõe a junção de aspectos físicos e simbólicos, configurando um panorama de representações e sistemas de valores para os indivíduos e grupos que os habitam. Segundo Ribeiro (2007), o território é um espaço de construção social, política, econômica e simbólica, compartilhado no cotidiano, habitado por memórias e símbolos, um *locus* de múltiplas relações.

Esses lugares acrescidos de valores simbólicos podem ser considerados, segundo Bonnemaison (2002, p. 109-111), como *geossímbolos* que na disciplina da geografia cultural podem ser definidos como:

(...) um lugar, um itinerário, uma extensão que, por razões religiosas, políticas ou culturais, aos olhos de certas pessoas e grupos étnicos assume uma dimensão simbólica que os fortalece em sua identidade (...). Os símbolos ganham maior força e realce quando se encarnam em lugares. O espaço cultural é um espaço geossimbólico, carregado de afetividade e significações.

A relação entre o homem, o território e a cultura, caracteriza a singularidade com que sua ação reflete na paisagem. A paisagem permite uma investigação dentro de uma variedade de linhas temáticas e referências, padrões culturais, sejam arquiteturas, manifestações, gastronomia, reservas étnicas, sítios arqueológicos, formas e componentes naturais e vegetais, enfim, amplo espectro social de apreciação, permitindo leituras espaciais e temporais.

Milton Santos (2006, pág. 69), em suas elaborações teóricas, apresenta a paisagem como depositária desses processos naturais e artificiais da cultura.

De fato, a paisagem permite apenas supor um passado. Se queremos interpretar cada etapa da evolução social, cumpre-nos retomar a história que esses fragmentos de diferentes idades representam juntamente com a história tal como a sociedade a escreveu de momento em momento. Assim, reconstituímos a história pretérita da paisagem, mas a função da paisagem atual nos será dada por sua confrontação com a sociedade atual. Enquanto simples materialidade, nenhuma parte da paisagem tem, em si, condições de provocar mudanças no conjunto (...). Aliás, as mudanças são sempre conjuntas e cada aspecto ou parte é apenas uma peça, um dado, um elemento, no movimento do todo. A paisagem é história congelada, mas participa da história viva. São as suas formas que realizam, no espaço, as funções sociais.

Ainda tomando Milton Santos (1997, pág. 25), dentro da discussão sobre a relação entre paisagem e coletividade, o autor aborda a materialidade como instrumento de valorização da paisagem. Diz ele que:

A paisagem é a materialidade, formada por objetos materiais e não materiais. A vida é o sinônimo de relações sociais, e estas não são possíveis sem a materialidade, a qual fixa relações sociais do passado. Logo a materialidade construída vai ser fonte de relações sociais, que também se dão por intermédio dos objetos. (...) A sociedade existe com os objetos, é com estes que se torna concreta.

A ideia do autor contribui com o sistema de valoração¹ atribuídos à paisagem. Tanto a paisagem como sua valoração são construções concebidas através de práticas sociais que refletem o contexto em que são inseridas.

O conhecimento de quais valores são construídos, assimilados e reverberados nas políticas de preservação são fundamentais para contemplar a totalidade do patrimônio cultural da cidade. Utiliza-se a definição de valores da paisagem de Nougé e Sala (2006):

- a) Valores Naturais e Ecológicos: que, como denuncia o nome, referem-se aos fatores e elementos qualitativos do meio natural, não necessariamente protegidos, mas que, são desfrutados pelo habitante;

¹ O conceito de valor assume ampla discussão de significados tornando as análises complexas. Para melhor compreensão do assunto, consultar: LACERDA, Norma. **Valores dos bens patrimoniais**. In: LACERDA, Norma, ZANCHETI, Sílvio Mendes. **Plano de Gestão da Conservação Urbana: Conceitos e Métodos**. Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada, 2012. 304p.

- b) Valores Históricos: são referentes aos espaços e conjuntos urbanos e/ou paisagísticos inseridos sob a ótica histórica. Caracterizam as marcas mais relevantes do homem na paisagem, inclinadas à tipologias construtivas, parcelamento e utilização do solo, conjuntos arquitetônicos, estruturas urbanas, redes de caminhos;
- c) Valores Religiosos e Espirituais: espaços e trechos do tecido urbano que se relacionam com práticas e crenças religiosas, incluindo ritos e tradições de religiosidade;
- d) Valores Produtivos: elementos da paisagem que proporcionam benefícios econômicos;
- e) Valores Estéticos: sentimentos de beleza, proporção, forma, textura, escala e tudo que relacione a plástica à paisagem ou de seus elementos constituintes ao longo do tempo, convertida em expressão de apreciação cultural;
- f) Valores Simbólicos e Identitários: como os grupos correspondem sua identificação com a paisagem e tudo que a caracteriza. Aqui encontram-se relações de pertencimento, de simbolismo e de referência memorial.

O conceito contemporâneo de *significância cultural* (ZANCHETI et AL, 2008, pág. 07 apud RIBEIRO; LIRA, 2012, pág.40), parece congregar esses sistemas de valoração, definido como sendo:

O conjunto de valores que é o resultado do julgamento e da validação social de significados passados e presentes de um objeto. Enfatiza-se que esse julgamento é feito no presente e utiliza como referências os significados e valores do passado apoiado em instrumentos de memória reconhecidos pela sociedade.

Esse conjunto de valores pode ser entendido como “a medida de importância de algo” (AUDI, 2006, pág. 973 apud RIBEIRO; LIRA, 2012, pág.40) e os significados como “o conteúdo do que é dito, acreditado, desejado” (AUDI, 2006, pág. 854 apud RIBEIRO; LIRA, 2012, pág.40), pelas comunidades dentro de contextos específicos.

Os valores atribuídos à bens culturais são revelados também nas paisagens culturais, o que aponta para a necessidade de explorar esse polissêmico termo.

O conceito de paisagem cultural², permeou intensa discussão no âmbito da geografia, e como produto dessas discussões, é visto como parte de uma visão integradora entre a ação do homem e a natureza (RIBEIRO, 2007, pág.14). Essa visão integradora, como unificação entre as dimensões que a ação humana na natureza evidencia - cultural, natural, material e imaterial -, pode ser estendida ao campo patrimonial, permitindo superar a fragmentação social, reflexo das tênues dinâmicas e frágeis ações de preservação, congregando, portanto, as variadas relações, culturas, valores e tipologias.

Adotar-se-á na presente dissertação o conceito geral de *Paisagem Cultural* definido pela *Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural* (1972) da UNESCO, sem aprofundar em suas categorias³:

Paisagens Culturais: são bens culturais e representam as “obras conjugadas do homem e da natureza” a que se refere o artigo 1º da Convenção. Ilustram a evolução da sociedade e dos estabelecimentos humanos ao longo dos tempos, sob a influência dos condicionamentos materiais e/ou das vantagens

² No âmbito nacional, o conceito de Paisagem Cultural permite objetivar a autonomia da capacidade conjunta, do pacto de gestão entre os esforços coletivos e as instituições partícipes, campo de disciplinas múltiplas, recuperando o embate que eles produzem ressignificando o lugar e os demais processos que o compõem. No Brasil, a Paisagem Cultural encontra-se ainda em fase de experimentação como categoria patrimonial. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em 2007, acenou para a adoção oficial do conceito, através do documento conhecido como Carta de Bagé, ou Carta de Paisagem Cultural. O texto da Carta de Bagé foi assegurado pela Portaria Nº 127, de 30 de abril de 2009, produzida pelo IPHAN onde se “estabelece a chancela da Paisagem Cultural Brasileira” que em seu Artigo 1º anota: “Art. 1º. *Paisagem Cultural Brasileira é uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores*”. Para mais informações, consultar a fonte: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=1236>.

³ As paisagens culturais, segundo a UNESCO, dividem-se em três categorias principais:

- 1- **Paisagem Claramente Definida:** intencionalmente concebida e criada pelo homem, e que engloba as paisagens de jardins e parques criadas por razões estéticas que estão muitas vezes (mas não sempre) associadas a construções ou conjuntos religiosos;
- 2- **Paisagem Essencialmente Evolutiva:** resulta de uma exigência de origem social, econômica, administrativa e/ou religiosa e atingiu a sua forma atual por associação e em resposta ao seu ambiente natural. Estas paisagens refletem esse processo evolutivo na sua forma e na sua composição. Subdividem-se em duas categorias:
 - uma paisagem relíquia (ou fóssil) é uma paisagem que sofreu um processo evolutivo que foi interrompido, brutalmente ou por algum tempo, num dado momento do passado. Porém, as suas características essenciais mantêm-se materialmente visíveis;
 - uma paisagem viva é uma paisagem que conserva um papel social ativo na sociedade contemporânea, intimamente associado ao modo de vida tradicional e na qual o processo evolutivo continua. Ao mesmo tempo, mostra provas manifestas da sua evolução ao longo do tempo.
- 3- **Paisagem Cultural Associativa:** justifica-se pela força da associação a fenômenos religiosos, artísticos ou culturais do elemento natural, mais do que por sinal cultural material, que podem ser insignificantes ou mesmo inexistentes.

Para maiores informações consultar no link: <http://www.unesco.pt/pdfs/docs/categorias+criterios.doc>.

oferecidas pelo seu ambiente natural e das sucessivas forças sociais, econômicas e culturais, internas e externas.

A Recomendação Europa, de 11 de setembro de 1995, no anexo nº R (95)9 art. 1º, distingue a *paisagem* – conceito complexo e mais abrangente – de *áreas de paisagem cultural*, constituídas por:

(...) partes específicas, topograficamente delimitadas da paisagem, formadas por várias combinações de agenciamentos naturais e humanos, que ilustram a evolução da sociedade humana, seu estabelecimento e seu caráter através do tempo e do espaço e quanto de valores reconhecidos têm adquirido social e culturalmente em diferentes níveis territoriais, graças à presença de remanescentes físicos que refletem o uso e as atividades desenvolvidas na terra no passado, experiências ou tradições particulares, ou representação em obras literárias ou artísticas, ou pelo fato de ali haverem ocorrido fatos históricos (IPHAN, 2004, pág. 332, CONVENÇÃO DA EUROPA, 1995).

O parâmetro que torna possível discorrer sobre o conceito de Paisagem Cultural, resguarda-se diante das múltiplas formas de apreensão da relação do cenário urbano com o ambiente natural. A linguagem de valores que busca agregar (urbano, rural, natural, imaterial e outras multiplicidades) e seus significados, permite fazer uma leitura calcada nessas relações e interações homem-meio.

A paisagem constitui, por definição, um meio físico, um bem natural e o suporte espaço-territorial da concretização das ações e intervenções antrópicas. Neste sentido, a designação de paisagem cultural compreende uma interpretação possível da modificação/transformação dessa estrutura natural pela ação humana enquanto reflexo das dimensões intelectual e técnica, afetiva, emocional e espiritual de determinado povo.

Sua construção (da paisagem cultural) pressupõe o uso das formas, pluralidades e diversidades, transformadas e transmitidas pela memória e pela sua materialidade. Ao exprimir facetas sensoriais dos territórios, as paisagens unem domínios tão variados que oferecem atributos ambientais, culturais e históricos estabelecendo iniciativas baseadas em sua leitura para fomentar o aprendizado absorvido ao se experenciá-la. A paisagem, portanto, nos permite ver as etapas do passado numa perspectiva de conjunto, como testemunha da evolução dos espaços e dos meios de trabalho e ações nele impressas, um resultado histórico acumulado (SANTOS, pag. 70).

O processo de desenvolvimento das cidades, analisadas historicamente e considerando suas temporalidades, revela formas materializadas na paisagem urbana decorrentes dos períodos de sua formação urbana. O tecido urbano e os elementos que se articulam, apresentam camadas que remetem à conteúdos históricos, sociais e culturais. A paisagem urbana é condicionada, portanto, pela variedade e intensidade que os complexos sistemas que a compõem são articulados.

Conzen (apud COSTA, NETTO, 2015, pág.65) identifica que a composição da paisagem urbana é estruturada por três categorias sistemáticas da forma: o plano urbano, abrangendo o sistema viário e o padrão de parcelamento do solo; o tecido urbano, formado por quadras e lotes com tipos edilícios semelhantes e o padrão de uso e ocupação. Essas categorias se articulam e formam a “paisagem urbana histórica”.

O complexo espacial da paisagem urbana e as transformações dos elementos dessa composição, é conectado ao contexto local, refletindo a eleição de lugares – objetos de planejamento –, que procura moldar a paisagem e implantar o desenho das cidades. Alguns elementos apresentam maior permanência no tempo, outros são transformados e há ainda os que são introduzidos.

1.1. Formação urbana e caracterização geográfica de Estrela do Sul

A composição urbana de Estrela do Sul⁴ decorre de seu processo de ocupação territorial no antigo Sertão da Farinha Podre⁵ (atual região do Triângulo Mineiro), iniciado no século XIX, pela exploração de garimpos aluvionares de diamantes.

Como resultado dos processos evolutivos de formação territorial e urbanização, sua caracterização contemporânea apresenta um município formado por cinco distritos, distribuídos numa extensão territorial equivalente a 822,45 Km², uma população de 7.981 habitantes e densidade demográfica (hab/Km²) de 9,05 (IBGE, 2017). Desses distritos, destaca-se o de Santa Rita que teve a mesma origem e formação condicionada pelos garimpos aluvionares de diamantes. Situado no sudeste do Brasil, no Estado de Minas Gerais e ao norte do Triângulo Mineiro, o município limita-se com os municípios de Araguari, Cascalho Rico, Grupiara, Indianópolis, Monte Carmelo, Nova Ponte e Romaria. A sede do município está localizada à 767m de altitude nas coordenadas, latitude S18°44'39" e longitude W 47°41'33". Nesse contexto, o distrito Sede, por apresentar infraestrutura e equipamentos hierarquizados social e espacialmente, exerce função urbana centralizadora em relação aos distritos de Dolearina, São Felix, Santa Rita e Chapada de Minas, bem como aos povoados distribuídos em seu território.

As primeiras sesmarias doadas no território em que se estabeleceram os garimpos em Estrela do Sul, foram concedidas em 1818 ao Padre Fortunato José de Miranda e a Manuel Dias da Rocha. Durante a primeira metade do século XIX, a região se constituía apenas por inúmeros locais⁶ de mineração de

⁴ O distrito de Joaquim Antônio foi o primeiro a receber o nome de Estrela do Sul, através da *Lei nº 1091 de 07 de outubro de 1860*, em função do nome dado ao diamante encontrado em 1853. O distrito Sede recebeu esse nome – Estrela do Sul –, pela *Lei nº 319 de 24 de agosto de 1901*.

⁵ O Sertão da Farinha Podre compreendia o território situado entre os rios Quebra Anzol, das Velhas, Grande e Paranaíba, pertencendo, inicialmente, à Capitania de São Paulo – dividida posteriormente em três capitaniias: São Paulo, Mato Grosso e Minas Gerais –, depois pertenceu à de Goiás e somente em 1816 foi anexada à Minas Gerais, quando toda a região correspondia ao antigo município de Araxá.

⁶ O Anuário da Bagagem registra pelo menos 48 locais de mineração (somando Cachoeira, Joaquim Antônio e Rufino) ao longo do vale do Rio Bagagem. São acompanhados pela informação do tamanho e cores dos diamantes encontrados e alguns com o nome do descobridor ou dono. Seguem os locais conforme são registrados nas notas anuais:

1849 – João Marques (Goyabal), Morro da Maminha;

1850 – Três Ilhas;

1852 – Crá-crá;

diamantes – com técnicas rudimentares e posteriormente profissionais – demarcados por habitações provisórias de palha, que dominaram as margens do Rio Bagagem⁷ (ver *locais de mineração no Mapa FORMAÇÃO URBANA – 2^a metade do século XIX*). O “*Anuário⁸ da Velha Bagagem: 1849 – 1922*” escrito por Antônio Dias Teixeira e revisado por José Guimarães, traz na nota anual de 1869 que os garimpos eram relativamente organizados desfazendo a imagem comum de locais improvisados. Os locais de mineração possuíam demarcação e eram administradas pelo delegado de terrenos diamantinos, o Capitão João Modesto Lopes de Oliveira, encarregado de verificar ainda, as cartas de faiuscador, e, aquele que não a possuía, tinha seu garimpo ilegal multado em 4.000 réis.

1853 – Guaxes;

1854 – João Bernardo;

1856 – Paracatus, Prezidio (João de Deus);

1857 – Saudade; Praia Rica;

1861 – “as vendas de diamante nessa época elevam-se a mais de 350 contos mensais e a população a 15 mil almas, na sede (Joaquim Antônio e Cachoeira) e a de 35 mil nos demais povoados: Caxiferro, Guaxes, João Bernardo, Serafim, Três Ranchos, Lages, Cabritos, Paracatus, Jericó, Catarata, Lacrimal, Mottas, Marimbondos, Água Fria, Capim Branco, João Teixeira, Estrondo, Goiabeira, Arromba, Chiqueiro, Garimpinho, Tavares, Madureira, Corvelo Cabral, José Baldoino, Goiabal, Padre Manoel, Rufino, Peneiras, Onça, Bem-ti-vi, Bicame, Berimbal, Mosquitos e Cangerana”

1863 – Água Emendada;

1870 – Buriti Quebrado;

1871 – José Lucas;

1885 – Padre Manoel;

⁷ A nomenclatura “Bagagem”, foi dada ao rio e ao povoado que surgiu no século XIX e sugere o fato de os aventureiros que chegavam e não tendo onde ficar, depositavam seus pertences guardados em um determinado local. O nome esteve presente também quando ainda “Distrito de Paz no Arraial da Bagagem”, pertencente à Comarca de Patrocínio, pela Lei Nº575 de 04 de maio de 1852 e na denominação “Diamantino da Bagagem”, distrito criado pela Lei Provincial nº 667, de 27 de abril de 1854.

⁸ O Anuário da Bagagem faz inúmeras referências ao cotidiano, à mineração e ao trabalho escravo do supracitado período.



Conjunto de imagens 01: Garimpeiros. Nas fotografias acima, em primeiro plano o Rio Bagagem e a Ponte do Padre Modesto, em estrutura de madeira ao fundo, nas décadas de 1900 e 1910, respectivamente. Observa-se nas imagens a alteração das margens pela mineração. As fotografias ao lado representam cenas cotidianas de garimpeiros: em um comércio com escafandro (vestimenta utilizada para explorar de forma submersa o leito do rio), lavando cascalho manualmente na segunda fotografia e com a utilização de maquinário rudimentar na terceira. Sem data.

Fonte das imagens: Acervo Museu Municipal de Estrela do Sul e Arquivo Público Mineiro

Apesar de João Leite da Silva Ortiz, genro do bandeirante Anhanguera, ser considerado fundador de Estrela do Sul em 1722 – data da abertura do caminho⁹ entre São Paulo e as áreas de mineração em Paracatu/MG e Goiás –, a origem da cidade é controversa. Consta na nota introdutória do Anuário (TEIXEIRA, 1922, pág. 03), que Ezidório Brólz¹⁰ foi o criador da povoação em 1849:

"Bagagem: centro da outrora magestosa mata de 14 léguas de longitude sobre 4 de latitude descendo em ligeiras colinas, ora silenciando as margens das cristalinas águas do rio Bagagem, descoberto pela intrepidez de Ezidoro Brólz em 1849."

A atribuição às incursões das bandeiras paulistas pelo território de fundação da povoação mineradora ainda em 1722, deixa transparecer um desejo de valoração de anciانidade à sua origem, numa tentativa de criar uma sincronia com as cidades mineradoras coloniais, principalmente as que se inscrevem no ciclo do ouro mineiro.

Informação semelhante à origem mítica da cidade é dada por Des Genettes¹¹, em um artigo escrito em 1851 e publicado em 1899, disponível digitalmente no Arquivo Público Mineiro:

⁹ Entre os caminhos abertos na região, destacam-se a estrada do Anhanguera, em 1730, a picada Nova de Goiás, em 1736 e a picada de Desemboque em 1764.

¹⁰ As informações sobre Ezidório Brólz que constam no Anuário da Bagagem, referem-se a parte de sua vida como minerador em várias localidades. Curiosamente, a origem poética de Estrela do Sul, que narra o gesto de depositar bagagens às margens do rio que receberia esse nome, tem na figura de Ezidório, segundo o Anuário, essa personagem. Segue transcrição:

"1849 – Foi pelo francês Dr. Henrique Raymundo Desgentés (sic) descoberto o lugar João Marques (Goyabal) e por Francisco de Oliveira Adão o lugar Cachoeira, sede da comarca. Ambos seguindo as pegadas de Isidoro Brólz (sic), que já ali havia estado e extraído um grande diamante que vendera a um padre de nome Hilário Alvarenga. Espalhando-se acelerada a notícia da extração e venda desde grande diamante, atraiu para aqueles lugares grande número de aventureiros que todas as partes vinham explorar a mineração." Numa das versões do nome Bagagem, uma era a de que "Isidoro Brólz ter deixado suas malas na beira do rio para se esconder da polícia que o perseguiu desde o Indaiá".

¹¹ François Henry Trigant des Genettes, nasceu em 1801, em Pauillac, Gironde, Nouvelle-Aquitaine, França. Formou-se em Medicina e em Ciências e Letras em Brest. Veio para o Brasil em 1840, residindo no Rio de Janeiro, Ouro Preto e Oliveira. Transferiu-se para Araxá e em seguida, em 1850, para Bagagem (atual Estrela do Sul), para exploração de diamantes, local onde estabeleceu garimpos e ensaios técnicos descritivos do local. Abandonou o garimpo e mudou-se para Goiás, em investigação científica. Em Goiás foi vigário de Ipameri e Santa Luzia, fundando colégios nessas localidades. A função de sacerdócio ele exerceu também em Paracatu/MG. Voltou para Bagagem e mudou-se para Uberaba posteriormente. Em Uberaba, participou ativamente da vida política, filiando-se ao Partido Liberal, tornando-se vereador e presidente da Câmara. Foi agente executivo (prefeito) e Uberaba de 1865 a 1867. Fundou ainda, a primeira escola de instrução secundária de Uberaba em 1854. Seu dinamismo envolveu ainda a área cultural, organizando grupos de atores amadores, integrando a *Companhia Dramática Uberabense*, escrevendo peças de teatro, encarregado de construir o teatro, terminado em 1864 no local onde hoje funciona o Cine São Luiz. Fundou o primeiro jornal impresso de Uberaba, em 1874. É sua a nomenclatura "Triângulo Mineiro" dada ao antigo Sertão da Farinha Podre. Prestou serviços como médico na Guarda Nacional, Destacam-se em sua produção literária e técnica os

A Bagagem foi por acaso descoberta pelo explorador paulista João Leite da Silva Hortiz (sic) (...) Foi no ano de 1722, que Bartholomeu Filho, e o seu gero Hortiz, partiram em descobrimento de Minas de ouro que existiam entre os índios Goyaz, e que tendo Hortiz se appartado de seu consocio carregando ao N.E., achou no Rio Bagagem, então denominado diferentemente pedras brilhantes que se conhacerão mais tarde serem preciosas. Com tudo cahirão em esquecimento ou se perderão tão ricos lugares (DES GENETTES, 1899, pág. 287).

Des Genettes explica ainda em seu artigo, que o nome “Bagagem” surgiu no início do século XIX quando o território pertencia à Goiás e integrava o circuito de exploração de ouro das bandeiras paulistas:

Em 1804, a 1805, o Cap. Isidoro Manoel da Cunha Dias, vieram explorar o Rio Dórado, como verdadeiros Garimpeiros que erão, e deixarão parte de seu trem ou bagagem nísticas mattas, que ora habitemos, designando eles em sua linguagem o lugar do deposito pelo nome de matta da Bagagem, donde o Rio tirou o appellido que hoje tem. (...) Denunciados ao Cap. General de Goyaz tiveram de fugir, deixando outra vez em esquecimento a diamantina do Dórado e da Bagagem (DES GENETTES, 1899, pág. 288).

Informações complementares à origem da Bagagem também foram reveladas por Des Genettes em seu artigo. Segundo sua anotação, foi ele que em 1849 – após tomar conhecimento de que um Padre, de nome Hilário Alvarenga, tinha obtido de um negro um diamante de grande valor – estabeleceu o primeiro local fixo de mineração:

Foi com tudo que decidio-me a vir explorar a Bagagem, o que fiz vindo estabelecer hum serviço de Mineração no lugar denominado Três Ilhas¹². A poucos dias de diferença, porém depois de mim, o ten. Coronel José Fernandes Rocha, e o cap. Manoel Roiz, vieram estabelecer hum serviço no Rio, que logo abandonarão, por não terem intenção alguma de se dedicarem a semelhantes trabalhos. O Sr. Joaquim Maxado de Moraes, fez então commigo uma sociedade, de demos princípio aos nossos trabalhos que continuamos até 18 de maio de 1850, época em que entrarão para este lugar, os Senhores Francisco Adão de S. Francisco, e os Senhores Cartes Irmãos. Então eu tinha remetido para o Rio de Janeiro pelo intermédio do Snr. ten. Coronel José Fernandes Rocha, os primeiros diamantes

ensaios: Diamantes na Bagagem (1851), Estudos Geológicos da Província de Goiás (1851), A ciência contra a ciência (sem data), Estudos Higiênicos sobre o bôcio nas Províncias de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás (1874), e as obras literárias: *O filho pródigo* (1871, peça teatral), *O estalajadeiro* (comédia em um ato), *o Inconfidente* (romance histórico) e *A Minha Profissão de fé* (escrita depois de sua ordenação em 1876). Faleceu em 1889, em Ipameri, Goiás.

¹² Provavelmente, pela descrição dos terrenos diamantinos que Des Genettes apresenta posteriormente em seu artigo, o lugar descoberto por ele, denominado Três Ilhas, corresponde à região próxima onde o Rio Bagagem desagua no Rio Paranaíba.

enviados desde lugar p. Corte (DES GENETTES, 1899, pág. 288).

Após a notícia dos diamantes encontrados, em 1851, segundo Des Genettes, haviam cerca de 3000 pessoas trabalhando na extração de diamantes. Assim como em outros territórios com atividades semelhantes, os arraiais provisórios de mineração se converteram em núcleos urbanos, constituindo sociedades complexas, de variados extratos sociais e diversidade étnica¹³ conferindo importância e protagonismo econômico na região, porém afetando intensamente seu cenário ambiental.

O romance “O Garimpeiro”, de Bernardo Guimarães, utilizando-se de uma recriação literária, descreve as transformações da paisagem de Estrela do Sul do século XIX, descrevendo ainda o cenário, o cotidiano, as relações sociais, o garimpo:

“As vastas e profundas selvas, no seio das quais corre ruidoso e turbulento o ribeirão da Bagagem, tinham tombado aos golpes do machado, deixando descortinada uma larga zona em uma e outra margem. No meio dos destroços da floresta viam-se dispersas em desordem as frágeis e provisórias habitações dos garimpeiros, cobertas das compridas palmas do coqueiro baguaçu. O ronco das catadupas servia como de acompanhamento às cantigas e algazarras dos garimpeiros, que ao longo da beira do rio lavavam alegremente o esperançoso cascalho.” (GUIMARÃES, 1969).

Sua morfogênese constitui-se do surgimento de dois¹⁴ núcleos urbanos núcleos de mineração ao longo do Rio Bagagem, articulados entre si, que se consolidaram ao longo da linha fluvial: Cachoeira e Joaquim Antônio. Esses dois núcleos, exercendo forças e centralidades mútuas, formavam a unidade administrativa Bagagem. Ainda no “Anuário da Velha Bagagem: 1849 – 1922”, (pág. 04) encontra-se a formação do território de mineração, com os dois núcleos urbanos espalhando-se pelas margens do Rio Bagagem:

¹³ O Anuário da Bagagem registra que em 1868 “o aumento da população é considerável, além de indivíduos de todas as províncias do Brasil também se encontravam portugueses, italianos, franceses, espanhóis, suíços, ingleses, chineses e norte-americanos.”

¹⁴ Houve ainda, segundo o Anuário da Bagagem e fontes orais, um terceiro núcleo minerador – o Comércio do Capitão Rufino Mundim – distante cerca de uma légua da Cachoeira, palco de disputas políticas e conflitos com o núcleo sede. Alguns capítulos de sua história são narrados no Anuário da Bagagem. Muitos de seus moradores constituíam a sociedade da Virada da Califórnia e sua falência provocou o abandono das atividades minerárias e consequentemente a dinâmica comercial desse núcleo.

1850: (...) a primeira picada¹⁵ de Joaquim Antônio a Cachoeira, (...) e formaram-se logo dois grandes povoados, Cachoeira e Joaquim Antônio. A denominação Cachoeira é devido a uma linda cachoeira que fica no centro do povoado e a de Joaquim Antônio por ali se estabelecido um ilustre cidadão chamado Coronel Joaquim Antônio opulento fazendeiro em Macaúbas, município de Patrocínio muito é citado em obras como *O Garimpeiro*, de Bernardo Guimarães (...)

Numa das edições do Jornal Estrella do Sul¹⁶ (NUM. 31,1923), o texto procura de forma poética, descrever o início dos garimpos e do povoado da Bagagem:

E assim, a pouco e pouco se foi formando o povoado ribeirinho, algumas centenas de almas já aqui viviam, mourejando no mesmo trabalho, na communhão dos mesmos costumes, do mesmo objectivo, e a medida que novos forasteiros affluiam, o casario baixo, tecto de palma de baguassú, paredes entrelaçadas de imbé, se destendia ao longo da margem, á certa distancia desta comtudo, na previdência das enchentes. A principio o garimpeiro, na espectativa de logo à sua terra natal regressar levando uma vultuosa fortuna, jamais cuidara da solidez destas habitações, que lhe não podiam proporcionar sinão um abrigo ephemero; depois, desfeita a primeira illusão, (pois que o diamante nem sempre apparecia no primeiro cascalho arrancado) elle as foi substituindo por umas casas de telha, mais amplas, mais solidas, fechadas à chave. É que então se lhe impunha uma completa adaptação ao meio. Foi assim o começo da Bagagem.

Após a abertura da picada, em 1851 uma das maiores intervenções na paisagem foi iniciada: a mudança no curso natural do Rio Bagagem, denominada “Virada da Califórnia”. Um grupo local formado por cerca de 50 sócios, fundaram a “Sociedade da Califórnia Brasileira”, responsável pelo planejamento das obras de contenção fluvial e da extração dos diamantes. A Virada se iniciava acima da Ponte da Beija, na região conhecida como Piçarrão, avançando de forma não contínua e cruzando o núcleo urbano de Cachoeira, estendendo-se até o núcleo urbano de Joaquim Antônio. As viradas foram constantes até o início da segunda metade do século XX, período que o traçado fluvial teve o curso alterado num

¹⁵ (pi. ca.da) sf. 3. Caminho aberto em mata fechada a golpes de facão ou foice; atalho; pique; trilha;

¹⁶ O Jornal Estrella do Sul foi publicado entre 1922 e 1928. O conteúdo dos jornais utilizava-se de narrativas memoriais e tradições do século XIX, buscando elementos que validassem a identidade local, (re) construída e (re) significada, social e culturalmente. Essa perspectiva visava traçar uma ascendente sócio-econômica que buscou inserir a cidade no traçado da Companhia de Estradas de Ferro Oeste de Minas, através do seu passado histórico.

pequeno trecho durante a década de 1970 (ver *Mapa FORMAÇÃO URBANA – 2ª metade do século XIX*).

O impacto da intervenção produziu reflexos que ainda repercutem na contemporaneidade. Processos geodinâmicos superficiais, movimentação de matéria arenosa e erosão de margens expostas, entre outros, intensificam as enchentes, pois, ao produzir “cotovelos” no traço fluvial, retardam o fluxo das águas que transbordam para as margens imediatas, com frágil e rarefeita vegetação ciliar e ocupadas por construções.

O processo de urbanização em Estrela do Sul, só seria intensificado a partir da segunda metade do século XIX. Em 1852 o curato de Nossa Senhora Mãe dos Homens foi elevado à Distrito de Paz Diamantino da Bagagem, pertencente à Comarca de Patrocínio, pela *Lei nº575 de 04 de maio*. A descoberta do célebre diamante Estrela do Sul¹⁷ em 1853, provocou a elevação de Paróquia o Distrito Diamantino da Bagagem através da *Lei Provincial nº 667, de 27 de abril de 1854*.

As atividades minerárias colocaram a cidade em posição de destaque na região, e sua evolução administrativa acompanhou esse crescimento. Pela *Lei nº777 de 30 de Maio de 1856*, o distrito foi elevado à Vila, com o nome de Bagagem, instalado em 30 de Setembro de 1858, data do desmembramento da Comarca do Patrocínio.

¹⁷ O Diamante Estrela do Sul (*Étoile Du Sud*) foi descoberto no mês de março de 1853, por uma escrava de nome Rosa, de propriedade de Casimiro de Moraes, trabalhando nos depósitos aluviais do rio Bagagem, possuindo 254,5ct. Pedra pura que em exposição solar, muda de cor, do branco ao rosa até a cor de fogo. Como forma de gratificação, a escrava ganhou a liberdade e uma pensão vitalícia. Em 1855, o diamante bruto foi exibido na Paris Industrial Exhibition (KURR, 1859). Foi nesta ocasião que os irmãos Halfen (negociantes de diamantes em Paris e até então proprietários da pedra) o batizou de a “A Estrela do Continente Sul americano”, consequentemente Estrela do Sul (DUFRÉNOY, 1856). Em 1856/1857 foi levado para Amsterdã, na Holanda, onde foi lapidado durante 3 meses por Mr. Voorzanger da firma Coster, reduzindo-o a 128ct. Ainda de acordo com Simonin (1869) uma réplica do diamante facetado foi exibido em 1862 na London Exhibition e em 1867 na Paris World Exhibition (ambas, famosas exposições universais industriais). Balfour (2000) escreve que entre 1867 e 1870, Khande Rao, o Gaekwar (monarca) de Baroda, reino indiano, comprou a pedra, permanecendo na coleção dos Gaekwar de Baroda por pelo menos 80 anos. Em 1934, o sobrinho neto de Khande Rao, Sayaji Rao III Gaekwar de Baroda, informou a Robert M. Shipley (fundador do Instituto Gemológico da América) que o diamante Estrela do Sul tinha sido encravado em um colar de Sita Devi, Maharani de Baroda, juntamente com o English Drenden (diamante também proveniente do Rio Bagagem, descoberto em 1857, com peso bruto de 119, 5ct, lapidado em gota com 78,53ct). Sita Devi foi fotografada usando o colar em 1948, mas nos próximos 50 anos, a posse do diamante era incerta e desconhecida. Em 2001, foi comprado por um negociador de gemas anônimo e em 2004, o diamante era de posse da relojoaria Cartier, que o colocou em exposição na 22ª Bienal de Paris no Museu do Louvre.

Vale analisa a construção das capelas e sua influência na estruturação dos espaços urbanos dos arraiais e freguesias surgidos no antigo Sertão da Farinha Podre, demonstrando que:

Em grande parte, as capelas e paróquias surgiram a partir do interesse e das ações das próprias populações locais que desejavam, além da assistência espiritual mais fácil, o estabelecimento e o reconhecimento de uma vida em sociedade organizada, com todas as implicações práticas que trazia. Em geral, um grupo de moradores, encabeçados por algumas pessoas de maior prestígio, ou mesmo grupos movidos por uma devoção em comum, organizavam-se para o recolhimento de doações e a execução da obra. (...) Os antigos povoados do Sertão da Farinha Podre surgiram, invariavelmente, nos topos ou meias encostas de um vale, onde a proximidade de um rio ou riacho garantia o abastecimento de água para a população. Nenhum ocupou as margens dos rios de grande ou médio porte, preferindo, antes, pequenos afluentes e córregos. A capela, que mais tarde poderia tornar-se matriz, era construída sempre situada na parte mais alta da encosta, geralmente, com a fachada principal voltada para o rio. O seu adro era, usualmente, ocupado pelo cemitério. O espaço à volta, quase sempre aberto e desvencilhado de casas, constituía um grande vazio - o largo da matriz. Delimitando esse espaço, eram situadas as casas, dispostas em alinhamento, criando uma praça de formato, geralmente, retangular. (1997, pág. 76; 88).

As igrejas e capelas de Estrela do Sul se destacam no tecido urbano. Foram implantadas seguindo o fundamento comum à todas as povoações da região do Triângulo Mineiro: adaptando o traçado urbano à topografia local e elegendo as meia-encostas como pontos espaciais de convergência do traçado urbano.

A formação urbana de Estrela do Sul se desenvolveu organicamente condicionada pela topografia, típica de centros mineradores (ver *Mapa EVOLUÇÃO URBANA – 2ª metade do século XIX*). Como resultante da atividade da mineração e ocupação do território, o centro urbano e o ambiente construído de Estrela do Sul do século XIX, apresentava um padrão irregular sem uma intenção geométrica rígida, ocorrendo em função das vias que partiam do adro da capela, centralidade formada em articulação com espaços livres e pequenas unidades residenciais perimetalmente cercadas por muros de pedras (ainda constantes na paisagem urbana contemporânea em diversos pontos) que estrutura o tecido urbano.

A declividade do núcleo urbano de modo geral, apresenta entre 20% e 25% de predominância, salvo as áreas margeadas ao Rio Bagagem, fundos de vales e morros do entorno imediato em que valores alternam para menor ou maior

porcentagem. Esses pontos possibilitavam simultaneamente a resolução de problemas de abastecimento de água e o escoamento de águas pluviais e o destaque no espaço pelas edificações religiosas.

O alargamento das vias determinou a formação de largos que se constituem em espaços mais abertos, dando maior destaque às edificações religiosas e de maior importância. Ligavam pontos importantes do povoado até então, como adros de capelas, locais de comércio intenso, saídas para sedes de fazendas, áreas quilombolas e principalmente as pequenas povoações: Cachoeira e Joaquim Antônio. Os elementos físicos naturais estruturaram sua paisagem urbana. As vias então seguiram o traçado do Rio Bagagem, ora cruzando-o formando novos eixos, acompanhando curso d'água menores, tateando o território e consolidando o tecido urbano.

No núcleo urbano de Cachoeira, entre 1856 a 1858, foi erguida a primeira Igreja Matriz dedicada à Nossa Senhora Mãe dos Homens, padroeira da cidade, à meia encosta de um lado do Rio Bagagem com fachada voltada ao rio. A imagem da padroeira da povoação ficava em um rancho de sapé erguido na esquina do Largo da Matriz (atual Praça da Matriz), local de concentração da população para as festas religiosas, sendo vigário o padre Manuel Rodrigues da Paixão (Dossiê de Tombamento da Igreja Matriz de Nossa Senhora Mãe dos Homens, 2006). Em frente à Igreja Matriz, no adro, localizava-se o cemitério, construído conforme o costume da época onde "... o povo d'esta cidade edificou o cemitério paroquial, ali pelo anno de 1860, pouco mais ou menos" (Livro do Tombo, 1916, pag. 41). No início da década de 1920 foi desativado e transferido para o atual local.

Em 1865 foi erguida a capela de Nossa Senhora do Rosário num largo de mesmo nome, na margem oposta à Igreja Matriz de Nossa Senhora Mãe dos Homens com fachada voltada ao rio. Seu largo imediato se conectava a outro extenso largo à direita da Capela.

No núcleo urbano de Joaquim Antônio também foram construídas duas capelas. Em 1865, uma consagrada à Santa Rita de Cássia, implantada no largo de mesmo nome paralelo ao Rio Bagagem em uma topografia levemente plana com linhas de drenagem pluvial levando ao Rio Bagagem e ao curso d'água existente – Córrego Grande. Em 1870 foi construída uma consagrada à São Benedito, implantada à meia encosta no amplo Largo de São Benedito

emoldurado por morros, frontalmente ao Rio Bagagem, em margem oposta ao Largo de Santa Rita.

Essas centralidades consolidaram-se no caminho tronco de mineração de eixo norte-sul formando uma cidade linear, e configuraram a conexão espacial das povoações estabelecidas ao longo da margem do Rio Bagagem (ver *Etapas 1, 2 e 3 no Mapa EVOLUÇÃO URBANA – 2ª metade do século XIX*).

Das centralidades dos adros, convergiram para o Rio Bagagem arruamentos transversais à encosta, solução que suaviza as declividades acentuadas em alguns pontos. As três vias principais que possuíam maior dinamismo comercial, receberam pavimentação em pedras do tipo pé de moleque, e delas, o traçado de ruas paralelas e estreitas, cruzavam o Rio Bagagem e caracterizam largos nas extremidades. As transposições do Rio Bagagem eram realizadas pelas pontes da Beija e do Padre Modesto, na Cachoeira e pela Ponte da Liberdade e Pinguela dos Inocentes do distrito de Joaquim Antônio. Os largos do tecido urbano principal que margeiam o Rio Bagagem, apresentavam tendências alagadiças, provavelmente pela implantação imediata nos fundos de vales, região de drenagem pluvial.

Os conjuntos espaciais urbanos formados por largos e espaços livres articularam e conectaram o tecido urbano ao Rio Bagagem. Na Cachoeira estabeleceram-se na margem fluvial esquerda, o Largo da Matriz e o Largo da Praia Rica e na margem fluvial direita, o Largo do Rosário e sua extensão. No distrito de Joaquim Antônio, estabeleceram-se na margem fluvial esquerda o Largo de Santa Rita e a Praça do Mercado e na margem fluvial direita o Largo de São Benedito e Praça da Conceição.

O período áureo da produção diamantífera ocorreu ao longo da segunda metade do séc XIX. Em 1861, a vila foi elevada à categoria de cidade, pela *Lei nº1101 de 19 de Setembro*. Em 1867 foi criada a Comarca da Bagagem pela *Lei provincial nº 1447 de 31 de dezembro*.

As habitações provisórias cederam espaço para construções de materiais mais resistentes e o traçado urbano se consolidou. Como legado das explorações diamantífera do rio, a arquitetura nascente da cidade, reforça sua identidade urbana, estando muitas vezes, articuladas ou com os espaços livres ou com os morros emoldurantes. Retomando à descrição do romance de

Bernardo Guimarães “O Garimpeiro”, a transformação urbana também pode ser observada neste período:

A Bagagem já então apresentava o aspecto de uma povoação nascente, cheia de comércio, vida e animação, como são em seu começo todos os descobertos diamantinos. Já não eram simplesmente os toscos ranchos cobertos de baguaçu espalhados em desordem ao longo das margens do rio. Por entre eles alvejavam já não raras algumas casas caiadas e envidraçadas, como garças pousadas entre um bando de pardacentas pombas silvestres. Algumas ruas menos irregulares se iam formando, e nelas viam-se já bonitas e bem sortidas lojas e casas de negócio de toda a espécie. A Bagagem contava em seu seio talvez vinte mil almas à custa dos municípios vizinhos, que ficaram despovoados. Quase todo o Patrocínio, o Araxá, grande parte do Paracatu e Uberaba tinham-se mudado para as matas da Bagagem. (GUIMARÃES, 1969, pag.19)

Os capítulos I, II, III e IV do Código de Posturas da Câmara Municipal da Bagagem datado de 1875, orientou o alinhamento, a limpeza de testadas, ruas, praças e edifícios, a construção das edificações e obras públicas respectivamente. As construções por exemplo, deveriam ser elaboradas conforme a proporção de 18 palmos¹⁸ de pé direito, assentado sobre base de pedras ou taipa, sendo térreas e, no caso de serem sobrados, 18 palmos até o pavimento do primeiro andar, e no segundo pavimento 16 palmos até a linha do telhado. A proporção¹⁹ era uma constante a ser buscada e prevista no Código de Posturas. Quanto às aberturas, estabelecia que as portas deveriam ter 12 palmos de altura, as janelas sete palmos, ambas com cinco palmos e meio de largura e a largura da alvenaria entre portas e janelas deveria possuir três palmos. O espaço entre uma edificação e outra, compreendendo os limites do térreo, deveria ser vedado com um muro de pedras de nove palmos de altura.

¹⁸ s.m. 1. Extensão que equivale ao comprimento de uma mão aberta, entre as extremidades dos dedos polegar e mínimo;

2. Antiga unidade de medida de comprimento de sistema métrico, que equivale a 22 cm. [F.: Do lat. *palmus*, i. Hom./Par.: *pålmo* (sm.), *pålmo* (fl. de *palmar*).]

¹⁹ Ainda se percebe na paisagem contemporânea a permanência dessa proporção nas fachadas de arquiteturas desse período bem como a enorme quantidade de muros de pedras pulverizados no tecido urbano e áreas adjacentes ao núcleo original de fundação.



Conjunto de imagens 02: Espaços urbanos no século XIX. Acima, à esquerda, Câmara Municipal da Bagagem. Década de 1890. Abaixo, panorâmica do distrito sede Cachoeira. Observa-se a articulação do tecido urbano e a relação espacial entre a Igreja Matriz de Nossa Senhora Mãe dos Homens à esquerda e os fundos da Capela do Rosário à direita. Em primeiro plano, habitações provisórias em palha.

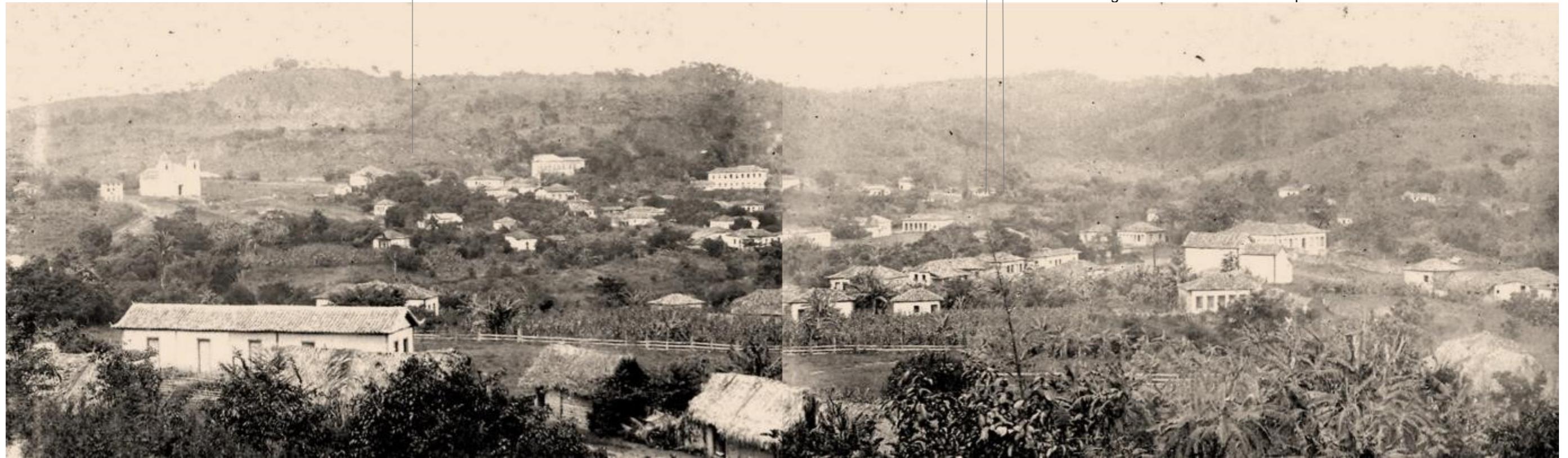


Largo da Praia Rica (atual Praça Chico Brasileiro). Em segundo plano, a Ponte do Padre Modesto e ao fundo, habitações provisórias em palha ocupando onde hoje se estabeleceu os bairros Alto São Vicente e Bela Vista. Década de 1890.



Vista do Largo da Praia Rica a partir da Ponte do Padre Modesto. Ao fundo à direita, a antiga Pensão Estrella. O Largo da Praia Rica implanta-se às margens do Rio Bagagem (em primeiro plano), local onde se constituiu um trecho da Virada da Califórnia. Década de 1890.

Fonte das imagens: Acervo Museu Municipal de Estrela do Sul





Calçamento do tipo pé de moleque em pedras da Rua Principal. Observa-se na fotografia acima as proporções da arquitetura tradicional. Na fotografia abaixo, Rua Principal e Ponte Padre Modesto ao centro no fundo. Década de 1900.

Conjunto de imagens 03: Espaços urbanos no século XIX. Ao centro, o alinhamento do casario na Rua Principal que conectava o Paço Municipal ao Largo do Rosário com sua respectiva capela ao fundo. À direita, acima, o Asilo São Vicente que se constituía como única arquitetura “sólida” até então naquela região de encosta em contraste com a relativa densidade construída ao longo das ruas do núcleo de maior dinâmica comercial. O equilíbrio entre o construído e o ambiente natural é facilmente percebido pela presença dos quintais e pela topografia mais acidentada ou de declividade acentuada. Década de 1900.

Fonte das imagens: Acervo Museu Municipal de Estrela do Sul



Conjunto de imagens 04: Espaços urbanos no século XIX. Junção esquemática de fotografias representando o Largo do Rosário. Na primeira imagem, a Capela do Rosário, com tipologias semelhantes à todas as capelas da região, construídas durante o século XIX. Na segunda imagem, carro de boi e chafariz em primeiro plano. Observa-se o alinhamento das construções e a proporção entre cheios e vazios. O Largo do Rosário (atual Praça Argelino de Moraes e áreas construídas – Grupo Municipal Monsenhor Horta e Capela Nossa Senhora de Fátima – se caracterizava por um amplo espaço aberto, ponto de paradas e atividades comerciais. Nele se instalou ainda a Cadeia Municipal (foto abaixo à esquerda). O largo se implantou às margens do Rio Bagagem, numa região relativamente plana, porém, alagadiça. Auxiliou na estruturação urbana do distrito sede, conectando diferentes espaços.



Capela do Rosário em perspectiva, destacando o cruzeiro e a fachada. Observa-se a Cadeia Municipal, recém construída, ao lado da antiga, com mesma estética e proporção.

Fonte das imagens: Acervo Museu Municipal de Estrela do Sul e Arquivo Público Mineiro



Conjunto de imagens 05: Espaços urbanos no início do século XX. Na fotografia abaixo, panorâmica de Estrela do Sul em 1901, destacando-se a adaptação do tecido urbano na topografia e a Igreja Matriz de Nossa Senhora Mãe dos Homens como marco referencial e a locação do antigo Largo Praia Rica (atual Praça Chico Brasileiro) estabelecido às margens do Rio Bagagem. Na fotografia acima à esquerda, da década de 1900, o cemitério municipal que localizava-se no largo que se estendia no adro da Igreja Matriz, delimitado por muro perimetral de pedras. Observa-se ainda a Capela do Rosário, ao centro no fundo, implantada frontalmente à Igreja Matriz e o entorno imediato. Na fotografia acima, sem data, reforça-se o destaque que a Igreja Matriz exercia, antecedida pela Rua da Beija, com calçamento em pedras e em primeiro plano, trecho da ponte da Beija.

Fonte das imagens: Acervo Museu Municipal de Estrela do Sul e Arquivo Público Mineiro

No contexto econômico e social, utilizava-se um dos mais significativos elementos formadores da cultura e na economia local: a mão-de-obra negra. Segundo a “Tabela de Evolução da População Segundo os Municípios 1872/2010”, baseada no “Mapa de População Africana -1872” e “Directoria geral de estatística, Recenseamento do Brazil (1872)” realizado pelo IBGE (2006), a Comarca da Bagagem possuía, no ano de 1872, uma população livre de 28.167 habitantes e população escrava de 2.963, totalizando 31.130 habitantes. Essa mão de obra foi explorada durante todo o processo de formação urbana de Estrela do Sul, e, em uma época posterior à descoberta das minas de diamantes na África do Sul, foi efetivada nas fazendas, pastagens e engenhos.

O tecido urbano configura o suporte para a diversidade da ocupação edilícia. Observa-se um padrão de implantação mais sólida no entorno dos adros das capelas e em locais de comércio mais intenso e habitações provisórias em encostas afastadas do centro urbano principal, constituídas de materiais locais.

A partir de 1870, a descoberta de minas de diamantes na África do Sul derrubou o preço do diamante em nível internacional, que se refletiu negativamente no comércio interno. A queda da população de Estrela do Sul foi gradativa, assim como a economia do município. A cidade perdeu população, dinamismo comercial e importância na configuração regional. Uma nova formação administrativa foi estabelecida após esse período. Em 1883 a *Lei provincial nº 3106 de 06 de Outubro* e a *Lei Estadual nº 02 de 14 de Setembro de 1891*, criou-se o Distrito de Santa Rita da Estrela do Sul sendo anexado à Vila de Bagagem²⁰.

Durante a primeira metade do século XX, observou-se a consolidação do traçado urbano remanescente do século XIX (ver *Mapa EVOLUÇÃO URBANA – 1^a metade do século XX*), porém, novos acréscimos no tecido urbano, demonstram uma tendência para a conexão entre os caminhos secundários que partem do antigo caminho tronco, a introdução de novas formas de uso e ocupação do solo no entorno do núcleo original, o adensamento no entorno dos largos de igrejas e capelas, bem como novas tipologias arquitetônicas e

²⁰ A Lei Estadual nº 843 de 07 de Setembro de 1923 “Modifica o nome do Distrito Cachoeiras passado a ser Estrela do Sul”. Em 1938 pelo Decreto-Lei Estadual nº 148 de 17 de dezembro é “Extinto o Distrito de Santa Rita da Estrela, sendo seu território anexado ao Distrito Sede do município de Estrela do Sul”, criado novamente em 1948 pela Lei Estadual nº 336 de 27 de dezembro.

composições estéticas. A cidade teve seu em acervo arquitetônico, principalmente as obras de maior destaque ou relacionadas com autoridades locais, adições de edificações em estilo eclético, estilo utilizado em remodelações de fachadas e volumetrias de outras arquiteturas tradicionais, como por exemplo a remodelação da fachada da Câmara Municipal em 1919 ou demolições completas, como a da Capela do Rosário, demolida em 1928, cedendo lugar à construção da Grupo Escolar Monsenhor Horta, concluído em 1934.

As intervenções de modernização urbana tiveram na figura do padre de ascendência portuguesa José Benjamim Cerqueira, que já se encontrava na cidade desde 1916, o expoente principal, que se estabeleceu em Estrela do Sul. A remodelação da Igreja Matriz de Nossa Senhora Mãe dos Homens, no início da década de 1920 foi a primeira intervenção arquitetônica do padre Benjamim. As duas torres da igreja, construída no século XIX em estilo tradicional, foram demolidas em 1917 cedendo lugar à uma torre central, apresentando um estilo tênu entre o suntuoso/rebuscado e simples/purista, marca de sua criação artística, estilo não observado na cidade até então. A intervenção ocorreu apenas na fachada da igreja, preservando o corpo da nave e capela mor originais, sendo demolidos posteriormente para uma reconstrução total da igreja na década de 1940. O conjunto eclético – formado por duas residências assobradadas – localizado na Praça da Matriz, foi também criado por Padre Benjamim.

A presença de Benjamim através de sua experiência com engenharia, foi relevante no contexto das transformações e contribuições arquitetônicas e urbanísticas que a cidade sofreu à época e influenciou as demais produções arquitetônicas que serviram de instrumento para a propaganda progressista, estimulada principalmente pela tentativa de inserção da cidade no trajeto da Companhia de Estradas de Ferro Oeste de Minas²¹ (EFOM).

²¹ A Companhia de Estradas de Ferro Oeste de Minas foi inaugurada em 25 de agosto de 1881, com o trecho inicial partindo de Sítio (localidade a 100km de São João Del Rei e estação da Central do Brasil) para São João Del Rei. Em 1885, adquiriu concessão para prolongamento no sentido oeste de Minas Gerais. Integrou, em 1931, juntamente com a Rede Sul Mineira (RSM), a Rede Mineira de Viação (RMV). A estação inaugurada em Estrela do Sul, localiza-se no distrito de São Félix, e foi inaugurada em 1942 como prolongamento do tronco da já consolidada RMV que uniria a Goiandira. A escolha do distrito de São Félix foi condicionada pela topografia local, ligeiramente plana, já que no distrito Sede – Estrela do Sul – a topografia é característica de fundos de vale. No início dos anos 1990, todo o trecho foi retirado devido à construção da

Nas décadas de 1920 e 1930, como produto e sustentação da perspectiva progressista adotada pelo *Jornal Estrella do Sul*, importantes marcos intervencionistas na paisagem antrópica, novas possibilidades estéticas e inovações da arquitetura foram introduzidos, como o investimento em infraestrutura de núcleos históricos – sistema de abastecimento de água e esgoto, rede elétrica (Usina de Energia às margens do Rio Bagagem) – e áreas adjacentes e ajardinamento de largos e espaços livres transformados em praças.

Nesse período, observou-se as primeiras manifestações de interesse pela preservação da memória histórica através da evocação de narrativas memoriais, mitos e tradições, construindo um patrimônio de representações. Seu acervo urbano e arquitetônico passou a ser visto como símbolo identitário, com atributos idealizados e sentimentos de enaltecimento.

Entre as décadas de 1950 e 1970, o distrito sede da cidade recebeu diversas obras de estilo moderno – Banco do Brasil, Cine Paes de Almeida e obras residenciais –, intervenções e expansão urbana, marcada principalmente pela reestruturação das políticas assistencialistas: energia elétrica, torres de televisão, rádio e telefone, correios e telégrafos, obras públicas (agência do Banco do Brasil, Ginásio Escolar, escolas municipais, Hospital Municipal, Cinema, unidades armazenadoras agrícolas, Fórum, e conjuntos habitacionais). O núcleo original do distrito de Joaquim Antônio não recebeu a influência do eclético, sendo o moderno mais utilizado tanto em obras religiosas – Igreja de Santa Rita de arquitetura tradicional demolida e reconstruída em estilo moderno em 1965 –, obras públicas – Escola Jacó Batista do Amaral, Hospital Sebastião Paes de Almeida – e residenciais, permanecendo em caráter coadjuvante à dinâmica econômica e política.



Conjunto de imagens 06: Espaços urbanos nas décadas de 1930/1950. À direita em primeiro plano, a Câmara Municipal, também em destaque na imagem ao lado, na década de 1930. Observa-se a utilização do estilo Eclético na remodelação da fachada da Câmara, também observado na torre da igreja Matriz ao fundo e na imagem central, no Grupo Escolar Monsenhor Horta. Na primeira imagem, da década de 1950, trecho do canal d'água da antiga Usina de Energia Elétrica, instalada às margens do Rio Bagagem, em 1925. Na fotografia abaixo, panorâmica de Estrela do Sul, década de 1950. Em destaque central ao fundo, a Igreja Nossa Senhora de Fátima, marco referencial da área. Observa-se a consolidação do traçado urbano original e a ambiência do entorno preservada.

Fonte das imagens: Acervo Museu Municipal de Estrela do Sul e Arquivo Público Mineiro

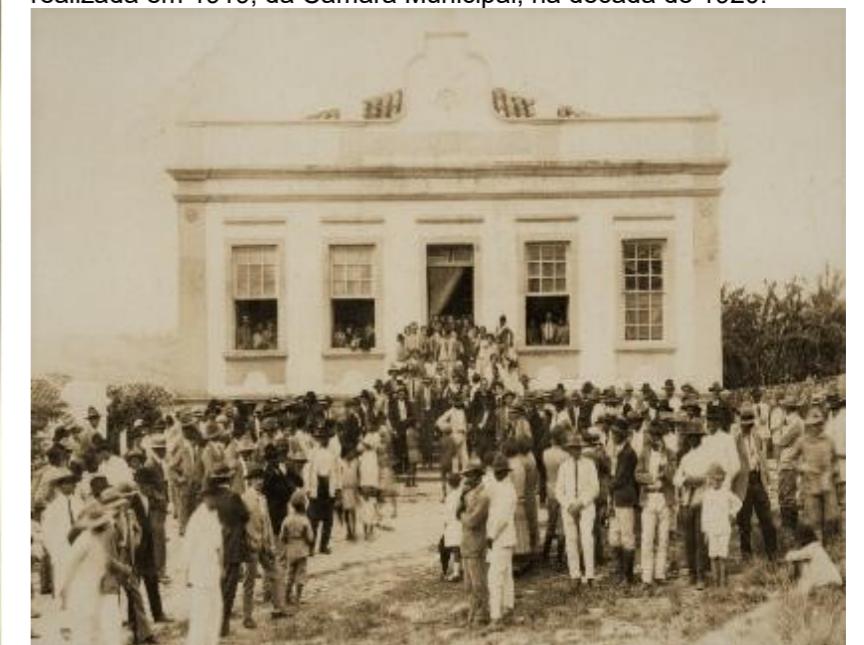




Conjunto de imagens 07: Espaços urbanos na década de 1930. Na imagem acima, conjunto Eclético da Praça da Matriz (sobrados, residência e igreja Matriz), década de 1930. A construção do conjunto foi realizada pelo Padre José Benjamim Cerqueira em meados da década de 1920, após transferir o cemitério municipal, construído em 1860, para um novo local. O espaço da praça caracterizava um amplo espaço aberto gramado delimitado pelas ruas que partiam do adro da igreja em direção à outros largos estabelecidos nas margens do Rio Bagagem, com arquiteturas de estilo tradicional original, intervencionadas e ecléticas.



Na imagem acima, intervenção na torre da Igreja Matriz Nossa Senhora Mãe dos Homens, realizada pelo Padre José Benjamim Cerqueira na década de 1920. Observa-se o corpo da nave original, de arquitetura tradicional. Ao lado da igreja, o sobrado, também intervencionado, onde viveu. Na imagem abaixo, inauguração da remodelação, realizada em 1919, da Câmara Municipal, na década de 1920.

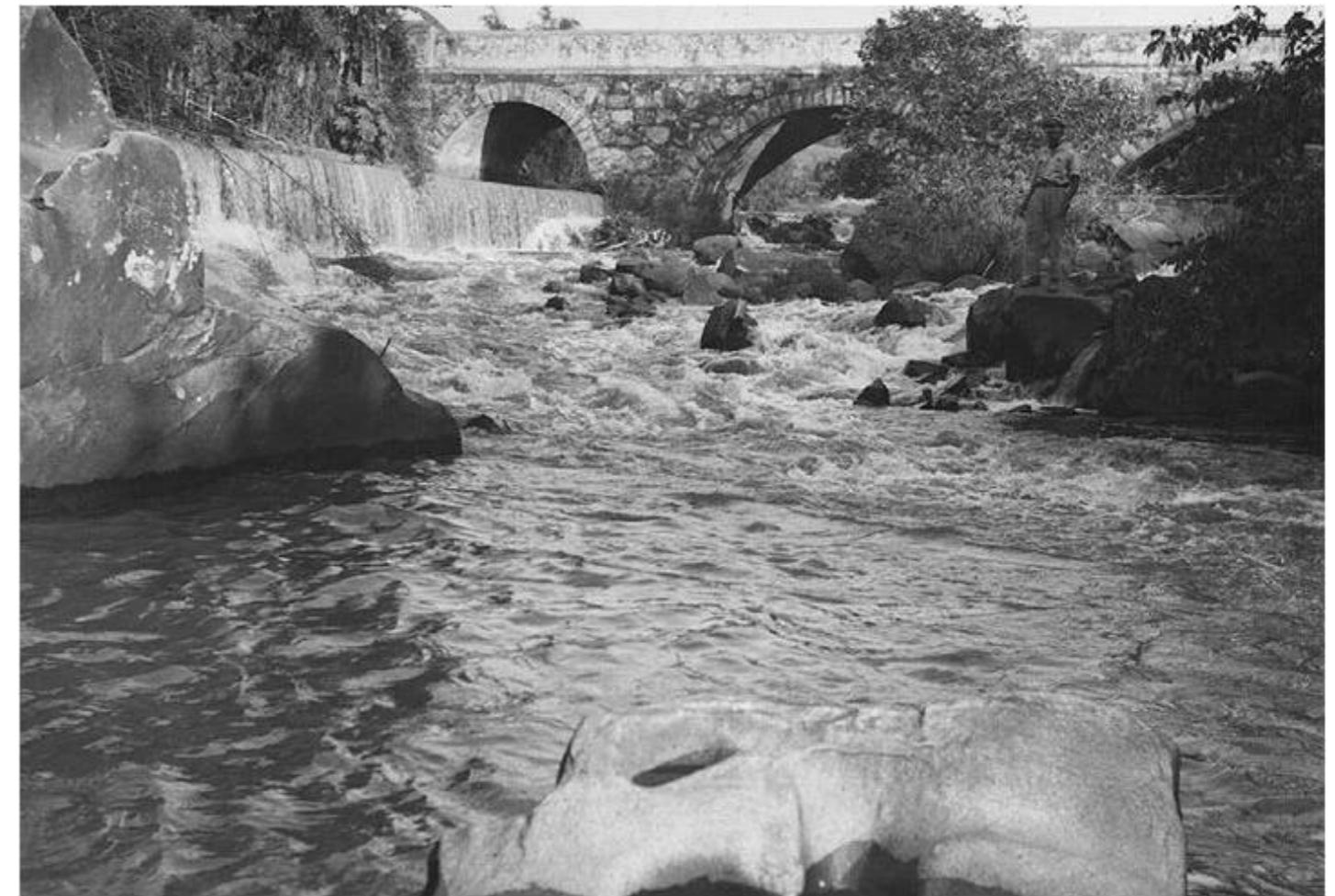


Fonte das imagens: Acervo Museu Municipal de Estrela do Sul



Conjunto de imagens 08: Praça Centenário (atual Praça Bandeirante João Leite da Silva Ortiz.) Na primeira imagem, percebe-se o desenho da praça, projetada pelo técnico em jardins Rudolf Steiner de Belo Horizonte, com semelhança dos jardins franceses. A praça foi implantada na extensão do Largo do Rosário, na década de 1930. Em destaque central ao fundo, a Observa-se no entorno a arquitetura tradicional, cercamento de pedras e intervenção na fachada numa dessas arquitetura, ao centro da imagem acima. A fotografia ao lado, da década de 1940, observa-se a pulverização da intervenção a fachada de quase todas arquiteturas tradicionais do entorno da praça. As duas imagens abaixo representam dois momentos da década de 1950. Percebe-se a demolição de parte do conjunto arquitetônico tradicional para a inserção da arquitetura moderna, presente no Banco do Brasil. A vegetação da praça recebeu a poda em topiária, técnica francesa de paisagismo, que foi bastante utilizada em Estrela do Sul e ainda é remanescente nessa e em outras praças.

Fonte das imagens: Acervo Museu Municipal de Estrela do Sul



Conjunto de imagens 09: Ponte José Gonçalves. Construída em 1925 pelo Padre José Benjamim Cerqueira. A ponte substituiu a antiga Ponte Padre Modesto, em estrutura de madeira. Três arcos de pedra cruzam o Rio Bagagem e no primeiro, um canal fluvial saía em direção à Usina de Energia Elétrica. Quando fechava a comporta, a água voltada ao canal, transbordando em forma de cascata abaixo da ponte. Nas imagens abaixo, observam-se o leito do rio explorado pela mineração de diamantes, na primeira, e na segunda, garimpeiros durante uma virada do rio, na década de 1930.

Fonte das imagens: Acervo Museu Municipal de Estrela do Sul

O período marcado pelas intervenções, compreendido início à final do século XX, estabeleceu uma nova hierarquia das estruturas arquitetônicas e urbanas de Estrela do Sul, naturalmente vinculada ao senso estético que emanava de novas constituições espaciais e volumétricas. Com as mudanças na arquitetura religiosa e adições pontuais em fachadas de conjuntos urbanos, novos suportes técnicos e materiais foram introduzidos e aceitos no cotidiano da cidade. Observa-se que, no entanto, as intervenções urbanas se concentram no núcleo original de fundação do distrito sede.

As ocupações provisórias que se instalaram nas encostas mais afastadas dos núcleos, são reorientadas em função da tentativa de retificação do tecido urbano ora apresentado organicamente. A configuração dos quarteirões nessas regiões, apresentam desenho condicionado pelo novo padrão de desenho retangular e de ocupação mais densa observada na distribuição dos lotes, com quadras delimitadas pela sucessão de ruas transversais às que direcionam ao Rio Bagagem.

O aspecto contemporâneo do tecido urbano de Estrela do Sul (*ver Mapa EVOLUÇÃO URBANA – início do século XXI*), apresenta a consolidação da morfologia urbana como um somatório dos processos anteriores de sua formação. A estagnação econômica provocada pela queda do preço do diamante a partir de 1870, propiciou um decréscimo populacional em quase toda a metade do século XX. Essa característica alinhada com a baixa dinâmica imobiliária, preservou, de certa forma, exemplares da arquitetura tradicional mineira do século XIX, bem como a ambiência de conjuntos urbanos e paisagísticos, entorno ambiental e topografia imediatos. Esse processo permitiu que a paisagem urbana chegasse à contemporaneidade preservada, com visualidades, formas e elementos que permitem uma leitura urbana de forma sintática.

O adensamento dos núcleos originais acontece de forma horizontal, ou seja, não se observa verticalização em novas edificações em substituição de arquiteturas tradicionais por novas composições, permanecendo a predominância de massa vegetal nos interiores de quadra, utilizados como pequenas hortas residenciais e jardins particulares.

Essa composição da paisagem urbana, principalmente a que tangencia o tecido urbano, modifica-se quando se observa a implantação de novos bairros,

entre as décadas de 1970 e 1980, localizados no trecho urbano compreendido entre os núcleos originais de fundação, a oeste lindeiro à Avenida Manuel Coelho de Resende (ver *Mapa EVOLUÇÃO URBANA – início do século XXI*). Embora a implantação das habitações siga e testada dos lotes e se perceba a presença de massa vegetal no interior de algumas quadras, a implantação do tecido urbano segue a rigidez geométrica formando quadras predominantemente retangulares com padrão de ocupação e adensamento do tipo habitação popular, contrastante com o tecido urbano dos núcleos originais (ver *Mapas fundo figura Espaço Construído e Sistema Viário em Mapa EVOLUÇÃO URBANA – início do século XXI*).

O tecido urbano apresenta sucessivas camadas de desenho e implantação que são sobrepostas e consolidadas, criando conexões dos núcleos originais de fundação com novas áreas, ou seja, novos fragmentos são adicionados de forma a completar o tecido urbano. (ver *Mapa SÍNTESSE EVOLUÇÃO DO TECIDO URBANO*). As vias apresentam pavimentação asfáltica deteriorada em alguns trechos, deixando em evidência a pavimentação em paralelepípedo de basalto da década de 1940 do núcleo original. O sentido do tráfego não se limita aos conjuntos urbanos e áreas de interesse de preservação e sim, correspondem à capacidade viária das vias, desconsiderando a implicação gradativa à essas áreas devido a vibrações, impacto ambiental, poluição sonora e ambiental provenientes de veículos mais pesados.

Apresentando uma volumetria predominantemente térrea, os elementos construídos que se destacam na paisagem correspondem à torres de igrejas e construções de maior importância, tais como a Igreja Matriz Nossa Senhora Mãe dos Homens, Capela Nossa Senhora de Fátima, Igreja de Santa Rita, Capela de São Benedito, Prefeitura Municipal, Grupo Escolar Monsenhor Horta, que se constituem em importantes marcos de referência espacial urbana. Não há uma delimitação urbana correspondente à um setor (residencial, industrial, comercial, etc), sendo observados em toda estrutura física da cidade, assinalados somente as áreas de maior dinâmica sócioeconômica (ver *Mapas Gabarito, Equipamentos urbanos e Uso e Ocupação do Solo em Mapa EVOLUÇÃO URBANA – início do século XXI*).

A dinâmica urbana de Estrela do Sul é característica das cidades de pequeno porte. As atividades econômicas são correspondentes principalmente

ao setor agropecuário e de reflorestamento – floresta de pinus –, desenvolvendo ainda atividades relacionadas à serviços, à mineração (autônoma e de pequenas empresas no garimpo de diamantes) e pequenas indústrias de transformação (marcenarias e serrarias).

As atividades econômicas são associadas, portanto, à exploração de recursos naturais e continuam a modificar o cenário urbano e ambiental, acarretando problemas ambientais de significativas consequências como assoreamento por sedimentos naturais, poluição de águas em cursos d'água e afluentes, enchentes constantes, escorregamento de encostas, etc. O Plano Diretor Participativo de Estrela do Sul (UFU, 2007, pág. 37) aponta que a incidência desses processos decorre da associação de dois fatores: as características do quadro natural geológico e geomorfológico dos terrenos onde se assenta o município e as formas inadequadas de uso e ocupação do solo.

A conservação dos ecossistemas de Estrela do Sul não foi elemento de pauta ao longo de sua história e sua perda foi condicionada principalmente pela ação antrópica. No ambiente urbano, porção mais vulnerável e suscetível à essas transformações, são observados os efeitos negativos da má conservação da paisagem natural. A formação do território iniciou-se pelo desmatamento de floresta ativa marginal ao Rio Bagagem. Parte de sua cobertura vegetal nativa também cedeu lugar às atividades agropecuárias e de reflorestamento, mantendo unidades vegetais ao longo de afluentes. Por último, a mineração de diamantes foi a catalisadora da perda do patrimônio natural no trecho urbano do vale do Rio Bagagem.

Apenas pequenas porções residuais de floresta nativa ainda são observadas em encostas do entorno imediato, e devido às características do relevo e do ecossistema local – formado por cerradão, veredas e floresta estacional semidecidual –, o entorno imediato aos distritos, Sede e de Santa Rita, preserva, de certa maneira, sua ambiência paisagística.



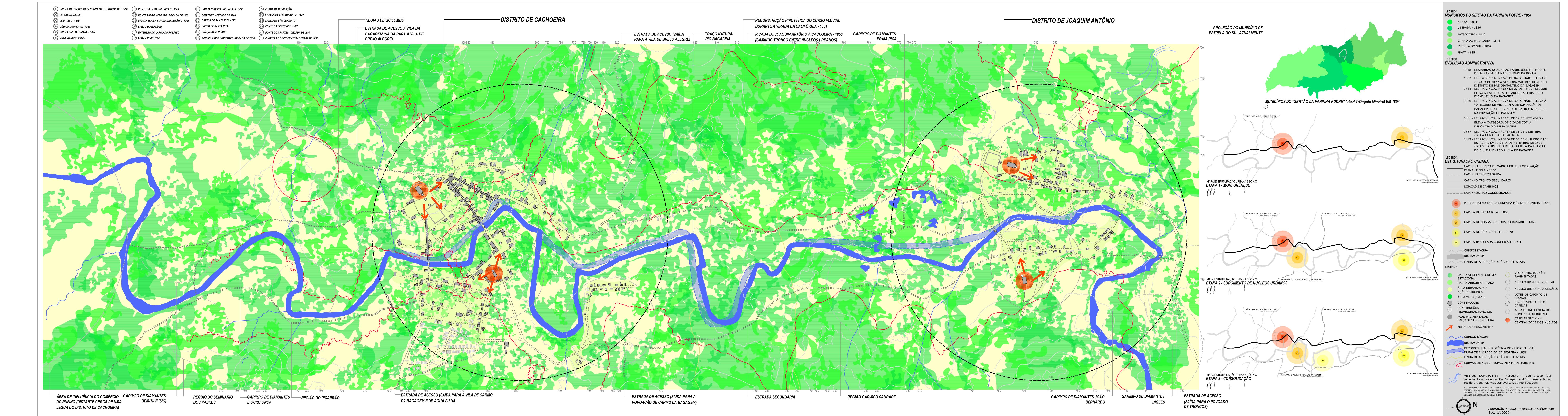
Conjunto de imagens 10: Área central atual. Nas imagens à esquerda, região da Praça Argelino de Moraes e Adro da Igreja de Nossa Senhora de Fátima em perspectiva e planificada. A quadra onde se encontra a igreja e a Escola Municipal Monsenhor Horta se estabeleceu onde antes era o Largo do Rosário. Nas imagens à direita, conexão das praças Chico Brasileiro e Bandeirante João Leite da Silva Ortiz pela ponte central sobre o Rio Bagagem. Nas quatro imagens, observa-se o padrão de ocupação nos lotes pelas residências e o alinhamento delas com a rua, ou desenvolvendo-se no entorno das praças, remanescente do século XIX. As praças destacadas nas quatro imagens se estabeleceram em largos implantados às margens do Rio Bagagem e essa relação entre o ambiente natural – vegetação e rio – e construído denota forte característica na ambientação local. A proporção entre construído e natural ainda é preservada, notadamente pela forte presença das massas vegetais no entorno e nos meios de quadra. A volumetria é predominantemente térrea, pontuando na paisagem a arquitetura tradicional e a torre da Igreja de Nossa Senhora de Fátima.

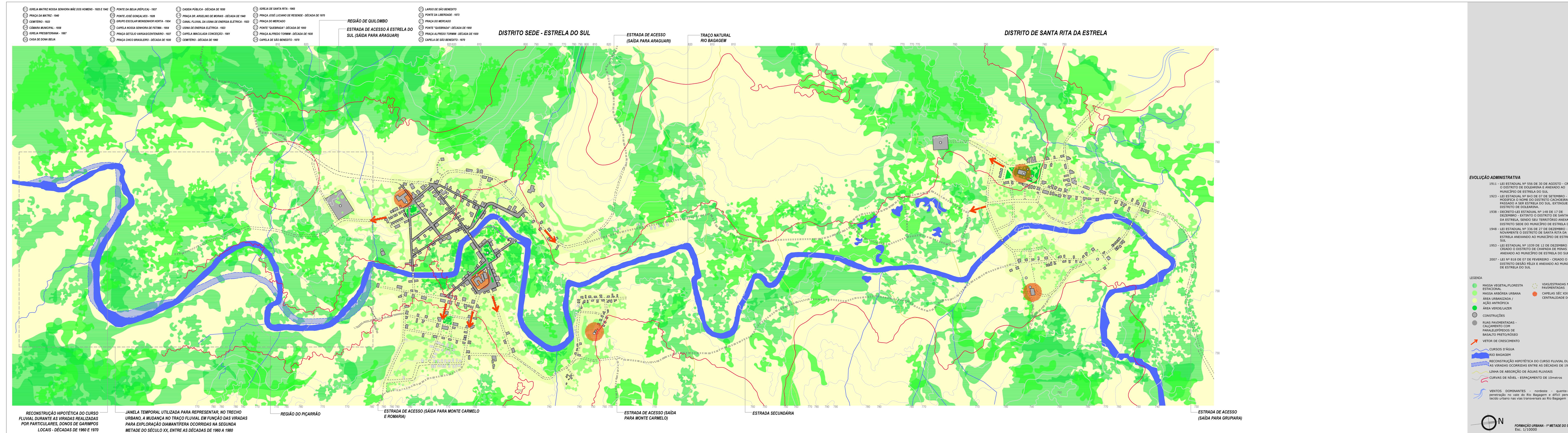
Fonte das imagens: Acervo Particular Alexandre Galante, 2017-2018

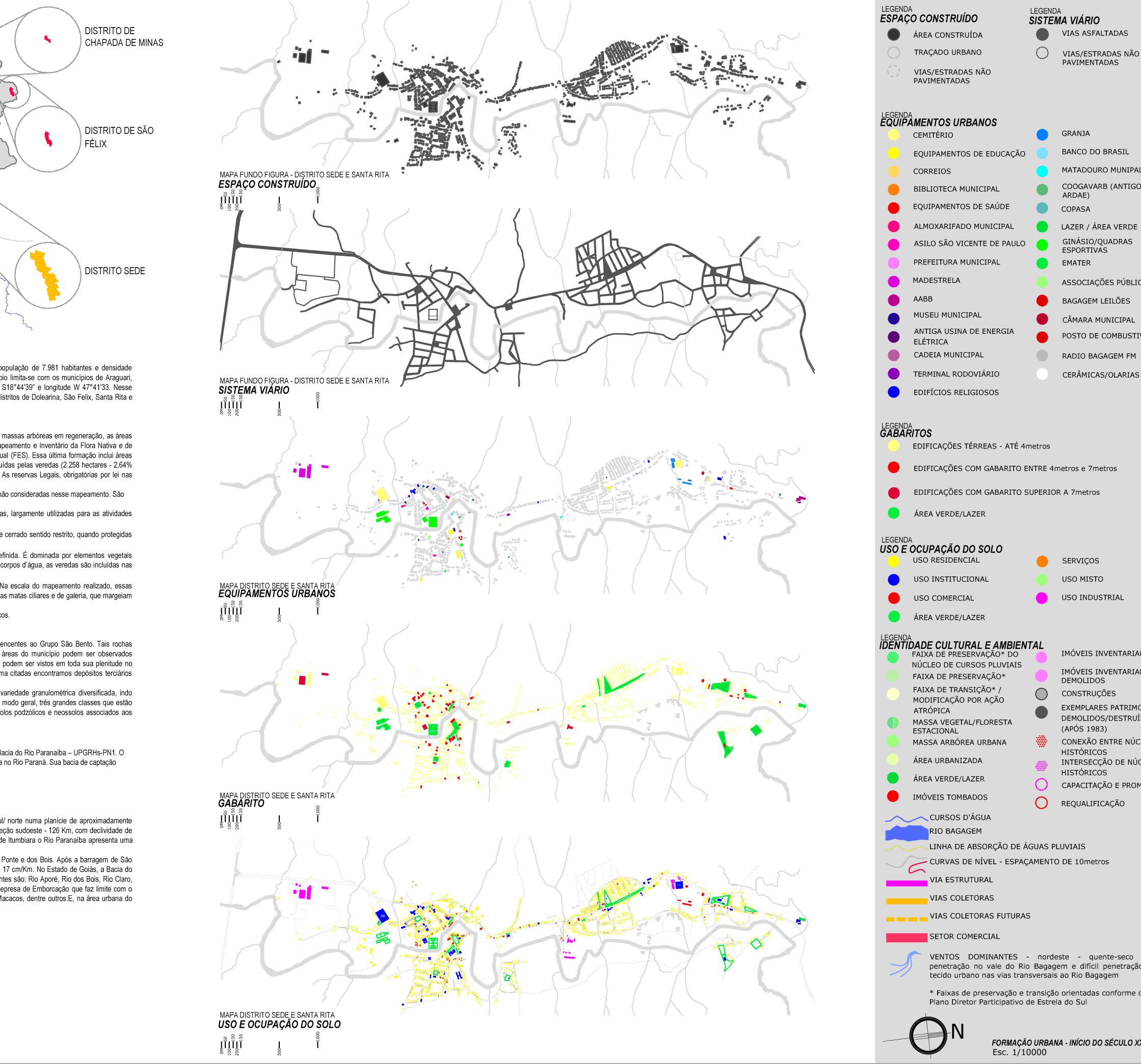
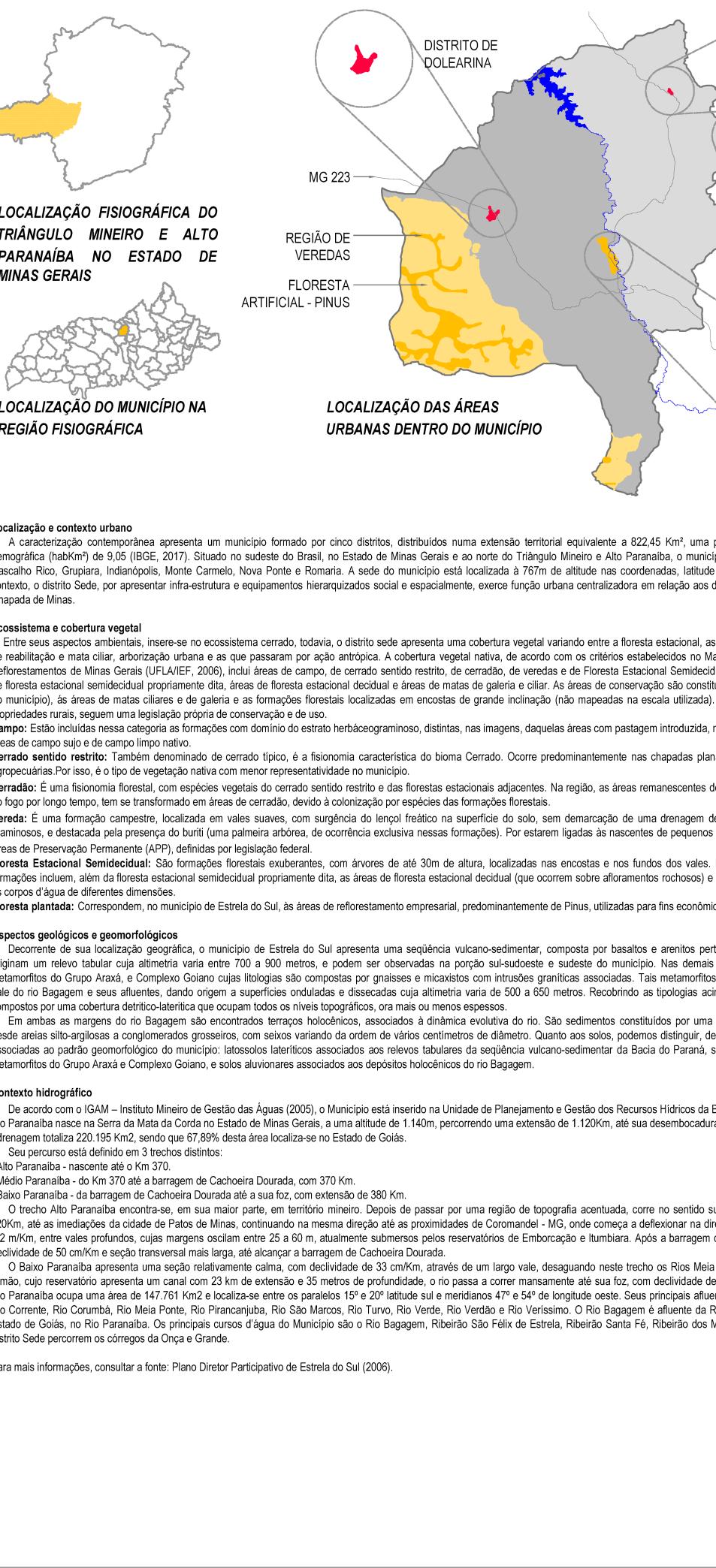
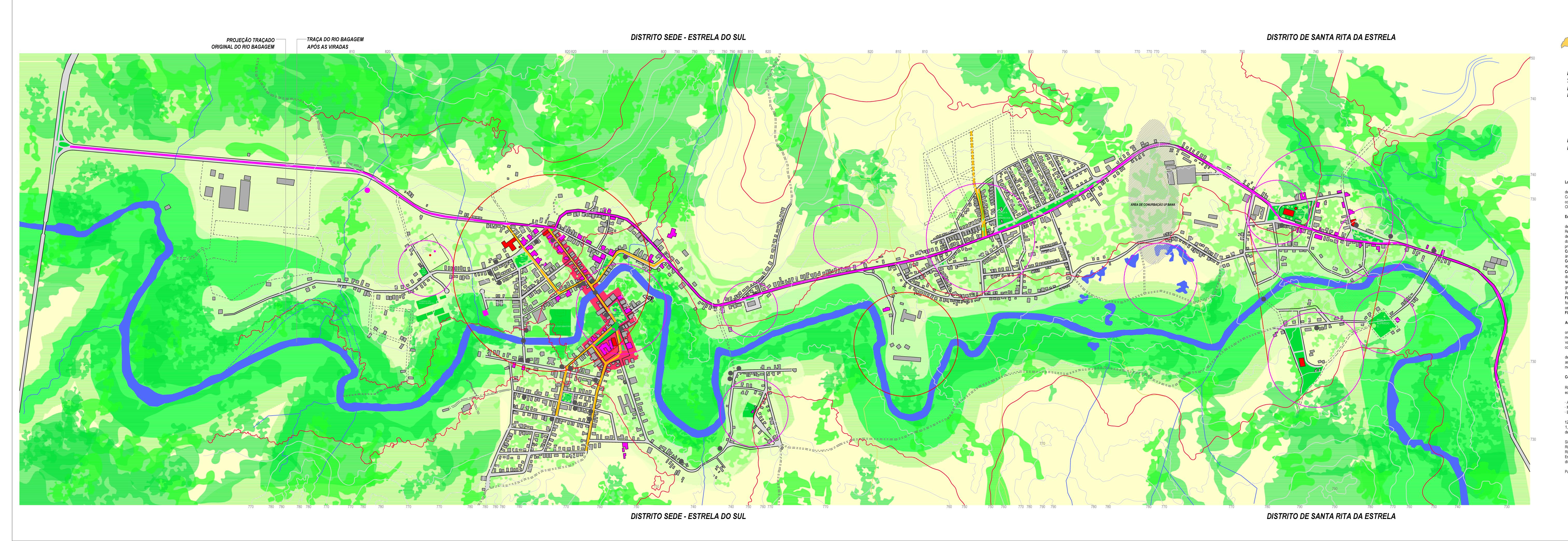


Conjunto de imagens 11: Núcleo original de fundação atualmente. Antiga Cachoeira (atual distrito sede). Observa-se o tecido urbano condicionado pela topografia, a imersão dos conjuntos urbanos no meio natural e a ambiência do entorno. As duas imagens procuram demonstrar sob diferentes visadas, a relação que se estabelece entre os dois espaços principais: o espaço mais elevado, com a Igreja Matriz de Nossa Senhora Mãe dos Homens e o que se desenvolveu às margens do Rio Bagagem, onde se encontra a Igreja de Nossa Senhora de Fátima.

Fonte das imagens: Acervo Particular. 2013.







Capítulo 2

A conjuntura das políticas culturais nacionais entre 1960 e 1990: a cultura como ideologia política e elemento de transformação social

Estado e Cultura: as experiências do processo de construção institucional das políticas culturais nacionais

Movimentos sociais culturais: a influência participativa popular na elaboração das políticas patrimoniais nacionais

Capítulo 2: A conjuntura das políticas culturais nacionais entre 1960 e 1990: a cultura como ideologia política e elemento de transformação social

A conotação contemporânea dada ao patrimônio cultural distancia daquela inclinação à etimologia original da palavra: *patrimonium*, que no latim significa herança, bens de família ou *paters familia* herdado de ascendentes (CHOAY, 2006).

A abordagem crítica patrimonial pressupõe as diversas camadas e variadas dimensões da construção do passado visto como um vocábulo que encapsula os processos de valoração que permeiam a realidade social. Llorenç Prats (1997, pág. 19), evidencia que o patrimônio cultural é um constructo social, uma face de representação de uma parte do conjunto das ações humanas, sejam lugares, edifícios, objetos, tradições, inserido num determinado período histórico, consenso comum na abordagem antropológica contemporânea do conceito, como parte constituinte das imagens sociais do patrimônio.

Choay (2001, pág.128-142) busca demonstrar que o patrimônio está conectado com as estruturas componentes da sociedade, afirmação precisa ao analisar que o patrimônio nos séculos XIX e XX era visto como um monumento selecionado por critérios estéticos ou históricos que representavam uma nação. Como parte integrante dos anseios coletivos, o patrimônio tornou-se o elemento fundamental na construção da identidade social/cultural, aproximando os grupos sociais aos sentimentos de pertencimento e conferindo significado e importância à eles. Para a autora, a compreensão do patrimônio cultural deve avançar sua conceituação de mera coleção de objetos e embasar-se em processos sociais mais amplos. O patrimônio, como atributo coletivo, configura-se como um dos elementos fundamentais na construção identitária social/cultural e, simultaneamente, se estabelece como a materialização da identidade de um grupo/sociedade (PERALTA & ANICO, 2006).

A historiografia das políticas patrimoniais nacionais indica momentos históricos marcantes que tangenciam o desenvolvimento de processos participativos populares. Fonseca (1997) destaca duas fases cronológicas ou momentos-chave da história constitucional das políticas preservacionistas nacionais: a *fase heroica*, que abrangeu as três décadas seguintes à criação do

Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN²² (1937), e a *fase moderna*, que se inicia na década de 1970. A abordagem do capítulo segundo dessa dissertação focará principalmente o período de meados da década de 1960 ao final da década de 1980, momento de transição entre as duas fases e que se caracteriza pela intensificação dos questionamentos ao regime militar através da organização de frentes populares e suas relações com a transformação da concepção de patrimônio cultural.

2.1. Estado e Cultura: as experiências do processo de construção institucional das políticas culturais nacionais

O marco normativo inicial que inscreveu as políticas públicas culturais no âmbito nacional, desenvolveu-se na década de 1930, durante a Era Vargas. Nessa primeira fase prevaleceu o entendimento de que o patrimônio cultural foi categorizado como “monumento nacional” que, juntamente com boa parte do acervo arquitetônico barroco mineiro. Pelo Decreto nº 22.928, de 12 de julho de 1933, Ouro Preto foi considerado pelos modernistas como símbolo de uma arte genuinamente brasileira, representando uma identidade nacional associada ao legado monumental, à história.

(...) as definições acerca da relação do homem e da sociedade no Brasil com a natureza, o território, o meio, bases concretas do desenvolvimento de suas forças produtivas, dão-se lado a lado da representação das fontes de sua identidade – universo físico e sensorial, espaço da memória e imagem da pertinência à terra. (MURARI, p. 39, 40; 2009)

Jacques Le Goff, em estudo etimológico em latim do termo *monumento*, estabelece a relação desse conceito ao de testemunhos que procuram perpetuar uma visão, uma (re) interpretação e uma memória:

(...) o *monumentum* é um sinal do passado. Atendendo suas origens filosóficas, o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação, por exemplo, os atos

²² A estruturação dos órgãos responsáveis pela política nacional do patrimônio histórico constituiu-se conforme Berndt (1996, pág. 16-19):

SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1937);

DPHAN – Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1946);

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1970);

SPHAN – Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1979);

IBPC – Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (1990);

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1994);

Conforme observado, adotar-se-á no texto a nomenclatura IPHAN, embora tenha tido nomes diferentes ao longo dos anos.

escritos. [...] O monumento tem como características o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas “é um legado a memória coletiva” e o reenviar a testemunhos que só numa parcela mínima são testemunhos escritos (1985, p. 95).

Através do *Decreto-Lei Nº 25 de novembro de 1937*, foi criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, tendo o arquiteto modernista Rodrigo Melo Franco de Andrade seu diretor-fundador. O decreto estabeleceu o conceito de patrimônio e o instrumento do tombamento, definindo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional como:

(...) o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (IPHAN, 2004, pag. 283).

Chuva (2011, pág. 37) destaca que a ideia de nação naquele momento histórico garantiu o estatuto ideológico do patrimônio, relacionando-o ao processo de construção ao qual nomeia de *patrimonialização*:

Essas práticas de atribuição de valor e significados a bens materiais tomaram novas proporções no século XIX, quando a construção de um patrimônio foi articulada à formação dos Estados nacionais. Desse modo, constituiu-se, em diferentes países, um sentimento de pertencimento ao grupo-nação, no qual todos se identificariam a partir de referências, ícones ou marcas aos quais eram atribuídos valores.

A conceituação dada ao patrimônio nacional pelo Decreto-Lei Nº 25 de novembro de 1937, remetia principalmente às obras isoladas, que representavam bens selecionados de uma memória nacional, resultado da forte influência das políticas de preservação francesa e ainda ao contexto político social vigente, adotando uma perspectiva predominantemente estética em detrimento dos aspectos históricos. As dimensões culturais restringiam-se às expressões materiais do patrimônio. No entanto, o texto apresenta-se conciso e objetivo, chegando integralmente à contemporaneidade após passar por períodos de intensas e profundas transformações sociais, econômicas e políticas.

A necessidade de uma caracterização geral sobre a *descentralização administrativa e políticas culturais*, faz-se importante para compreender o cenário político que destacamos. A atividade administrativa do Poder Público, foi

reconfigurada para uma administração indireta, buscando maior eficiência e especialização no exercício das funções públicas e maior alcance da gestão do território nacional.

A descentralização administrativa ocorre quando as atribuições que os entes descentralizados exercem têm o valor jurídico que lhes empresta o ente central; suas atribuições decorrem deste ente, não decorrendo da força própria da Constituição. Nesta situação, o que existe é a criação de entes personalizados, com poder de autoadministração, capacidade de gerir os próprios negócios, mas com subordinação a leis e regras postas pelo ente central (MARINELA, 2005, pág. 56).

Conceitualmente adota-se nesse capítulo, *Política Cultural* a definição de Teixeira Coelho (1997, pág. 293):

(o) programa de intervenções realizadas pelo Estado, instituições civis, entidades privadas ou grupos comunitários com o objetivo de satisfazer as necessidades culturais da população e promover o desenvolvimento de suas ações simbólicas e (ações práticas como o) conjunto de iniciativas, tomadas por esses agentes, visando promover a produção, a distribuição e o uso da cultura, a preservação e divulgação do patrimônio histórico e o ordenamento do aparelho burocrático por elas responsável.

Entre as décadas de 1960 a 1970, durante o regime ditatorial militar (1964-1985), percebeu-se um momento privilegiado no campo da atuação do governo federal em várias áreas administrativas. Um tema particularmente relevante nos anos 1960 foi a relação entre, de um lado, desenvolvimento, industrialização, urbanização e de outro, preservação do patrimônio (BRASIL, 1980, pág. 20). Inseridas num contexto social longamente marcado pela repressão de formas de expressão cultural, as políticas culturais nacionais foram influenciadas pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

Fonseca (1997, pág. 142) aponta a necessidade de “reformular e reforçar sua atuação (do DPHAN²³), visando a compatibilizar os interesses de preservação ao modelo de desenvolvimento então vigente no país”. Para a autora, o nacionalismo e modernização foram historicamente relacionados sob a ideia de desenvolvimentismo, o que fragilizava os argumentos que centraram

²³ Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nomenclatura utilizada pelo IPHAN na fase compreendida entre 1946 e 1970.

no valor cultural dos bens, que necessitavam ser demonstrados (pelo Estado) “a relação entre valor cultural e valor econômico”.

A orientação para a revisão das diretrizes e propostas políticas culturais nacionais surgiram como reflexo de processos ideários de novas concepções do patrimônio – constantemente reconfigurados – e do estreitamento da relação entre DPHAN e a UNESCO (BRASIL, 1980, pág. 20). Na década de 1960, a UNESCO direcionava suas diretrizes para a descentralização e estabeleceu com o Brasil, em 1964, um “acordo de cooperação técnica²⁴ firmado com as autoridades brasileiras” (BRASIL, 1980, pág. 20). Os movimentos internacionais sobre a atualização da cultura, culminaram com a divulgação das Cartas Patrimoniais²⁵, publicadas pela UNESCO. A Carta de Veneza de 1964, por exemplo, reconhece como monumento histórico “(...) não só as grandes criações, mas também as obras modestas que tenham adquirido com o tempo, uma significação cultural” (CURY, 2000, pág. 91). A Recomendação de Nairobi, 1976, agrega à esse conceito definições de lugar, regional e popular como “conjunto histórico e tradicional” e “aldeias e lugarejos”.

No campo cultural, o DPHAN viveu um ciclo de renovação e ampliação conceitual e sobre a cultural. Surgiram importantes propostas políticas culturais conceituais que redefiniram os temas relevantes para a visão operacional do que tais políticas abrangeriam e que influenciariam as demais demandas estaduais e regionais.

No período de ditadura militar, houve, segundo Fernandes (2013, pág. 174), a coexistência de três frentes de atuação governamental. A primeira refere-se à censura de todo tipo de produção cultural contrária ao governo, vista como prejudicial à imagem da nação. A segunda, concentrou os investimentos em

²⁴ Segundo Leal (2016) essa cooperação da Unesco com o DPHAN concretizou-se com a vinda ao Brasil de Paul Coremans, diretor do Real Instituto de Estudo e Conservação do Patrimônio Artístico, de Bruxelas, Bélgica. Pereira (2012, pág.12) demonstra que a missão de Coremans previa duas possibilidades: a primeira, privilegiando programas que reportavam “à preservação e estabilização de um sítio cultural ou monumento histórico importante”, a segunda, era orientar a criação e o desenvolvimento de um “laboratório nacional, encarregado de trabalhos técnicos e científicos que dizem respeito à preservação dos bens culturais”.

²⁵ Destacam-se as cartas patrimoniais mais expressivas da década de 1960, que centraram sua discussão em torno do patrimônio tradicional local, regional e popular:

- Recomendação de Paris, de dezembro de 1962;
- Carta de Veneza, de maio de 1964;
- Recomendação de Paris, de novembro de 1964;
- Normas de Quito, de novembro e dezembro de 1967;
- Recomendação de Paris, de novembro de 1968

infraestrutura buscando a modernização do país com políticas de integração e segurança nacional. A terceira foi marcada principalmente pela criação de amplos programas de normatização da esfera cultural, elaborados através de leis, decreto-leis e portarias, órgãos e instituições ligadas à cultura.

Destacaremos a seguir, dois importantes instrumentos políticos culturais que, além da durabilidade com que fomentaram suas ações, possibilitam compreender o contexto em que se estabeleceram e de que forma seu conteúdo influenciou as ações estaduais e municipais de preservação patrimonial, sendo estes: o Conselho Federal de Cultura²⁶ (CFC), criado em 1966, e o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), criado em 1975, por serem os mais notáveis pelo que se pretende discutir na presente dissertação.

A criação do Conselho Federal de Cultura (CFC)²⁷ pelo *Decreto-Lei nº 74 de 21 de novembro de 1966*, extinto em 1990, foi o principal ato governamental nacional que pode ser destacado na inserção do tema de políticas culturais nesse período. Foi uma comissão presidida por Josué Montello²⁸, seu

²⁶ Houve ainda a criação do Conselho Nacional de Cultura, dividido em duas fases, a primeira no período vigente do Estado Novo criado através do Decreto-Lei nº 526 de julho de 1938 e a segunda através do Decreto nº 50.293 em fevereiro de 1961 pelo presidente Jânio Quadros, extinto em 1964. O CNC da segunda fase era composto por seis comissões de atuação: Comissão Nacional de Literatura, Comissão Nacional de Teatro, Comissão Nacional de Cinema, Comissão Nacional de Música e Dança, Comissão Nacional de Artes Plásticas e Comissão Nacional de Filosofia e Ciências Sociais, que possuía como principal objetivo, a criação das Caravanas Culturais que levava atividades culturais à localidades que passava. Essas localidades concentraram-se principalmente entre Minas Gerais (07), Bahia (06) e Sergipe (04).

²⁷ O Regimento do CFC foi aprovado pelo decreto-lei n. 60.448 de 13 de março de 1967. Instalado a partir do Decreto nº 60.237, de 27 de fevereiro de 1967, que definia as disposições sobre sua instalação e funcionamento. Criado os moldes do Conselho Federal de Educação, era constituído por 24 membros, nomeados diretamente pela Presidência da República. Sua organização/campos de atuação, era dividida em 4 câmaras: **artes, letras, ciências humanas, patrimônio histórico e artístico nacional**, além de uma quinta câmara que funcionava como uma comissão de legislação e normas.

A demanda da **câmara de artes** era oriunda do universo literário, tais como academias de letras e bibliotecas, além de pedidos direcionados para a construção de casas de cultura.

A **câmara de ciências humanas** era ligada às instituições e institutos históricos e geográficos, arquivos públicos e museus de ciências.

A **câmara de patrimônio** recebia demandas por conservação e restauração de obras de arte, edificações tombadas e museus. Os pedidos de casa de cultura, transitaram entre essa câmara e a de letras, pois grande parte dessas casas de cultura eram instaladas em edifícios permeados por valores artísticos e históricos.

Para a **câmara de arte** eram destinados pedidos por orquestras, conservatórios, grupos cênicos, teatrais e musicais e escolas de artes.

Permaneceu em funcionamento por mais de 20 anos e teve sua dissolução decretada em 1990.

²⁸ Josué Montello nasceu em São Luís do Maranhão, Maranhão, em 21 de agosto de 1917. Ocupante da cadeira 29 da Academia Brasileira de Letras eleito em 1954, posição adquirida por seus inúmeros trabalhos e colaborações literárias. Atuou no Governo Federal desde 1947 e em 1966 presidiu o CFC. Faleceu em 15 de março de 2006 no Rio de Janeiro.

idealizador, vinculada ao Ministério de Educação e Cultura, com representantes intelectuais²⁹ de diversas áreas de atuação, com extensas atribuições divididas entre as quatro câmaras de atuação.

O ideário que fazia parte da propaganda política do CFC foi orientado principalmente pelo *civismo* e a *tradição*. Ao incorporar ao conceito de civismo à noção de cultura, o CFC fortaleceria e realçaria o sentimento nacionalista e de coletividade, e tornaria o Estado defensor da cultura nacional através da preservação de monumentos, valorização de manifestações folclóricas, reconhecimento e conservação de lugares memoriais, trazendo, portanto, à cena da política nacional, a cultura brasileira, que se tornaria um dos pilares basilares da legitimação da propaganda do regime ditatorial.

De modo geral, o CFC era o responsável pela formulação da política cultural nacional, pela criação, normatização e reconhecimento de conselhos estaduais de cultura e as instituições culturais, bem como a elaboração do Plano Nacional de Cultura, com apoio em campanhas elaboradas que seriam espalhadas pelo território nacional e intercâmbios internacionais³⁰.

A dinâmica cultural das ações do governo federal dos anos 1970 e 1980 destaca-se Aloísio Magalhães³¹ como mentor central das transformações pragmáticas que seriam adotadas pelos órgãos responsáveis pela preservação, em que se verificou a ruptura da centralidade até então atribuída ao governo e

²⁹ Lia Calabre (2006, pág. 02) mencionou que, em fevereiro de 1967, o CFC contava com a participação de intelectuais em composição, escolhidos por suas produções e trajetórias pessoais, tais como: Adonias Filho, Afonso Arinos, Ariano Suassuna, Armando Schnoor, Arthur Reis, Augusto Meyer, Cassiano Ricardo, Clarival Valladares, Djacir Lima Menezes, Gilberto Freire, Gustavo Corção, Hélio Viana, João Guimarães Rosa, José Cândido de Andrade Muricy, Josué Montello, D. Marcos Barbosa, Manuel Diegues Junior, Moysés Vellinho, Otávio de Faria, Pedro Calmon, Rachel de Queiroz, Raymundo de Castro Maia, Roberto Burle Marx, Rodrigo Melo Franco de Andrade, sendo os nomes de Gilberto Freyre, Djacir Menezes e Andrada Muricy, antigos membros do CNC.

³⁰ A criação desses conselhos foi fortalecida através do decreto nº 62.256, de 12 de fevereiro de 1968, que convocou a “I Reunião Nacional dos Conselhos de Cultura”, com representantes e diretores de instituições nacionais vinculadas à cultura.

³¹ Aloísio Magalhães nasceu em 05 de novembro de 1927, no Recife, Pernambuco. Graduou-se em Direito pela Faculdade de Direito de Recife em 1950, período que conciliava com participações nas atividades do Teatro do Estudante de Pernambuco – TEP, atuando como coreógrafo e figurinista. Estudou museologia em Paris, em 1951, através de uma bolsa de estudos, retornando ao Brasil em 1953, dedicando-se às pintura e artes gráficas. Colaborou, em 1963, na fundação da Escola Superior de Desenho Industrial do Rio de Janeiro, primeira de seu gênero na América Latina. Foi nomeado diretor do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, em 1979. Assumiu a secretaria de Cultura do Ministério de Educação e Cultura em 1981. Como ações durante sua gestão, fundou o Centro Nacional de Referência Cultural – CNRC em 1975 e a Fundação Nacional Pró-Memória – FNpM, em 1980. Faleceu em Pádua, Itália, em 13 de junho de 1982.

ao modo de conceber as políticas culturais pelo Estado, iniciando um processo de modernização conceitual.

A preservação patrimonial passou a ser exercida sistematicamente pelos estados e municípios a partir da década de 1970. O CFC organizou o “Encontro dos Governadores sobre a Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico do Brasil”, realizado em Brasília, entre 1 e 3 de abril de 1970. O discurso inaugural do então ministro da Cultura, Jarbas Passarinho, buscava especificar o novo conceito de patrimônio e suas ramificações: “não só o patrimônio artístico, não só o patrimônio histórico, não só o patrimônio cultural, não só o patrimônio natural, mas todo o patrimônio da Nação e da gente brasileira (...)” (CONSELHO FEDERAL DE CULTURA, 1970, pág.08).

Dois documentos-síntese foram criados nesse momento: o Compromisso de Brasília (IPHAN, 1970), a partir do encontro dos governadores em abril de 1970 e o Compromisso de Salvador, em outubro de 1971. O primeiro recomendando “a inadiável necessidade de ação supletiva dos Estados e dos Municípios à atuação federal no que se refere à proteção dos bens culturais de valor nacional”, competindo aos Estados³² e Municípios a proteção dos bens culturais de valor regional sob orientação técnica da além da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – DPHAN e o segundo, recomendando “a criação do Ministério da Cultura, e de Secretarias ou Fundações de Cultura no âmbito estadual” (IPHAN, 1971).

Abre-se um parêntese para conceituar, dentre as estruturas administrativas indiretas da cultura nacional, as Fundações Culturais e Associações. As Fundações se constituem por ações e atividades com autonomia. São entidades voltadas ao interesse coletivo, permanecendo esses fins imutáveis, fortemente regidas por legislação pertinente. Tem funcionamento regulado pelo Ministério Público através de órgãos criados para esse fim. O *Decreto-lei nº200/67*, com a alteração da *Lei nº7.596/87*, também define Fundação pública³³ como:

Entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, criada em virtude de autorização legislativa, para o desenvolvimento de atividades que não exijam execução

³² No âmbito estadual, como resposta aos compromissos de Brasília e Salvador, Minas Gerais criou o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA-MG) através da lei nº 5775, de 30 de setembro de 1971 redigida por Affonso Ávila.

³³ As fundações, por serem pessoas jurídicas instituídas e mantidas pelo Poder Público que prestam atividades não lucrativas de interesse coletivo, são o tipo mais comum para a utilização na área cultural.

por órgãos ou entidades de direito público, com autonomia administrativa, patrimônio gerido pelos respectivos órgãos de direção, e funcionamento custeado por recursos da União e de outras fontes (art.5º, inc.IV)

As Associações por sua vez, caminham conceitualmente para experiências recentes de atuação, funcionando de maneira oposta às fundações. São regidas por um estatuto social que regula os direitos e deveres da instituição e dos associados, havendo capital ou não³⁴.

O CFC esboçou um projeto próprio: a criação das Casas de Cultura. Foram idealizadas como principal ferramenta para que as políticas culturais abrangessem todo o território nacional e que fossem capazes de atender às demandas regionais constitutivas da nacionalidade. Elaborado por Josué Montello, em sua gestão como presidente do CFC e foi implementado na gestão de Arthur Reis (1969-1972), o projeto buscava referências recém experimentadas em países europeus, especialmente na França e Espanha, sendo o mais bem-sucedido, o modelo francês.

A iniciativa francesa partiu de André Malraux³⁵, fundador do primeiro Ministério dos Assuntos Culturais na França nos governos de Charles de Gaulle, e primeiro ministro entre 1959 e 1969, considerado pela historiografia como o momento da fundação de políticas culturais em suas acepções contemporâneas, pelo menos no ocidente (URFALINO, 2004). Através da lei de 04 de agosto de 1962, conhecida como *Lei Malraux*, Malraux conseguiu, juntamente com André Chastel³⁶, colaborador do ministério como vice-presidente da comissão do

³⁴ O código civil, consolidado na Lei nº10.406 de 10 de janeiro de 2002 em seu artigo 53 e 54, da constituição e do estatuto respectivamente define:

Art. 53 - Constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos.

Parágrafo único – Não há, entre os associados, direitos e obrigações recíprocos.

Art. 54 – Sob pena de nulidade, o estatuto das associações conterá:

I - a denominação, os fins e a sede da associação;

II - os requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados;

III - os direitos e deveres dos associados;

IV - as fontes de recursos para sua manutenção;

V - o modo de constituição e de funcionamento dos órgãos deliberativos;

VI - as condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução;

VII – a forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas.

³⁵ André Malraux nasceu em Paris no dia 03 de novembro de 1901. Sua gestão como ministro foi marcada por traços personalistas onde política e obra social se mesclavam. Popularizando formas de arte e expressão como cinema, música e museus, estabeleceu uma política, portanto, voltada às massas. Morreu em Crêteil em 23 de novembro de 1976.

³⁶ André Chastel, nasceu em Paris no dia 15 de novembro de 1912. Historiador de arte, dedicou seus estudos ao Renascimento Italiano, período em que aplicou sua metodologia crítica estruturada combinando o exame filológico preciso com a análise histórico-filosófica do

projeto do Inventário dos Bens Culturais, reestruturar de modo abrangente a relação do Estado com a cultura na França. A supracitada lei, estabeleceu o Inventário Geral dos Monumentos e Obras e Arte da França, cujo decreto é de 1964, as Casas de Cultura³⁷ e os incentivos fiscais à bens culturais protegidos por inventários e/ou tombamentos, ações essas que se tornariam modelos de políticas de preservação patrimonial cultural para outros países.

Nos anos 1970, a França viu surgir as associações culturais, voltadas à preservação do saber-fazer encontrados na tradição, na cultura popular e de uma “reinvenção” museológica, ou seja, popularizar o acesso à cultura até então tida como elitista. Ao final dessa década, o Relatório Redjem Benzaïd³⁸ lançou pesquisas sobre novas formas patrimoniáveis, criando, em 1980, a Missão do Patrimônio Etnológico³⁹, que compreendia a “totalidade dos modos específicos de existência material e imaterial de grupos e comunidades que vivem na França”.

Pela abrangência do tema, o presente estudo não procura esmiuçar o desenvolvimento das políticas culturais francesas, a intenção é, por outro lado, oferecer uma visão geral acerca da área de estudo em questão. Adiciona-se á essa afirmação, que a pretensão foi de observar a importância de como a transição de uma democracia centralizada francesa para uma descentralização do papel do Estado, permitiu compreender a dinâmica específica de determinadas porções do território, de como essas políticas culturais estavam articuladas com a construção de uma memória francesa, a maneira como o Estado fomentou e financiou a criação de legislações e ferramentas que procuraram de certa forma, responder ao contexto em que foram gestadas. Essa

ambiente. Para Chastel, o domínio inicial e fundante da História da Arte são as coleções de objetos que sobreviveram a seu autor ou a seu produtor. Morreu em 18 de julho de 1990 em Neuilly-sur-Seine.

³⁷ O primeiro plano quinquenal para a cultura, elaborado por Malraux e Chastel, esboçava o projeto que pretendia pulverizar as *Maison de la culture* por toda a França da década de 1960, abrigando as formas culturais em seus mais diversos aspectos. A primeira foi inaugurada em Havre em 1961 seguida pelas de Caen, em 1963, de Bourges, em 1964, de Firminy, em 1965, a de Amiens, de 1966, de Genoble, em 1968, e as de Reims e Crétel, em 1969.

³⁸ Redjem Benzaïd foi um etnólogo nascido em Constantine, na Argélia em 03 de outubro de 1924. Ocupou o cargo de Inspetor Geral de Finanças, presidindo o trabalho de pesquisa do patrimônio etnológico francês em 28 de dezembro de 1978 a pedido de Jean-Philippe Lecat, então Ministro da Cultura da França. O grupo iniciou o trabalho em 15 de janeiro de 1979 e concluído sob a forma de um relatório em 15 de abril de 1990, através do decreto nº 80-277. Morreu em 17 de abril de 1999.

³⁹ Essa categoria foi definida através do decreto nº 80-277 de 15 de abril de 1980.

prerrogativa, no caso francês, foi levada à cena pela política francesa através da primeira série de leis de descentralização em 1982 e 1983, durante a gestão do presidente François Mitterrand.

As leis de proteção patrimoniais brasileiras, foram fortemente influenciadas pelas experiências francesas, principalmente na redistribuição de competências pelo Estado. Ao valorizar comportamentos regionais e associar as dinâmicas sociais à difusão cultural, Josué Montello buscou diferenciar as Casas de Cultura francesa – relacionada à espaços físicos da memória nacional francesa –, das que foram difundidas no Brasil, ambas, no entanto, norteadas pelo princípio da democratização:

“Não hão de ser elas as Casas de Cultura do porte e da imponência da que André Malraux inaugurou há poucos meses em Grenoble, e sim a integração das agências de cultura em pequenas unidades, de acordo com a densidade cultural da região. A biblioteca, a filmoteca, a discoteca e a sua sala de projeção cinematográfica, comporão as casas de cultura, que deverão ser alojadas, de preferência, nos velhos prédios nobres da sede municipal. Onde houver biblioteca, criar-se-á o museu, depois a discoteca, e assim por diante, até que se complete, com a assistência da União, do Estado e do próprio Município, o sistema local de cultura.” (REVISTA CULTURA, nº 10, 1968, pág. 13)

No Brasil, as políticas culturais buscaram a descentralização, influenciadas pelo modelo francês, acompanhando a adaptação dos territórios e das sociedades frente aos novos modelos de desenvolvimento econômico surgidos, além de valorizar a participação cidadã local, promovendo a responsabilidade compartilhada na gestão econômica e fiscal das ações de reconhecimento e valorização da cultura, das ações patrimoniais, dos territórios e a aproximação do Estado à realidade local.

No contexto nacional, em meados da década de 1970, o CFC perdeu parte de sua centralidade nas ações culturais, processo desencadeado pela intensa redefinição dos temas nessa área, propagados principalmente pelos novos órgãos criados intra e além esfera federal⁴⁰.

⁴⁰ Tomando Maia (2012, pág. 22-23) como referência, para indicação da criação de agências, institutos e conselhos, podem ser destacados:

Instituto Nacional de Cinema (1966); Conselho Federal de Cultura (1966); Embrafilme (1969); Departamento de Assuntos Culturais (1970); Conselho Nacional de Direito Autoral (1973); Centro Nacional de Referência Cultural (1975); Fundação Nacional de Arte (1975); Conselho Nacional de Cinema (1976); Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1979); Fundação Nacional Pró-Memória (1979). Foram incentivados ainda encontros, documentos, programas e

Como parte integrante da articulação nacional das políticas culturais, coube ao Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), criado em 1º de julho 1975, por Aloísio Magalhães, uma ampliação de conceitos relativos ao patrimônio. A estrutura administrativa do CNRC ampliou-se após sua fusão, juntamente com o Programa Cidades Históricas (PCH)⁴¹, criado em 1973, ao IPHAN em 1979, quando Aloísio Guimarães foi nomeado seu diretor. A junção dessas instituições, CNRC e PCH ao IPHAN e o desdobramento em SPHAN – como órgão normativo em instância nacional – e Fundação Pró-Memória⁴² (FNpM) – como órgão operacional – foi realizada com vistas a racionalizar a estrutura administrativa econômico-financeira, formando uma frente de ação capaz de implementar uma política de preservação patrimonial de forma ampliada por todo o território nacional, integrando-as às demais políticas públicas federais. Esses programas possuíam arranjos institucionais e administrativos embrionários do que viria a ser o Ministério da Cultura⁴³. Em 1981 foi criada a Secretaria de Cultura do Ministério da Educação e Cultura⁴⁴, com Aloísio Magalhães passando a ser secretário da Cultura.

A ampliação teórica relativa à preservação e patrimônio cultural esboçadas pelo CNRC, agregou conceitos como os de referência e bem cultural. Sobre bem cultural, Aloísio (apud BOTELHO, 2001, p. 100) afirmava ser difícil conceituá-lo, condicionado por variáveis, imerso numa nação que, em sua visão, ainda estava em formação:

E muito difícil definir um bem cultural numa nação que ainda não se estabilizou em sua formação. Vários contextos, vários momentos, vários hábitos, vários costumes poderão caracterizar e gerar um bem cultural. Ele não é uma coisa estática,

campanhas, como, por exemplo: o Programa de Reconstrução das Cidades Históricas (1973); o Programa de Ação Cultural (1973); a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro (1975); o Encontro Nacional dos Dirigentes de Museus (1975); a Política Nacional de Cultura (1975); o Seminário de Artes Cênicas (1979).

⁴¹ Fonseca (1997, p. 143) afirma que a criação do PCH era uma ferramenta que buscava, de certa forma, suprir a “falta de recursos financeiros e administrativos do IPHAN, continuando a cargo dessa instituição a referência conceitual e técnica”, auxiliando na criação de órgãos estaduais de patrimônio responsáveis pela elaboração de legislações protetivas específicas, o que abriu “os caminhos efetivos para a descentralização”.

⁴² A Fundação Nacional Pró-Memória foi criada através da Lei nº 6.757 de 17 de dezembro de 1979 sendo o Decreto nº 84.396 de 16 de janeiro de 1980, o que aprova seu estatuto. Foi extinta em 1990, durante o governo Collor e sendo substituída pelo Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural – IBPC. A FNpM era subordinada ao SPHAN e juntamente com a Funarte, subordinada à Secretaria de Assuntos Culturais – Seac – eram responsáveis pela execução das políticas voltadas para a área cultural.

⁴³ O Ministério da Cultura foi criado através do Decreto nº 91.144 de 15 de março de 1985.

⁴⁴ A Secretaria de Cultura foi criada pela Portaria Ministerial nº 274 de 10 de abril de 1981.

necessariamente fixa, mas depende de algumas constantes que possam ser identificadas, algo que tenha sido reiterado na trajetória do país.

Esses conceitos foram capazes de reconhecer a variada teia de significados e promover a salvaguarda de uma variedade de manifestações que até então, não encontravam respaldo nos instrumentos de gestão vigentes. Permitiam ainda que diferentes valores passassem a coexistir com os pré-estabelecidos pelos instrumentos anteriores, fossem esses atribuídos pelas práticas sociais ou pela experiência e representação coletiva, tais como saberes e fazeres populares. Em suma, defendia um modelo de patrimônio que significasse a pluralidade cultural:

A aproximação que o CNRC deu ao conceito de bem cultural atinge uma área de que o Patrimônio não estava cuidando. Ou seja: o bem cultural móvel, as atividades do povo, as atividades artesanais, os hábitos culturais da humanidade. O Patrimônio atuava de cima para baixo e, de certo modo, com uma concepção elitista. (MAGALHÃES apud FONSECA, 1997, pág. 154).

A perspectiva de Aloísio Magalhães em torno do popular, segundo Oliveira (2008, pág. 171), reconheceu a experiência de o CNRC “referenciar o saber popular”, sendo precursora do Registro dos Bens Culturais de Natureza Imaterial e do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial – PNPI⁴⁵.

Em reação aos ideários sociais resultantes da repressão de 1964 (CALABRE, 2009, pág. 91), se estabeleceu uma vertente política que buscava responder às demandas sociais surgidas entre 1970 e 1980. O paradigma da democracia participativa, ao considerar os diversos segmentos sociais, buscou priorizar a inclusão das pluralidades o setor cultural, pois, como afirma Canclini “como não há uma só cultura legítima, a política cultural não deve dedicar-se a difundir só a hegemônica, mas a promover o desenvolvimento de todas as que sejam representativas dos grupos que compõem uma sociedade.” (1987, pág. 50).

⁴⁵ O PNPI foi implantado pelo Decreto n. 3.551, de 2000. O programa viabiliza projetos de identificação, reconhecimento, salvaguarda e promoção da dimensão imaterial do patrimônio cultural brasileiro. Busca estabelecer parcerias com instituições federais, estaduais e municipais, universidades, organizações não governamentais, agências de desenvolvimento e organizações privadas ligadas à cultura e à pesquisa para captação de recursos e promoção de formação de uma rede de parcerias para práticas de preservação, valorização e ampliação dos bens culturais.

As novas políticas culturais da década de 1980, surgiram condicionadas pela participação popular. As práticas sociais exercidas pelos movimentos foram basilares na elaboração de encontros sobre cultura tais como: a Conferência Mundial sobre Políticas Culturais, de 1982, realizada no México; a declaração pela ONU elegendo a década de 1988 a 1997 como Década da Cultura e do Desenvolvimento; a Conferência Intergovernamental de Estocolmo sobre Políticas Culturais para o Desenvolvimento de 1998 (BRANT, 2004, pág. 57).

Surgia assim, no contexto nacional, uma possibilidade de atualização conceitual, reconhecendo a dimensão imaterial do patrimônio cultural, como resultante das diretrizes apontadas em estudos e planos político-culturais das décadas de 1970 e 1980, estabelecendo ainda de forma legal, instrumentos jurídicos de proteção e salvaguarda. O patrimônio cultural passa a ter um enquadramento antropológico, conforme dispõe o artigo 216 da Constituição Federal de 1988:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

2.2. Movimentos sociais culturais: a influência participativa popular na elaboração das políticas patrimoniais nacionais

No contexto nacional, a repressão advinda do período de ditadura militar (1964-1985), ao ser um obstáculo às formas de experiência da sociedade, produziu profundas transformações no tecido social do início da década posterior. Teve o cotidiano mudanças de hábitos, em que espaços antes estagnados passaram a ser espaços de luta. Eclodiram pelo território nacional uma série de manifestações políticas, sociais e culturais, tornando-se populares por agregar o povo simpatizado por causas específicas.

A efervescência nacional advinda da abertura política, permitiu que a participação popular oprimida durante a ditadura militar redemocratizasse as instituições sociais e políticas por meio de mecanismos que pressionavam o Estado. As práticas participativas dos movimentos sociais populares, os

tornaram atores politizados que “resgataram o termo sociedade civil e inauguraram, através de um amplo processo reivindicativo, novas formas de práticas políticas e formatos de sociabilidade, fundadas em bases mais igualitárias” (GECD,1999).

Calderón (2008) destaca que os Movimentos Sociais Urbanos – MSUs, foram o primeiro sinal de ruptura com o modelo político pautado no clientelismo e em mecanismos de cooptação política. Segundo o autor, o desenvolvimento dos MSUs constituiu-se num marco de mudanças das formas tradicionais de atuação das classes populares, tornando-se:

(...) germens de irradiação de uma nova cultura política democrática que redefiniu as relações Estado-sociedade civil, concretizadas na atuação de uma série de administrações municipais estaduais e municipais progressistas que, ao longo da década de oitenta, esboçaram novos padrões de relacionamento com as classes populares (CALDERÓN, 2008).

O período de meados da década de 1970 ao final da década de 1980, foi marcado por movimentos⁴⁶ que tinham como objetivo provocar mudanças nas políticas públicas em prol não somente de infraestrutura, educação, saúde, como também de memória das cidades, de preservação de suas identidades.

⁴⁶ Destacam-se os movimentos surgidos desse recorte – 1970-1980:
 1972: Movimento do Custo de Vida – MCV; Conselho Indigenista Missionário; Centro de Cultura e Arte Negra – Cecan;
 1974-79: Comitê Brasileiro pela Anistia – CBA; Movimento Feminino pela Anistia – MFPA;
 Meados década de 1970: Movimento Homossexual Brasileiro – MHB;
 1976: Associação Paulista de Proteção Natural – APPN;
 1977: Pastoral das Favelas; Movimento Estudantil – ME;
 1978: Movimento em Defesa da Amazônia – MDA; Associação Mineira de Defesa Ambiental;
 Movimento dos Trabalhadores de Saúde Mental – MTSM; Movimento Negro Unificado – MNU;
 1979: Movimento Contra a Carestia – MCC; Grupo de Trabalho Missionário Evangélico – GTME;
 1980: Campanha Contra a Utilização de Energia Nuclear e o Grupo Seiva de Ecologia;
 1982: Adeus a Sete Quedas; Oikos; Movimento Nacional de Direitos Humanos – MNDH;
 1983: Central Única dos Trabalhadores – CUT;
 1984: Frente Nacional por Políticas Democráticas de Comunicação – FNPDC; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST;
 1985: Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua; Movimento Nacional pela Reforma Urbana – MNRU;
 1986: Central Geral dos Trabalhadores – CGT;
 1987: Movimento Nacional da Luta Antimanicomial – MNLA;
 A chamada “imprensa alternativa” também obteve uma ostensiva divulgação e utilização, destacam-se os jornais: *O Sol* (1967); *O Pasquim* (1969); *Bondinho* (1970); *Grilo* (1971); *Opinião* (1972); *Ex* (1973); *Árvores das Palavras* (1974); *O Quadro* (1974); *Biluga* (1974); *Nagô* (1975); *Versus* (1975); *Movimento* (1975); *De Fato* (1975); *CooJornal* (1975); *Repórter* (1977); *O Beijo* (1977); *Em Tempo* (1977); *SINBA* (1977); *Tição* (1977); *Jornegro* (1978); *O Saci* (1978); *Abertura* (1978); *Vissungo* (1979); *Pixaim* (1979); *Quilombo* (1980); *Nêgo* (1981); *Africus* (1982); *Nizinga* (1984); e a revista *Ébano* (1980).

Ao sistema tradicional de política foi agregado novas demandas político-sociais de diversas naturezas e ideologias, e sobretudo, de forte apelo cultural através de atores sociais organizados como movimentos populares que emergem da sociedade brasileira pós 1970. A cultura passou, pois, a compor programas e agendas políticas, o Estado legitima as reivindicações da sociedade civil e as inscreve no campo dos direitos.

Para se compreender a heterogeneidade dos movimentos sociais nacionais na década de 1980, é preciso considerar sua trajetória. Para Doimo (1995, pág. 37), o conceito de “movimento social” foi criado por volta de 1840, designando o surgimento do movimento operário europeu, sendo desenvolvido e utilizado posteriormente pelo marxismo para representar a organização racional da classe trabalhadora em sindicatos e partidos empenhados na transformação das relações capitalistas de produção. Para a autora, ainda na década de 1960 ocorreu uma ampliação e abrangência do movimento social, especialmente após a disseminação do “popular”, a crescente institucionalização das classes, as polaridades da política, a ascensão do pensamento pós-moderno que produziu uma ruptura na teoria marxista, configuraram novos movimentos que avançaram em direção oposta à esfera econômica: movimentos pacifistas, ecológicos, nacionalistas, etc (DOIMO, 1995, pág. 41).

Nas palavras de Jorge Sanglard (2011, pág. 12) “os anos 80 simbolizam a esperança de um povo que viu em sua cidade o potencial para a transformação e que acreditou ser possível realizar os sonhos”. Márcia Chuva (CHUVA, 2008), registra que dois aspectos fundamentam a modificação e atualização conceitual e metodológica nos anos 1980: o novo papel do Estado e a inclusão de outras esferas do poder público essa última, fruto de anseios da sociedade civil, além da própria ampliação da noção de patrimônio, avançando para além da perspectiva da identidade nacional, desdobrando novos aportes sobre as relações entre o patrimônio e sua preservação.

Retomando Doimo, a autora desenvolve uma reflexão sobre os movimentos e as polaridades interpretativas (1995, pág. 47-48). Segundo a autora, três matrizes interpretativas prevaleceram desde a década de 1970. A primeira é a *inflexão estrutural-autonomista*, verificada a partir de dois postulados: as contradições urbanas e a capacidade de organização autônoma da sociedade civil. Impulsionados pela tradição das políticas autoritárias, surgem

movimentos sociais e novos sujeitos coletivos. A segunda é a *inflexão cultural-autonomista* (1982-1983) que enfatiza a “pluralidade de sujeitos” os quais juntamente a uma “constelação de novos significados”, negam os aportes institucionais e tornam-se sujeitos políticos, criados no campo de ação da própria experiência. A terceira matriz, mais conhecida como “*enfoque institucional*”, age como uma contradição às premissas anteriores, defendendo que as ações políticas eram colocadas num quadro dinâmico de demandas, recusas, alianças, pactos e conflitos internos.

Ao considerar a trajetória dos movimentos sociais – seu surgimento, organização e ação – percebemos que eles se inserem dentro dessas matrizes interpretativas, ressaltando as características que lhes são próprias condicionadas pela modalidade e especificidade temática que utilizam. Os movimentos sociais tornaram-se setoriais ao se expandirem e adquirirem vitalidade pelo contexto de redemocratização que se observava no período de 1975 a 1990, caracterizando:

(...) o tempo da “vez e voz do povo”, [onde] o sentido de povo é amplamente recuperado e reelaborado: de clientela cativa, passa a ser visto como aquele que não se deixa cooptar e manipular; de massa amorfa, torna-se um coletivo organizado e predisposto à participação continuada na luta por seus interesses; de um ser subordinado ao Estado-nação e às vanguardas políticas, brota o ser autônomo e independente; de mero objeto das instituições de representação política, emerge o sujeito realizador da democracia de base e direta e proposito de políticas alternativas em torno dos direitos humanos e sociais (Doimo, 1995, pág.124).

Assim surgem movimentos, não somente ligados à instituições e ou organizações políticas, mas abrangendo uma complexa rede de agentes sociais de todas as classes. Mônica B. Starling (2009, pag.141) diz que:

A tendência de ampliação da participação da sociedade na gestão do patrimônio cultural se dá paralelamente à evolução da concepção de patrimônio de um sentido focado no valor estético, monumental e arquitetônico para uma concepção mais abrangente que passa a incluir, junto à excepcionalidade do patrimônio edificado, a perspectiva urbana e os valores imateriais representados pelas tradições e manifestações culturais baseadas nos saberes e fazeres do cotidiano das comunidades, na sua oralidade, rituais, festas e lendas.

Para Giddens (2007, pág. 358), esses movimentos eram produtos da própria sociedade e expressavam seus novos desafios mostrando que os

cidadãos “das recentes sociedades modernas não estão apáticos nem desinteressados em relação à política como às vezes se alega” e seriam “tentativas coletivas de promover um interesse comum ou de assegurar uma meta comum por meio de uma ação fora da esfera das instituições estabelecidas.”

O sentido de pertencimento adotando discursos de participação social na gestão dos interesses locais é chamado por Schimidt (2003, pág. 436) de “Comunidade Cívica”, e assim por ele caracterizado:

(...) pela existência de fortes obrigações dos cidadãos com a comunidade, expressas em intensa participação, em mecanismos de igualdade política, em sentimentos de solidariedade, de confiança e de tolerância e em densas redes de associações. O compromisso cívico se expressa no empenho dos cidadãos em prol de bens públicos.

Nesse contexto, especificamente destacam-se os movimentos culturais, os quais, segundo Sader e Paoli (1997, pág 53) reuniam “intelectuais e militantes, políticos, jornalistas e pesquisadores, sindicalistas e simples trabalhadores em seus espaços cotidianos de produção de novos significados que acompanham necessariamente as mudanças na prática social”.

O surgimento de movimentos sociais culturais, geraram novos elementos de reconhecimento patrimonial, novas formas de instrumentação, imprimiram marcas e orientações que tornaram visíveis a capacidade auto organizadora, de como manifestar ou ensaiar uma possível democracia, transformando sua realidade em práticas reivindicatórias e de promoção da cultura popular.

A interação de desejos particulares sobre a implantação de planos e projetos culturais permitiu inserir os discursos e expressões tradicionais das redes formadas por grupos, Ongs e outros agentes culturais oriundos desse período, na cena pública dos anos 1980, auxiliando na constituição/construção das identidades dos habitantes e configurando um território em movimento, com referências simbólico espaciais, laços identitários e pertencimento ao local, mobilizando uma complexa teia de significados e atribuições, pois “toda cultura depende de símbolos. Todo comportamento humano se origina no uso de símbolos”. (LARAIA, 2001, pág. 56).

A fruição do patrimônio cultural fornece e auxilia os grupos sociais a estimular um conjunto de códigos, sinais que incorporam os laços culturais,

dispersos e fragmentados, numa identidade cultural. Da relação entre o individual e os grupos, nasce o sentimento de pertença atribuída à uma comunidade imaginada, fazendo com que os membros partilhem e reforcem suas referências identitárias. Neste caso, considerando a estreita relação entre patrimônio e identidade, a identidade de um grupo/sociedade é sempre um processo seletivo e fragmentado do lugar, social e culturalmente.

Desde o início da década de 2000, dentro das acepções do patrimônio cultural, ele passa a ser entendido como uma construção social, simbólica e de apropriação de determinados elementos significativos de um determinado grupo social, expandindo-se para as produções intelectuais, materiais e imateriais, que oscilam entre o passado e o presente através das manifestações culturais que os particulariza. Conforme Chauí, a política de “animação cultural” foi “substituída pela ação cultural das comunidades, dos movimentos sociais e populares”. (1995, pág.84).

Observa-se que a cultura é dinâmica e mutável, assim, o conceito de patrimônio segue essa premissa. Somando-se ainda os valores e significados diversos que carrega, é difícil estabelecer fronteiras para o que é permanentemente concebido, criado, recriado, ampliado, porém relevante. Como o conceito de cultura, o de patrimônio é um conceito aberto, decorrente de longo processo acumulativo.

As políticas culturais na década de 1980, foram marcadas pela democratização, pelo acesso e direito à produção de cultura, alinhadas com a conjuntura sul-americana em que se observa no fim das ditaduras militares. Observa-se que a experiência participativa popular, como nas políticas culturais, continha em sua essência, uma espécie de reverberação das referências identitárias manifestadas pelos grupos sociais desse período.

Capítulo 3

Movimentos Sociais Culturais: escalas, valores e ações para a construção, interpretação e assimilação do patrimônio cultural de Estrela do Sul

A década de 1980 e as representações do lugar: a gênese dos movimentos sociais culturais de preservação em Estrela do Sul

Movimento Cultural Preserv-Ação
Grupo Senzala
A Casa de Cultura

A década de 2000: aproximações com o patrimônio imaterial e natural de Estrela do Sul

Movimento Humanitário Hippie Chique
Os mestres artífices: ASASE – Associação de Artesãos e Similares de Estrela do Sul

Capítulo 3: Movimentos Sociais Culturais: escalas, valores e ações para a construção, interpretação e assimilação do patrimônio cultural de Estrela do Sul

Esse capítulo tem por objetivo, apresentar os mais importantes elementos relacionados ao desenvolvimento das políticas culturais e processos de patrimonialização e atribuição de significados aos bens culturais de Estrela do Sul. Imersa em um período que refletia as mudanças conceituais do termo patrimônio, bem como a inclusão participativa da sociedade através de grupos e movimentos sociais, a realidade local passou a ser questionada pelos habitantes a partir da década de 1980, prolongando essa experimentação até meados da década de 2000.

Esses significados atribuídos nos bens culturais só se emergiram a partir das ações iniciadas por práticas sociais, que ao serem decantadas através dos enunciados sobre quem se apropria do saber patrimonial, permitiram atingir as camadas discursivas locais, refletindo como efeito prático a dilatação e difusão do conceito de cultura e patrimônio, permitindo que essa temática penetrasse nas questões políticas municipais.

As práticas sociais, permitiram que a cidade construísse o conceito de patrimônio cultural, por meio da dinâmica de diversos sujeitos sociais, reunidos sob a forma de movimentos sociais culturais, grupos e associações, inicializando o processo de preservação cultural por meio de esforços de reconhecimento, salvaguarda e recriação cultural, concepções inerentes à todos os elementos contextualizados em seus períodos de atuação.

Essa característica que permeia a construção do conceito de patrimônio cultural de Estrela do Sul, revelando-se pela participação de grupos sociais culturais, evidenciados por intermédio de práticas sociais e simbólicas cotidianas, contribuíram para reconhecer as identidades locais, valorar seus lugares memoriais e seu patrimônio cultural. Adota-se aqui que o conceito de identidade no qual este se assemelha a um processo de identificações historicamente apropriadas dando coesão e sentido aos grupos (CRUZ, 1993). Um bem cultural, para ser assim considerado é condição *sine qua non* que este represente as ações, sejam de identidade ou memória, de diferentes grupos sociais.

Os movimentos de preservação cultural surgidos em Estrela do Sul buscaram, portanto, na memória e na historicidade de seus bens, a justificativa para suas ações. Através das referências histórico culturais, os movimentos sociais culturais definiram seu palco de ação nos centros históricos, ou melhor, nos núcleos originais de fundação (Cachoeira e Joaquim Antônio) tanto para se instalarem como para difundirem e afirmar suas concepções ideológicas. A apreensão desse gesto de ação requer o entendimento de complexas variantes que se revelam a partir das relações criadas por esses grupos com os núcleos originais e como estabelecem elementos estruturadores ou mesmos vestígios memoriais acionados nesses espaços.

Tanto os aspectos histórico-geográficos e culturais quanto os elementos urbanísticos, refletem um caráter local que se identifica por elementos simbólicos que caracterizam o núcleo histórico como lugar de significações, como aquele que representa a historicidade e a identidade.

Para compreender esse advento simbólico cultural em Estrela do Sul, foi preciso localizar com maior precisão empírica a formação e organização dos grupos e suas coalizões locais, a densidade das reivindicações desse tema novo bem como os aspectos das diversidades e identidades culturais e suas trajetórias de atuação.

Ao iniciarem práticas de valoração e preservação cultural, possibilitaram a absorção do tema pela comunidade, ampliaram o círculo de atuação da administração local e a aplicação das políticas culturais de preservação, por meio de uma coordenação específica participativa por meio da população, num trânsito simbólico e discursivo, envolvendo as gestões locais e organizações da sociedade civil, permitindo à Prefeitura Municipal formular, num primeiro momento, os principais instrumentos legislativos responsáveis pelo identificação, fomentação e preservação com temáticas o patrimônio cultural.

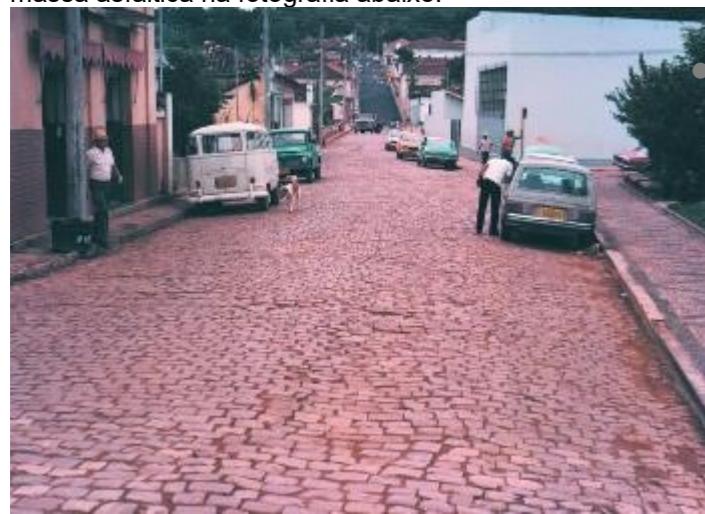
3.1. A década de 1980 e as representações do lugar: a gênese dos movimentos sociais culturais de preservação patrimonial em Estrela do Sul

3.1.1. Movimento Cultural Preserv-Ação

Na década de 1980, época em que a participação popular na política nacional através de movimentos e manifestações sócio culturais produziu profundas transformações na realidade do território nacional, reverberou em Estrela do Sul, reflexos dessas novas formas de culturalização política. O movimento social denominado *Preserv-Ação*, formado por membros de diferentes origens se mobilizou, utilizando de lugares memoriais e elementos do cenário urbano para reconhecer e valorizar a história da cidade e seu patrimônio cultural. Esses locais imateriais ou materiais (ambos remanescentes ou já destruídos), foram eleitos pelo movimento como o que podemos contemporaneamente interpretar como “*lugares de memória*”, conceito apresentado e discutido no capítulo primeiro, revelando valores simbólicos e históricos como passíveis de serem preservados. A ação desse grupo que perdurou por aproximadamente 10 anos, teve papel fundamental neste processo onde as representações e os significados foram coletivamente construídos, partilhados e reproduzidos que influencia as percepções até à contemporaneidade.



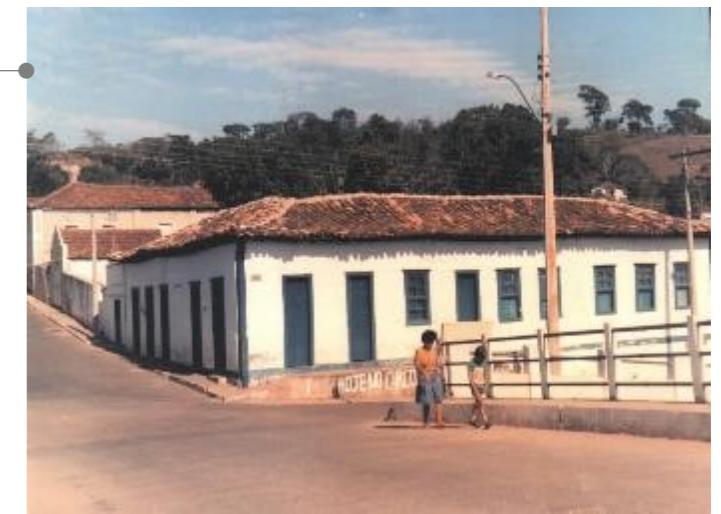
Na imagem acima, trecho da Praça Dr. Argelino de Moraes, década de 1970. Destaque para a torre da Igreja de Nossa Senhora de Fátima, em estilo eclético, contrastando com arquiteturas tradicionais intervencionadas, com aplicação de art decó nas fachadas e originais, à direita, casarão que viria a ser a terceira sede da Casa da Cultura de Estrela do Sul. A pavimentação em paralelepípedo de basalto recebe massa asfáltica na fotografia abaixo.



Conjunto de imagens 12: Estrela do Sul, décadas de 1970-80. Na imagem acima, vista aérea parcial do distrito sede de Estrela do Sul, em 1984. Observa-se ao longo do Rio Bagagem, vestígios da enchente de 1983, de coloração terrea na calha fluvial, em destaque para o campo de futebol acima à esquerda e no trecho abaixo da Usina de Energia Elétrica, ao centro.



Na imagem acima, conjunto arquitetônico tradicional da Praça Chico Brasileiro, década de 1970. Observa-se a pavimentação em paralelepípedo de basalto em substituição da pavimentação original. Na imagem abaixo, exemplar de arquitetura tradicional às margens do Rio Bagagem, final da década de 1970.



Fonte das imagens: Acervo Museu Municipal de Estrela do Sul

A pesquisa iniciou-se no acervo documental do Museu Municipal de Estrela do Sul. Um documento chamado "*Projeto Picuá*⁴⁷: *Uma proposta para salvar a velha Bagagem*" de autoria de Pedro Divino Rosa⁴⁸, datado de 19 de outubro de 1984, continha a compilação das ações do *Grupo Preserv-Ação* daquele ano, além de uma proposta de proteção e reconhecimento do patrimônio cultural regional. A partir desse documento, desenvolveu-se a pesquisa, procurando alinhavar os fios dessa memória viva, porém, fragmentada.

A relação dos membros do grupo *Preserv-Ação* com bens culturais de Estrela do Sul juntamente com a narrativa construída e documentada, permitiu que a sociedade, através do grupo, patrimonializasse objetos e práticas, hábitos e valores que compunham sua memória e identidade. O passado chegou ao contexto do grupo materializado pelas tradições, conduzido através de discursos, documentos e materialidades. As práticas sociais inauguradas por meio de suas ações ainda que ancoradas no passado, estão em contínua transformação sendo recriadas.

O *Grupo Cultural Preserv-Ação*, foi o movimento pioneiro a promover os valores culturais que Estrela do Sul tinha a oferecer. O objetivo principal era identificar os "*conjuntos urbanos arquitetônicos de valor histórico cultural*⁴⁹" bem

⁴⁷ ETIM tupi *pikü'a* "cesto, balaio". s. m. **1.** saco para conduzir roupa, comida etc. **2.**peça geralmente de chifre ou osso em que os mineiros guardam diamantes. **3.** balaio, cesto. "É o garimpeiro, cujo picuá vazio já não mais enche de notas velhas a guaiaca" (ROSA, D.1984); "é um canudo de cipó imbé onde os garimpeiros guardavam seus diamantes". (ROSA, D.1984) In.: entrevista ao Jornal "O Triângulo". Uberlândia, 24 de agosto de 1984.

⁴⁸ Pedro Divino Rosa, nasceu em Goiânia-GO, em 29 de junho de 1961. Considera Estrela do Sul-MG sua terra natal. Repórter investigativo, Pedro Popó iniciou sua carreira profissional em Araguari, atuando como jornalista desde os 19 anos de idade. Trabalhou, dentre outros, nos jornais Primeira Hora, Estado de Minas e Correio de Uberlândia, e na rádio Globo Cultura. Bacharel em Direito pela Faculdade Politécnica de Uberlândia, possui registro profissional de jornalista desde 1984 (DRT/MTB). Pedro Popó é autor dos trabalhos acadêmicos: "Uma visão jornalística sobre o "Caso Irmãos Naves", e "O Caso Eliza Samúdio". É autor de vários livros, destacando-se: "Dona Beija" (Editora Sabe, Uberlândia, 1997); "A História de Um Soldado" (Produção independente, 2001); "Calixto Medeiros - O Retirante da Laguna" (Produção independente, 2005); "A Enchente de 79 - A tragédia no Leste de Minas" (Editora Gráfica Baixo Guandu, 2007), "Dona Chiquinha, a Dama do Teatro Uberlândense" (Produção independente, 2007) e outros. Foi vereador em Estrela do Sul (1983 a 1988 e de 1989 a 1992). Presidiu a Avetrim na gestão 1991. Em 2006 concorreu ao Prêmio ESSO de Jornalismo (regional) com a série: "Memórias do Crime", publicada no Jornal Correio de Uberlândia. Trabalhou em projetos da Secretaria de Gestão Estratégica, Ciência e Tecnologia de Uberlândia. Atualmente é assessor de Imprensa da Prefeitura Municipal de Uberlândia.

⁴⁹ A expressão, muitas vezes utilizada em documentos produzidos pelo Grupo Preserv-Ação e em suas oralidades, corresponde à 3^a fase das políticas de preservação e momentos de ampliação do conceito de patrimônio. A "*Projeção Inicial do Patrimônio: décadas de 1960 a 1990*", ficou conhecida como o momento em que o patrimônio passa a ser reconsiderado, no contexto do planejamento urbano estratégico, enquanto vetor de mudanças socioeconômicas capaz de contribuir para o desenvolvimento local e regional. Nesse momento são estudadas as

como as manifestações populares como Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural.

A ideia surgiu através de Mario Lúcio Rosa⁵⁰, com tendência a pesquisas sobre a história local e uma das principais personalidades responsáveis pelas inúmeras ações de preservação⁵¹ e valorização do patrimônio cultural de Estrela do Sul, buscando parcerias com lideranças estudantis locais, professores e entusiastas como Pedro Divino Rosa e a Almir Antônio Rosa⁵², seus irmãos. Almir, à época recém-chegado de Belo Horizonte, esboçou o protótipo do grupo, um pequeno programa de atuação. A vivência sócio cultural de Almir com a capital mineira enriqueceu sua experiência cotidiana, realizando uma aproximação com a comunidade que representava, produzindo laços de significação e pertencimento cultural ao grupo.

Um dos elementos referenciais e constituído como o marco deflagrador da criação do Grupo Preserv-Ação, foi a enchente de fevereiro de 1983 (*ver Mapa Projeção da Enchente de 1983 nos Apêndices*) que:

orientações da ‘*Carta de Veneza*’ de 1964, que indica a “*possibilidade de valorização econômica dos núcleos urbanos tombados*”. As cidades históricas – algumas em franca decadência econômica – são evidenciadas com o incipiente turismo cultural. Adaptado de (SANTOS, M; SOUZA, M; SCARLATO, F; ARROYO, M.2002).

⁵⁰ Mário Lucio Rosa nasceu em Araguari-MG no dia 26 de julho de 1957. Formou-se em Letras pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araguari. Professor desde 1987 é detentor efetivo de cargo em licenciatura em Português e Literatura na Escola Estadual Robert Kennedy de Estrela do Sul – MG. Foi Secretário de Cultura e Turismo de Estrela do Sul – MG na gestão 2001/2004 e colaborou nas gestões futuras com pesquisas e trabalhos técnicos. Produziu inúmeros trabalhos no campo patrimonial e cultural, destacando-se o vídeo documentário “*Matarum de Orongoia*”, o livro “*Dize-me de quem falas que te direi quem ele é – Apelidos de Estrela do Sul*” (Produção independente) e o “*Jornal Revista do Sesquicentenário – Edição comemorativa dos 150 anos de Emancipação Política de Estrela do Sul em 2006*”. Historiador e memorialista por vocação foi personalidade responsável por inúmeras ações de preservação e valorização do patrimônio cultural de Estrela do Sul.

⁵¹ Atualmente presidindo o *Movimento de Resgate da Identidade Cultural de Estrela do Sul*.

⁵² Almir Antônio Rosa é natural de Araguari. Doutor (2005) e Mestre (2000) em Comunicação e Semiótica, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Possui graduação (1988) em Psicologia e Bacharel (1984) em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). É Professor do Departamento de Cinema, Rádio e Televisão da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (CTR/ECA/USP), desde 2002. Vice-Chefe do Departamento de Cinema, Rádio e Televisão, gestão 2016-2018. É Coordenador do Canal temático Arte e Cultura, do Sistema IPTV USP, pela ECA/USP. Atuou em Produção Televisiva na Terebi Shin Hiroshima, em Hiroshima, Japão (1993/1994), com apoio da AOTS/ABK e do MITI/Governo do Japão. Produziu inúmeros trabalhos literários, entre eles: “*Viagens e Paragens*” (Belo Horizonte: Produção Independente, 1981), “*TerhaKuaPrahx*”(Belo Horizonte: Ex-Os Borgeanos, 1982) e “*Haiku*”(Belo Horizonte: Associação Cultural Pandora, 1997). “*Televisão Digital Terrestre - Sistemas, Padrões E Modelos*” (São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2012). É videoartista, produtor e diretor de áudio visual colaborando com o vídeo documentário “*Matarum de Orongoia*” com a fotografia e roteiro.

(...) fez transbordar o Rio Bagagem e a maior relíquia da cidade. A ponte que Dona Beija⁵³ mandou construir em 1873, desabou juntamente com alguns casarões históricos empobrecendo ainda mais o patrimônio do município, e bastante avariados, outros prédios antigos foram derrubados por seus proprietários sem recursos de restaurá-los, visando a preservação. Sensibilizado pela perda dos imóveis, um grupo de estudantes e professores, denominado "Preserv-Ação" iniciou no final do mês de maio uma campanha em defesa do patrimônio histórico do lugar. (ROSA, D.1984)

A ponte citada no depoimento não era a ponte original que Dona Beija mandou construir, essa destruída numa enchente em 1937. Na década de 1940, o prefeito Dr. Argelino de Morais mandou refazer a ponte destruída, utilizando-se de materiais semelhantes permanecendo, porém, a mesma concepção construtiva. Seu projeto, uma reprodução a nanquim, está no Museu Municipal de Estrela do Sul. Quando a enchente levou a ponte histórica, numa tentativa de manter as características do lugar e de representar a personagem que a mandou construir, encomendou sua réplica.

⁵³ Ana Jacintha de São José, conhecida por Dona Beija, é natural de Formiga, nascida no ano de 1800. Viveu em Paracatu e Araxá. Veio para Bagagem (atual Estrela do Sul) por volta de 1853, cidade onde já residia sua filha Joana de Deus, casada com o líder político Clementino Martins Borges, para investir no garimpo de diamantes através de sociedades de exploração diamantífera. Mandou, numa dessas sociedades, explorar o leito do Rio Bagagem, após realizar seu desvio (na época “viradas”) compreendendo amplo trecho iniciado abaixo da Ponte da Beija e concluído próximo à Ponte do Padre Modesto (atual Ponte Central, substituindo a segunda em arcos de pedra, construída em 1923, pelo padre Português, José Benjamim Cerqueira). Em 1871, de posse do orçamento de 1 conto e 500 mil réis, mobilizou a sociedade em uma campanha arrecadando 677 mil e 8800 réis para a manutenção da ponte que levava seu nome. A quantia não foi o suficiente o que o fez arcando sozinha com os custos. Sua importância na cidade a eleva como um mito. A memória oral conta que ela o fez para que a procissão de Nossa Senhora Mãe dos Homens pudesse retomar o trajeto em frente à sua casa, essa às margens do Rio Bagagem. Entrou com uma petição na Câmara Municipal da Cidade da Bagagem em 14 de julho de 1871, solicitando resarcimento pela quantia empregada na obra. Faleceu em Bagagem em 1873. Sua importância na cidade e região a eleva como um mito (sobre o assunto ver: MONTANDON, Rosa Maria Spínoso. *Dona Beija-desvendando o mito*. EDUFU /UNIARAXÁ. 2004). Descendentes diretos de Dona Beija ainda vivem na cidade de Estrela do Sul.



Conjunto de imagens 13: Antigo Praia. O local de recreação localizava-se nos fundos do atual Ginásio Poliesportivo Nego Assunção. Observa-se abaixo o píer e trampolim construído de forma singela para o usufruto da população. À esquerda, uma lancha, veículo frequentemente utilizado para a navegação no Rio Bagagem, e ao fundo a Ponte da Beija (réplica de 1940) com cavaleiros transitando sobre ela. Acima, quadra de areia. Observa-se a intensa atividade às margens do rio, inseridos num cenário bucólico. Década de 1970.

Fonte das imagens: Acervo Museu Municipal de Estrela do Sul





Conjunto de imagens 14: Enchente de 1983. Nas imagens acima, o volume de água sobre a Ponte da Beija e José Gonçalves, respectivamente. Nas imagens abaixo, trecho do rio na região da Usina de Energia Elétrica. As construções às margens do Rio Bagagem foram parcialmente ou inteiramente destruídas.

Fonte das imagens: Acervo Museu Municipal de Estrela do Sul



Conjunto de imagens 15: Enchente de 1983. Nas imagens acima e abaixo, observa-se a diminuição do volume de água e a destruição causada. A estrutura da ponte em madeira foi destruída deixando apenas as laterais em fundação de pedras. Na imagem ao lado, Pinguela sobre a Ponte da Beija, uma das primeiras obras construídas na administração do prefeito Marcelo Fernandes como medida paliativa em face as urgentes necessidades de infraestrutura e sociais que a cidade demandava naquele momento.

Fonte das imagens: Acervo Museu Municipal de Estrela do Sul



Após a enchente de 1983, o então vereador Pedro Divino Rosa entrou com um pedido na Câmara Municipal de Estrela do Sul solicitando a reconstrução da ponte que “*até então era única referência histórica da Beija juntamente com o casarão (casa de Dona Beija)*” (ROSA, D. 1984) como forma de “remontar” (sic) a história de Dona Beija, o que foi negado. O texto de denotações simbólicas assemelha-se à uma construção de *contra-memória* (FOUCAULT, 2000), ou seja, cria-se um contraste com a história material vigente e reestabelece sua singularidade histórica, rememorando para isso fatos representativos de seu passado. Isso foi utilizado pelo grupo para interromper, ou melhor, confrontar o discurso político local e validar a justificativa apresentada no pedido.

As lideranças do grupo, ainda em 1983, cinco meses após a enchente, entraram em contato⁵⁴ com órgãos de preservação estaduais. Através do ofício nº 270/83, datado de 19 de junho de 1983, emitido por Rodrigo Andrade, então Diretor Executivo do IEPHA/MG, à Pedro Divino Rosa, então Secretário da Câmara Municipal de Estrela do Sul, o diretor louva o *Grupo Preserv-Ação* pela iniciativa da participação comunitária na preservação de seu acervo cultural e encaminha em anexo, modelo de projeto de lei e de decreto de criação de órgão municipal de patrimônio histórico e artístico, elaborado pela Assessoria Jurídica do instituto, disponibilizando ainda técnicos que porventura possam colaborar nos ajustes e processos respectivos de preservação.

A gênese do grupo Preserv-Ação em Estrela do Sul foi condicionada em prol do reconhecimento, valorização e preservação do patrimônio cultural, contribuindo para a organização de movimentos que privilegiavam a eternização das diferentes memórias individuais e coletivas que “conseguem invadir o espaço público, reivindicações múltiplas e dificilmente previsíveis se acoplam a essa disputa da memória” (POLLAK, 1989, pág.05), decodificadas no corpo social. Foi com esse apelo que o *Grupo Preserv-Ação* iniciou suas atividades em 24 de abril de 1984 conforme aponta um de seus principais mentores:

Até 1984, Estrela do Sul não possuía qualquer interesse, qualquer ligação, qualquer valorização em relação ao resgate de sua memória histórica, cultural, paisagística e arquitetônica, não tinha! Não se ouvia falar de Estrela do Sul de Dona Beija, não se

⁵⁴ Não foi possível localizar, no acervo documental do IEPHA, nem no acervo documental do Museu Municipal de Estrela do Sul, qual a temática e/ou solicitação advinda do Grupo Preserv-Ação ao IEPHA-MG. Entretanto, observa-se uma constância estrutural textual simples nos documentos.

ouvia falar que em Estrela do Sul tinha preservação do casario remanescente do século XVIII (sic), não se ouvia falar em resgate da memória oral, da memória paisagística da cidade (...) O Mário e o Almir moravam em Belo Horizonte (...) Quando Mário veio pra cá com essa ideia, ele encontrou então, o Almir e eu, e a gente, a partir daí, criou os Irmãos Rosa. Eu já era vereador, e tinha um propósito muito grande com uma visão preservacionista do casario, então juntamos (...) O Mário passou a fazer uma estratégia de preservação do patrimônio histórico, eu passei atuar na Câmara como a pessoa encarregada disso, o articulador disso e o Almir passou na questão do resgate audiovisual de tudo, porque ele é cineasta. (ROSA, D. 2017)

É possível identificar na entrevista de Pedro Divino Rosa⁵⁵, uma construção inicial de novas formas de interpretar a relação entre a sociedade local e sua memória. Há atualmente difundido na memória coletiva da cidade e, exaustivamente repassado, que a cidade teve seu apogeu no século XVIII. Essa tentativa de situar a origem da cidade mais distante no tempo cronológico indica o desejo de atribuição de valores históricos para seu patrimônio cultural. O apogeu, efêmero, da cidade ocorreu no século XIX.

É possível identificar através das ações do grupo Preserv-Ação, analisando em conjunto com os depoimentos, os elementos constitutivos dos movimentos sociais segundo apontado por Tomazi: *o projeto, a ideologia e a organização* (TOMAZI, 1993, pág. 217). O *projeto* do Grupo Preserv-Ação revela o desejo de reconhecer e preservar por meio de sistemas de valores, as referências culturais da cidade. O grupo não correspondia às expectativas e correntes políticas da administração local “porque era um grupo de pessoas humildes! Ali tinha pedreiro, servente de pedreiro, ali tinha roceiro, tinha professor, tinha lapidário, ali tinha jornalista... então ali, tinha garimpeiros...” (ROSA, D.2017).

A *ideologia* do grupo correspondia às reais condições e contradições que essa ideia, valores, relações e transmissões (WILLIAMS, 1969, pág. 311) envolvem para tornar-se elo entre passado e presente e um instrumento para a história e memória para a posterioridade.

A *organização* planejada e atuação nas diversas esferas são delimitadas por áreas de conhecimento. Composta por 11 membros⁵⁶, sua organização foi

⁵⁵ Entrevista realizada em 18 de março de 2017, na Rua Olímpio Bagaginha, nº272 bairro Bagaginha em Estrela do Sul.

⁵⁶ Os membros dividiam-se conforme a seguir:

motivada por várias questões, como o enfraquecimento da memória cultural da população, além do contexto político que discutia questões relativas à implantação e melhoria da infraestrutura da cidade.

Todavia, observa-se uma hierarquização entre as lideranças intelectuais, certo caráter espontâneo e tradicional (Irmãos Rosa), mobilizando diferentes participantes sociais, democratizando o movimento. Os três princípios: *projeto, ideologia e organização*, revelam-se ainda no Cronograma de Ação da “*Campanha de Preservação do Patrimônio Histórico Artístico e Cultural de Estrela do Sul*”, iniciada em 25 de abril de 1984.

A campanha continha a organização das atividades na forma de 3 atos públicos ocorridos durante o ano de 1984: o primeiro foi realizado durante a festa da Igreja de Santa Rita em 20 de maio; o segundo no adro da Capela de Nossa Senhora de Fátima em 10 de junho e o terceiro ocorreu no antigo Cine Paes de Almeida em prol da instalação da Casa da Cultura, em 09 de setembro. Em cada um dos atos observa-se a evolução paulatina do pensamento do grupo, demonstrando sua organização e planos de ações.

O primeiro ato apropriou-se do espaço público de forma ruidosa e foi marcado por intensa mobilização, na festa religiosa de Santa Rita⁵⁷, evento que atrai grande número de pessoas, no distrito de Joaquim Antônio, distante 2km da sede, no dia 20 de maio de 1984, marcando o lançamento oficial da campanha. Ao denunciar a perda de referenciais históricos, o dogmatismo político e a necessidade das transformações sociais por meio da valorização da

- *Grupo Preserv-Ação*: Mário Lúcio Rosa, Geraldo Araújo Júnior, Eliane Cerqueira de Moraes, Maria Abadia Alves Pereira, Pedro Divino Rosa, Pedro Fernandes da Silva Neto, Rubens Rocha Camargos, Ênia Aparecida Florentino Azevedo, Íris Marta Fernandes Camargos;

- *Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico*: Mário Lúcio Rosa, Geraldo Araújo Júnior, Eliane Cerqueira de Moraes, Maria Abadia Alves Pereira, Pedro Divino Rosa, Pedro Fernandes da Silva Neto, Ênia Aparecida Florentino Azevedo, Sebastião Lopes de Farias, Jacinto Deolino da Silva;

⁵⁷ Interessante notar que os espaços religiosos serviram para as manifestações e atos públicos. A noção de que a religião ajusta e direciona as ações humanas a uma ordem cósmica e projeta imagens na experiência humana, fomenta e fornece a congruência básica que tais grupos precisam para se afirmarem e serem ouvidos. Geertz (2008, pag. 66-67) define que um sistema de símbolos atua estabelecendo disposições e motivações nos homens através da formulação de conceitos de uma ordem de existência geral, e funcionam para “*sintetizar o ethos de um povo — o tom, o caráter e a qualidade da sua vida, seu estilo e disposições morais e estéticos — e sua visão de mundo — o quadro que fazem do que são as coisas na sua simples atualidade, suas ideias mais abrangentes sobre ordem. Na crença e na prática religiosa, o ethos de um grupo torna-se intelectualmente razoável porque demonstra representar um tipo de vida idealmente adaptado ao estado de coisas atual que a visão de mundo descreve, enquanto essa visão de mundo torna-se emocionalmente convincente por ser apresentada como uma imagem de um estado de coisas verdadeiro, especialmente bem-arrumado para acomodar tal tipo de vida*”.

cultura, os novos ideais não foram bem recebidos pela população. Naquela ocasião foi utilizada pela primeira vez a palavra "tombamento" que, sem mais esclarecimentos sobre seu significado na perspectiva da preservação patrimonial, causou espanto aos que ali escutavam o grupo.

O segundo ato público, ocorrendo no dia 10 de junho de 1984, foi intitulado "*Em Defesa do Tombamento Histórico*". No centro da cidade, após a missa no adro da Igreja de Nossa Senhora de Fátima⁵⁸, reafirmaram seu propósito do tombamento, (adaptada para o termo "preservação" como forma de desfazer as errôneas interpretações) da Capela de São Benedito. Com a articulação de Pedro Divino Rosa na Câmara de Vereadores de Estrela do Sul, conseguiram aprovar a posse do *Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural de Estrela do Sul*⁵⁹ no dia 16 de junho de 1984, com lei de criação aprovada através do *Decreto-Lei nº 20/84* de 28 de maio de 1984, e em 26 de junho de 1984, aprovaram a primeira lei que institui o patrimônio cultural de Estrela do Sul, a *Lei nº135/84* que, "*Institui o Patrimônio Histórico e Artístico de Estrela do Sul e faz Tombamento*". Justificou o texto da referida lei, baseando-se, conforme registrado, nos termos da *Lei Complementar nº 03 de 28 de dezembro de 1972*⁶⁰ e do *Decreto-Lei nº25 de novembro de 1937*.

O terceiro ato ocorreu dia 09 de setembro de 1984, em prol da instalação da *Casa da Cultura* no antigo Cine Paes de Almeida⁶¹, construído na década de

⁵⁸ A igreja Nossa Senhora de Fátima foi inaugurada em 08 de dezembro de 1954, sendo construída ao lado do Grupo Municipal Monsenhor Horta (década de 1930). Ambos edifícios ocupam atualmente o que era o Largo do Rosário e sua respectiva Capela de Nossa Senhora do Rosário, demolida em 1928.

⁵⁹ A posse ocorreu no salão da Câmara Municipal de Vereadores de Estrela do Sul, sendo a formação inicial composta pelos seguintes membros: Mário Lúcio Rosa, Geraldo Araújo Júnior, Pedro Fernandes da Silva Neto, Marly Santos Muniz de Resende, Pedro Divino Rosa, Sebastião Lopes de Farias, Enia Aparecida Florentino Azevedo, Eliane de Fátima Cerqueira de Moraes, Jacinto Deolino da Silva e Maria Abadia Alves Pereira. Conforme folha de registro presente na documentação referente ao Grupo Preserv-Ação, o então prefeito Marcelo Fernandes da Silva, deu posse aos membros, ressaltando, segundo ele, as dificuldades do tombamento de bens culturais, prometendo auxiliar e contribuir com o processo.

⁶⁰ Legislação mineira que possui como ementa a organização municipal do Estado de Minas Gerais, caracterizando as competências legislativas dos municípios. No Capítulo II, da atividade social do município, na Seção I, da educação e cultura, traz em seu Art. 192:

Cabe ao Município promover o desenvolvimento cultural da comunidade local, mediante:
I - oferecimento de estímulos concretos ao cultivo das ciências, artes e lettras;
II - cooperação com a União e o Estado na proteção aos locais e objetos de interesse histórico e artístico;

III - incentivo à promoção e divulgação da história, dos valores humanos e das tradições locais.

⁶¹ O Cine Paes de Almeida foi inaugurado dia 17 de março de 1962 e foi uma das 5 obras (outras a saber: Banco do Brasil, Hospital Sebastião Paes de Almeida, Escola Municipal Jacó Batista do Amaral e Igreja Santa Rita de Cássia) doadas pelo então Ministro da Fazenda, no Governo JK,

1960. Esse ato marcou o início do período de afirmações e solidificações dos ideais do *Grupo Preserv-Ação*.

Nos três atos, foram organizadas pelo grupo as primeiras feiras de artesanato local e comidas típicas, considerando as tradições locais, a linguagem plástica, escrita e musical de imagens, poemas⁶² e canções e que serviram também como estratégia de aproximação com a população. A interação da população com a exposição de artesanato e gastronomia típica, buscava aproximar as camadas da população e reforçar a identidade e os laços comuns, permitindo à população incorporar esses elementos da cultura popular, que passam a ser vistos como símbolos de um interesse em comum.

Sebastião Paes de Almeida, natural de Estrela do Sul. O conjunto de obras introduziu a estética modernista, algumas respondendo ao estilo dos autores, e influenciou inúmeras construções e remodelações das fachadas tradicionais do século XIX em meados do século XX. Sua renda era revertida ao Hospital Sebastião Paes de Almeida e substituiria o antigo Cine Alhambra. Foi desativado no final da década de 1970 e atualmente suas instalações foram divididas, abrigando a Câmara Municipal de Vereadores de Estrela do Sul, um restaurante e um apartamento. O Grupo pleiteava também a aquisição do prédio da Cadeia Pública para abrigar um museu e uma biblioteca.

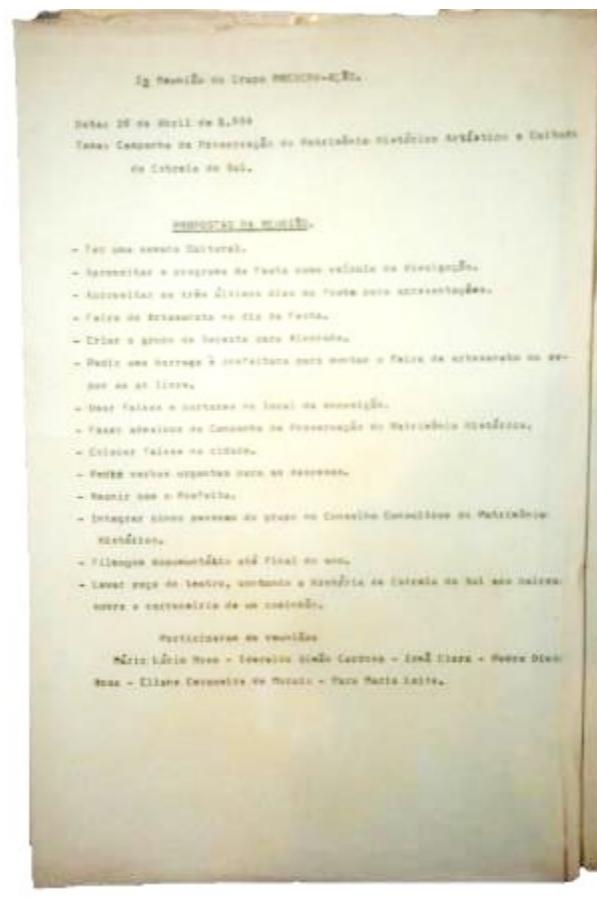
⁶² Foi lançado o “1º Concurso de Poesias Dona Beija” em 11 de junho de 1984, acontecendo outros em anos posteriores, com regulamento próprio, com objetivo de resgatar a memória histórica, com tema livre, participando poetas de toda a região. O resultado foi revelado dia 26 de agosto de 1984 e foi vencido por Adelica Ferreira dos Santos com o poema intitulado “Dona Beija”.



Conjunto de imagens 16: Projeto Picuá. Na imagem acima, capa e contracapa do Projeto Picuá. 19 de outubro de 1984.



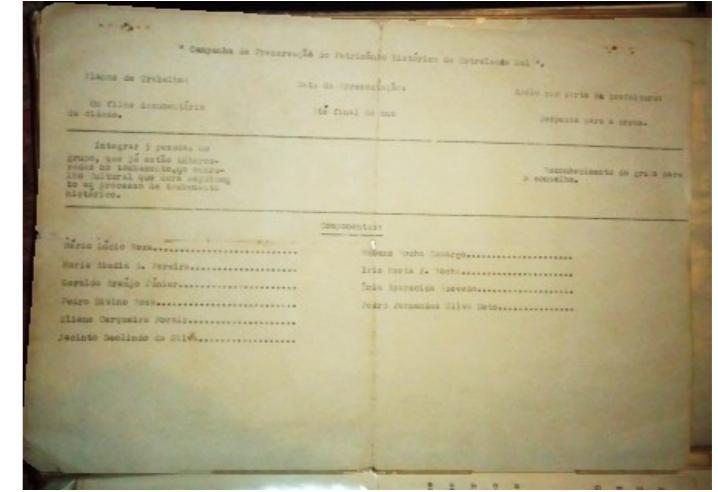
Conjunto de imagens 17: 1ª reunião do Grupo Preserv-Ação. Na primeira imagem, registro da 1ª Reunião do grupo Preserv-Ação sob o tema “Campanha de Preservação do Patrimônio Histórico Artístico e Cultural de Estrela do Sul” em 25 de Abril de 1984. Na segunda imagem, registro da 1ª Reunião do grupo Preserv-Ação com o Prefeito Marcelo Fernandes da Silva em 23 de Maio de 1984.



DATA: 21-05-04.
LOCALIZAÇÃO: no Pátio.
FACULTADE: ...
SÁBIA MARIA DAISY - servidora da UFGM - Sítio Santa Clara, Cachoeira.
Lote: 10 - PÁTIO
A vegetação está predominante com Sítio no solo arenoso e
pouco fértil (gravilha/pedra), predominante AREIA, onde há
varanda que serve para proteger vegetação. Descrição: parte a direita da
varanda há campo de areia com 2 plantas medindo cerca de
100cm, a esquerda há campo de areia com 2 plantas medindo cerca de
100cm.
O terreno é arenoso e seco, predominante no solo gravilhoso
que não contém os nutrientes que o predominante areia. O solo é
arenoso e seco, com 2 plantas medindo cerca de 100cm cada uma.
As plantas possuem folhas de grande porte e espalhadas.
100cm gravilhoso.

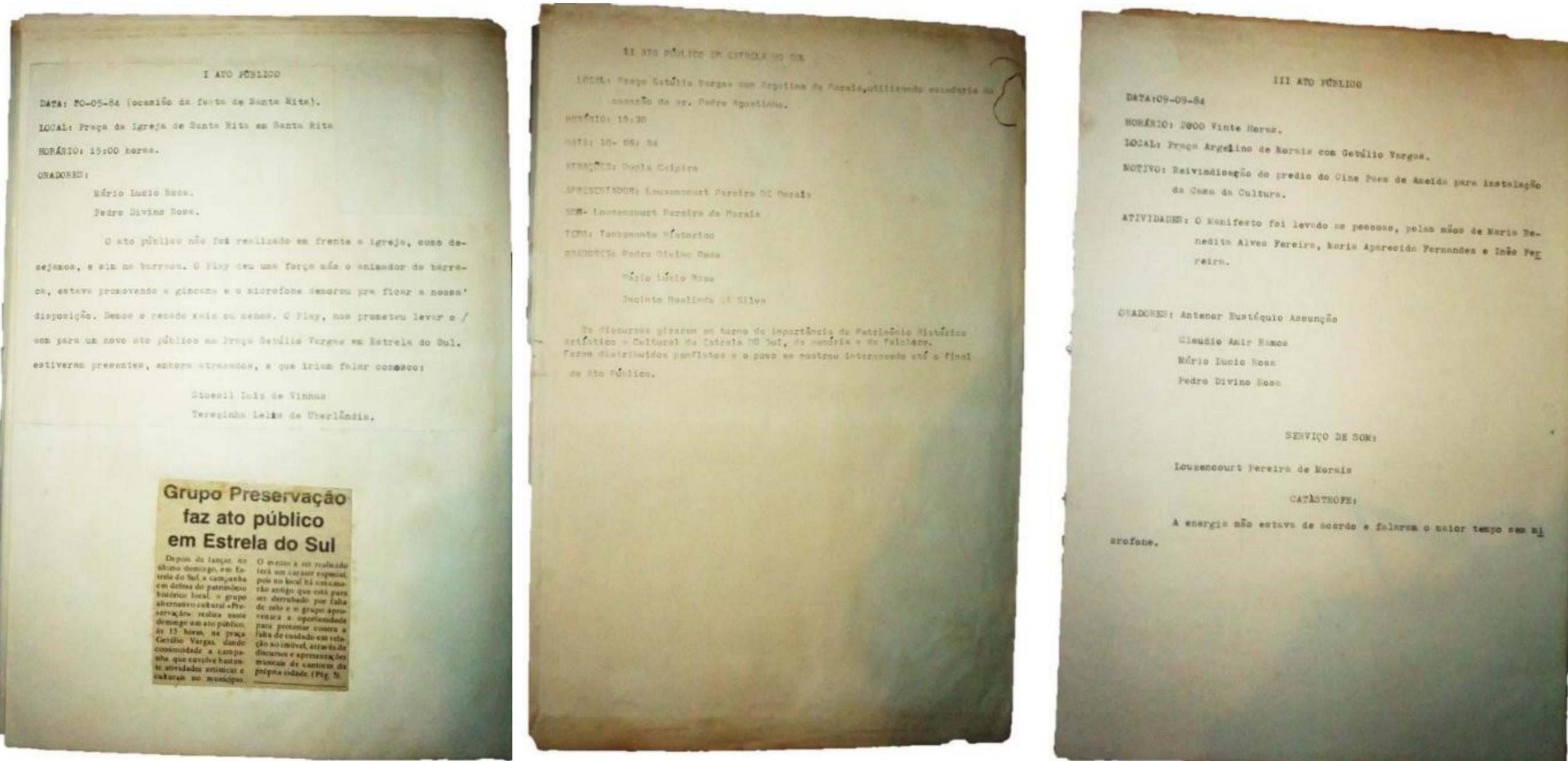


"Companhia de Preservação do Patrimônio Histórico da Serra da Baitaca"		
Projeto cultural preservativo.		
Nome de trabalho	Nome de Impressão/Editor	Impresso por parte da Prefeitura
Um salto para trás e arquiva os grãos.	Artes de liberdade no cinema	Um salto no arco de proteção ou construção local, para a transição mais de cultura provisória.
Homens e corpos do seu peito sacudem o e dirigem o grito grande cultura nos e apresentam os salários.	Final de outubro e mês de Julho.	Um caminho para a aproximação para a vertente para monta- gas ou encravadas.
Homens e corpos do seu peito sacudem o e dirigem o grito grande cultura nos e apresentam os salários.	Final de outubro	Tintas para impressão dos voluntários.
Um apresento. Os festejos só que grande em homens e mulheres o mais e mais valentim que brilhante out e os festejos de clima.	dia de Julho	Imprensa de instruções nos grupos folclóricos.
Compreensão de cultura e possibilidade.	dia de Julho	Um triste da profissão tintas para a 11 lagos.
Um curso de artes com curso de um mês.	Artes de cinema	Reunião de mestres.
Um projeto Cultural no grupo misterioso de 11 lagos, que é o que caminha e perspectivas serem um encontro comunitário.	Dependendo para a trans- versão os rádios.	Imprensa de escrita



Conjunto de imagens 18: Cronograma de Ação da “Campanha de Preservação do Patrimônio Histórico Artístico e Cultural de Estrela do Sul”. Elaborado em 25 de abril de 1984, nele consta as atividades a serem desenvolvidas durante o ano, como campanhas, feiras, exposições e um vídeo documentário.

Fonte das imagens: Acervo Museu Municipal de Estrela do Sul.



Conjunto de imagens 19: Registros dos atos públicos. Folhas de registro: 20 de maio de 1984; 10 de junho de 1984 e 09 de setembro de 1984, respectivamente.

Fonte das imagens: Acervo Museu Municipal de Estrela do Sul.



Conjunto de imagens 20: Recortes de jornal. Na primeira imagem, matéria do Jornal Estrela de setembro de 1986. Na imagem central, matéria sobre o concurso de poesias no Jornal Primeira Hora, de Uberlândia, de 28 de agosto de 1984. Na terceira imagem, acima, recorte sem especificação de jornal editor, sobre a ganhadora do concurso de poesias Dona Beja. A quarta imagem, recorte sem especificação de jornal editor. O conjunto de recortes, busca demonstrar o apego à memória mítica envolvente em figuras e personagens da cidade.

Fonte das imagens: Acervo Museu Municipal de Estrela do Sul.

Durante a realização dos atos, outras atividades paralelas foram desenvolvidas. Destaca-se a participação do então vereador Pedro Rosa, numa entrevista concedida à TV. Triângulo⁶³ de Uberlândia-MG no dia 26 de maio de 1984. A entrevista foi argumentada sobre a necessidade de se promover o patrimônio cultural, e para isso, o grupo buscava materializar essas intenções através do pedido de tombamento da Capela de São Benedito⁶⁴ feito à administração local. O processo de tombamento foi levado para apreciação à Câmara de Vereadores como projeto de reconhecimento em Patrimônio Histórico Municipal.

A Capela de São Benedito foi escolhida por ser considerada na visão do grupo, o elemento referencial dotado de significação simbólica e histórica remanescente de determinado recorte temporal – o período diamantino –, capaz de representar, após a queda da ponte da Beija, a identidade *estrela-sulense*⁶⁵. Além de solicitar esse tombamento, havia ainda a inclusão de reapresentações da peça teatral S.O.S. Estrela pelo Grupo Senzala, num intercâmbio cultural entre as cidades do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.

Após a entrevista concedida à TV. Triângulo, a população da cidade queria destituí-lo de seu mandato, porque entenderam que “tombar” seria de derrubar, colocar no chão suas construções tradicionais que contam a história da cidade. O vocábulo, segundo o grupo, necessitava de um sinônimo, algo que pudesse auxiliar a população a absorver a ideia do grupo, o que foi feito substituindo-se a palavra “tombar” por “preservar” (apresentado no segundo ato).

Como resultado de suas ações, o grupo Preserv-Ação produziu importantes documentos e propostas políticas culturais. Entre os projetos mais significativos, destacam-se o “*Projeto Picuá*” e o “*Manifesto Bagageiro*”, ambos de 1984, o “*Projeto Kaiapônia*” e o “*Projeto Bagagem*”, ambos de 1989.

⁶³ Atual TV. Integração, afiliada regional à Rede Globo de Televisão desde 1971. Fundada em 1º de maio de 1964 por Edson Garcia Nunes com o nome de TV. Triângulo, no qual carregou desde a fundação até o ano de 2001. Sua cobertura integra as regiões do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, Centro-Oeste de Minas Gerais, Noroeste de Minas Gerais, Zona da Mata e Campo das Vertentes/parte do Sul de Minas.

⁶⁴ A Capela de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito foi construída em 1870. Segundo o livro de Tombo (1916, folha nº40) a entronização original era Capela de São Benedito, Foi associado à Nossa Senhora do Rosário posteriormente. Tombada em 2003 de acordo com o Decreto-Lei nº 10/03 de 10 de abril de 2003, como Patrimônio Histórico e Cultural inscrito no Livro de Tombo.

⁶⁵ Gentílico de quem nasce em Estrela do Sul – MG.

O “Projeto Picuá” foi lançado em 22 de agosto de 1984, em reunião na Câmara de Vereadores de Uberlândia. O projeto possuía grandes ambições, dividido em duas partes. A primeira, caracterizando um amplo planejamento de inventariação⁶⁶ e registro, um cadastramento da produção arquitetônica de Estrela do Sul, nas falas de Pedro Divino Rosa⁶⁷ (2017) “*tombar para o patrimônio histórico⁶⁸ o município de Estrela do Sul*”, abrangendo vários cenários urbanos da cidade e outros elementos culturais, além de educação patrimonial com a comunidade.

Esse movimento buscou através do contato com os vereadores da Câmara Municipal de Uberlândia, se articular regionalmente, através do *Projeto Picuá*, que pretendia unir 16 municípios em prol da valorização da história e da cultural da região, mobilizando as administrações locais a realizarem seus registros culturais, a criarem suas *Casas de Cultura*, a manter as tradições locais, a criarem leis de proteção e tombamento e avançava com um apelo ao Estado, através da *Aliança Municipalista* entre as cidades⁶⁹ da região, proposta essa abordada na segunda parte do *Projeto Picuá*. A tentativa de articular esse projeto com cidades da região, foi importante por abrir as portas para reforçar a argumentação a favor da titulação de Estrela do Sul não mais como uma expressão cultural regional, mas como uma projeção estadual, visando sua representação na Constituição Mineira:

(...) por ser Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba seio de inúmeras cidades antigas, entendemos ainda necessário, solicitar ao Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA-MG) que inclua estes municípios no programa de visitas do Inventário de Proteção do Acervo Cultural⁷⁰, cujo órgão

⁶⁶ Utilizava-se o termo “inventariação” pela semelhança com a ação de catalogar bens culturais, ao contrário do especificado pela metodologia do IPAC – MG, criada anos mais tarde.

⁶⁷ Esse passo de atuação foi construído paralelamente aos atos públicos que ocorreram em Estrela do Sul através da articulação da expoente ascensão política de Pedro Rosa. Esse início de ações para salvaguarda e preservação do patrimônio cultural significou ainda a construção da retórica patrimonial de Pedro Rosa caracterizando uma de suas bandeiras no início de sua carreira política.

⁶⁸ A expressão utilizada, que se repetiu por documentos e nas oralidades, aproxima-se da linha de investigação que se inaugurou no período dos anos 1980 e 1990, fomentada no estudo dos museus e das práticas de colecionamento de objetos museológicos.

⁶⁹ Segundo matéria no Jornal “Primeira Hora” datada de 13 de setembro de 1984, compunha a Aliança 11 municípios: Sacramento, Estrela do Sul, Monte Alegre de Minas, Indianópolis, Patrocínio, Uberlândia, Uberaba, Araguari, Romaria, Conquista e Araxá.

⁷⁰ Em 25 de junho de 1984 no ofício nº357/84, o Diretor Executivo do IEPHA –MG, Rodrigo Andrade, em resposta ao então secretário da Câmara Municipal de Estrela do Sul, Pedro Rosa, notifica-o do recebimento da correspondência enviada por ele relativa à preservação do patrimônio de Estrela do Sul, através do Secretário de Estado de Cultura José Aparecido Oliveira. O diretor solicita adiantamento de todas as informações possíveis para agilizar o processo e

é responsável pela avaliação de monumentos⁷¹ e outras relíquias que retrata nossas origens. (ROSA, D.1984)

Essa aliança, assemelhando-se à um manifesto conjunto de vereadores das cidades envolvidas, reivindicava o reconhecimento das cidades da região como patrimônio cultural, depositários de memórias e passiveis de preservação, fundamentada e objetivada na coerência comum de seu passado histórico, visando a continuidade dessa situação original que mescla as interações regionais e as tradições.

A aliança foi registrada em *Ata da 5^a Sessão da 6^a Reunião Ordinária* em 22 de agosto de 1984, da *Câmara Municipal de Uberlândia*. Esse passo de atuação foi construído paralelamente aos atos públicos que ocorreram em Estrela do Sul através da articulação de Pedro Rosa. Esse início de ações para salvaguarda e preservação do patrimônio cultural significou ainda a construção da retórica patrimonial de Pedro Rosa como ferramenta política. Na ocasião, Pedro Rosa apresentou os dois projetos que já haviam sido apresentados na Câmara Municipal de Estrela do Sul, o primeiro, citando a criação do Conselho Consultivo Municipal do Patrimônio Histórico e Artístico de Estrela do Sul e o segundo, a proposta de tombamento da Capela de São Benedito.

A *Aliança Intermunicipal*⁷² pelo Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural-AIPHAC, possuía estatuto⁷³ próprio, e Rosa, concluindo sua explanação cita:

realizar uma primeira avaliação. A inserção de Estrela do Sul na programação de visitas do IPAC – MG, foi confirmado através do ofício nº481/84 em 27 de agosto de 1984, por Rodrigo Andrade, após estabelecer contato com Pedro Rosa, cumprindo determinação do Secretário de Estado de Cultura, José Aparecido de Oliveira, sendo endereçado ao deputado Raul Belém. O deputado Raul Belém mantinha constantes contatos com os órgãos de preservação estadual, enviando diversos requerimentos em prol do patrimônio cultural de Estrela do Sul, como cartas endereçadas ao Secretário de Estado de Cultura José Aparecido, solicitando técnicos do IEPHA – MG para avaliar e restaurar a Capela de São Benedito (21 de agosto de 1984) e de atender às lideranças políticas de Estrela do Sul, quando o solicitaram para conseguir verbas para aquisição de materiais e instrumentos para reativar o grupo de Congado e Moçambique (30 de agosto de 1984). Em ambas cartas, reforça-se o apelo histórico do município. Outro importante deputado que auxiliou o grupo em sua fase de estabilização foi Ronan Tito de Almeida, então Secretário de Estado de Trabalho e Ação Social. Seus votos de colaboração estão presentes no ofício nº990/84, de 20 de junho de 1984, endereçado à Pedro Divino Rosa.

⁷¹ O termo utilizado é compatível com o que Le Goff (1985) sintetizou, discussão apresentada no capítulo primeiro da presente dissertação.

⁷² Em matéria no Jornal “Estado de Minas – Sucursal Uberlândia” de 16 de novembro de 1984, se a aprovação do Estatuto fosse aprovada, a Aliança Municipalista passaria a se chamar Aliança Intermunicipal pelo Patrimônio Histórico e Cultural.

⁷³ O Estatuto inicia-se apresentando o local da sede, na Praça Clarimundo Carneiro s/n em Uberlândia –MG. Em seus artigos iniciais vê-se os propósitos da aliança: “Art. 2º: as finalidades da Aliança são as seguintes: promover a implantação, desenvolvimento e ampliação do Projeto Picuá, extendendo sua filosofia para toda a região; proceder ao inventário de todos os monumentos e locais vinculados de alguma forma à episódios importantes da história de Minas

Ao encerrarmos mais esta reunião da Aliança Municipalista, reafirmamos nossos propósitos de desenvolver um programa inteiramente cultural, na busca dos valores históricos e totalmente voltados para a integração dos objetivos mineiros, na esperança de um País que mantenha vivo o culto aos seus heróis e o respeito ao seu passado de glórias. (ROSA, D. 1984)

Pedro Divino Rosa estava estreitamente ligado com a mídia regional, na época trabalhava no maior jornal do interior mineiro, o “*Primeira Hora*”. O jornal deu apoio propagando as notícias sobre as práticas de preservação cultural em Estrela do Sul e somou forças à TV. Triângulo. A imprensa assumiu a responsabilidade de ampliar a esfera de atuação dos parâmetros de reconhecimento desse patrimônio, produzindo uma crítica regional, embasados pela atuação do *Grupo Preserv-Ação* e como esse modelo poderia influenciar e contribuir para a reflexão das cidades da região. Foi através das reportagens que se tentou o despertar da atenção da população e das autoridades para a importância dos bens culturais na implantação das políticas nas cidades.

O “*Manifesto Bagageiro*”, foi uma campanha iniciada em 30 de agosto de 1984 em prol da aquisição do Cine Paes de Almeida para abrigar a Casa da Cultura, ainda em fase conceitual, sem espaço físico, sediando ainda o Grupo Teatral Senzala. O manifesto integrou o projeto de lei nº 11/85 de 09 de Agosto de 1985, de autoria de Pedro Rosa⁷⁴.

e do Brasil, bem como preservar os aspectos culturais e artísticos na arquitetura e em peças que existam separadas; promover a vinculação de todos os órgãos municipais de preservação do patrimônio da arte e da cultura com os órgãos federais e estaduais; despertar a atenção das Fundações Culturais de âmbito nacional e internacional e de todas as entidades que se interessam pelo conhecimento da memória e da tradição da região, para seu valor histórico, artístico e cultural; criar condições através de convênios com empresas nacionais e internacionais com programas culturais de instituições financeiras, para a conservação e restauração dos locais históricos, das peças artísticas, e tudo que possa afirmar a cultura do Triângulo Mineiro.” O Estatuto não foi aprovado e em matéria do “Jornal Primeira Hora” de 14 de junho de 1985, cita que Iolanda de Lima, então Secretária de Cultura de Uberlândia – MG, solicitou ao presidente da Aliança, Elias Teixeira, o adiamento da votação, para que os membros pudessem estudá-lo melhor e tempo necessário para a formação de uma comissão. A comissão criada era presidida por Elias Teixeira e o vice-presidente Ivo José Fernandes (Indianópolis), formando ainda a mesa: Iolanda de Lima (Secretaria de Cultura de Uberlândia), Zenóbia Vanda (representante do IEPHA – MG), Jane de Fátima (Departamento de Ciências Sociais da UFU), Milton Célio (vereador e presidente da Fundação Cultural de Carmo do Paranaíba) e Siomar Rodrigues de Souza (Presidente do Museu Histórico de Uberlândia). Representantes das cidades de Uberlândia, Araxá, Tupaciguara, Indianópolis, Estrela do Sul, Carmo do Paranaíba e Monte Alegre de Minas, estiveram presentes. A fala remete à um tempo futuro em que vislumbrava sua aprovação.

⁷⁴ As assinaturas dos membros dos grupos *Preserv-Ação* e *Senzala*, com as respectivas ocupações, revelando a diversidade social que caracterizava ambos estes movimentos, além das assinaturas da população local, foram reunidos sob a forma de um documento com a mesma data do lançamento da campanha.

O “Projeto Kaiapônia⁷⁵” foi criado por Pedro Divino Rosa em 1989, como um desdobramento e ampliação do “Projeto Picuá”. Apresentando aspectos históricos culturais como pressupostos articuladores de planos e políticas específicas de desenvolvimento sócio econômico local e regional, visava o resgate da memória histórica das cidades da região do Triângulo Mineiro. Segundo Mário Lúcio Rosa, em entrevista realizada dia 18 de março de 2017, a influência do trabalho desenvolvido pelos grupos locais na década de 1980 foi uma conciliação entre as cidades envolvidas e sua história. Promovida pela imprensa, o reconhecimento como força local cultural colaborou para que as cidades da aliança experimentassem novos instrumentos políticos culturais, e num prognóstico, fomentassem a criação de legislação preservacionista específica e futuramente estabelecessem suas “Casas de Cultura”.

O “Projeto Bagagem”, de 1989, se caracterizou, segundo entrevista⁷⁶ com Pedro Divino Rosa, por uma campanha de preservação – interpretados aqui como a aplicação de valores históricos à bens culturais em Estrela do Sul – através do instrumento jurídico do tombamento. Essa ação se estabeleceu pelo que se conhece atualmente pelo projeto de *Lei nº13/89* em que “*Tomba para o patrimônio histórico do município todos os imóveis com mais de 100 anos de edificação...*”, nessa época, Projeto de Lei nº 223 de 23 de junho de 1989.

Observa-se que naquela época, o Grupo Preserv-Ação ainda não havia formado parcerias técnicas efetivas com órgãos estaduais específicos que tratam do tema para, por exemplo, realizar datação de tais imóveis, prospecção ou qualquer outro trabalho técnico para fomentar, sustentar e argumentar tal discurso. Utilizaram como critério de valores, a memória histórica através de fotografias e depoimentos para justificar a escolha de bens culturais, distanciado da eleição por órgãos estaduais de preservação de algumas cidades do ciclo do

⁷⁵ ETIM. tupi-guarani: *caia* “incêndio, labareda “pó”, “mão”, portanto: *caiapó*, etimologicamente, significa: aquele que conduz fogo na mão, condutor de fogo na mão, incendiário. Caiapó (também grafado kayapó ou kaiapó) é uma etimologia que data do início do século XIX e tem origem em outros grupos indígenas circunvizinhos desta etnia. Kayapó significa “*homens semelhantes aos macacos*”, em grande medida devido a certos rituais que este grupo realiza, nos quais são utilizadas máscaras de macaco pelos homens. Caiapós foi também o nome dado pelos índios tupi-guarani, para os Bandeirantes e ao seu território que se expandia desde o antigo Sertão da Farinha Podre, atual região do Triângulo Mineiro, até o interior de São Paulo, sofrendo desde o século XVII, ataques por determinação da Coroa portuguesa através de bandeiras de apresamento que matavam os que resistiam. (JOSE, O. 1965, pág 14).

⁷⁶ Entrevista realizada no dia 18 de março de 2017.

ouro mineiro, buscando reconhecer e preservar o caráter histórico do período diamantino local, o que lhe conferia significado e identidade.

Como análise resultante, observa-se que, no início da consolidação do grupo, não existia uma clareza quanto à distinção das categorias culturais. Os aspectos complexos da distinção conceitual entre patrimônio cultural imaterial são suficientemente percebidos. As feiras de artesanato e as manifestações culturais que ocorriam em determinados espaços da cidade, esses muitas vezes, vinculados com conjuntos urbanos de expressivo valor, agiam apenas como apoio aos atos, mas serviam também como forma de divulgação da cultura popular.

Ao demonstrar a ação do grupo *Preserv-Ação*, percebemos que a concepção de patrimônio que permeava entre a perspectiva adotada pelo grupo é próxima ao que Mariane salienta, considerando que o popular passou a ser depositário de um resgate histórico-popular do passado, passando a considerar “as múltiplas memórias coletivas a imprimir lembranças à fisionomia da nação, relativizando-se o caráter unificador da herança comum, preconizada pela memória histórica” (1999, pag. 163).

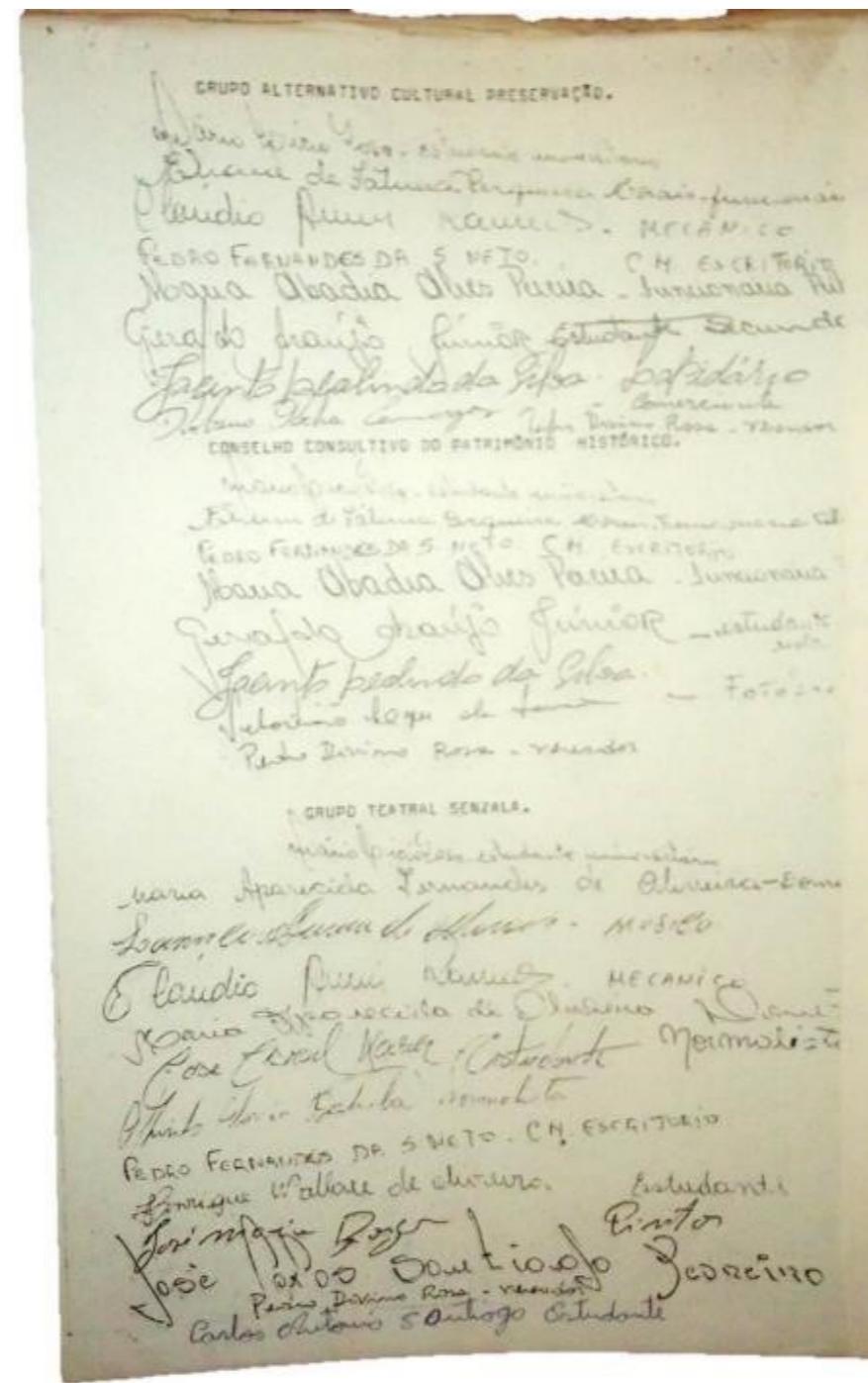
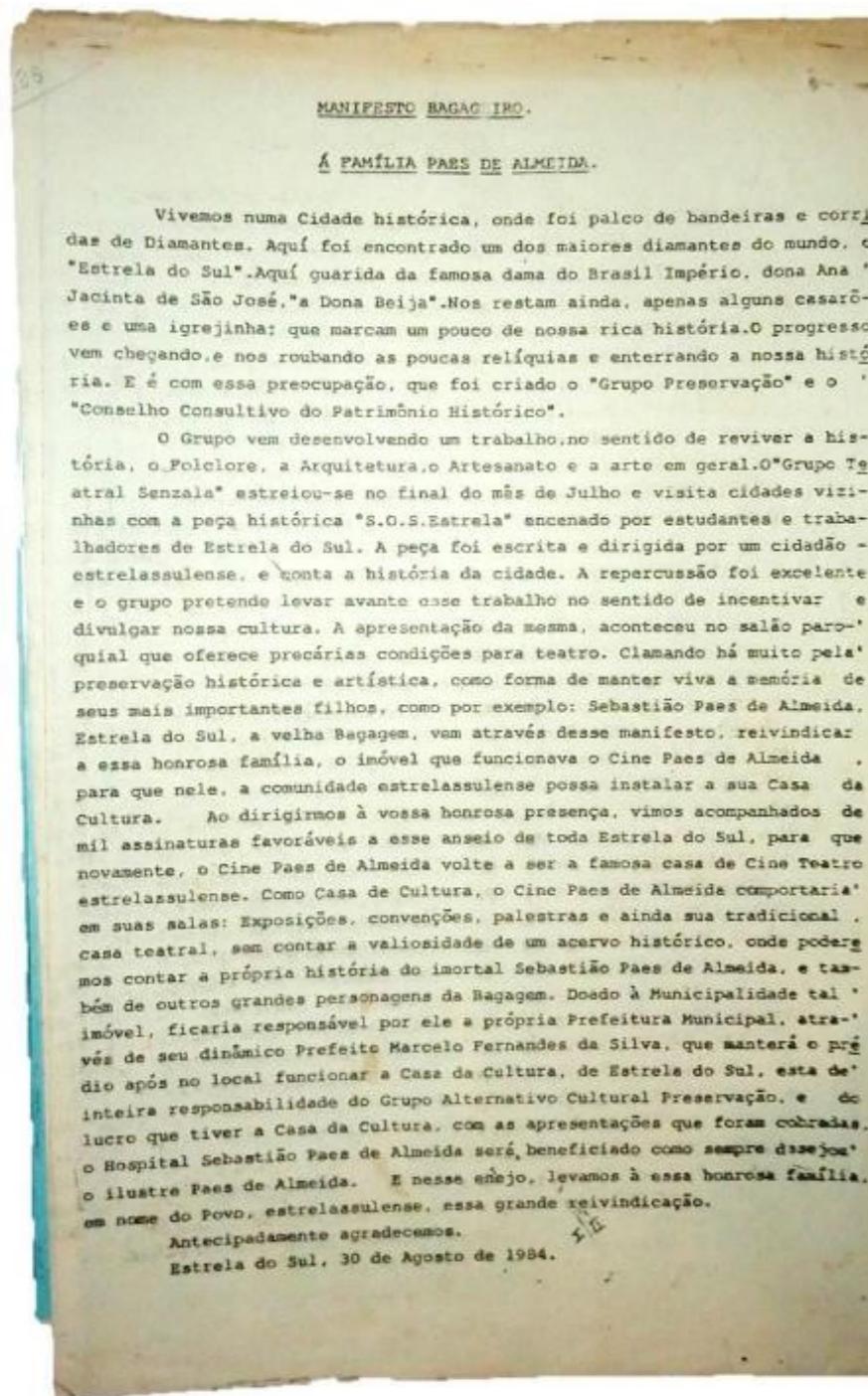
As práticas utilizadas pelo grupo *Preserv-Ação* se utilizaram ainda de tradições, memórias e expressões locais para construir a identidade e destacar as particularidades do patrimônio cultural da cidade, procurando elencar fatos, narrativas, personagens, obras e tudo que pudesse testemunhar as relações sociais com o passado. O contraste entre os complexos simbólicos criados e as tradições, torna evidente a tentativa de se estruturar de modo imutável e invariável alguns aspectos do meio social através de repetições e ritualizações que, embora reavivassem elementos importantes da história da cidade, não se apresentaram consoantes com as constantes mudanças e inovações do contexto social.

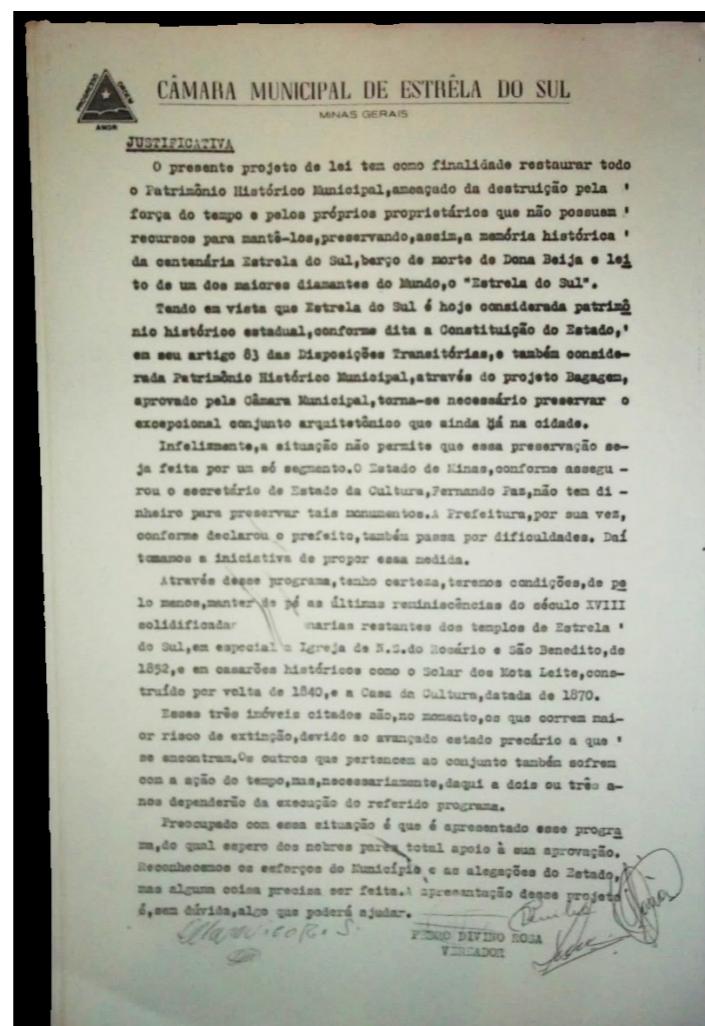
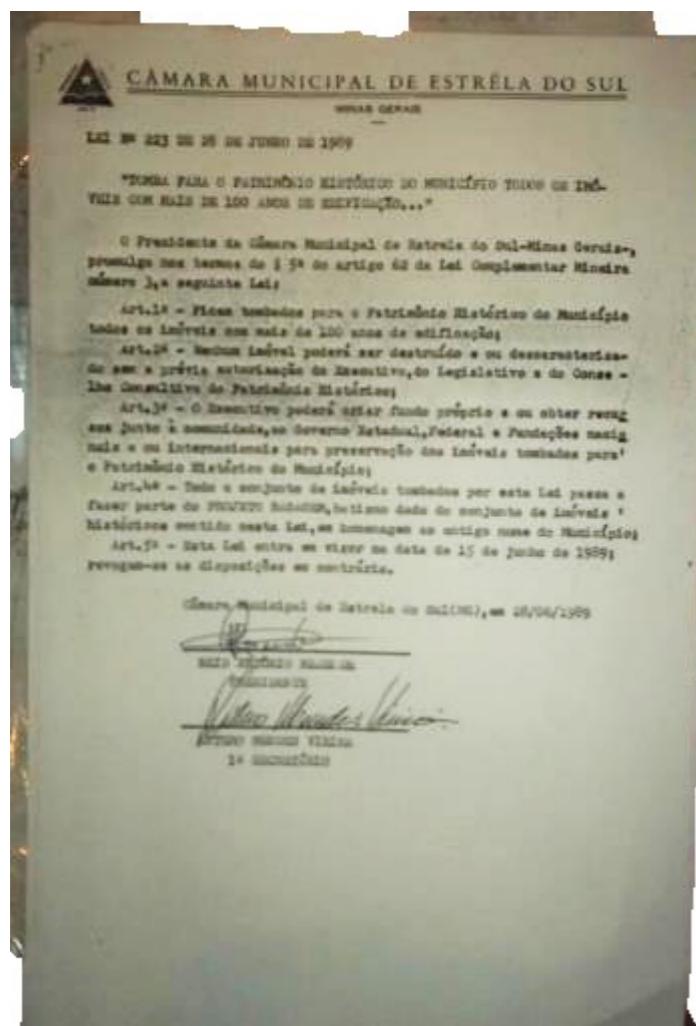
A preferência quase exclusiva por obras de certo destaque no cenário urbano ou isoladas do tecido urbano, a preferência por um estilo arquitetônico pertencente à um período de formação urbana, do período diamantino, ou a primazia da escolha do tempo histórico, ou seja, a mitificação e sacralização de obras representantes de um passado grandioso, com patrimônio legitimado pelo distanciamento temporal que possuía, estabelece a caracterização de valores históricos, estéticos, simbólicos e identitários (NOUGÉ, SALA, 2006) ao mesmo

passo que aproxima-se da metodologia de escolha por determinados bens pela então Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, através do Decreto-Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937.

As leis desse período, que tinham como propósito a proteção do patrimônio cultural de Estrela do Sul, foram criadas a partir da *Lei nº03/84 de 09 de fevereiro de 1984* que “*Estabelece a Proteção do Patrimônio Histórico de Estrela do Sul atendendo ao dispositivo no artigo 180 da Constituição Federal, autoriza o Poder Executivo a instituir o Conselho Consultivo Municipal do Patrimônio Histórico e Artístico de Estrela do Sul e dá outras providências*”. No artigo 1º ficam claros os valores de “excepcionalidade”, próximos dos instrumentos federais de proteção que buscavam algo que caracterizasse a nação, como o Decreto-Lei nº25 de novembro de 1937, descrevendo para isso valores como: histórico, arqueológico, paisagístico, bibliográfico ou artístico. Texto similar e partes integralmente idênticas à essa lei inicial, encontram-se na *Lei nº 581/97 de 25 de agosto de 1997* que “*Estabelece a Proteção do Patrimônio Cultural de Estrela do Sul*”, atendendo, segundo a própria lei, ao disposto no artigo 216 da Constituição Federal.

O pensamento que permeou os membros do grupo, utilizou-se de referências históricas e materiais para justificar a importância da história local, transferindo o conhecimento intelectual adquirido à criação do movimento. Como desdobramento, impulsionaram novas formas de valorização cultural e pavimentaram a inserção do tema nas questões políticas locais.





Conjunto de imagens 22: Recortes de jornal. Na primeira imagem, nota sobre o Projeto Kaiapônia no Jornal Estrela, nº 03, de junho de 1989. Acima, matéria do jornal Correio de Domingo, de Uberlândia, de 09 de abril de 1989, que informa sobre a criação da lei que tomba imóveis com mais de 100 anos em Estrela do Sul, ilustrado com o Casarão Sr. Ademar. Ao lado, Projeto de Lei nº 223 de 28 de junho de 1989 apresentado à Câmara Municipal de Estrela do Sul. Os recortes de jornal integram o documento Projeto Picuá.

Fonte das imagens: Acervo Museu Municipal de Estrela do Sul.

3.1.2. Grupo Senzala

O *Grupo Preserv-Ação* deu origem ainda ao *Grupo Teatral Senzala*, ambos responsáveis pelas ações de valorização do patrimônio cultural e na criação da *Casa da Cultura*, discussão apresentada mais adiante. Esse constructo patrimonial ocorreu de forma simultânea e formaram um único processo, mantendo os três princípios constituintes do movimento, *estrutura, ideologia e projeto*, já citados na formação do *Grupo Preserv-Ação*. Essa afirmação apóia-se na estreita relação que os grupos mantinham com instituições já consolidadas que possuíam a cultura como objeto de ação, citando por exemplo, que o Grupo Senzala havia solicitado à *Associação de Teatro de Uberlândia – ATU*⁷⁷, em maio de 1985, orientações para registro de entidades culturais e afins, sendo correspondidos através de Agostinho Bizinoto, presidente da associação teatral supracitada.

Enquanto o *Grupo Preserv-Ação* era responsável pela realização e articulação no campo político, o *Grupo Teatral Senzala*, procurou se estabelecer pelo viés da memória, das tradições e das expressões visuais. Seguindo o cronograma de ação da “*Campanha de Preservação do Patrimônio Histórico Artístico e Cultural de Estrela do Sul*”, o próximo passo do planejamento preservacionista elaborado pelo grupo *Preserv-Ação*, aconteceu com a apresentação de peças teatrais⁷⁸ que contariam trechos ou fatos históricos da cidade.

Reunindo as mais diversas amostras de extratos sociais, os mentores do *Grupo Preserv-Ação* “garimparam” atores nas escolas, ruas, garimpos e lavouras, “donas de casa, garimpeiros, bóias frias” (ROSA, D. 2017), juntou-se aos membros fundadores do *Grupo Preserv-Ação*, criando o “*Grupo Teatral*

⁷⁷ A *Associação de Teatro de Uberlândia – ATU* é uma entidade cultural, sem fins lucrativos que tem como objetivo promover o encontro dos artistas cênicos de Uberlândia a fim de promover a discussão sobre o fazer teatral, procurando viabilizar atividades que venham ao encontro deste objetivo. Foi fundada em 26/10/1981 e representa cerca de 25 membros representantes de 8 grupos teatrais.

⁷⁸ As peças escritas, dirigidas e encenadas pelo Grupo Senzala são: “*Verde que te quero amarelo*” com estreia em 03 de novembro de 1984 com autoria de Geraldo Araújo Junior, “*Ensaio Bestial*” com estreia em 08 de setembro de 1985 com autoria de Pedro Fernandes da Silva Neto, e “*Peraí Brazil*” com autoria de Geraldo Araújo Junior e Mário Lúcio Rosa com estreia em 28 de junho de 1986.

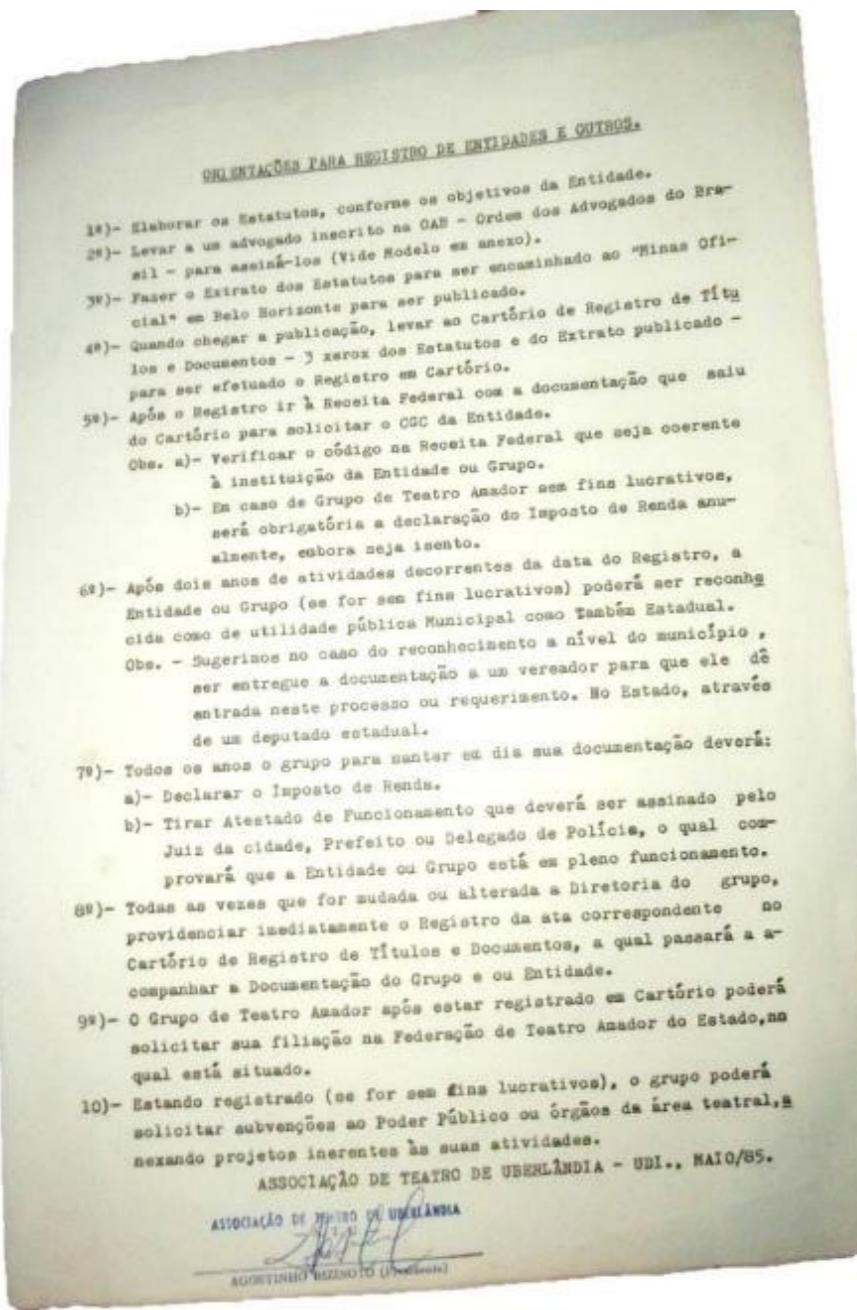
*Senzala*⁷⁹ em 21 de julho de 1984, data da estreia da primeira peça teatral, "S.O.S. Estrela", escrita e dirigida pelo fundador do grupo, Mario Lúcio Rosa, com 23 atores, estreada no salão paroquial da Igreja Matriz de Nossa Senhora Mãe dos Homens. Com estatuto próprio aprovado em 09 de junho de 1985, foi considerado de utilidade pública pela Lei nº189/97 de 07 de agosto de 1987.

O grupo *Teatral Senzala* apropriou-se da narrativa e da análise histórico-cultural de suas tradições locais, sua origem, buscando mecanismos que os individualizasse, valorizando patrimônios que se configuravam como identitários que podiam ser "estruturas arquitetônicas, objetos, atividades, mas existindo sempre dentro de uma rede atual e viva de relações entre grupos sociais" (GONÇALVES, 2007, pág.153), bem como a natureza simbólica associada à esses patrimônios. A partir daí a interação público/patrimônio começou a se efetivar em escala significativa e sua influência assumiu importante papel na valorização e divulgação do acervo patrimonial de Estrela do Sul.

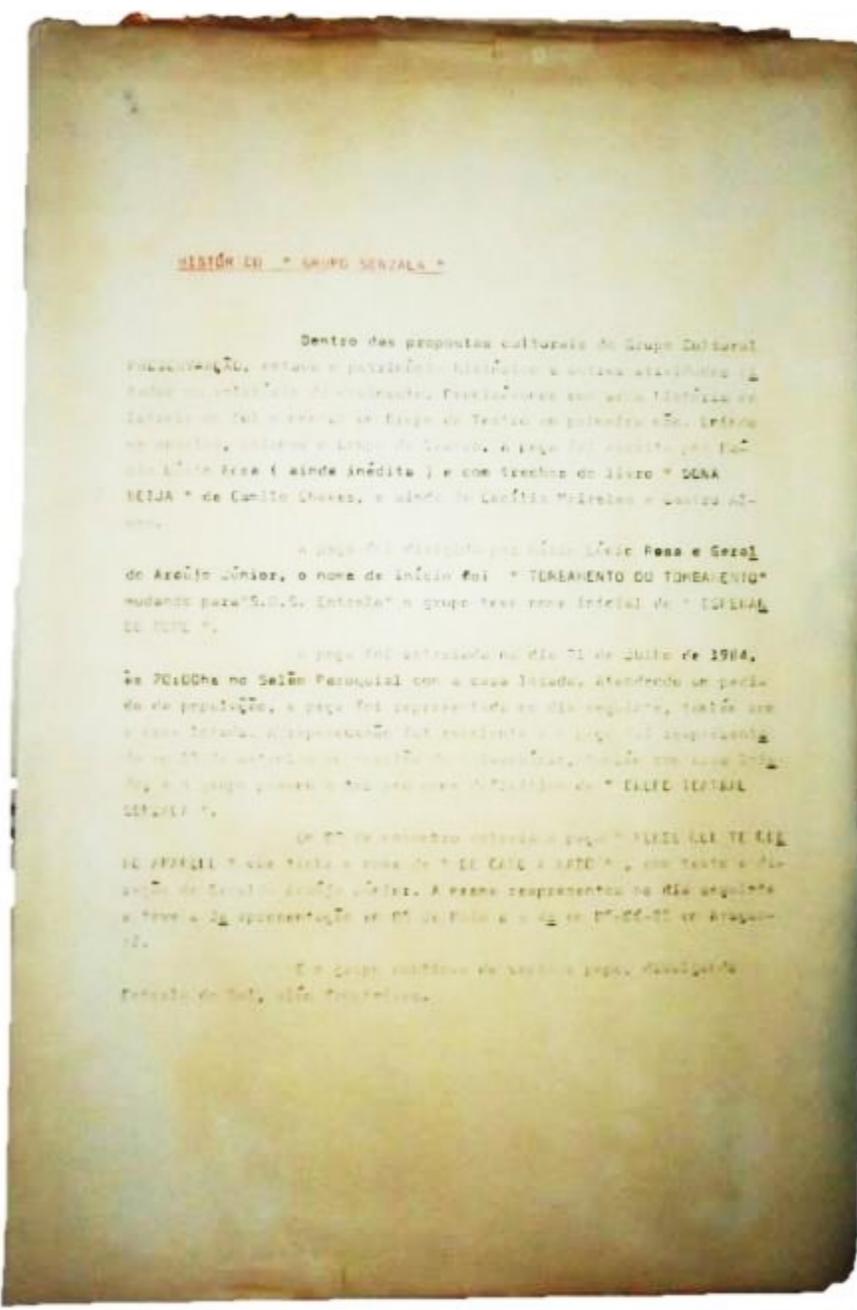
Um aspecto a ser considerado no *Grupo Teatral Senzala* diz respeito à criação de mecanismos de participação comunitária e na forma como elencaram os lugares vocacionados como "*memórias históricas e culturais*". Como forma de apresentarem um "*inventário de tradições e culturas locais*", o *Grupo Preservação* e o *Grupo Teatral Senzala* integravam uma unidade de administração cultural paralela às gestões municipais, o qual nomearam Casa da Cultura. Sob essa roupagem, produziram dois documentários áudio visuais das manifestações "*culturais e populares*" locais, bem como das memórias e identidades, ressaltando várias passagens e personagens, o "*Matarum de Orongoia*⁸⁰" lançado em 04 de novembro de 1988 e "*Preservar é bom pra memória*", lançado em 18 de setembro de 1990, como complemento do primeiro.

⁷⁹ *Grupo Teatral Senzala*: Mário Lúcio Rosa, Geraldo Araújo Júnior, Pedro Divino Rosa, Pedro Fernandes da Silva Neto, Louzancurt Pereira de Moraes, Maria Aparecida de Oliveira, Maria Aparecida de Oliveira Fernandes, Cláudio Amir Ramos, José Ismael Xavier, Murilo Clovis Batista, Henrique Wallace de Oliveira, José Maria Borges, José Carlos Santiago, Carlos Antônio Santiago, Marta Lúcia de Oliveira, Joana D'Arc Vieira Gomes, Ideraldo Simão Cardoso, Irene Pereira Sudário, Marilene Simão Cardoso, Carlos Alexandre de Oliveira, Osmar Eustáquio Borges, Hilda Mara Bacelar, Lívia Flávia de Oliveira, Alexandre Antônio de Oliveira, Élcio Cardoso, Amarildo Silva Garcia e Ângela Maria Vieira Cototi.

⁸⁰ O nome do documentário é explicado no próprio vídeo, de 59 minutos, em uma entrevista com um garimpeiro. O nome é uma homenagem ao dialeto africano falado na época da mineração "*Língua de Benguela*", popularmente "*Banguela*", significando "*Diamante*". Até hoje alguns garimpeiros locais dominam o dialeto. Segundo entrevista com Mário Lúcio Rosa, os grupos envolvidos procuraram demonstrar fidelidade ao período diamantino épocas através de figurinos, peças e objetos, locações e linguagem.



Conjunto de imagens 23: Grupo Senzala. Na imagem acima, orientações para registro de entidades culturais elaborado pela Associação de Teatro de Uberlândia e enviado para o Grupo Senzala. Maio de 1985.

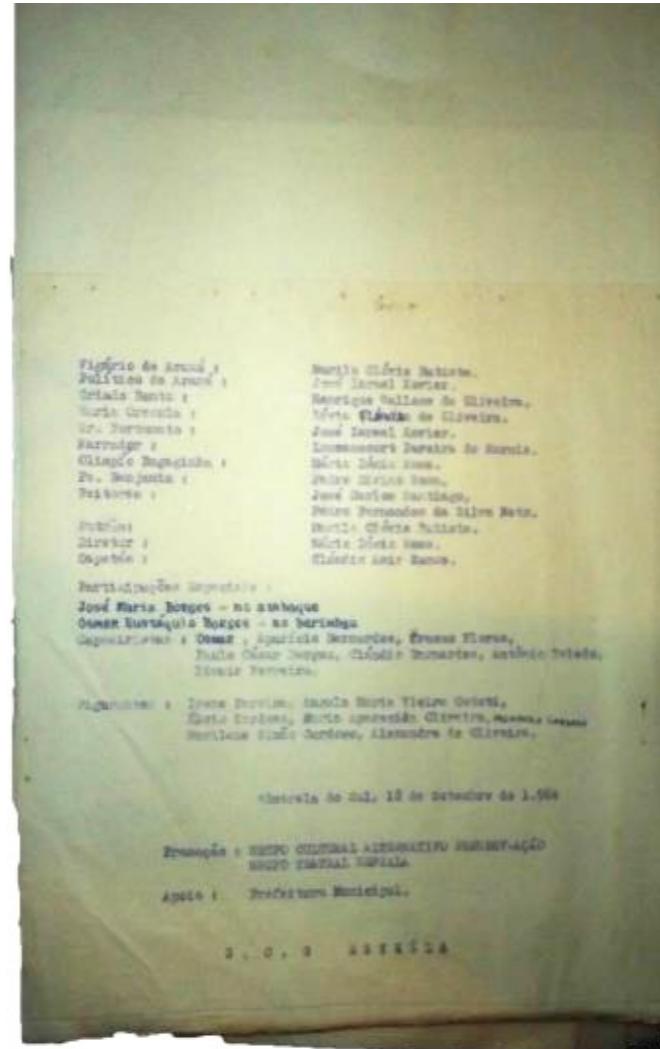
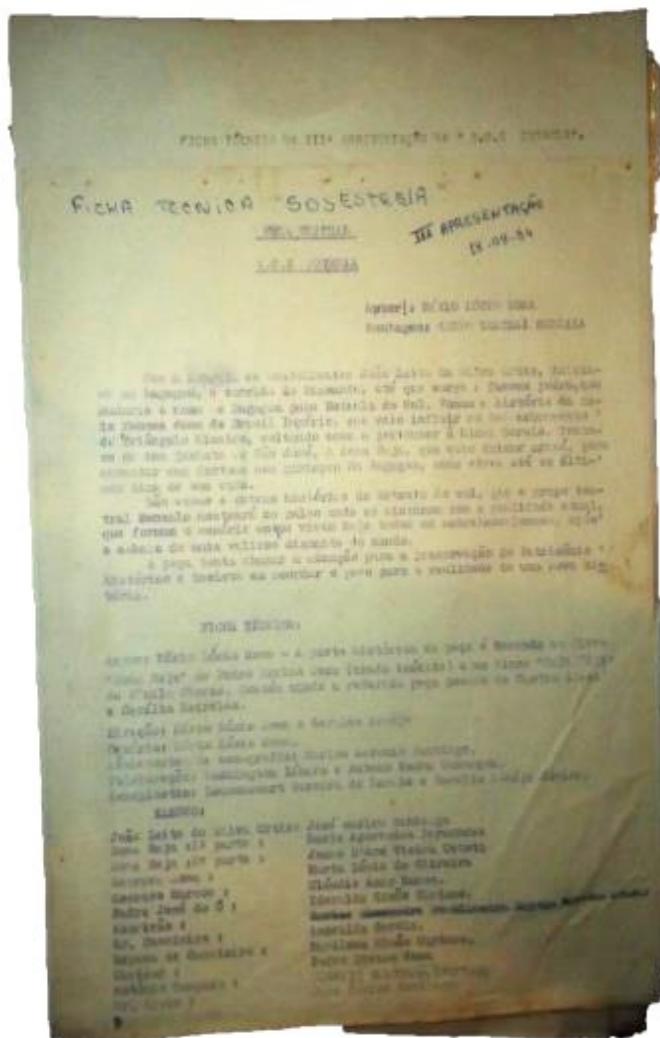


Folha de registro com o histórico do Grupo Senzala organizada pelos membros fundadores. Nela os membros fazem uma pequena recapitulação das atividades desenvolvidas e inserem propostas de teatralização da fatos históricos locais. 1984.



Cartaz de divulgação da peça “S.O.S. Estrela” em 21 de julho de 1984.

Fonte das imagens: Acervo Museu Municipal de Estrela do Sul



Conjunto de imagens 24: Grupo Senzala. Ficha técnica da peça “S.O.S. Estrela”, 3^a apresentação ocorrida 18 de setembro de 1984.

e Atores em ação na peça “S.O.S. Estrela”. Observa-se a utilização das referências históricas de personagens e cenas cotidianas da cidade do período diamantino, recriadas através de cenários, figurinos.

Fonte das imagens: Acervo Museu Municipal de Estrela do Sul

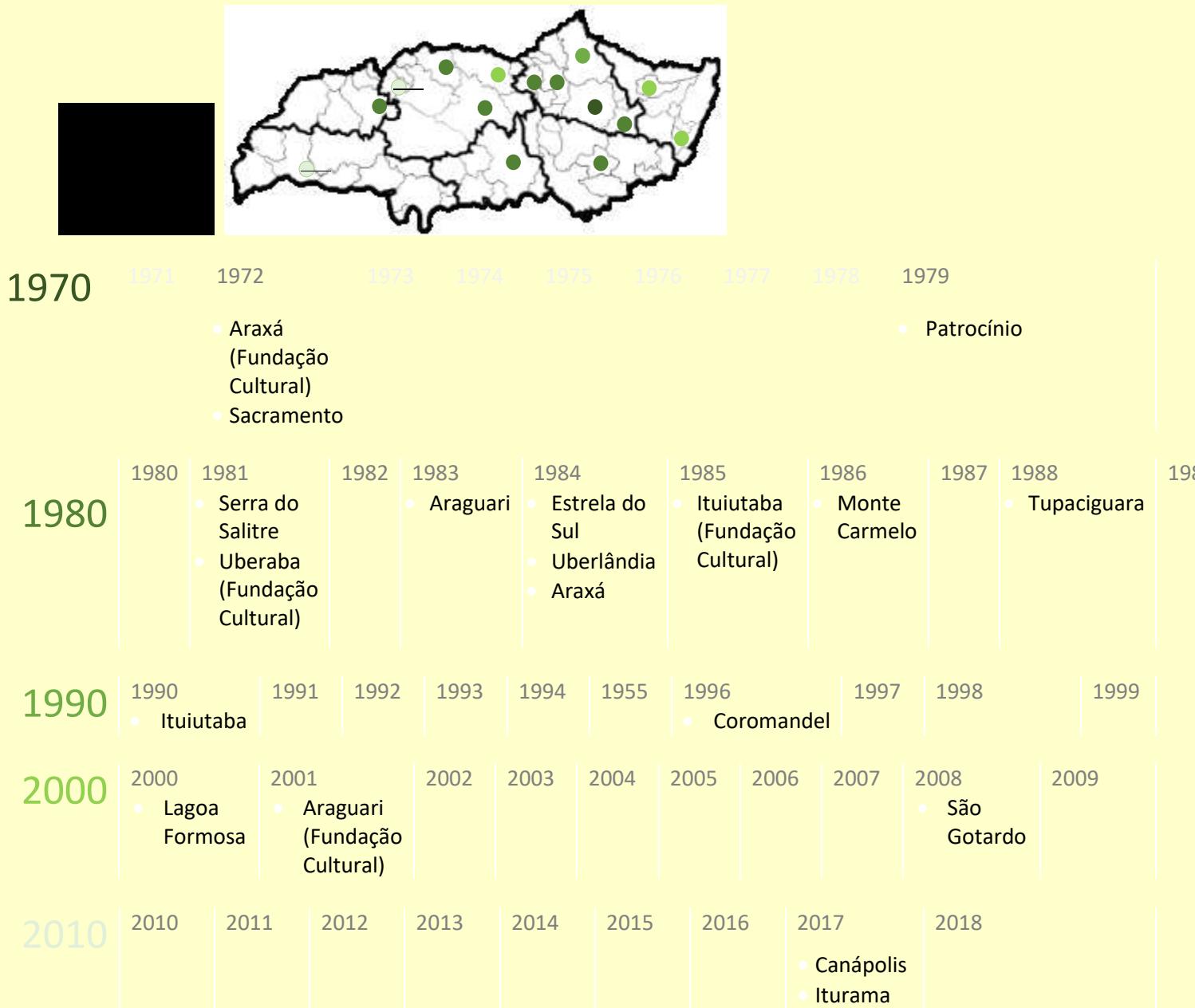
3.1.3. Casa de Cultura

A demanda por espaços que serviriam de sede, ensaios e apresentações do Grupo Teatral Senzala, e do Grupo Preserv-Ação, com suas almejadas instalações culturais, culminariam com o citado Manifesto Bagageiro. Após disputas entre os movimentos e as instituições, o apelo popular foi desconsiderado em aprovação na Câmara Municipal. Naquele momento, a Aliança Intermunicipal pelo Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural-AIPHAC, um dos objetivos do Projeto Picuá que conclamava a criação das Casas de Cultura na região pelas prefeituras municipais discutidos anteriormente, não foi efetivada.

Certa particularidade permeia a criação e instalação da Casa de Cultura de Estrela do Sul. Um olhar focado no contexto regional nacional, precisamente no Triângulo Mineiro, permite assinalar e evidenciar o processo de descentralização política de forma prática, bem como revelar um processo relacionado numa perspectiva mais ampla, de forte ascendência política francesa e que, insere essas ações numa trajetória democrática globalizada.

Articulando com o contexto nacional, discussão apresentada no capítulo segundo da presente dissertação, as Casas de Cultura do Triângulo Mineiro foram implantadas conforme as especificações de Josué Montello, algumas com maiores recursos que outras. Fizeram parte de uma dinâmica política prática em que as autoridades locais desenvolveram atividades sócio culturais em seu território, estabelecendo uma reconfiguração dos sistemas políticos e satisfazendo paralelamente os anseios sociais.

Embora no levantamento realizado não tenha sido possível demonstrar a totalidade das cidades devido à falta de informações mais profundas, ele deu uma dimensão das características regionais e de como as Casas de Cultura foram implantadas. De forma didática, apresenta-se sinteticamente o quadro a seguir:



Na região, a primeira Fundação Cultural foi criada em Araxá e a primeira Casa de Cultura foi implantada na cidade de Sacramento em 1972. Destaca-se que a década de 1980 reúne o maior número em criação das Casas de Cultura. Essas cidades apresentam um caráter de ancianidade patrimonial mais intenso, pois constituem-se dos núcleos urbanos iniciais da região no século XIX, e consequentemente possuem um acervo cultural de fácil reconhecimento e de valoração. Nas décadas posteriores observa-se a implantação de forma mais dispersa.

Em Estrela do Sul, no entanto, a implantação da *Casa de Cultura* ocorreu de forma totalmente paralela às gestões locais, sendo produto materializado das ações dos grupos que a formavam. Os grupos utilizaram o conceito de Casa da Cultura, ou seja, como aquela instituição integrada à administração municipal e simbolicamente a redefiniram em Estrela do Sul como sendo a instituição formada através da participação popular encarregada de desenvolver as ações e planos culturais locais. Se caracterizou como um espaço de exposições de acervo histórico, fotográfico, documental, artesanal e cultura popular bem como local para apresentação de artes em geral. A experiência com a *Casa da Cultura* de Estrela do Sul ocorreu paralela às gestões municipais, o que na visão de Pedro Rosa, era um “apoio maior da população do que o poder público” (ROSA, 2017).

A mobilização exercida desde a fundação do Grupo Preser-Ação, trouxe luz às memórias coletivas das comunidades ligadas à seu acervo cultural. Conseguiram o empréstimo de um imóvel de Luiza Helena Galante⁸¹, um casarão tradicional da época da mineração para instalação da 1ª das três sedes da *Casa da Cultura*⁸², localizada na Praça Chico Brasileiro, nº 07, Centro. Foi inaugurada oficialmente dia 05 de maio de 1985 e simbolicamente, foi escolhida para a criação da Casa de Cultura mesmo mês e data de criação do movimento *Preserv-Ação*, 24 de abril de 1984. Seu “*Estatuto da Casa da Cultura de Estrela do Sul*” foi aprovado⁸³ em 13 de dezembro de 1988, com Mário Lucio Rosa presidente e integrantes dos *Grupos Preserv-Ação* e *Grupo Teatral Senzala* como membros efetivos. Foi declarada de utilidade pública através do projeto de

⁸¹ Luiza Helena Galante é natural de Estrela do Sul. Desempenhou um importante papel na preservação de bens culturais em Estrela do Sul, é proprietária de expressivos exemplares de arquitetura tradicional e eclética. Quando o grupo Preserv-Ação iniciou suas atividades, foi uma das patrocinadoras dos eventos e peças teatrais.

⁸² A 1ª sede da Casa da Cultura situava-se na Praça Chico Brasileiro, nº 07, Centro, Estrela do Sul – MG. O endereço atendia os dois grupos que abrigava: Preserv-Ação e Grupo Teatral Senzala. Em seu cartão de inscrição no CGC, consta a validade até 30/06/1998.

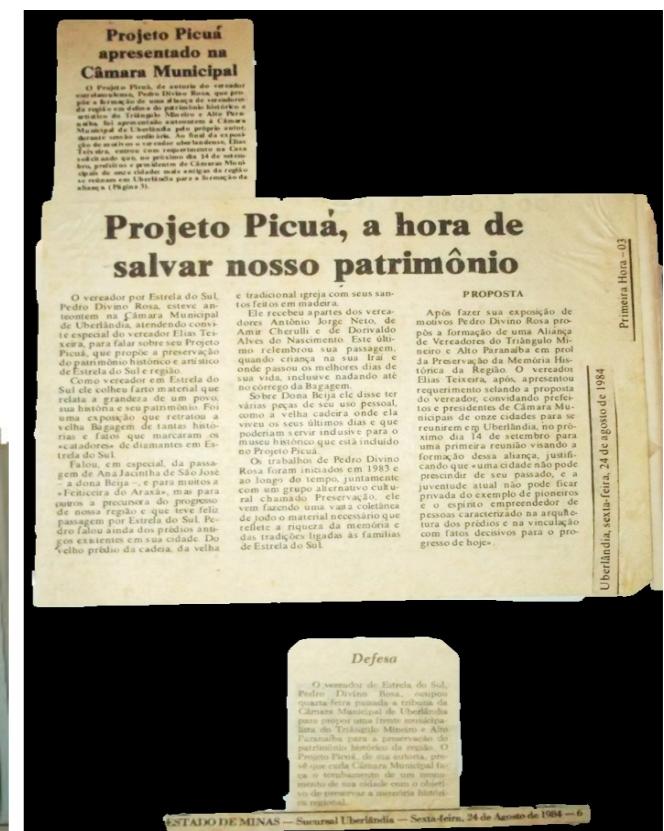
⁸³ Quando o Estatuto foi aprovado, em 13 de dezembro de 1988, a Casa da Cultura já estava em sua 3ª sede, situada na Praça Dr. Argelino de Moraes, nº375, Centro. No Art. 2º diz: “*a Casa da Cultura de Estrela do Sul, desenvolverá trabalhos nas áreas de Preservação e Tombamento de Monumentos Históricos, teatro, dança, vídeo, cinema, música, artesanato, artes plásticos, pesquisa, arquivamento, educação, literatura, esporte, turismo e lazer, conscientização social, política e cultural, folclore, movimentos negros, movimentos de base e o que mais se referir à cultura do país*”. Foi declarada de utilidade pública através do projeto de Lei nº 34/92 de 10 de novembro de 1992. A sede deixou de existir entre 1994 e 1995, com a queda do casarão. Somente em 2013, foi novamente instalada na Rua Olímpio Bagaginha nº272, bairro Bagaginha em Estrela do Sul e integra atualmente o “Movimento de Resgate da Identidade Cultural de Estrela do Sul”, uma iniciativa privada dos Irmãos Rosa (Pedro, Mário e Almir).

Lei nº 34/92 de 10 de novembro de 1992. No entanto, a contribuição não foi realizada de forma contínua, fato esse somado aos custos de manutenção do imóvel, fez com que a Casa da Cultura fosse locada na segunda sede, um casarão art decó na Praça Argelino de Moraes, nº 100, Centro.

Os objetivos do *Casa da Cultura* consagraram-se em 1987 com a apresentação⁸⁴ dos dois projetos na Câmara Legislativa do Estado de Minas Gerais. Ao reforçar como “símbolo de identidade regional” a cidade de Estrela do Sul, seus integrantes buscaram recursos financeiros e técnicos e reforçaram sua argumentação a favor da titulação de Estrela do Sul não mais como uma expressão cultural regional, mas como uma projeção estadual, visando sua representação na Constituição Mineira⁸⁵. A ampliação do reconhecimento dos integrantes da Casa da Cultura, vista como promovedora de cidadania, inclusão e participação regional no âmbito social e cultural, provocou certo “protagonismo provisório” à cidade de Estrela do Sul.

⁸⁴ O contato com a Câmara Legislativa foi feita através de requerimentos apresentados pela Aliança. O Requerimento nº 39/84, de 15 de junho de 1984, aprovado em 22 de junho de 1984, de autoria de Pedro Rosa, solicita ao presidente da Câmara Municipal de Estrela do Sul, Benedito Carlos Alves, que envie aos presidentes das câmaras de Araguari, Monte Carmelo, Uberlândia, Patrocínio, Patos de Minas e Araxá, um pedido em forma de ofício para que esses enviem ao Governador de Minas Gerais, Tancredo Neves e ao Secretário de Estado de Cultura, José Aparecido Oliveira, reivindicando o tombamento histórico de Estrela do Sul para patrimônio histórico mineiro, justificando para isso, apresentando informações relacionadas com seu tempo histórico áureo da mineração. Em representação nº 6615/84 de 14 de dezembro de 1984, aprovado dia 17 de dezembro de 1984, pedem que seja feita uma “REPRESENTAÇÃO ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Cultura, Dr. José Aparecido de Oliveira, no sentido de tomar conhecimento do “Projeto Picuá – uma proposta em defesa do Estado de Minas” entregue ao vereadores de Belo Horizonte pelo Presidente da Aliança Municipalista em Defesa do Patrimônio, vereador Pedro Divino Rosa”. A representação foi subscrita pelos 19 vereadores que a endereçaram. A confirmação do conhecimento dessa representação veio por meio do ofício nº 1921/84 em 19 de dezembro de 1984, assinado pelo vice-presidente da Câmara Jadyr Elon Braga, endereçada à Pedro Rosa. A apresentação de fato só ocorreu em 1987, através do requerimento nº 4831/87 de autoria do vereador de Belo Horizonte Arutana Cobério Ferreira, aprovado dia 10 de setembro de 1987, complementada por carta datada de 11 de setembro de 1987, ambos documentos assinados por de Paulo Cézar Portugal, presidente da Câmara de vereadores de Belo Horizonte, convidando Pedro Rosa à comparecer na Câmara dia 06 de outubro de 1987, para o lançamento do *Projeto Picuá*.

⁸⁵ A proposta sugerida por Pedro Rosa foi apresentada pelo deputado estadual Camilo Machado. Art. 83 – A lei estabelecerá, sem prejuízo de plano permanente, programas de emergência que resguardem o patrimônio cultural do Estado de Minas Gerais, notadamente o das cidades de Mariana, Ouro Preto, Sabará, São João del-Rei, Serro, Caeté, Pitangui, Tiradentes, Minas Novas, Itapecerica, Campanha, Paracatu, Baependi, Diamantina, Januária, Santa Bárbara, Grão-Mogol, Conceição do Mato Dentro, Santa Luzia, **Estrela do Sul**, Prados, Itabirito, Congonhas, Nova Era, Lagoa Santa, Barão de Cocais, Itabira, São Tomé das Letras, Chapada do Norte e o de outros núcleos urbanos que contenham reminiscências artísticas, arquitetônicas e históricas do século XVIII. (Minas Gerais. [Constituição (1989)] M663c Constituição do Estado de Minas Gerais — 14.ed .— Belo Horizonte : Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais , 2011. 274 p.)



Conjunto de imagens 25: Recortes de jornais.
Esses recortes integram o projeto Picuá e referem-se à mobilização de vereadores da região para a criação da Aliança Municipalista em prol da preservação do patrimônio histórico e instalação das Casas de Cultura.

No primeiro recorte, Jornal Estado de Minas – Sucursal Uberlândia de 21 de setembro de 1984, as imagens utilizadas são da Capela de São Benedito de Estrela do Sul, Estação Ferroviária Sobradinho de Uberlândia e reunião de vereadores da região.

No segundo recorte, Jornal Correio de Uberlândia, Sucursal Uberlândia – Sexta-feira, 24 de agosto de 1984, as imagens utilizadas são da Estrela do Sul, Estação Ferroviária Sobradinho de Uberlândia e reunião de vereadores da região.

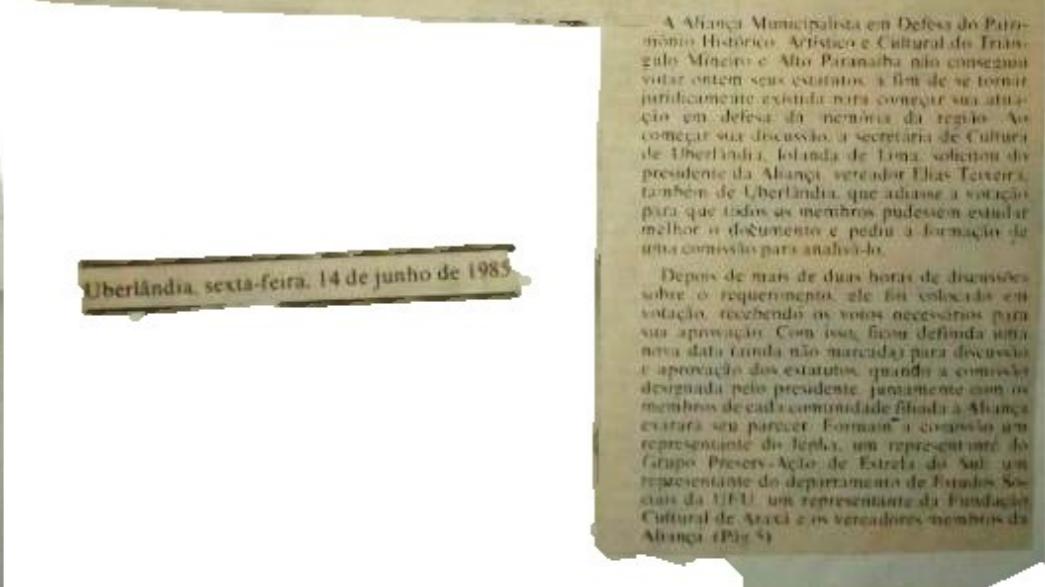
Fonte das imagens: Acervo Museu Municipal de Estrela do Sul.



Conjunto de imagens 26: Recortes de jornais.

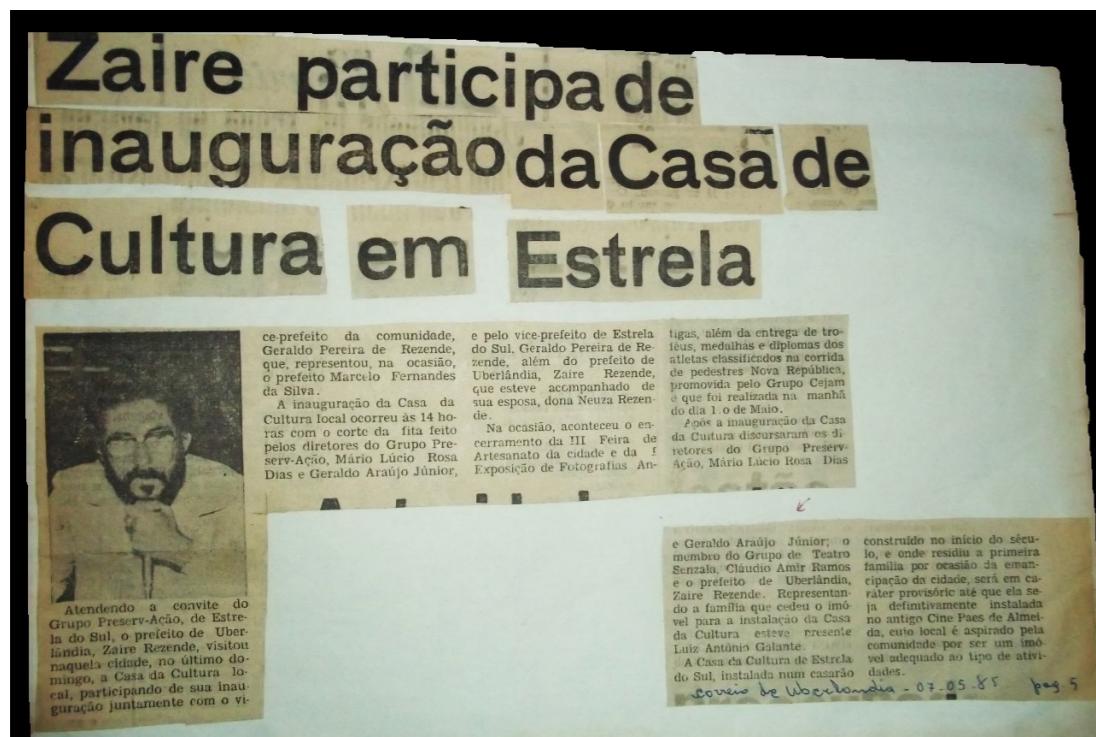
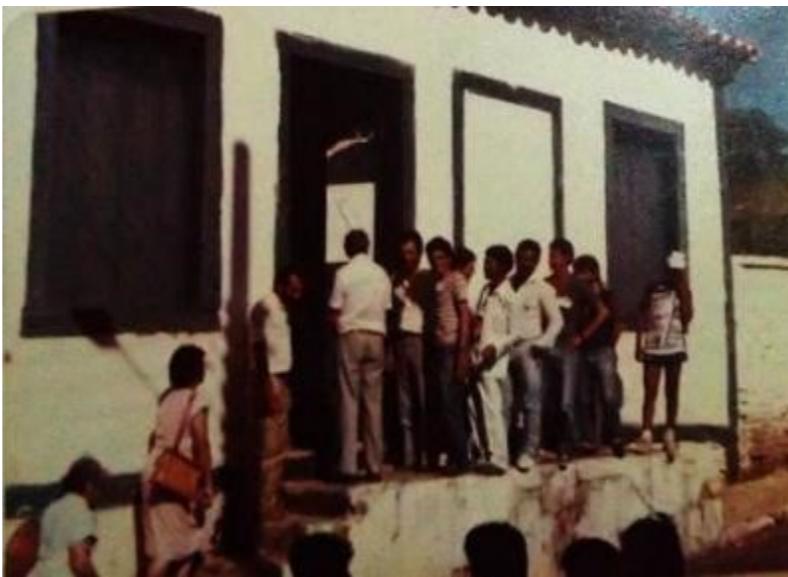
Esses recortes integram a documentação do Projeto Picuá. A recorrente utilização de imagens da precariedade dos bens culturais reconhecidos pela Casa da Cultura de Estrela do Sul, para conscientizar a sociedade e autoridades políticas na preservação. As fotografias utilizadas foram respectivamente: no Jornal Primeira Hora, de Uberlândia, de 02 de junho de 1984, Casarão Pedro Agostinho (que viria a ser a terceira sede da Casa da Cultura de Estrela do Sul), Casarão Chico Ferreira, Casarão Dona Terezinha Borges (tataraneta de Dona Beija), Casarão Ademar e Cadeia Pública Municipal (imóvel que, naquele momento, era reivindicada para a instalação da Casa da Cultura de Estrela do Sul). No outro recorte, Jornal Primeira Hora, de Uberlândia, de 14 de junho de 1985 destaque para o título da reportagem, com a não conclusão da Aliança Municipalista. Na fotografia utilizada na matéria, o até então vereador de Estrela do Sul, Pedro Divino Rosa, apresentando o Projeto Picuá na Câmara Municipal de Uberlândia, no atual Museu Municipal de Uberlândia.

Fonte das imagens: Acervo Museu Municipal de Estrela do Sul.



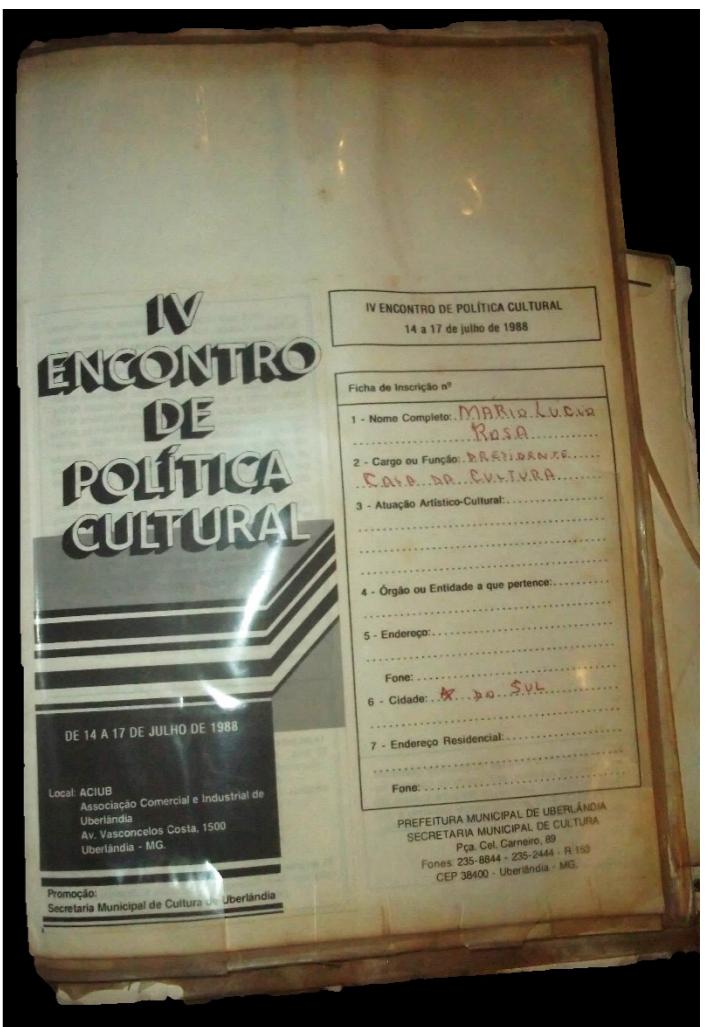
A Aliança Municipalista em Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba não conseguia votar ontem seus estatutos, a fim de se tornar juridicamente existente para concretizar sua atuação em defesa da memória da região. Ao começar sua discussão, a secretaria de Cultura de Uberlândia, Iolanda de Lima, solicitou ao presidente da Aliança, vereador Elias Tassari, também de Uberlândia, que adiasse a votação para que todos os membros pudessem estudar melhor o documento e pediu a formação de uma comissão para analisá-lo.

Depois de mais de duas horas de discussões sobre o requerimento, ele foi votado em votação, recebendo os votos necessários para sua aprovação. Com isso ficou definida uma nova data (ainda não marcada) para discussão e aprovação dos estatutos, quando a comissão designada pelo presidente, juntamente com os membros da comunidade filiada à Aliança, exstrará seu parecer. Formarão a comissão um representante da Igreja, um representante do Grupo Preservação de Estrela do Sul, um representante do Departamento de Estudos Sociais da UFU, um representante da Fundação Cultural de Araxá e os vereadores membros da Aliança (Pág. 5).



Conjunto de imagens 27: Casa da Cultura.
 Inauguração da Casa de Cultura, em sua primeira sede na Praça Chico Brasileiro, e Recortes de jornais sobre a inauguração que integram o Projeto Piciá.
 A matéria traz como principal notícia as atividades da Casa da Cultura durante a Semana Cultural de inauguração e o apoio do então prefeito de Uberlândia Zaire Resende.

Fonte das imagens: Acervo Museu Municipal de Estrela do Sul.



A sistematização integrada entre as motivações populares oriundas do grupo representados pela Casa da Cultura, fez com que essas práticas e bens culturais devessem ser visitadas, gerenciadas e ordenadas. Já instalados na 3ª sede, em 1990⁸⁶, a visita de Jorge Abdo Askar⁸⁷, técnico do IEPHA – MG, aproximou o órgão à realidade local. O pedido da visita foi feito por José Aparecido de Oliveira⁸⁸, então Secretário de Estado de Cultura, futuro Ministro da Cultura, após receber a cópia do projeto “*Picuá*”. O pedido de visita de Jorge Askar foi reforçado ainda por inúmeros outros representantes de instituições de preservação como em 13 de dezembro de 1989, pela *Fundação próMemória*, com articulação de Maria Aparecida Rodrigues Manzan, então diretora do Arquivo Público de Uberaba – MG, que em visita à cidade de Estrela do Sul, percebeu a urgente necessidade de intervençinar os bens culturais na tentativa de preservá-los, prevendo ainda a necessidade de orientação à gestão local por meio de assessoria técnica especializada. Articulação paralela foi realizada por

⁸⁶ Nesse ano foi realizado um requerimento de nº 18/90, datado de 24 de abril, ao presidente da Câmara Municipal de Estrela do Sul, para que esse solicitasse auxílio à Fundação Roberto Marinho, no Rio de Janeiro, através de ofício, aos imóveis respectivos: Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, Solar dos Mota Leite e o imóvel que sediava até então a Casa da Cultura.

⁸⁷ Doutor em Restauro em Monumentos e Centros históricos pela Universidade de Roma, Mestre em Estruturas Ambientais Urbanas pela FAU SP, arquiteto pela Escola de Arquitetura da UFMG. Pesquisador em ciência e Tecnologia pela FJP à disposição do IEPHA/DPR/GCM.

⁸⁸ José Aparecido de Oliveira nasceu em Conceição do Mato Dentro – MG no dia 17 de fevereiro de 1929. Filiado à União Democrática Nacional (UDN), foi redator político do *Correio do Dia*. José Aparecido foi um dos mais ativos participantes do Movimento Popular Jânio Quadros (MPJQ), lançado em abril de 1959 na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), no Rio de Janeiro. Foi deputado federal por Minas Gerais até 1983, ano em que ocupou a pasta da Cultura do estado a pedido do governador de Minas Gerais, Tancredo Neves. Sua gestão, que teve como lema “*Memória e Transformação*”, caracterizou-se por projetos em associação com a iniciativa privada. Em novembro de 1984, participou do Fórum Nacional de Secretários de Cultura, tornando-se seu presidente. No evento, entre outras coisas, propôs a criação de um ministério voltado para o setor cultural, desvinculado do Ministério da Educação, e sugeriu a transformação do ano de 1985 no Ano Nacional da Cultura, cujo tema seria a defesa do meio ambiente. Cogitado por Tancredo para assumir o recém-criado Ministério da Cultura (MinC), José Aparecido foi confirmado no cargo pelo presidente José Sarney. Assumindo o posto em março de 1985, propôs uma linha de ação semelhante à que impusera em Minas Gerais, com “o mínimo de interferência do Estado nas atividades culturais”, deixando o cargo em 1988 e reassumindo a pasta no mesmo ano, convocado por Sarney. Em 15 de março de 1990, deixou o MinC. Em outubro/novembro do mesmo ano, Aparecido concorreu a vice-governador de Minas Gerais na chapa do jornalista Hélio Costa, do PRN. Foi embaixador em Lisboa de 1992 a 1995. José Aparecido faleceu em Belo Horizonte, no dia 19 de outubro de 2007. Publicou *Inquérito do Banco do Brasil* (1973), *Serro, uma campanha pela memória nacional* (1973), *Consciência crítica* (1978), *Clodomiro de Oliveira e a Itabira Iron e Brasília: uma sinfonia*. A seu respeito, foi lançado em 1979 o livro *José de todos os amigos*, coletânea de depoimentos de diversas personalidades, entre as quais Jânio Quadros, Magalhães Pinto, Tristão de Ataíde e Ferreira Gullar. Vinte anos depois, foi publicado *O homem que cravou uma lança na lua*, de autoria do português José Alberto Braga. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-aparecido-de-oliveira>.

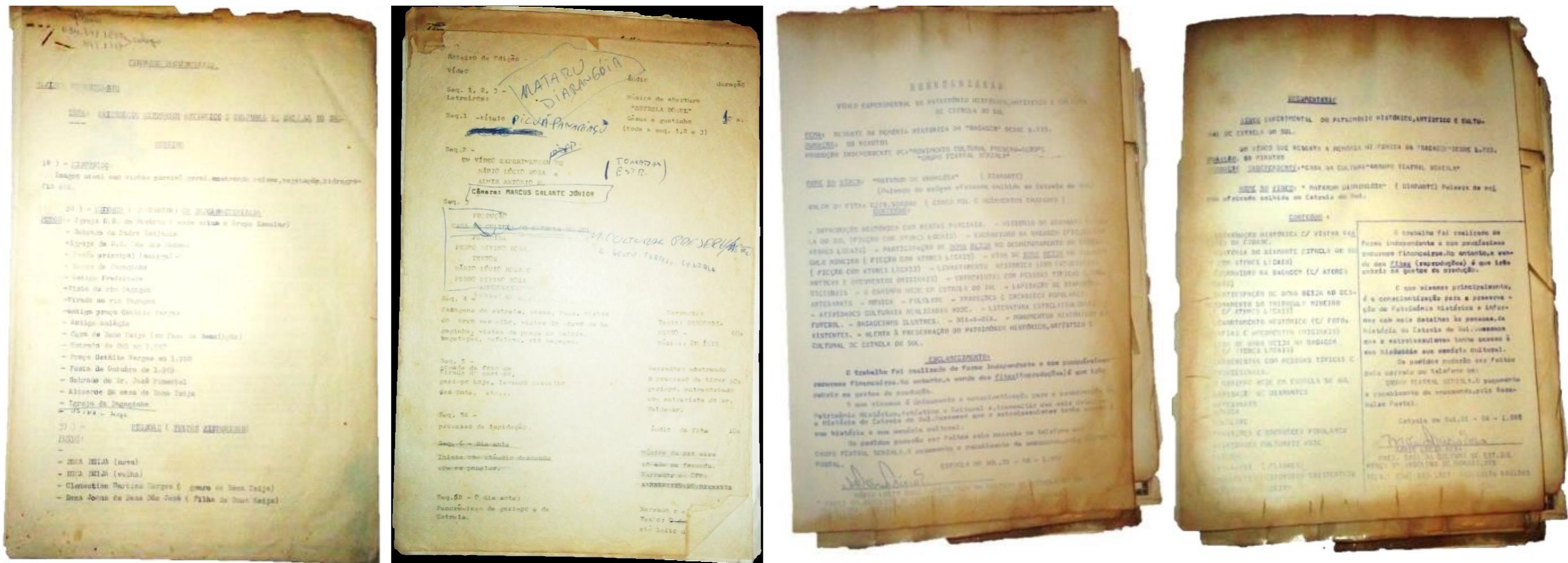
Pedro Divino Rosa na tentativa de angariar fundos e apoio do poeta Carlos Drummond de Andrade⁸⁹, através⁹⁰ de seu sobrinho neto Flávio Goulart ainda em 1984. Essas articulações evidenciam, e de certa forma validam, a influência regional que o movimento do grupo *Preserv-Ação* conseguiu adquirir nos fins daquela década.

Um relatório de viagem foi desenvolvido por Jorge Askar, apresentando dados relativos à coleção de fotografias antigas e contemporâneas da época, o patrimônio cultural, à cidade e seus indicadores sociais. Foi o primeiro contato da cidade com órgãos governamentais específicos da preservação do patrimônio cultural.

Em todo esse contexto de expressivas lutas, reconhecimentos, esforços coletivos, mobilizações e iniciativas para a preservação patrimonial levantadas e discutidas pelo grupo, tiveram importante apoio pela mídia local e regional e outros menos intensos da gestão municipal. Os vídeos “*Matarum de Orongoia*” e “*Preservar é bom pra memória*” foram uma produção da *Casa da Cultura* e apresentavam um compilado de informações sobre as atividades desenvolvidas pela *Casa da Cultura* no campo patrimonial bem como apresentando as instalações de sua 3^a sede, localizada na Praça Dr. Argelino de Moraes, nº375, Centro e a já precária situação estrutural do edifício, um casarão tradicional elevado cerca de três metros da via pública inserido num conjunto urbano, em posição de destaque juntamente com a Igreja Nossa Senhora de Fátima de onde convergiam duas praças. As despesas eram pagas pelos integrantes do grupo. A sede final deixou de existir entre 1994 e 1995, com a queda do casarão.

⁸⁹ Carlos Drummond de Andrade nasceu em Itabira de Mato Dentro – MG, no ano de 1902. Farmacêutico de formação foi um importante poeta, contista e cronista modernista com obras que registram sua passagem por diferentes estilos literários, que permeavam traços de ironia, procurando descrever cenas e cotidianos. Entre suas obras mais expressivas destaca-se “No meio do caminho” (publicada na Revista de Antropofagia de São Paulo, 1928) que marcou o 2º Tempo do Modernismo no Brasil e provocou escândalo com a crítica da imprensa. Entre os anos de 1945 e 1962 trabalhou na então Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN. Faleceu no Rio de Janeiro em 17 de agosto de 1987.

⁹⁰ Esse contato com o poeta Carlos Drummond foi uma iniciativa e realizado pelo sobrinho neto Flávio Goulart, se dispôs a levar ao conhecimento de Carlos Drummond de Andrade a causa preservacionista do grupo. Na época, Flávio era médico e residia em Uberlândia – MG. Pedro Rosa, utilizando o contato que possuía influentes personalidades daquela sociedade, conseguiu uma carta assinada de próprio punho do supracitado poeta.

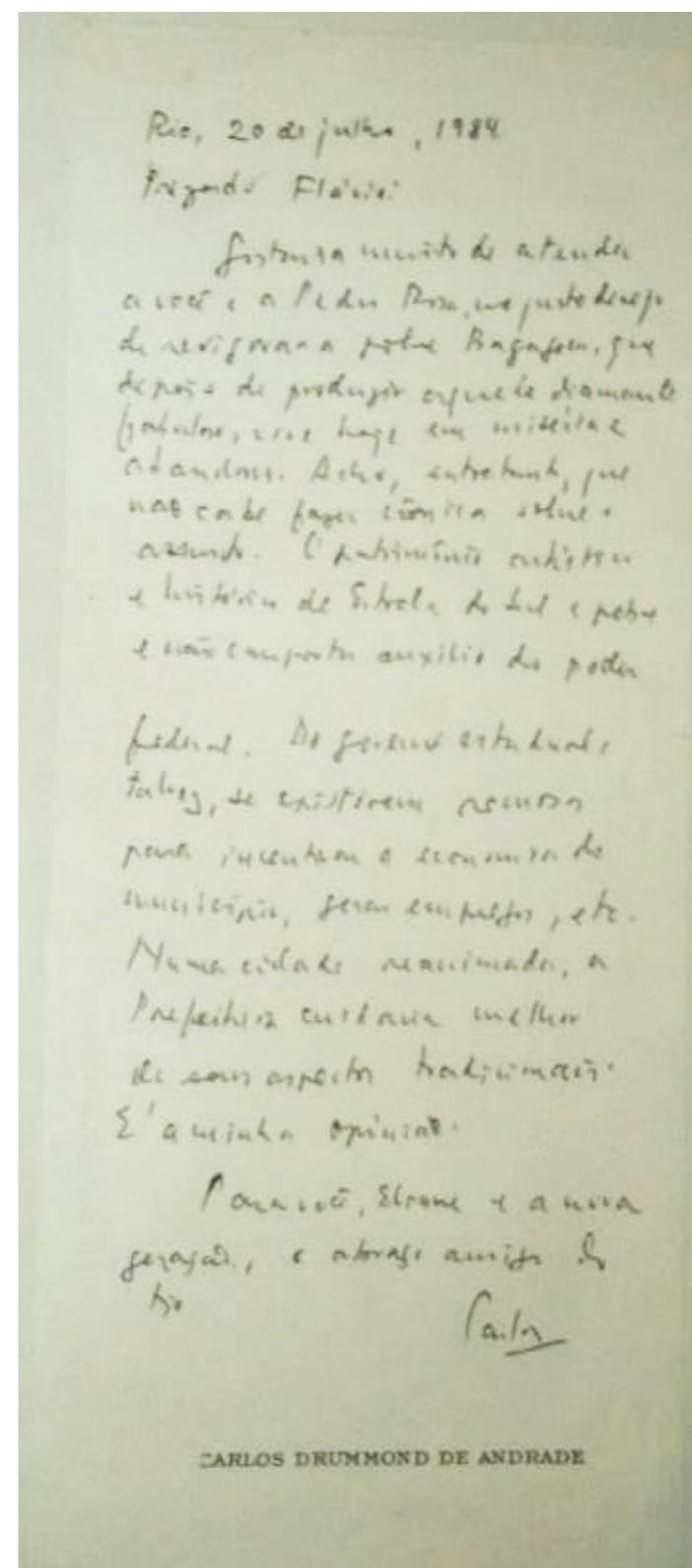
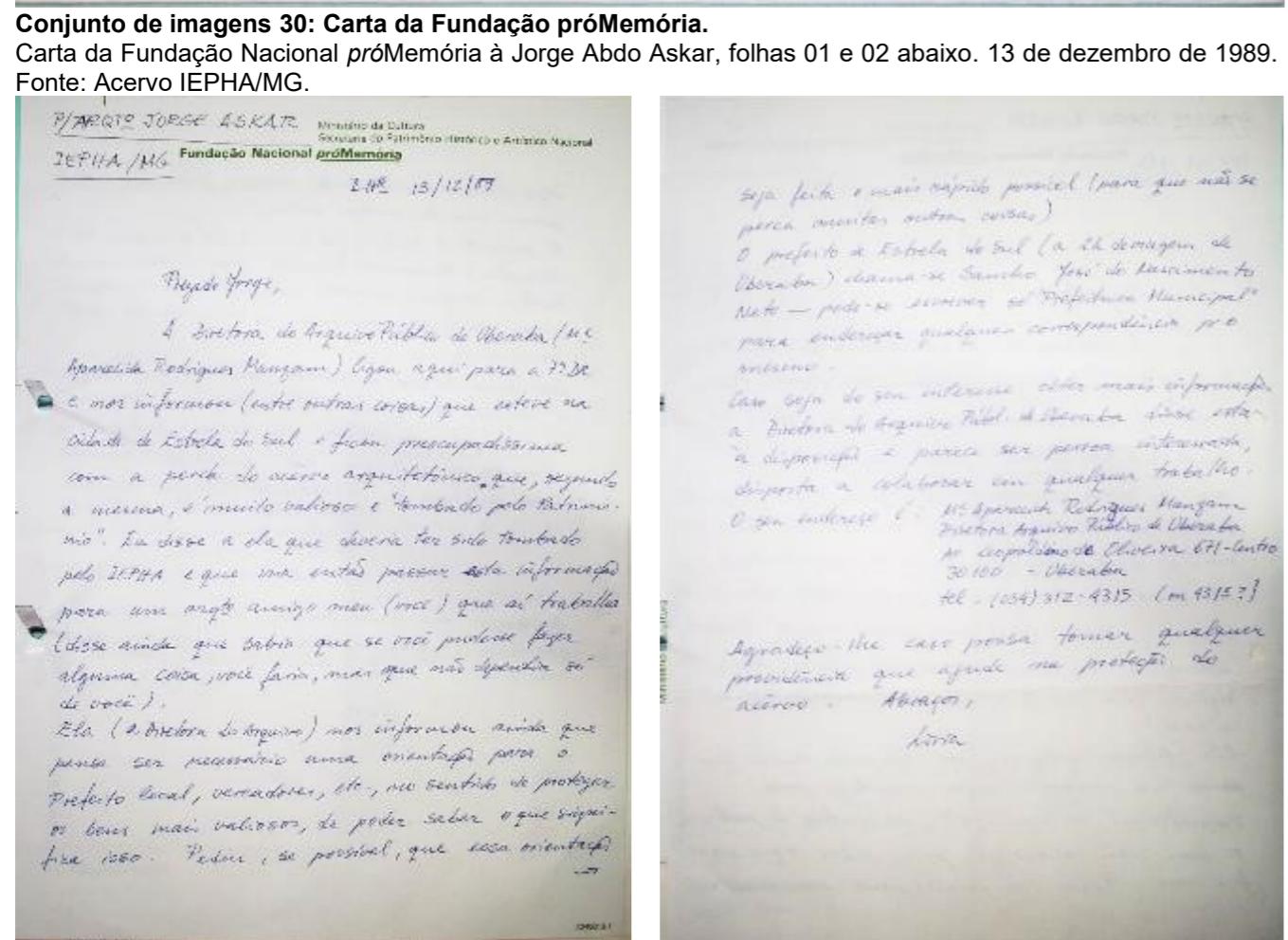
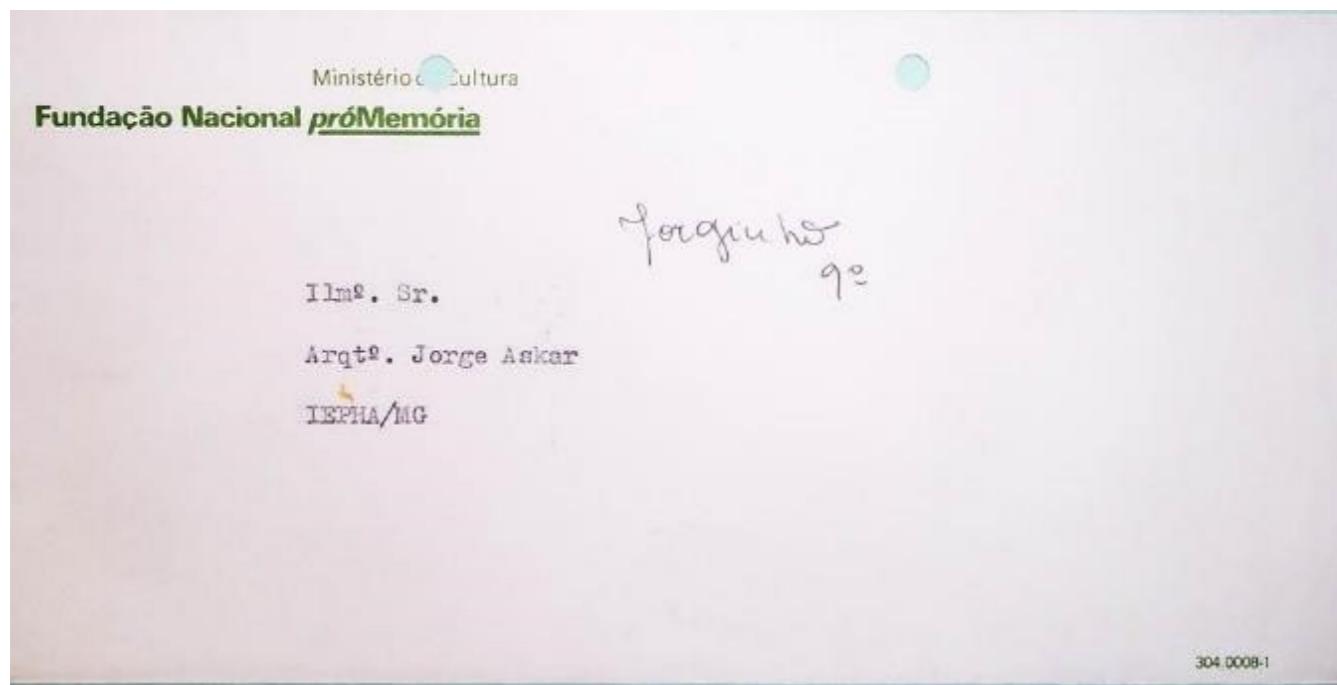


Conjunto de imagens 29: Roteiro de edição original do vídeo documentário “Matarum de Orongóia”.

Na primeira imagem o vídeo documentário ainda sem título. Na segunda imagem o vídeo documentário “Matarum de Orongóia” sob o título inicial “Picuá Panariaçu”. Nas duas últimas acima, descrição do vídeo documentário sob o nome final “Matarum de Orongóia”. O estudo dos títulos escolhidos, referenciavam a língua de Benguela, dialeto de origem africana, falado em Estrela do Sul e tradicionalmente utilizado por garimpeiros. Nas imagens ao lado, convite Individual e público, do lançamento do vídeo documentário “Matarum de Orongóia”, respectivamente. A iconografia utilizada para a elaboração do convite, mesclava expressões artísticas distintas e atividades relacionadas com o Grupo Preserv-Ação e Senzala: artes plásticas, poesia e teatro, além de recorrer às memórias míticas locais, como o diamante Estrela do Sul, arquitetura identitária, presente na Capela de São Benedito e a Ponte José Gonçalves. Os desenhos foram elaborados por Mário Lúcio Rosa.



Fonte das imagens: Acervo Museu Municipal de Estrela do Sul.



Conjunto de imagens 31: Carta de Carlos Drummond de Andrade à Flávio Goulart.
Datada de 20 de julho de 1984, segue a transcrição ao lado.

Fonte: Acervo Museu Municipal de Estrela do Sul.

Diante da valorização dos lugares e cenários urbanos que afloraram a memória local relacionada ao período diamantino, e a validação e incorporação dessas referências no imaginário coletivo, no contexto local, surgiram em meados da década de 1990, implicações para a necessidade de planejar e gerir a valorização dessas memórias, alegorias simbólicas⁹¹ e identidades, recebendo-as e incorporando-as de forma integrada com a política local.

O principal programa de ação elaborado pela *Casa da Cultura*, foi batizado de “*Projeto: Incentivo às realizações culturais*”, datado de 21 de janeiro de 1993, e foi apresentado no mesmo ano ao então prefeito municipal, recém eleito, Haroldo José de Almeida. Nele constam informações a respeito da *Casa de Cultura* de Estrela do Sul, informa os membros participantes e relata todas as atividades e participações realizadas pelo *Grupo Preserv-Ação* e pelo *Grupo Tetral Senzala*, passando pelas peças teatrais, pelos manifestos em prol da memória, as reportagens em jornais e mídias alternativas, as pesquisas e catalogação de informações a respeito de fotografias históricas, documentos, produções áudio visuais e a busca de colaborações e parcerias com instituições financeiras⁹², religiosas e educacionais.

Em seu cronograma de ação anual, o Plano basicamente prevê um continuísmo das atividades do grupo Preserv-Ação e avança tornando público as pesquisas realizadas (coleções de fotografias, documentos, etc) através de publicação de livros e exposições, lista datas e tradições importantes na história da cidade e as tornam eventos a serem desenvolvidos, catalogação de bens culturais urbanos e rurais, retomam e reafirmam o pedido feito pelo “*Manifesto Bagageiro*” (em prol da aquisição do Cine Paes de Almeida para a instalação da *Casa da Cultura*) estabelece um plano de inventariação e restauração do acervo sacro das igrejas e capelas, além de teatralizar festas religiosas como a Semana Santa e o Corpus Christi, solicita parcerias com órgãos preservacionistas como fontes de angariar fundo financeiro para manutenção das atividades e monumentos, propõe a gravação de vídeos com temas peculiares, tais como

⁹¹ Há a constante necessidade de apresentar Estrela do Sul, incorporando à sua história, elementos míticos, lendas e adjetivações (terra do diamante, terra de dona beija) enaltecedendo-a.

⁹² A primeira parceria com uma instituição no intuito de preservar ou memorar sua importância histórica aconteceu em 1990, quando do encontro de Pedro Divino Rosa com o presidente da Minas Caixa, Amauri Lages, natural de Estrela do Sul. A Minas Caixa confeccionou pôsteres emoldurados retratando o Solar dos Mota Leite.

figuras típicas e cotidianas, esses sendo continuações dos já realizados e outros novos.

De maneira sintética, a discussão até aqui apresentada procurou demonstrar que coube à ideologia do *Grupo Preserv-Ação* e seus desdobramentos – *Grupo Teatral Senzala* e *Casa da Cultura* – formar a base que atuaria nas ações relativas à salvaguarda do patrimônio cultural de Estrela do Sul, num contexto quase de absoluta inércia operante por parte das gestões municipais locais dentro desse processo. O grupo reunia a única qualificação disponível para a elaboração da legislação protecionista.

Esse primeiro ato de planejamento e gestão local do patrimônio cultural, preparou o ambiente fértil para a criação das políticas públicas culturais e legislação preservacionista que buscaram conciliar as características culturais com a dinâmica social de Estrela do Sul. O grupo⁹³ dissolveu-se integralmente em meados da década de 1990 após as aspirações individuais e reinserções dos membros em outros setores da política e atividades locais o que dificultou a efetivação e continuidade do projeto, ideologia e estrutura do grupo, originada na década de 1980, embora partes do projeto original pôde ser levado adiante com a colaboração de alguns membros com a pasta da cultura durante as gestões municipais após esse período.

⁹³ Em 2013, foi instalada na Rua Olímpio Bagaginha nº272, bairro Bagaginha em Estrela do Sul um pequeno museu por Mário Lúcio Rosa e integra atualmente o “Movimento de Resgate da Identidade Cultural de Estrela do Sul”, uma iniciativa privada dos Irmãos Rosa (Pedro, Mário e Almir). O movimento ainda não produziu atividades ou iniciativas e o museu, ainda em fase de implantação e organização, será aberto ao público posteriormente.

3.2. A década de 2000: aproximações com o patrimônio imaterial e natural de Estrela do Sul

Um aspecto a ser considerado no que tange o processo e as práticas preservacionistas em Estrela do Sul, diz respeito à criação de mecanismos de participação comunitária e na forma como os envolvidos nos processos elencam os lugares e cenários urbanos vocacionados como “*memórias históricas e culturais*”.

A conservação se refere à proteção das tradições vinculadas à cultura tradicional e popular de seus portadores, segundo o entendimento de que cada povo tem direitos sobre sua cultura e de que sua adesão a essa cultura pode perder o vigor sob a influência da cultura industrializada difundida pelos meios de comunicação de massa. Por isso, é necessário adotar medidas para garantir do Estado o apoio econômico das tradições vinculadas à cultura tradicional e popular, tanto no interior das comunidades que as produzem quanto fora delas. (...) Deve-se sensibilizar a população para a importância da cultura tradicional e popular como elemento da identidade cultural. Para que se tome consciência do valor da cultura tradicional e popular e da necessidade de conservá-la, é essencial proceder a uma ampla difusão dos elementos que constituem esse patrimônio cultural. Numa difusão desse tipo, contudo, deve-se evitar toda deformação a fim de salvaguardar a integridade das tradições (UNESCO, 1989).

A cultura tradicional e popular é definida segundo *A Recomendação para Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular* da Unesco como:

(o) conjunto de criações que emanam de uma comunidade cultural fundada na tradição, expressas por um grupo ou por indivíduos e que reconhecidamente respondem às expectativas da comunidade quanto expressão de sua identidade cultural e social; as normas e os valores se transmitem oralmente, por imitação ou de outras maneiras. Suas formas compreendem, entre outras, as línguas, a literatura, a música, a dança, os jogos, a mitologia, os rituais, o artesanato, a arquitetura e outras artes (UNESCO, 1989).

Esse conceito apresentado pela Unesco, aproxima-se das concepções antropológicas da cultura, entendida como uma cultura de totalidade de valores, normas, significações, tradições das coletividades que carregam sua identidade. Pelegrini (2006) observa ainda que “a emergência dos bens simbólicos à condição de patrimônio estimulou a sociedade – em especial, as minorias e os grupos étnicos – a reivindicar o plural reconhecimento de seus referenciais culturais e identitários”. Nessa concepção, agrega-se a cultura significada como

natureza transformada pelo homem, reinserida no cotidiano, transformada pela ação do trabalho humano, constituindo um processo de acumulação sucessiva ao qual Durham (1984) denomina de “construção cultural”. Segundo esse autor (2004, p. 30), os bens culturais são impregnados de aspectos diversos e que:

(...) devemos conceber um patrimônio cultural como cristalizações de um trabalho morto que se torna importante exatamente na medida em que se investe nele um novo trabalho cultural, através do qual esse bem adquire novos usos e novas significações. Aliás, uma das características desse processo de construção cultural reside exatamente no fato de que, quanto maior a carga simbólica conferida no passado a um bem cultural, tanto mais ricas serão as possibilidades de sua utilização futura.

Esses bens são assimilados como referências memoriais e observados como componentes para o acervo histórico cultural por determinados grupos, justificados pelas significações que representam no âmbito social e urbano.

Essas referências culturais são legitimadas pelas experiências que o homem acumula, compartilha e transforma, criando sua identidade cultural. As relações criadas com outros grupos e culturas constroem uma diversidade cultural, de forma gradual e contínua. Nesse sentido, a cidade observada enquanto conjunto de espaços, simbolismos e significações, alicerça a memória, tomada como um conjunto de vivências, criações, imaginações criadas no imaginário ao longo do tempo. Essa concepção alinha-se com o conceito de memória apresentado por Pesavento (2007, pág. 1):

Uma cidade é formada de espaços que, dotados de significado, fazem, de cada cidade, um território urbano qualificado, a integrar esta comunidade simbólica de sentidos, a que se dá o nome de imaginário. (...) Todos nós que vivemos em cidades, temos nelas pontos de ancoragem da memória: lugares em que nós reconhecemos, em que vivemos experiências do cotidiano ou situações excepcionais, territórios muitas vezes percorridos e familiares ou, pelo contrário, espaços existentes em um outro tempo e que só tem sentido em nosso espírito porque narrados pelos mais antigos, que os percorreram no passado.

A concepção de patrimônio cultural enquanto expressão humana e materialização das memórias dos grupos, foi normatizada através do *Decreto nº.*

3551, de 4 de agosto de 2000⁹⁴, texto que deu início ao registro⁹⁵ dos bens imateriais que constituem o patrimônio cultural brasileiro.

Os movimentos culturais da década de 2000, observados em Estrela do Sul, se inscreveram dentro das acepções da imaterialidade do patrimônio, refletindo o momento que as políticas culturais nacionais se estabeleceram no contexto conceitual dessa década.

Como desdobramento dos processos de reconhecimento e assimilação do patrimônio cultural de Estrela do Sul e levando em consideração as diferentes características do movimento cultural apresentado a seguir, a análise desenvolvida dialoga com os conceitos apresentados no capítulo primeiro, complementados pelos temas do meio ambiente urbano e as complexas teias e relações sociais que se vinculam à categoria imaterial da cultura, manifestada nos espaços da cidade.

As particularidades do lugar em dada temporalidade, em que se materializam expressões diversas são portadoras de valores ou interesses culturais, no qual enfatiza-se aqueles elementos elencados que se apresentam enquanto parte do ambiente natural, do tecido urbano e do seu cotidiano.

⁹⁴ O Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, instituiu a primeira política pública cultural que mencionou o patrimônio imaterial: *Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI)*. Seus objetivos concentram-se em ações que buscam implementar a política de inventário, registro e salvaguarda de bens culturais de natureza imaterial; preservar a diversidade étnica e cultural; captar recursos e constituir rede de parceiros; incentivar e apoiar práticas de preservação.

⁹⁵ Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, apontando quatro livros de registro desses bens:

I - Livro de Registro dos Saberes, em que são inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;

II - Livro de Registro das Celebrações, em que são inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social;

III - Livro de Registro das Formas de Expressão, em que são inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas;

IV - Livro de Registro dos Lugares, em que serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas.

3.2.1. Movimento Humanitário Hippie Chique

No início dos anos 2000, precisamente em 12 de outubro de 2003, data de sua inauguração, um novo movimento cultural surgiu como ferramenta para valorizar e estabelecer novas formas de experimentação do patrimônio cultural de Estrela do Sul, esse de evidente aproximação com a imaterialidade da cultura. Organizaram numa pequena residência de arquitetura tradicional singela – primeira sede – localizada na Rua Padre Júlio Raz, nº199, Matriz, uma feira de artesanato, produtos exóticos e transformaram o acervo particular fotográfico numa exposição juntamente com outra de artes plásticas, com telas de autoria de Luiz Aguiar (Luca).

O projeto do *Hippie Chique* propunha a sistematização e o registro do patrimônio imaterial cultural em suas diversas acepções: formas de fazer, saberes, mestres artífices, e das memórias e tradições, procurando ainda valorizar o patrimônio natural o patrimônio social. Segundo Ana Luiza, o movimento buscou valorizar os artistas locais, que em sua visão “o maior patrimônio de Estrela do Sul é a natureza e sua gente (...) à sua gente, vamos dar oportunidade para que se expressem (...)“.

Em 21 de junho de 2003, antes da inauguração, já havia sido organizada e realizada pelos fundadores, a Exposição de Artes Plásticas de Estrela do Sul, com apoio da Câmara Municipal de Vereadores, estabelecendo uma apresentação oficial do movimento à comunidade. buscando estabelecer parcerias com instituições e governo municipal. O primeiro contato dos fundadores com a população de Estrela do Sul, veio através da criação de oportunidade e visibilidade à comunidade de se aproximar com aulas gratuitas de música, canto, artes plásticas e yoga ministradas por Luca.

O *Hippie Chique – Projeto Humanitário*, assim intitulado pelos fundadores Ana Luiza Brasil e Luca teve como ponto de partida inicial, a memória cultural, as vivências e experiências pessoais que Ana Luiz Brasil, nascida em Estrela do Sul, havia experimentado em sua infância, conforme texto de sua autoria presente no folder de apresentação do *Hippie Chique*. O *Hippie Chique* utilizou simbolicamente, o nome da loja exótica que Ana Luiz possuía em Uberaba, quando ainda residia naquela cidade.

Os eixos de ação do *Movimento Hippie-Chique* dinamizavam entre outros, principalmente os três seguintes:

- pesquisa e divulgação de memórias, histórias e tradições do cotidiano de Estrela do Sul, bem como veículo informativo sobre o trabalho realizado por entidades filantrópicas e instituições locais administrativas no contexto sócio cultural da cidade;
- promoção e capacitação social, estimulando e reconhecendo os agentes locais envolvidos com a transmissão de saberes tradicionais manifestados sejam por indivíduos ou grupos, inclusão social sensibilizando a população, colocando-os como detentores da identidade;
- o viés auto-sustentável da natureza presente na cidade, apoiando a organização comunitária centrada na cultura da terra, a difusão de locais e porções dotadas de potencialidades ecológicas e ambientais.

Nessa seção de capítulo, o enfoque será sobre o primeiro eixo de ação, pois caracterizou-se como a principal ferramenta do Movimento Hippie Chique. Os dois últimos eixos, produziram maior experiência no movimento denominado ASASE, derivado do Hippie Chique, comentado posteriormente.

Em resposta às necessidades de espaço para organizar as atividades propostas, os fundadores conseguiram se instalar no imóvel conhecido como Balneário da Beija s/n, um complexo de lazer localizado às margens do Rio Bagagem, que foi construído para a realização do carnaval municipal, retomando a antiga tradição de utilizar a paisagem fluvial e reconectar a população com a natureza, e eventos diversos. O imóvel pertence à Prefeitura Municipal de Estrela do Sul, que, como gesto de apoio às atividades que naquele momento eram prestados à comunidade, o disponibilizou de forma gratuita.

O principal eixo de ação, foi colocado em prática sob a forma da edição de um jornal – utilizado como forma de divulgarem as ações e atividades que pretendiam difundir em Estrela do Sul. Os fundadores do *Hippie Chique* lançaram o *Hippie Chique – Informa e Transforma*, um informativo mensal abrangendo um período de pouco mais de um ano, num total de 14 edições, editado e impresso com recursos próprios e doações. Buscaram para isso parcerias, diretamente e indiretamente, através de associações representativas que proporcionassem à população o acesso à sua ideologia.

O jornal serviu como ponto de discussão, um espaço aberto à comunidade contendo referências sobre a cidade, e contribuições que buscaram valorizar a pluralidade das dimensões sócio históricas e culturais, utilizando a cultura como ferramenta de inclusão social. As aulas de artes plásticas, música e yoga, o “trio poderoso” (EDIÇÃO nº 4, 2004, pág. 01), ministradas por Luca, foram, como dito anteriormente, um veículo de aproximação com a comunidade e uma forma de engajar a comunidade a experenciar novas formas de cultura, conscientes de sua capacidade transformadora⁹⁶, bem como uma proposta de um novo hábito de vida, harmonizado com o lugar.

Na primeira edição distribuída em 07 de março de 2004 (pág.01), o nome *Hippie Chique* é explicado:

O projeto humanitário recebeu o nome de Hippie Chique, porque foi através do Movimento Hippie⁹⁷ que a vida passou a ser

⁹⁶ Através do reconhecimento e incentivo à capacidade geradora da comunidade, surgiram por exemplo, bandas locais de música, como a Banda Rio Bagagem, hoje não mais ativa. Tiveram destaque na edição número 04 de 06 de Junho de 2004, onde se apresentou os integrantes da banda e aconselha: “(...)deixem-se levar – como o Rio Bagagem – pela sua essência preciosa”.

⁹⁷ O *Movimento Hippie* foi um movimento surgido em grupos jovens de famílias geralmente de classe média, na década de 1960, nos Estados Unidos, que, unindo-se à movimentos negros e de outras minorias sob a filosofia antagônica aos ditames da sociedade capitalista e principalmente em reação à Guerra do Vietnã ainda nos anos 1940 (início do movimento de contra cultura que contestaria do sistema vigente) recusando a participarem dos combates ao serem convocados pelo alistamento militar. A origem do nome hippie não é exata e no consenso atual, deriva-se de *hip* (quadril em inglês) em referência às blusas amarradas na cintura ou a *happy* (feliz em inglês). Diziam ser orientados por mestres espirituais, cultuavam a natureza, viviam em comunidades e experimentavam novas formas de percepção da realidade através de substâncias ilícitas, cores saturadas que faziam apologia à psicodelia. Pulverizavam opiniões que confrontavam os padrões sociais, buscando a construção de uma nova sociedade, em que predominavam a inexistência de nações ou fronteiras, novas formas de relação e percepção. Entre seus lemas mais conhecidos estão “*Paradise Now*” (Paraíso agora em tradução livre, em referência à busca da paz espiritual durante a vida) e “*Peace and Love*” (Paz e Amor). O símbolo de nome *Mandala* (figura circular dividida por uma linha central com duas ramificações laterais) foi criado na Inglaterra por Gerald Holtom, integrante da inteligência britânica para ser logo de uma campanha de desarmamento nuclear no ano de 1958 (tem como base a linguagem de bandeiras) e em 1960, os hippies o adotaram como o símbolo da paz. Sob esses lemas, foram comparados à São Francisco de Assis pelos adamitas (seita cristã que pregava o pacifismo). Abraçavam, no entanto, os aspectos de religiões orientais e/ou de culturas indígenas, presente no vestuário e nos objetos de simbologia, além de ídolos como o escritor alemão Hermann Hesse, cujos livros concentram-se em histórias orientais de iniciação, introspecção e à meditação nirvânica, o escritor Carlos Castañeda, que possuía obras que relatavam experiências com um índio mexicano, o psiquiatra Wilhelm Reich, cujos estudos associavam a agressividade humana à repressão sexual. Personalidades como Bob Dylan, Eric Fromm, Walt Whitman, Carl Rogers, Aldous Huxley, Janis Joplin, Jim Morrison, Jimmy Hendrix, John Lennon entre outros eram adeptos do movimento e expoentes da música eleita pelo movimento: o rock e suas vertentes psicodélicas, observados no *Woodstock Music & Art Fair*, festival realizado entre os dias 15 e 18 de agosto de 1969, na fazenda de Max Yasgur na cidade de Bethel em Nova York, EUA. . Mobilizaram diversos grupos que reivindicavam a ampliação de direitos civis e políticos e os valores ambientais. No Brasil, o movimento mais próximo que marcou essa filosofia foi o Tropicalismo, também chamado de Tropicália ou Movimento Tropicalista, durante o regime militar através de músicos como Caetano Veloso, Torquato Neto, Gilberto Gil, Os Mutantes e Tom Zé.

construída sob o ponto de vista da Paz e do Amor. Pena que para isso acontecer, estes seres aparentemente amadores, mas profundamente transformadores, quebraram barreiras e preconceitos na base do choque social, sem isso não seriam percebidos e sua mensagem muito menos. (...) independente de raça, posses, partido político e credo (...) aprendemos com eles que a Paz e o Amor são sementes e como sementes as possibilidades que precisam apenas ser semadas e cultivadas. (...) E, terminando a explicação do nome, a palavra Chique foi acrescentada, porque uma pessoa só é verdadeiramente rica se ter Paz no coração e Amor pra comartilhar. Estes dois preciosos ingredientes ninguém nos rouba e quanto mais compartilhados mais e deles se multiplicam. Sejam todos bem-vindos ao mundo mágico e real do Hippie Chique.

Ana Luiza na edição nº 4 (2004, pág. 03), registra que o jornal se caracterizava por:

(...) um jornal-convite, para uma nova forma de viver, investindo no que é para sempre, como os nossos sentimentos que se dissolvem em nosso espírito pela eternidade, e não em coisas passageiras que são apenas utilitárias e não transformadoras, como títulos, bens materiais, espertezas que nem de longe chegam perto da verdadeira sabedoria.

Ao interpretar as matérias contidas o jornal, se observa que o *Hippie Chique* se preocupou com questões além culturais valorizando a construção da cidadania participativa e relacionar as comunidades com seu patrimônio cultural. Construir uma noção coletiva de patrimônio demanda também ações mais complexas, fundamentadas em diagnósticos precisos sobre a realidade local em que estão inseridas.

O movimento *Hippie Chique* se caracterizou como uma das principais influências que propunha a sociedade participativa no processo de patrimonialização dos bens culturais da cidade e o mais importante experenciado na década de 2000 em Estrela do Sul. As ideias ou crenças do grupo eram calcadas no cooperativismo, ação que possibilitou ao grupo receber um acervo relacionado a fatos passados ou tradições, obras artísticas ou literárias que recontavam a história de Estrela do Sul ou que mantinha viva suas referências memoriais.

(adaptado de: AZEVEDO, Antônio Carlos do Amaral. *Dicionário de nomes, termos e conceitos históricos*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999).



Conjunto de imagens 32: Edições Jornal Hippy Chique.

Capas das edições nº 01 de 07 de março de 2004), 02 de 04 de abril de 2004), 02 de 02 de maio de 2004, 02 numa edição especial de 25 de agosto de 2004, 09 de 03 de dezembro de 2004 e 10 de 05 de março de 2005, respectivamente. As matérias de capa traziam imagens das ações do movimento Hippie Chique, bem como cenas dos encontros, do cotidiano, das exposições, fotografias históricas de acervos públicos e particulares. A nota introdutória “Pra começo de conversa” repetiu-se em todas as edições com um apelo à comunidade, reforçando o caráter filantrópico exercido pelo movimento.

Fonte: Acervo Particular Ana Luíza Brasil. 2004-2005.



As atividades que integraram o movimento *Hippie Chique*, procuraram construir um cenário local que buscava catalisar o turismo cultural e ecológico. Utilizando da autenticidade do artesanato, da história e da memória, das tradições, dos símbolos, criaram um repertório local repleto de elementos que traduz-se no que se conhece por *turismo interpretativo*, abordagem essa que, segundo Murta (1995, p.180) “busca acrescer valor à experiência do lugar, enfatizando sua história, características culturais e ambientais... trata-se em última instância de estabelecer no espaço urbano uma rede de descobertas sedutoras.” Nesse tipo de turismo, aplicado em Estrela do Sul, propicia-se ao visitante a experiência da cidade pautada na apreensão de valores patrimoniais que lhe são apresentados⁹⁸ sob a forma das narrativas históricas e memoriais e “na loja (Hippie Chique – ASASE), um shopping artesanal que facilita a vida do turista e do próprio povo daqui” (EDIÇÃO nº5, 2004, pág.02).

Para isso, mapearam as potencialidades da cidade, baseados em conjunto com moradores locais, conforme os padrões que pretendiam trabalhar, colocando como expressão máxima e retórica ideológica, a cultura e a natureza. A filosofia hippie adquiriu também importante base de sustentação argumentativa para o projeto do movimento humanitário proposto. Sob essa influência, os processos colaborativos e de doação, foram basilares para a fomentação das feiras de artesanato e gastronômicas.

O movimento *Hippie Chique* encerrou suas atividades no final da década de 2000. Houve, após o fechamento das instalações do Hippie Chique, a dissolução de parte de suas ações implantadas entre final da década de 2000 à contemporaneidade, bem como a letargia na aplicação de planos de gestão e ou políticas locais que propiciem a continuidade do trabalho realizado.

As ações da gestão cultural, descortinam múltiplas faces da problemática patrimonial permitindo abstrair as formas de analisar e implantar as ações libertadas das pré definições que dissociam as referências culturais com o

⁹⁸ Segue transcrição da edição número 10, de 06 de Março de 2005, do que a loja Hippie Chique possuía: “sempre temos doces caseiros, temperos, mel, sabão, artesanato em geral, incenso, roupas e acessórios; fazemos cestas de café da manhã por encomenda; temos ainda, cartões postais, camisetas, livros e adesivos de Estrela do Sul; o CD “Obras Primas” em homenagem à cidade, além de várias sugestões para presente; produzimos CD para fins publicitários, assim como edição de jornal, folder ou campanhas; o Jornal Hippie Chique aceita anunciantes; LUCA dá aulas de desenho, pintura em tela, violão, guitarra, cavaquinho, teclado, piano, flauta, bateria, canto, percussão e yoga, para todas as idades.”

espaço geográfico. As ações e políticas culturais devem ser concebidas de forma que as dialogue com os responsáveis por sua construção, preservando a manutenção do passado e das tradições sem ignorar as novas formas de preservação, da tecnologia e usos, visando um manejo dos bens culturais preservados.

O movimento *Hippie Chique* reconheceu e valorizou as tradições e expressões orais e artísticas, práticas cotidianas e sociais, rituais religiosos, filosóficos e atos festivos, conhecimentos e práticas vernaculares, técnicas artesanais tradicionais e populares relacionados à natureza local. É preciso avaliar a necessidade de se pensar os valores do patrimônio cultural de forma integrada, estabelecendo políticas públicas mais democráticas, que permitam a compreensão de diversos valores atribuídos, construídos e assimilados pelos atores sociais envolvidos. Essa afirmação tange o desafio atual das instituições de preservação desses processos de escolha que consagram determinado bem como patrimônio cultural em meio às várias narrativas.

A configuração dessas práticas e dos processos preservacionistas exercidos pelo movimento em Estrela do Sul, expressam essas representações culturais, que, analisadas em um contexto mais amplo, foram concomitantes com a gênese das novas políticas pautadas na imaterialidade da cultura, analisada a seguir.

3.1.2. Os mestres artífices: ASASE – Associação de Artesão e Similares de Estrela do Sul

No final dos anos 1990, o IPHAN criou o Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC, e conforme estabelecido em seu manual, sua finalidade está direcionada à capacidade de “levantar e identificar bens culturais de natureza diversificada, apreender os sentidos e significados a eles atribuídos pelos grupos sociais e encontrar formas adequadas a sua preservação” (IPHAN, 2000, pág.07). Ao aproximar a comunidade – aquela que constrói sua identidade e atribui valores – à seu patrimônio com as políticas de preservação, as referências culturais sob a caracterização do IPHAN, são concebidas como práticas fundadas sob concepção antropológica de cultura, estabelecendo que essas (as referências culturais) são:

(...) também as artes, os ofícios, as formas de expressão e os modos de fazer. São as festas e os lugares a que a memória e a vida social atribuem sentido diferenciado: são as consideradas mais belas, são as mais lembradas, as mais queridas. São os fatos, as atividades e os objetos que mobilizam a gente mais próxima e que reaproximam os que estão distantes, para que se reviva o sentimento de participar e de pertencer a um grupo, de possuir um lugar. Em suma, referências são objetos, práticas e lugares apropriados pela cultura na construção de sentidos de identidades, são o que popularmente se chama de “raiz” de uma cultura. (IPHAN, 2000, pág.29)

A noção de patrimônio como bem isolado entre materialidade e imaterialidade, transforma-se com esse novo aporte conceitual. Nessa concepção de referência cultural, inclui-se, além das construções, a dimensão dos bens imateriais, naturais, as experiências, lembranças e ações ali realizadas e/ou desencadeadas. Essa perspectiva democrática do patrimônio cultural contribui de forma decisiva para no campo das práticas preservacionistas.

Sob esse enfoque, é possível envolver novos atores sociais na preservação do patrimônio cultural de forma a abordar outras narrativas. Em Estrela do Sul, no início dos anos 2000, observa-se que processo de atração de investimentos na cultura, realizou-se por meio de negociação continuada da municipalidade com investidores privados e doações da população.

Promovendo o segundo eixo de ação – responsável por dar visibilidade aos mestres artífices tradicionais – os membros fundadores do *Movimento Hippie*

Chique, reuniram cerca de 78⁹⁹ pessoas, entre artesãos, cozinheiras, poetas, músicos e qualidades outras, criando a *ASASE – Associação de Artesão e Similares de Estrela do Sul*, tornando-se de utilidade pública pela Lei nº01/2005.

A coerência com o primeiro eixo de ação da *ASASE* se observou quando a associação se estabeleceu como importante espaço de confluência das referências culturais e representações sociais a ela atribuída. Por meio do reconhecimento da participação popular no processo de construção patrimonial local, a *ASASE* propiciou a reconexão dos grupos e da comunidade com a significância cultural (ICOMOS, 1999, art.1). Segundo os fundadores, havia no movimento da *ASASE* de despertar os moradores locais ao se perceberem como agentes transformadores locais e protagonistas sociais em potencial. Colocaram à serviço da população as instalações do *Hippie Chique* e *ASASE*, que por sua vez, doaram o mobiliário de época e ambientaram seus espaços.

Os saberes, costumes e modos de viver, presentificados enquanto patrimônio, se ancoram nas memórias que permeiam por entre os membros do grupo, permitindo que elas passem a ser preservadas simultaneamente ou alternadamente nas lembranças de todos. Através da *ASASE* os artistas populares locais puderam exercer o sentimento de pertencimento com o *lugar* e

⁹⁹ As pessoas, eram apresentadas gradativamente nas edições do jornal *Hippie Chique – Informa e Transforma*, conforme somavam-se ao projeto inicial. Entre os nomes registrados no jornal seguem os registrados na 1^a edição, 07 de março de 2004: Ailton Aloísio da Silva, Alice de Paula, Anatália Azevedo de Oliveira, Cleuza Cristina de Oliveira Alves, Eliane de Fátima Cerqueira, Floriana Rita da Silva Resende, José Sebastião Cerqueira (Zé das Dores), Laci de Paula, Liá Lemos Nogueira do Carmo, Margarida de Fátima Ramos, Maria Aparecida do Norte Lopes, Maria de Fátima Marciano Rodrigues, Maria de Fátima Rodrigues (Ziquita), Maria Iolanda Lopes Alves, Maria José Alves de Moraes, Maria Suzeli Macedo, Norma Laura dos Santos, Sebastiana Dias Soares da Silva e Barros, Evaristo Martins Fontes (Daniela), Sandra Valéria Pereira, Leila Rodrigues M. Gonçalves, Sueli Barbosa, Márcia de Fátima Melo Ferreira, Estela Maris Dias R. Campillay, Liliane Cortes Cardoso, Helena Maria Cunha Ferreira, Eliane Fernandes dos Santos, Marta Fontoura, Aparecida das Dores P. de Almeida Martins, Carlos Antônio Silva, Flávio Pereira Barros, Mário Lúcio Rosa e Pedro Fernandes Neto; Na 2^a edição, 04 de abril de 2004: Regiane (gêneros alimentícios), Aparecida do Zetti (doces), Cleuza (quitandas), Canavam (acessórios em arame), Hilda (panos de prato), Aljamar (cestas de bambu), Zélia (toalhas de banquete), Valdirene, Elcione e Evaldo (sabão e pimenta), Iolanda e Eliane (toalhinhas, porta tempeiros), Libalda (vestuário de retalhos); Na 5^a edição, 04 de julho de 2004: Jesus dos Santos (cestas de bambu e esculturas de madeira), Aridna Costa Spolti (bordados em letras), Onília Palestina Araújo Pereira (doces), Casimiro Antunes Filho (esculturas de madeira), Osmaura Maria Batista Salomão (doces), Neusa Oliveira (panos de prato), Mirna Medeiros de Andrade (roupas de crochê), Irani dos Reis (Nina) (acessórios de crochê), Olívia Aparecida de Paula (bordados e crochê em panos de prato), Milena Medeiros de Andrade (forros de crochê), Joves Terezinha Duarte Ferreira (colchas de retalho), Emerson Roberto da Silva (pinturas em pedras de garimpo) e Célia Laura dos Santos (conservas).

aos elementos materiais, imateriais e naturais que constituem a cultura, em que “o principal objetivo (do trabalho do movimento ASASE) é que cada um não se afaste de seu dom, exercitando, cada vez mais, a sua criatividade” (EDIÇÃO nº5, 2004, pág.02).

A produção artesanal e cultural advinda dos artesãos da ASASE, eram expostas na sede do movimento Hippie Chique – Balneário da Beija –, não permanecendo muito tempo instalada, pois o local recebia intenso fluxo de visitas, sediava almoços, jantares, entre outros, levando a organização do movimento a manter apenas as exposições nessas ocasiões.

A ASASE buscou parcerias, como por exemplo a *Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE*, instituição que cedeu o espaço para a instalação da 2ª sede da ASASE, o *Conselho de Defesa Social de Estrela do Sul – CONDESESUL* (entidade do Ministério Público), a *Cooperativa Garimpeira do Vale do Rio Bagagem – COOGAVARB* e o *Conselho Deliberativo Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural – CMPh*. O *SEBRAE*, em 21 de agosto de 2004 a convite de Ana Luiza, na ocasião de uma caravana técnica com cerca de 18 pessoas do curso de Gemologia, visitou a cidade e verificou *in loco*, as ações produzidas. Auxiliaram os membros do Hippie Chique e ASASE em ações voltadas, principalmente para a promoção social, palestras com temáticas educativas e ambientais além de treinamento aos artesãos através da implantação do Programa de Incentivo ao Artesanato em Estrela do Sul. Com visitas técnicas quinzenais dos membros do *SEBRAE*, o programa durou aproximadamente nome meses, espaço de tempo em que realizaram três excursões com os artesãos da ASASE para cidades históricas mineiras e feiras regionais de artesanato.

O segundo eixo de ação do movimento ASASE, diz respeito à conexão dos princípios ecológicos e as topofiliais (TUAN, 1983, pág. 107) com a natureza local. Esses aspectos são evidenciados através do sistema de relações ecológicas com a paisagem local, como por exemplo, as (re)invenções do uso das margens fluviais, a extração e/ou reciclagem de materiais, naturais ou não, utilizados na confecção de artesanato e a fruição de elementos ambientais outros. O plantio de espécies nativas locais em pastagens degradadas do entorno imediato do Balneário da Beija, bem como a criação de hortas comunitárias – realizadas sob a forma de cooperação e doação de sementes – foram outras

medidas que integram o viés agroecológico e sustentável que realizaram, ações importantes para a conservação e manutenção da biodiversidade da flora e fauna local, para a geração de recursos econômicos e desenvolvimento às comunidades envolvidas.

Ao contextualizar esse eixo do movimento ASASE no plano local, exercida somente na década de 2000, é importante salientar que os elementos naturais reconhecidos e valorizados pela associação, foi a primeira relação estabelecida entre o sistema social, representado pela comunidade, com os sistemas naturais da cidade de Estrela do Sul. Já no contexto nacional, a perspectiva sócio ambiental surgiu como produto das articulações políticas entre os movimentos sociais e o movimento ambientalista na segunda metade da década de 1980, período de redemocratização nacional, fortalecido na década de 1990, influenciado principalmente pela Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro, em 1992, momento em que os conceitos socioambientais passaram a influenciar a edição de normativas e bases legais.

Mesmo partindo da premissa de que a cultura popular e a natureza foram reconhecidas pelo *Hippie Chique*, considerando que os detentores de saberes e aprendizes são primordiais para a continuidade da prática cultural, este entendimento ainda não foi incorporado no âmbito da garantia dos direitos fundamentais pelas gestões locais desde a criação do movimento e ainda observado o panorama político e social local. Muitos artesãos revelados pelo movimento, não possuem atualmente, condições e espaços destinados para comercializarem sua produção, não participam de projetos de capacitação e não estão reinseridos diretamente na experiência da preservação cultural.

Contudo, nota-se que as parcerias, ao passo que viabilizaram a profissionalização dos artesãos e difundiram sua produção, burocratizaram o acesso das comunidades envolvidas às ferramentas de incentivo e fomento da cultura popular, despreparadas e desprovidas de uma orientação técnica que permitissem à elas, se adequarem à modelos, registros e selos de procedência e autenticação. Em síntese, se demonstrou as transformações ocorridas nos processos da forma como a ASASE foi instrumentada para um planejamento que reconhece a continuidade das práticas e tradições, as significações atribuídas e

como isso influenciou na construção da identidade dos grupos e sua permanência enquanto detentores de saberes populares.

Refletindo de maneira inconsciente ou não o contexto nacional e regional da inserção imaterial da cultura na legislação protecionista, o *Movimento Humanitário Hippie Chique* e seu desdobramento – ASASE – permitiu à comunidade a fruição do patrimônio cultural local de forma relacionada com suas tradições, seu cotidiano e suas expressões populares e artísticas, contribuindo ainda de forma homeopática nas questões ambientais e ecológicas.

Em Estrela do Sul, os processos sociais e culturais estão fortemente ligados às tradições, traços comuns vistos pela população como se não propiciassem perspectivas e prognósticos que equilibram essas camadas: tradição e memórias e dinâmica da realidade. Uma tensão atual provocada entre o novo e o antigo paira sobre os bens culturais da cidade. Os bens culturais elencados como patrimônio de Estrela do Sul, são entendidos como suporte e referência material de valores (NOUGÉ, SALA, 2006) assumindo a qualidade de “monumentos” e significativa importância na memória local.



Conjunto de imagens 33: Edição Jornal Hippie Chique.

Edição nº 14 de 14 de setembro de 2005. Nessa edição, são expostas, principalmente, através de fotografias, as atividades da ASASE, tais como as feiras de comidas típicas e de artesanato confeccionado pelos integrantes da associação. Registra ainda, o inicio do projeto "Bom na escola, bom no tênis" elaborado sob o desejo pessoal do Promotor de Justiça municipal.

Fonte: Acervo Particular Ana Luíza Brasil. 2004-2005.

Capítulo 4

Paisagem e Patrimônio Cultural de Estrela do Sul: sua apreensão na contemporaneidade

A legislação preservacionista do Patrimônio Cultural de Estrela do Sul: a atuação do primeiro Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural

Patrimônio Cultural Valorado e Protegido

Capítulo 4: Paisagem e Patrimônio Cultural de Estrela do Sul: sua apreensão na contemporaneidade

O direcionamento da discussão ressaltou as formas de transformação do espaço territorial de Estrela do Sul destacando as interpretações da cidade ao longo do tempo. O recorte espacial do objeto – a ambiência do núcleo original de fundação –, ao entrar em contato com as estruturas pré-existentes, sejam naturais ou culturais, modificou, ajustou e compôs novos arranjos, produzindo reflexos e manifestações que reverberaram por meados do século XIX – no período de formação do território do Triângulo Mineiro – à contemporaneidade. A formação urbana da cidade, imantou a memória local de símbolos, narrativas míticas, valores atribuídos e condicionou novas conotações de apropriação desses lugares locais, produzindo identidades.

A riqueza mineral que a cidade apresentou, foi um elemento gerador e caracterizador econômico social do período diamantino, produzindo identidades, reforçando os laços, a memória e a cultura local. Os símbolos relacionados com o passado, ao serem sobrepostos por culturas e dinâmicas no território, conferem atributos que resultam em uma paisagem singular, passível de ser caracterizada como paisagem cultural.

Nesse abstrato entre cultura e natureza, a identidade cultural se molda e materializa a história. Sua imagem contemporânea é marcada pela forte presença de atributos naturais, sejam remanescentes de florestas nativas, córregos, rios, morros, vales, etc.

Adota-se, dentro da abrangência do conceito da Paisagem Cultural apresentado no capítulo primeiro, dois termos específicos que se configuram como essenciais para a compreensão da paisagem e espacialidade de Estrela do Sul, adquirem importância ao analisar sua evolução e demarcam, conceitualmente, as condicionantes do surgimento de seu patrimônio cultural: *Paisagem Cultural* e *Paisagem Religiosa*.

O primeiro conceito, “*Paisagem Fluvial*”, busca registrar e reconhecer os espaços de água como um testemunho da ação humana que, através de hábitos e práticas conjuntas com os elementos naturais, compõem o lugar.

A paisagem fluvial pode ser considerada como um espaço de água, um espaço ligado à água inscrito numa duração temporal que tem origem a geografia física de um lugar, de um sitio, mas cuja apropriação pelo ser humano, ou mesmo a conquista desse espaço a uma dada escala, transformou esse espaço físico para nele construir o seu lugar de vida, o seu quadro de vida, o seu quotidiano (PEIXOTO; CARDIELOS, 2016, pág.51)

Esse conceito surgiu dentro de uma metodologia desenvolvida a partir da implantação do Convênio Europeu de Paisagem, ocorrido em Florença no ano 2000, buscado inserir as paisagens fluviais nas políticas de ordenamento do território.

As paisagens que se vinculam aos cursos fluviais, adquirem características e valores específicos, singularizando a água como o elemento que propicia a conectividade espacial, estruturando a vida e as próprias formas de ocupação da porção territorial (HORDEN & PURCELL, 2001).

O elemento natural água foi o eixo vivo que estruturou a paisagem de Estrela do Sul, que acompanha e relaciona-se com sua história social, que molda a natureza e gera transformações. É intrínseca à um tempo vivo, disforme, com continuidades, um tempo humanizado.

Falar de paisagem fluvial comporta refletir sobre os lugares urbanos de suas margens e sua abordagem histórica, é entender a água e a linha fluvial do Rio Bagagem como formador de um patrimônio contido em seu traço. Os rios são signos urbanos que abrigam complexo sistema de valores, com sentido variante entre seus aspectos morfológicos ao desenho da cidade, de seus espaços naturais e artificiais, ou seja, como elo entre o habitante e a natureza. Tomado o Rio Bagagem como importante elemento natural relacionado à água em Estrela do Sul, adquiriu valores expressivos, tais como naturais, históricos, produtivos e simbólicos (NOUGÉ, SALA, 2006), justificados por sua influência na caracterização do lugar, da composição da natureza, dos processos de mineração que comportou ao longo do tempo.

O segundo conceito, “*Paisagem Religiosa*”, é desenvolvido na geografia cultural, e se caracteriza numa expressão que configura uma simbiose entre os bens culturais e os símbolos com as práticas religiosas. Esse conceito exerce uma demarcação no lugar, traduzindo os valores, crenças e ritos religiosos que as percepções e memórias constroem, vivenciam e são compartilhados por redes e grupos produzindo tradições e manifestações culturais.

As paisagens religiosas são nesse sentido, as expressões imediatas das religiões e sua sucessão no mundo perceptual. Revelam padrões de diversificação que podem ser verificados em diferentes processos culturais vivenciados pelas comunidades de adeptos. Portanto, a paisagem fornece os elementos da realização das práticas religiosas assim como expressa as marcas da dinâmica que permite entendê-la nos seus símbolos como representação das intencionalidades da religião. A paisagem religiosa se apresenta além da materialidade imediata dos elementos historicamente produzidos pelas religiões, remetendo a representações religiosas cujos significados emergem a partir das tradições e dos textos sagrados (GIL FILHO, 2008, pág.02)

Nessas relações entre lugares e religião, os espaços religiosos surgem como materialidades da dinâmica vivencial. Das manifestações culturais existentes em Estrela do Sul, quase a totalidade revelam uma convergência com a religiosidade, além de que seu patrimônio urbanístico, seu traçado, seus elementos de destaque da paisagem, são configurados pelos templos, isolados ou relacionados com conjuntos urbanos, com a topografia ou com a ambiência.

Como suporte físico à essas duas paisagens dominantes na cidade, o meio natural apresenta-se como um dos agentes principais na configuração da paisagem cultural. Ele fornece a matéria prima que, aliada as técnicas e ação humana, configura a paisagem como resultado dessa presença. A premissa que se tem dessa interação, é de que são grandes e variadas as possibilidades dos arranjos espaciais, que são condicionados fundamentalmente pela intensidade e qualidade da intervenção humana no espaço e de sua influência nas manifestações dela decorrentes (TORELLY, 2008).

A preservação do patrimônio cultural de Estrela do Sul, tem como prerrogativa a manutenção da memória histórica da cidade, continuamente reelaborada através do tempo. Esse patrimônio valorado e protegido atual, insere-se de maneira distinta no tecido urbano da cidade.

Os grupos e movimentos populares em prol da preservação cultural em Estrela do Sul, discutidos na presente dissertação, iniciaram a criação de mecanismos de participação comunitária na forma como elencaram os lugares vocacionados como memórias históricas e culturais e como manifestações das relações de topofilia (TUAN, 1983, p. 107) com a natureza, utilizando memória e tradição, na busca de reconstruir seu passado. A narrativa patrimonial produzida ao longo de 35 anos de processos de valoração em Estrela do Sul, serviu de guia para interpretar a configuração da cultura e quais ações proceder.



Conjunto de imagens 34: Conjuntos urbanos.

Na primeira imagem, perspectiva aérea de conjuntos urbanos estabelecidos às margens do Rio Bagagem. Observa-se as tipologias plurais, o gabarito predominantemente térreo, o tecido urbano desenvolvido na topografia ondulada e a relação com o ambiente natural e antropizado.



Na primeira imagem abaixo, Conjunto urbano da Praça Chico Brasileiro. As arquiteturas tradicionais em contraste com o Cine Paes de Almeida. A relação entre cheios e vazios do espaço urbano foram preservadas, limitando, porém, a visada do Rio Bagagem. Na segunda imagem abaixo, Conjunto urbano da Rua Luiz Pires Galante. Nesse conjunto, encontra-se o único bem remanescente da tipologia de sobrados da arquitetura tradicional na cidade.

Fonte: Acervos particulares Bobby Fonseca e autor.



Conjunto de imagens 35: Conjuntos urbanos.

Na primeira imagem, perspectiva aérea do conjunto urbano da Praça da Matriz. Observa-se o destaque que a torre da Igreja Matriz de Nossa Senhora Mãe dos Homens exerce na paisagem, marco de referência, tombada pelo Decreto nº. 008/2006. Nesse conjunto, são implantados as obras arquitetônicas do Padre José Benjamim Cerqueira, que dialogam com as arquiteturas tradicionais. Em segundo plano, ao fundo, o marco referencial é estabelecido pela torre da Igreja de Nossa Senhora de Fátima, tombada pelo Decreto nº. 048/2006. A ambiência do conjunto urbano e de todo o núcleo original de fundação é preservada. A topografia do entorno em contraste com o espaço construído caracteriza sua imagem contemporânea.



Na primeira imagem abaixo, Destaque para a escala da arquitetura, Praça da Matriz e Igreja Matriz Nossa Senhora Mãe dos Homens. Na segunda imagem abaixo, Conjunto urbano Paço Municipal – Museu e Prefeitura Municipal.

Fonte: Acervos particulares Alexandre Galante e autor.

4.1. A Legislação preservacionista do Patrimônio Cultural de Estrela do Sul: a atuação do primeiro Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural

Sinteticamente se analisou o processo de construção e interpretação patrimonial por movimentos sociais locais de Estrela do Sul, reunidos na linha temporal na seguinte ordem: na década de 1980, o Grupo Preserv-Ação, de onde se originou o Grupo Teatral Senzala e a Casa da Cultura, e na década de 2000, o Movimento Humanitário Hippie Chique, que originou a Associação dos Artesãos de Estrela do Sul, ASASE, deslocando assim, o foco dos critérios de reconhecimento e preservação patrimonial pré-estabelecidos por instrumentos políticos. A intenção foi compreender as dimensões sociais e articulações que são materializadas no processo de valoração do patrimônio cultural.

A participação comunitária em Estrela do Sul condicionou a abertura dos órgãos gestores para a temática patrimonial cultural, dinamizando a articulação entre as continuidades dos programas de ação oriundos dos movimentos sociais culturais estabelecidos na cidade e os novos planejamentos da preservação elaborados para as gestões da década de 1990.

O primeiro interesse partido da administração municipal cristalizou-se a partir da necessidade política desses dirigentes recém introduzidos na estrutura administrativa com a aprovação de uma lei que autoriza o organograma municipal durante a gestão 1993/1996, criando secretarias e cargos específicos como a *Secretaria de Educação* que passou a ser *Secretaria de Educação e Cultura*, pois “a cultura (secretaria) desenvolveu-se movida através desse grupo que nasceu”. (ROSA, 2017).

A intenção era integrar as ações políticas municipais às chamadas “lideranças culturais” personificadas no Grupo Preserv-Ação constituído como importante força de pressão político-cultural, referendando uma parceria entre o grupo e o poder público. Essa parceria delimitou direções específicas, porém convergindo para um programa comum no sentido de fomentar um plano de ação e programas educacionais para as culturas populares e inserí-las no panorama geral de políticas locais de preservação do patrimônio cultural.

Outro aspecto importante ao entendimento sobre processos de preservação cultural, técnicas e unicidade de conceitos e sua aplicabilidade em cidades pequenas, remete ao contexto que as políticas culturais se implantam.

Em Minas Gerais, geralmente se privilegiam regiões e centralidades, diagnosticadas como relevantes testemunhos de uma tipologia ou acervo a se preservar referentes à específico recorte temporal.

A frágil efetivação das políticas local de preservação do patrimônio cultural é entendida aqui, provavelmente, pelo distanciamento que prevalece entre as administrações locais e os órgãos públicos estaduais e federais de preservação e/ou relacionado ao paternalismo político que, ao longo do tempo, pautou as iniciativas referenciando o patrimônio como representante de uma “fase heroica nacional” e consequentemente, esses mesmos critérios, históricos, monumentais, estéticos, foram aplicados em escala local.

Nessa mesma via de critérios estabelecidos, os tombamentos em Estrela do Sul, foram realizados através da *Lei nº 559, de 19 de março de 1997*, em que a Câmara Municipal decretou o “*tombamento dos imóveis com mais de cem anos de edificação*” e atribuiu o poder de se manifestar quanto às intervenções e eventual destruição destes imóveis à Câmara Municipal, ao poder Executivo e ao Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico. Esse valor de ancianidade presente na referida lei, conceitualmente retoma o texto utilizado no projeto de *Lei nº 13/89* em que “*Tomba para o patrimônio histórico do município todos os imóveis com mais de 100 anos de edificação...*” que integrava o *Projeto Bagagem*, criada por Pedro Divino Rosa, um dos mentores do grupo *Preserv-Ação*. Ainda em 1997, a *Lei nº 581 de 25 de agosto*, estabeleceu a proteção dos bens portadores de valor estético, ético, filosófico ou científico, autorizou o Poder Executivo Municipal a instituir o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Estrela do Sul¹⁰⁰ de caráter deliberativo e estabeleceu a abertura do Livro de Tombo, fato ocorrido em 16 de fevereiro de 1998, para registro dos bens tombados. Com ela, novos valores foram adicionados como passíveis de preservação estendendo a abrangência dos bens culturais de das áreas que pretendiam ser patrimonializadas.

Na ata da primeira reunião do *Conselho Municipal Deliberativo do Patrimônio Cultural de Estrela do Sul*¹⁰¹, realizada em 16 de fevereiro de 1998,

¹⁰⁰ O Conselho Deliberativo Municipal de Patrimônio Cultural de Estrela do Sul foi instituído em 27 de agosto de 1997, pelo decreto nº 019.

¹⁰¹ A ata do dia 16 de fevereiro de 1997, registra os primeiros membros do Conselho: Cláudio Amir Ramos, presidente e Cláudio Scarparo, secretário, presentes ainda Benedito Prudêncio e Mara Filomena Santos Resende.

já evidencia o reflexo das experiências pregressas do Grupo Preserv-Ação. Iniciam suas deliberações por meio do tombamento de 20 bens culturais materiais¹⁰² e na segunda reunião, ocorrida em 23 de fevereiro de 1998, recorrem a *Lei nº 555 de 19 de março de 1997* e “tombam os imóveis com mais de 100 anos¹⁰³” e preconiza a identificação de qualquer outro imóvel com mais de 100 anos e aconselha registrá-los no livro de tombo. Na terceira reunião, ocorrida dia 23 de março de 1998, tombam dois monumentos naturais: um conjunto de pedras de arenito sobrepostas denominado Morro Vermelho – uma região de assentamento humano em épocas remotas – e uma cascata no trecho urbano do Rio Bagagem, popularmente chamada Cachoeira do Lúcio. Durante a quarta reunião, ocorrida no dia 13 de abril de 1998, relacionou fazendas¹⁰⁴ e uma capela, como representantes, segundo a lei aprovada pelo Conselho, de imóveis com mais de 100 anos. Não houve no processo de tombamento dos imóveis, a notificação aos proprietários, não possibilitando, portanto, a anuência ou não dos proprietários ao tombamento realizado pelo Conselho.

Esses tombamentos oscilaram entre documentos e obras arquitetônicas, valorizando aspectos históricos e visuais. O que se segue no registro das atas, é a inclusão de bens materiais que, inicialmente contemplaram obras que compõem o acervo cultural material e por último refletindo o registro de acervo

¹⁰² Segue a transcrição dos bens tombados na primeira reunião:
Igreja de São Benedito; Casarão dos Motta Leite; Casarão do Dr. Juarez Altafin; Pensão da Dona Helena; Casarão da Dona Terezinha do Nascimento; Casarão da Dona Gisele Jacob; Casarão do Sr. Alípio Amado; Casarão do Sr. Arlete Jacob; Casarão do Sr. Sebastião Dias Rosa; Prédio da Prefeitura Municipal; Casarão do Coronel Josino; Casarão do Sr. Nicodemos Passos Borges; Casarão da Dona Maria Borges; Casarão da Dona Cotinha; Casarão do Sr. Virgílio; Casarão da Dra. Luiza Helena Galante; Casarão do Sr. Zaqueu; Chafariz da Praça do Asilo; Casarão do Sr. Milton Lima e Codo's Bar.

¹⁰³ Segue a transcrição dos imóveis listados pelo Conselho Deliberativo do Patrimônio Histórico e Cultural de Estrela do Sul, considerados como mais de 100 anos:
Igreja de São Benedito; Casarão da família Motta Leite; Pensão Estrela; Casarão da Dona Therezinha do Nascimento; Casarão da Dona Gisele Jacob; Casarão do Sr. Alípio Amado; Casarão do Sr. Arlete Jacob; três casarões do Sr. Sebastião Dias Rosa; Prefeitura Municipal; Casarão da Dona Cotinha; Casarão do Sr. Virgílio; dois Casarões da Dra. Luiza Helena Galante; Casarão do Sr. Zaqueu; Casarão do Sr. Milton Lima; Casarão do Codo's Bar; Casarão do Sr. Clirimundo de Castro Alves; Fazenda Limeira; Fazenda São Julião; Fazenda do Japão; Fazenda da Olinda; Casarão do Jairo; Casarão do Sr. Júlio Gama; Casarão de Dona Maria Ilva; Casarão do Dr. Adilson Sávio Luciano; Casa de Dona Celina Azevedo; Fazenda Palmeiras; Fazenda de Prop. de Belkis Luciano; Casarão de Dona Lúcia Santos; Fazenda Monte Belo; Fazenda do Cleiton.

¹⁰⁴ Segue a transcrição das fazendas listadas pelo Conselho Deliberativo do Patrimônio Histórico e Cultural de Estrela do Sul, consideradas como mais de 100 anos:
Igreja de São José; Fazenda da Erva; Fazenda do Sr. Walter Azevedo; Fazenda do Sr. Manoel Pires; Fazenda do Sr. Nicodemos Borges Passos; Fazenda do Zeca; Fazenda de Geraldo Tibúrcio; Fazenda de Zé Sudário; Fazenda Crá-crá.

imaterial e a introdução de fragmentos do patrimônio natural e ambiental, em paralelo com as acepções contemporâneas do patrimônio.

Interessa assinalar nessa seção de capítulo, a criação de legislação relativa à proteção e preservação patrimonial que integra as políticas de incentivo cultural, decorrentes das alterações tributárias prenunciadas pela Constituição Federal de 1988. No caso mineiro, é preciso destacar a *Lei nº 12.040, de 28 de dezembro de 1995*, conhecida como *Lei Robin Hood*, revogada em 2000 e posteriormente substituída pela *Lei nº 13.803 de 27 de dezembro de 2000*. Esse instrumento pressupõe níveis de articulação e responsabilidade entre o Estado, o mercado e a Sociedade – buscando redistribuir recursos tributários – na gestão pública da cultura. Recortando o critério do ICMS (Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação) do Patrimônio Cultural, sua efetivação se faz em conjunto com duas instituições estaduais: o IEPHA – MG e a Fundação João Pinheiro – FJP. Em conjunto, viabilizam mecanismos de participação social, contemplado pelo aspecto descentralizador promovido pela lei, garantido a intervenção municipal nas políticas de preservação patrimonial local.

Em cidades pequenas, tomando Estrela do Sul como referência, as políticas convergem para as problemáticas locais, onde são aplicadas e tensionadas com variados complexos sociais, dificuldades de ordem econômica e administrativa, formação técnica de pessoal envolvido nos temas. No campo cultural imperam valores construídos e atribuídos encobrem uma definição mais ampla dentro desse universo paradigmático.

O processo de institucionalização patrimonial em Estrela do Sul, passou por uma atuação de forças que dificultaram o acesso da população na chamada ação participativa no âmbito cultural. A partir da Lei do ICMS Cultural, as gestões locais, passam a ser comprometidas com as políticas estaduais de preservação, inseridas agora num programa de intervenção do Estado que apresenta um certo rigor normativo de como a aplicação das políticas devem ser executadas.

Com a vigência da lei do ICMS Cultural de Minas Gerais, em 2001 foi feita uma ação da Promotoria Pública do Município de Estrela do Sul e do Conselho

Deliberativo do Patrimônio Cultural de Estrela do Sul¹⁰⁵. A solicitação da Promotoria era que o envio aos proprietários dos bens tombados anteriormente à notificação deveria obedecer ao instrumento original do tombamento, ou seja, o rito de acordo com o *Decreto-Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937*. Após esse processo os bens culturais tombados foram averbados no Cartório de Registro do Município legalizando os tombamentos e os inscrevendo no Livro de Tombo. Ao analisar, portanto, os processos de tombamento municipal, observou-se a não inclusão da maior parte do acervo na listagem de bens tombados municipais organizada pelo IEPHA. Os processos dos tombamentos em questão não foram completados pela não aceitação da notificação pelos proprietários e, para evitar conflitos, o *Conselho Municipal Deliberativo do Patrimônio Cultural de Estrela do Sul* optou pela interrupção do processo, preferindo não realizar o tombamento à revelia.

A estrutura administrativa local sofreu uma mudança organizacional no ano de 2001, como alternativa à especialização técnica para a aplicação das normativas culturais. Nesse ano, com a criação da Secretaria de Cultura e Turismo – com estrutura independente da até então Secretaria de Educação e Cultura –, as ações seriam implantadas de maneira mais homogênea. Essa visão revelou-se na *Lei nº 662 de 21 de março de 2001*, alterando o Art.1º da Lei nº 555 de 19 de março de 1997, e promulgou "o tombamento de todos os imóveis em estilo colonial e os demais com características de relevante valor histórico e arquitetônico".

A abrangência do patrimônio cultural da cidade, gerou dificuldade na seleção do que ser preservado, quais critérios escolhidos, não acompanhando a criação por exemplo, de planos e projetos de intervenção e/ou restauração em bens tombados.

Observa-se que os Planos de Inventário em sua maioria, listam bens representativos da formação político, econômica e cultural da comunidade, interpretados como lugares elencados como símbolos de identidade e cultura da

¹⁰⁵ Pelo Decreto nº 15/01 de 02 de abril de 2001 e a ata de reunião da Posse do Conselho Deliberativo Municipal do Patrimônio Cultural de Estrela do Sul, ocorrida em 10 de abril de 2001, o conselho era formado pelos seguintes membros: Mário Lúcio Rosa, presidente, Flávio Pereira Barros, secretário, Carlos Alberto de Novais Souza, Benedito Carlos Alves e Zoilda da Paz, e suplentes: Luiza Helena Pereira de Brito, Francisco de Assis de Castro Coelho, Maria Abadia Alves Pereira, Gilvânia Gonçalves Borges e Pedro Pereira da Silva.

população. As edificações escolhidas tinham como objetivo demonstrar a tentativa de reproduzir o cenário da mineração, da época de seus personagens ilustres, citações materiais de um passado promissor, ora ocupando lugares de evidência na cidade, ora fazendas de amplas estruturas, somente superados, pelas capelas e igrejas. Associado à paisagem, estes imóveis representam uma parte da riqueza cultural da cidade.

Alguns aspectos merecem ser pontuados, no entanto, no que se refere à valoração (atribuída socialmente) x proteção (reconhecida juridicamente). A produção técnica centrada nas políticas patrimoniais, produziram eventos peculiares durante o final da década de 1990 e início da década de 2000 em Estrela do Sul.

À essa afirmação agrega-se o pensamento de Argan, ao observar que são “os homens que atribuem um valor às pedras e todos os homens, não apenas os arqueólogos ou literatos. Devemos, portanto, levar em conta não o valor em si, mas a atribuição de valor, não importa quem a faça e a que título seja feita” (1992, pág. 228). São essas atribuições de valores que destacam se um bem será considerado patrimônio ou não, ou seja, ao Estado cabe a nomeação oficial.

4.2. Patrimônio Cultural Valorado e Protegido

As representações simbólicas da valoração patrimonial apresentam as formas, experiências e significados das práticas sociais emergida de contextos que as produziu. Em decorrência do fluxo sócio étnico proveniente da mineração, Estrela do Sul construiu seu patrimônio cultural calcado na diversidade cultural de seus habitantes.

Como construção coletiva, o patrimônio imprime a marca de grupos sociais que exercem sua fruição. Essas marcas não são únicas e sim, múltiplas, representativas de continuidades e inserção de novas possibilidades de uso dos espaços. Como resultado das composições de novas práticas sociais, esses espaços recebem ainda, manifestações cívico-sociais que mantém relação com a cultura.

O patrimônio cultural valorado e protegido que chega à contemporaneidade, segue a escala material, dando maior preocupação com edifícios religiosos, de devido destaque na paisagem e/ou de uso institucional, seguindo para edificações residenciais e obras civis menores. Como reflexo das novas políticas culturais estaduais e federais, são adicionados paulatinamente, bens integrados móveis, porções territoriais naturais, conjuntos urbanos e finalmente as manifestações imateriais (ver *Tabela de Bens Culturais Protegidos* em anexo).

Para fins didáticos, tomando o patrimônio cultural sob a forma de camadas e justapostos no plano urbano de Estrela do Sul, produziu-se um mapa de espacialização patrimonial cultural (ver *Mapa PATRIMÔNIO CULTURAL*). Nele, percebe-se que os núcleos originais de fundação, caracterizam os espaços dentro do tecido urbano que guardam o maior número de manifestações de natureza imaterial, que, ancoradas com os bens materiais remanescentes, produzem a identificação com o lugar histórico da mineração de diamante, do passado e da história (re)construídos.

Aos adros de igrejas e capelas, coube a centralização de manifestações imateriais de cunho religioso, como a Semana Santa e Tapetes de Corpus Christi, além de festas dos oragós, revelando a natureza intrínseca das relações das tradições com o habitante e o lugar, exercendo ainda a polarização e influência na dinâmica cultural de forma mais intensa.

Manifestações culturais imateriais pulverizadas são observadas ao mapear, por exemplo, as Folias de Reis. Os grupos produzem uma maior dinâmica em bairros que, curiosamente, não são os núcleos históricos de fundação e sim, bairros periféricos do século XIX consolidados. Nesses bairros encontram também, as camadas sociais menos abastadas, os usos espontâneos do solo, e boa parte das precariedades na infraestrutura urbana. Há de se perceber ainda que essas manifestações periféricas são produto do próprio rito de festas com essa natureza, fortemente ligadas à tradição de serem inicialmente estabelecidas em áreas rurais, levadas posteriormente à áreas urbanas.

O mesmo ocorre com as manifestações do Congado que, reúne também, experiências ritualísticas e religiosas ancoradas com núcleos históricos de fundação, prevalecendo ainda a manifestação em áreas novas da cidade, desconectadas com esses núcleos históricos, em função do rito congadeiro, que espacializa seu traçado em função da localidade onde moram os festeiros Rei e Rainha Conga. A herança negra ainda pode ser observada na maioria de suas manifestações culturais de religiosidade, de símbolos e representações bem como reminiscências das tradições de suas origens africanas, como a Capoeira.

Há uma manifestação que ocorre simultaneamente em todo o tecido urbano da cidade (a Semana Santa acontece nos dois núcleos históricos de fundação, porém, não simultâneos): a Cavalgada Santa, manifestação essa que ocorre em função da festa da Padroeira Nossa Senhora Mãe dos Homens e conecta o distrito Sede ao distrito de Santa Rita. A Cavalgada reúne as expressões e ruralidades cotidianas, fazendo parte da festa inúmeros cavaleiros que cortejam a padroeira sobre um carro de boi transformado em andor.

Outros usos espaciais ligados à cultura, encontram-se em áreas ligeiramente deslocadas dos núcleos históricos de fundação, ocorrendo em manifestações de uso esportivo, recreativo e de lazer, como complexo de tênis, carnaval e festas do peão.

Os bens culturais materiais apresentam a ligação com os períodos de sua história, principalmente às origens de sua formação urbana condicionada pela mineração diamantina, materializados em suas composições arquitetônicas. Reúnem-se sob a forma de conjuntos em alguns pontos distribuídos nos núcleos originais de fundação e alguns isolados em áreas adjacentes. Esses conjuntos

apresentam composições estilísticas mistas, encontrando arquiteturas tradicionais mineira, ecléticas e art decó, desenvolvendo-se em adros, praças e espaços margeados ao Rio Bagagem. A paisagem natural envoltória, preserva as características das formações urbanas do século XIX na região, apresentando uma topografia sinuosa marcada por porções de vegetação nativa, pastagens e áreas antropizadas que, desenvolvem-se ao longo do Vale do Rio Bagagem.

Com efeito, as paisagens culturais e tudo que nelas se insere, resultam de processos cambiáveis entre construção-destruição-reconstrução e constituídas por elementos diversos que apresentam dinamismo e heterogeneidade. É preciso desvelar que territorialidade, patrimônio e temporalidade são conceitos relacionados, e que sua preservação requer a conciliação entre o que deve ser preservado, seus significados e representações para a história, para a memória e para aqueles que atribuíram e vivenciaram valores.



Conjunto de imagens 36: Cavalgada Santa em homenagem a festa da padroeira Nossa Senhora Mãe dos Homens. A festa da padroeira é um bem cultural registrado sob nº. 105 no livro de Celebrações em 05/05/2017. A festa que dura aproximadamente sete dias, é aberta pela Cavalgada, onde cavaleiros saem em cortejo à padroeira coduzida por um carro de boi, adornado com flores da estação plantadas no município e objetos tradicionalmente utilizados na área rural, como berrantes. O cortejo é aberto por um grupo de cavaleiros que carregam bandeiras de municípios que integravam no século XIX, o município de Estrela do Sul. Observa-se na primeira imagem, parte do trajeto realizado no núcleo original de fundação. Há a presença de bens culturais tradicionais protegidos e a sucessão de quintais nos interiores das quadras.

Fonte das imagens: Acervo Particular Alexandre Galante, 2016.



Conjunto de imagens 37: Congado. Na imagem central, Praça e Igreja de São Benedito, local que integra o caminho e a ritualística da festa. Destaque para a relação visual que a praça possui com a Igreja de Santa Rita. O adro é cercado por um muro de pedras, inventariado pelo município como Conjunto urbano e paisagístico. A capela de São Benedito, tombada pelo Decreto nº. 010/2003, A Capela passa por longo e complexo sistema de atribuições de valores, foi instrumento de práticas sociais patrimoniais, símbolo memorial para grupos de preservação e práticas equivocadas de restauração. A capela que chegou à contemporaneidade quase íntegra em sua materialidade, teve elementos retirados e/ou modificados de forma análoga, apresentando falsos históricos em trechos de sua composição, uma estratégia de alto impacto sobre a matéria original. No conjunto de imagens acima, observa-se o grupo de congado Marujeiros e nas imagens ao lado, detalhe da indumentária do grupo de congado Catupé Cacunda.

Fonte das imagens: Acervo particular do autor, 2017 e acervo particular Alexandre Galante, 2017,2018.





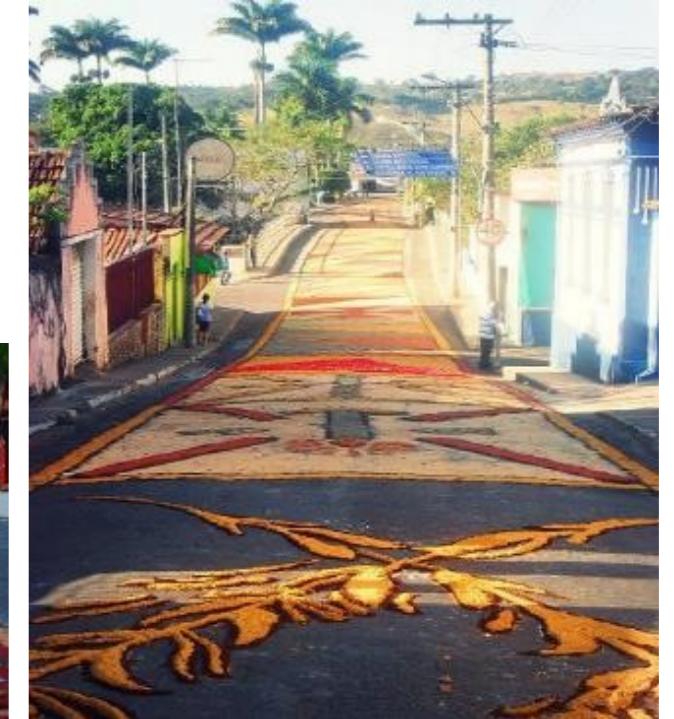
Conjunto de imagens 38: Congado. A festa do Congado acontece espacialmente no distrito de Santa Rita da Estrela, distante cerca de 2km da sede. Os grupos, a convite dos festeiros, refazem o caminho tradicional que parte da Igreja de Santa Rita, tombada pelo Decreto nº. 048/2006 e 03/2010, em destaque na foto acima à esquerda, para a Capela de São Benedito. A igreja de Santa Rita localiza-se na Praça José Luciano Neto, construída no antigo Largo de Santa Rita. No trajeto de retorno, os grupos passam pelo Solar dos Mota Leite, bem que recebeu uma ostensiva intervenção em que a “restauração” do bem implicou na demolição integral de sua estrutura, a modificação de sua ambência, seu partido arquitetônico, remoção de bens culturais móveis integrados, modificações de seu aspecto métrico e do sistema de proporções, sem o devido cuidado em respeitar sua autenticidade e historicidade, e, na tentativa de reconstruir o “estado original” (ROISECCO, 1976, pág. 33), optou-se por sua reconstrução volumétrica com partes da matéria original e outros anacrônicos. Observa-se na primeira das quatro fotografias menores, o terno de congado Catupé Cacunda, genuinamente de Estrela do Sul, porém, com membros de outras cidades, principalmente Araguari. A ambência do caminho percorre conjuntos urbanos-arquitetônicos que remetem ao período diamantino local, salvo, as inserções potuais de arquitetura eclética e art decó, como a própria Igreja de Santa Rita, a Escola Jacó Batista do Amaral e o Hospital Municipal Sebastião Paes de Almeida.

Fonte das imagens: Acervo Particular Alexandre Galante, 2017.



Conjunto de imagens 39: Tapetes de Corpus Christi. Na primeira imagem, parte do trajeto principal realizado pela procissão, ligando as duas igrejas: a de Nossa Senhora Mãe dos Homens e a de Nossa Senhora de Fátima. O trajeto cruza o Rio Bagagem e em seu caminho, conjuntos e casarios urbanos complementam a ambientação. Nas demais imagens, observam-se a confecção dos tapetes de Corpus Christi, realizado pela comunidade e a procissão sobre eles. O rito possui Registro Municipal nº. 106 inscrito no livro de Celebrações. Os desenhos representam, além de fazerem alusão à ritos eucarísticos, elementos da história de Estrela do Sul, principalmente, diamantes.

Fonte das imagens: Acervo Particular Alexandre Galante, e Bobby Fonseca. 2016-2017.





Conjunto de imagens 40: Semana Santa. Na primeira imagem, trecho do núcleo original de fundação, onde especializa-se a festa – manifestações teatrais e procissões. A encenação acontece durante uma semana em horários distintos. As demais imagens representam a teatralização que ocorre na sexta-feira da Paixão, com as passagens da oração de Cristo no Getsêmani, a traição, o julgamento, os passos da Paixão e crucificação, seguido pela procissão. Utilizam-se imagens sacras do século XIX na procissão – Cristo morto articulado em tamanho natural e Nossa Senhora das Dores, de roca – sendo a de Nossa Senhora das Dores, tombada pelo Decreto nº. 009/2006.

Fonte das imagens: Acervo Particular Alexandre Galante. 2017.



Conjunto de imagens 41: Manifestação das Folias de Reis. Nas imagens acima, os bairros que recebem as manifestações de Folia de Reis de forma mais intensa. Na primeira imagem, A Avenida Manoel Coelho de Resende que liga o núcleo original de fundação ao Bairro Mato Grosso, implantado nas décadas de 1970 e 1980. Marcado por construções alinhadas com a testada dos lotes, produtos de programas de habitações populares. Parte da avenida se desenvolve sobre o antigo caminho tronco, aberto em 1851, que ligava o núcleo urbano de Cachoeira (atual sede) ao núcleo urbano de Joaquim Antônio (atual distrito Santa Rita). Observa-se ainda a antiga estrada de acesso à vila do Brejo Alegre (atual Araguari). Na segunda imagem acima, trechos dos bairros Alto São Vicente e Bagaginha, remanescentes do século XIX, local onde se estabeleceram construções provisórias em palha. Abaixo, registro de uma folia de Reis. As folias que caminham por esses bairros, são oriundas da cidade e de comunidades rurais do município. A festa inicia-se no fim do ano e estende-se o final de janeiro próximo. Possuem organização espontânea, ou seja, os membros se reúnem com os festeiros e conciliam as datas das festividades onde são serviços almoços e jantares com comida caseira.

Fonte das imagens: Acervo Particular Alexandre Galante. 2017.





Conjunto de imagens 42: Balneário da Beija. Na imagem ao lado, vista aérea do Balneário da Beija. Foi implantado às margens do Rio Bagagem na região onde, até o final da década de 1970, funcionou o antigo Praia (o balneário ocupava a área acima da Ponte da Beija e o píer, abaixo). Acima à direita, percebe-se a implantação de nova área residencial, na região onde se encontra ruínas da Casa de Dona Beija. Nas imagens abaixo, exemplos de manifestações que acontecem no balneário: descida de bôia no Rio Bagagem, como parte das atividades do carnaval, carnaval e encontros de capoeira.

Fonte das imagens: Acervo Particular Alexandre Galante. 2017.

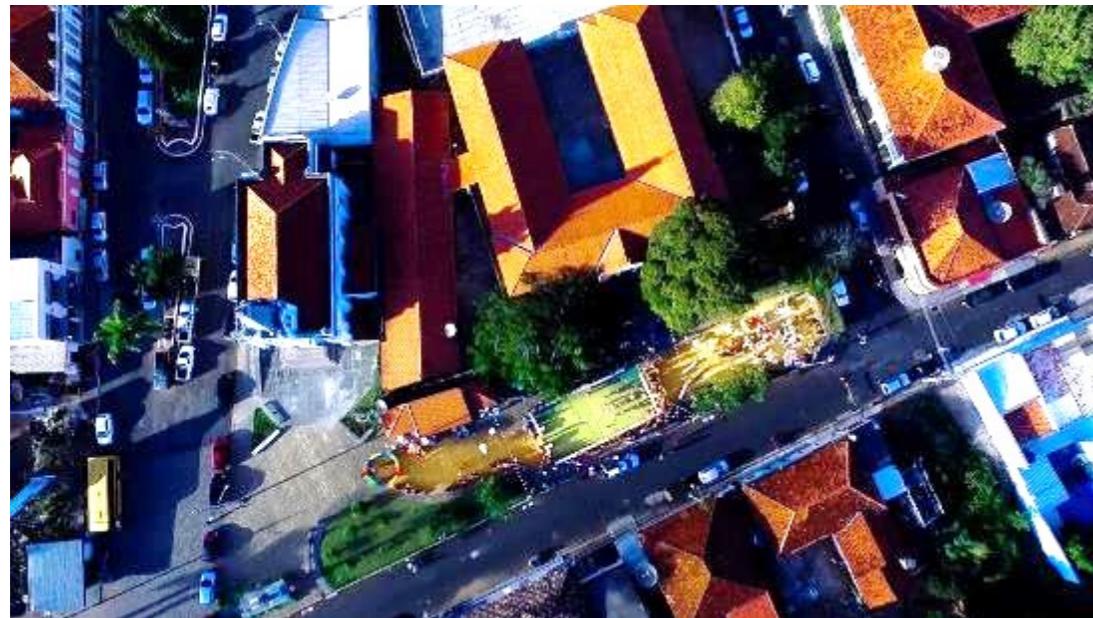




Conjunto de imagens 43: Desfile Cívico. Nas imagens à esquerda, área central, local onde o desfile cívico ocorre durante o aniversário da cidade. Observam-se alas e carros alegóricos cruzando a ponte central. O desfile envolve a participação das cidades vizinhas que auxiliam com fanfarras, grupos de congado e carros alegóricos. As cidades convidadas são as que, durante o século XIX Estrela do Sul exerceu administração. As imagens à esquerda representam alguns elementos constantemente recriados pelas narrativas patrimoniais, destacando o período da mineração, com garimpeiros e o diamante Estrela do Sul, bem como a religiosidade representada pela Capela de São Benedito e Nossa Senhora do Rosário.

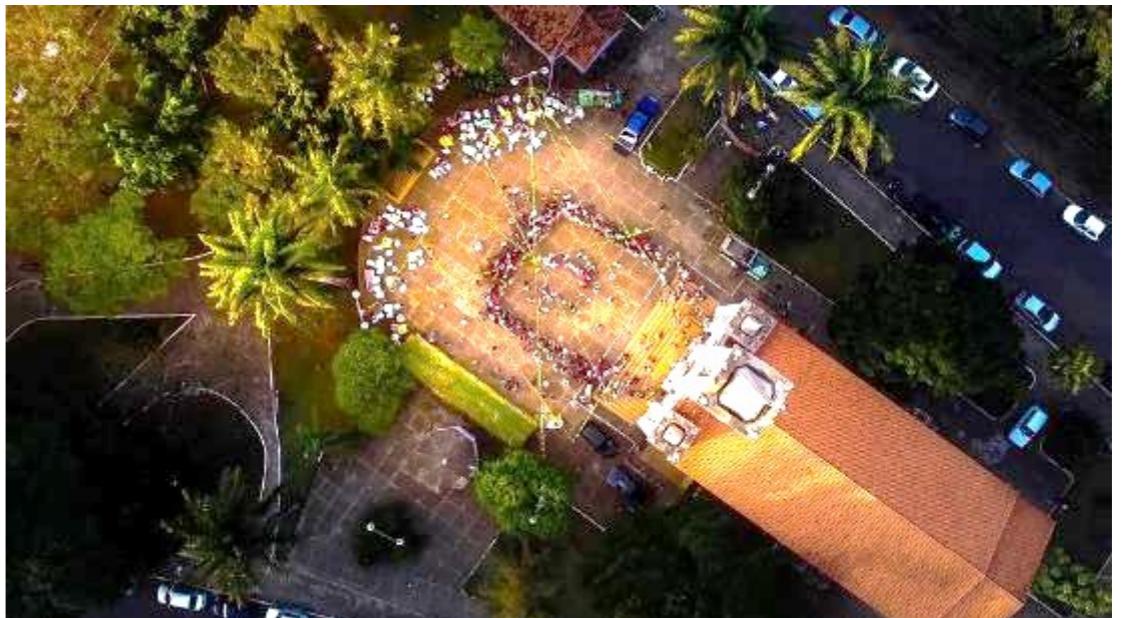
Fonte das imagens: Acervo Particular Alexandre Galante. 2017.





Conjunto de imagens 44: Festas Juninas.

Nas imagens à esquerda, Praça Argelino de Moraes e adro da Igreja de Nossa Senhora de Fátima. À direita, Praça José Luciano Neto e adro da Igreja de Santa Rita. As festas juninas de Estrela do Sul acontecem, principalmente, como parte das atividades das escolas municipais. A festa congrega a comunidade e as várias manifestações da cultura – dança, trajes, comidas típicas. Anteriormente eram realizadas dentro das escolas e somente as festas organizadas pelas comunidades dos bairros tomavam os espaços públicos, o que, com a mudança das tradições, ampliou as áreas dessa expressão cultural imaterial. Nas imagens abaixo, as indumentárias, bandeiras e elementos outros que compõem a festa.



Fonte das imagens: Acervo Particular Alexandre Galante. 2018.





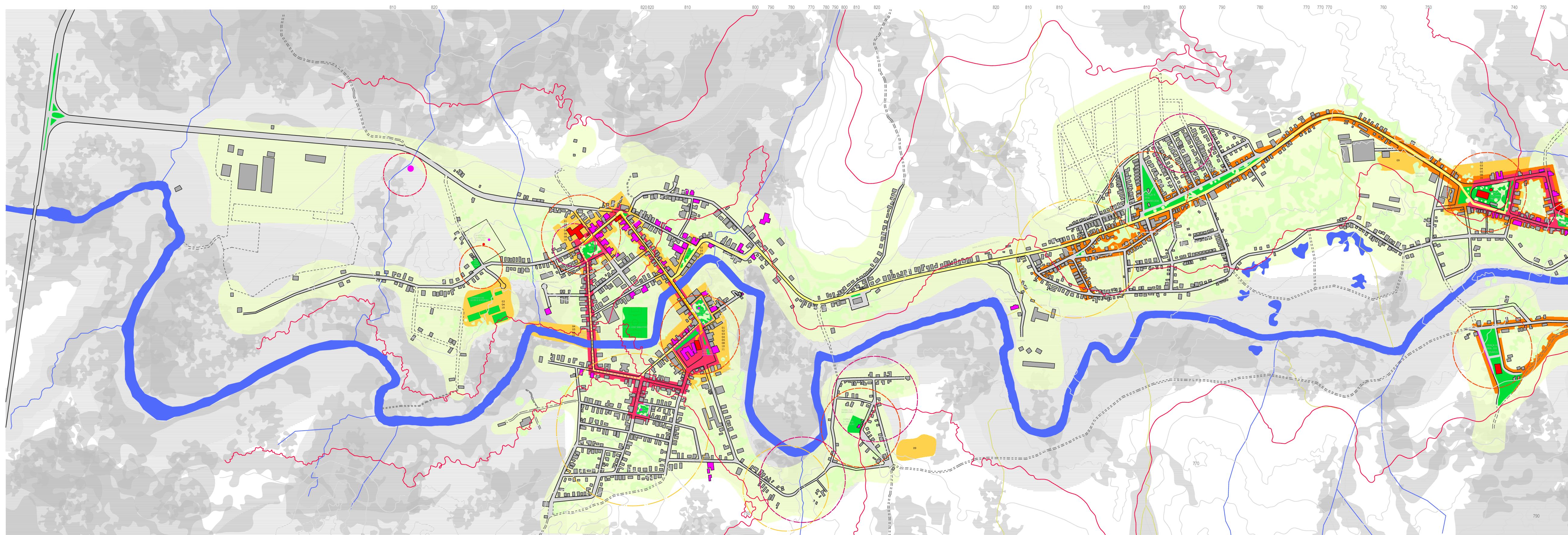
Conjunto de imagens 45: Iluminação de conjuntos urbanos. Observa-se nas imagens os conjuntos urbanos: da Praça da Matriz, Paço Municipal, Casario Rua Luiz Pires Galante, Praça Bandeirante João Leite da Silva Ortiz e Conjunto Igreja Nossa Senhora de Fátima e Grupo Escolar Monsenhor Horta. A iluminação mais eficiente localiza-se nas áreas de maior concentração de bens culturais, e, nas áreas adjacentes, iluminação esparsa e difusa, como se observa a última imagem acima, em que há o contraste de iluminação entre o conjunto da Igreja de Nossa Senhora de Fátima e Grupo Escolar Monsenhor Horta com o bairro Alto São Vicente, que desenvolve-se logo adiante. Não há, entretanto, projetos de iluminação ou trechos implantados que considere esses conjuntos urbanos sob o aspecto da visualidade, ou seja, rede de iluminação pública provoca poluição visual e interfere na espacialidade que se estabelece nessas áreas.

Fonte das imagens: Acervo Particular Alexandre Galante. 2017.



Conjunto de imagens 46: Complexo esportivo e de lazer. O complexo esportivo foi criado através de uma ação privada do promotor de Estrela do Sul e atualmente pertence ao município sendo administrado pela Prefeitura Municipal. Implantado no bairro Barro Branco, sobre uma série de platôs artificiais, permeados por áreas livres de descanso e passeio, donde se tem uma visada da cidade e do Rio Bagagem, localizado ao pé da encosta. Recebe atividades locais e regionais por meio de campeonatos amadores e profissionais de tênis, vôlei de areia e futebol Society. O projeto, ainda não concluído em sua totalidade, contempla a construção de piscinas, mais quadras, um restaurante e o Museu Dona Beija, pela proximidade que o local possui com a região onde se localizava sua residência, hoje em ruínas. Na primeira imagem, localização do complexo próximo ao conjunto urbano da Praça da Matriz e ao Balneário da Beija, local que faz divisa. A segunda imagem acima, panorama geral do complexo.

Fonte das imagens: Acervos particulares Alexandre Galante e Bobby Fonseca. 2016, 2017, 2018.



RELA



LEGENDA

PATRIMÔNIO CULTURAL

- MANIFESTAÇÕES DA SEMANA SANTA
- MANIFESTAÇÕES DO CONGADO (ESPECIALIDADE PRINCIPAL)
- MANIFESTAÇÕES CÍVICO CULTURAIS:
 - DESFILE CÍVICO ANIVERSÁRIO DA CIDADE
 - DATAS COMEMORATIVAS NACIONAIS
 - DATAS COMEMORATIVAS LOCAIS
 - AÇÕES SOCIAIS ASSOCIADAS À CULTURA
 - FEIRAS DE ARTESANATO E GASTRONOMIA
 - CAPOEIRA
 - CARNIVAL
 - QUERMESSES
 - FESTA DO PEÃO
 - FESTAS POPULARES DIVERSAS
 - REVEILLON
- MASSA ARBÓREA URBANA
- ÁREA URBANIZADA
- ÁREA VERDE/LAZER
- IMÓVEIS TOMBADOS
- IMÓVEIS INVENTARIADOS
- IMÓVEIS INVENTARIADOS DEMOLIDOS
- CONSTRUÇÕES
- FESTAS RELIGIOSAS Á ORAGOS
- MANIFESTAÇÕES FOLIA DE REIS (ESPECIALIDADE PRINCIPAL)
- TERÇOS JUNINOS (ESPECIALIDADE PRINCIPAL): FESTAS DE SANTO ANTÔNIO, SÃO JOÃO E SÃO PEDRO
- MINA (ÁREA REMANESCETE DO QUILOMBO)

CAVALGADA SANTA (EM COMEMORAÇÃO À FESTA PADROEIRA NOSSA SENHORA MÃE DOS HOMENS FESTEJOS DE ANIVERSÁRIO DA CIDADE)

TRECHO ALTERNATIVO DA CAVALGADA SANTA

TAPETES DE CORPUS CHRISTI

CURSOS D'ÁGUA

RIO BAGAGEM

LINHA DE ABSORÇÃO DE ÁGUAS PLUVIAIS

CURVAS DE NÍVEL - ESPAÇAMENTO DE 10metros

VENTOS DOMINANTES - nordeste - quente-seco
penetração no vale do Rio Bagagem é difícil penetrar
localizado urbano nas vias transversais ao Rio Bagagem

 N
MAPA PATRIMÔNIO CULTURAL
Esc. 1/10000

Considerações finais

A importância dos achados diamantíferos em meados do Século XIX no Rio Bagagem, embora breve, garantiu ao município de Estrela do Sul um rápido processo de urbanização e papel de destaque e reconhecimento no cenário regional. A súbita decadência da exploração do diamante, reduziu o ritmo de crescimento e das perspectivas econômicas, gerando um período de estagnação e de êxodo populacional. No entanto, a história da descoberta, exploração e riqueza proporcionada pelo diamante ainda é uma referência importante e se faz presente nas narrativas e na memória da população, mesmo daquela mais jovens. Nas décadas de 1980 e 1990, inserido em um contexto mais amplo de ampliação do conceito de patrimônio cultural e de incentivo a participação popular na elaboração das políticas de patrimonialização nacionais, conforme abordado no segundo capítulo, Estrela do Sul viu surgir, em seu contexto local, uma série de movimentos sociais que buscavam a valorização desse passado e reavivar a importância de sua história, cujas ações, além de pioneiras, foram fundamentais para o estabelecimento das primeiras práticas de reconhecimento e valorização dos bens patrimoniais, assim como o estabelecimento das primeiras políticas públicas municipais de proteção patrimonial. Não obstante a intensidade e importância das ações desses grupos e movimentos sociais culturais, o patrimônio cultural de Estrela do Sul sofre perdas constantes – sobretudo com relação ao seu patrimônio arquitetônico, urbanístico e paisagístico – e apresenta poucas perspectivas de uma conservação eficaz. É neste contexto que este trabalho se coloca, tendo como principal objetivo investigar e compreender os processos de construção e interpretação do patrimônio cultural realizados pelos movimentos sociais locais. Destaca-se que a existência de grupos sociais com vocação cultural na valorização do patrimônio cultural na região é tema pouco investigado, bem como a contribuição dos mesmos para o estabelecimento das políticas públicas de identificação, valorização e conservação do patrimônio cultural.

Como já anteriormente indicado, o trabalho realizado particulariza dois aspectos como elementos essenciais para a construção da memória e do patrimônio cultural estrelasulense: a referência ao período áureo de exploração do diamante e o próprio Rio Bagagem. O primeiro se constituiu na principal

referência dos grupos sociais atuantes na década de 1980. O segundo, é fundamental na composição de sua paisagem cultural.

O patrimônio de Estrela do Sul configura-se como a manifestação de como, ao longo de seus processos históricos, a sociedade local produziu sua cultura – de traços materiais e imateriais –, relacionada com a paisagem local, imantada de memórias e símbolos. Através de uma análise geral, adotando diferentes escalas temporais e espaciais para compreender a expressão complexa de seu patrimônio, foi possível expor os reflexos da criação do lugar em seus processos de construção, valoração e interpretação patrimonial, experenciadas pelos habitantes e reconhecidas pelos movimentos sociais culturais locais.

Interpreta-se como a paisagem cultural de Estrela do Sul – expressão essa que reúne a teia de novos conceitos e significações do patrimônio cultural –, foi reconhecida pelos grupos sociais culturais locais através dos processos de construção e assimilação patrimonial local. O patrimônio cultural oriundo desse processo de mineração, foi objeto de atribuição de valores, de transformação social, testemunhos da história sócio cultural e das marcas temporais local e criadores da identidade. Buscou-se evidenciar como a noção de patrimônio cultural – compreendido nas categorias de tempo, espaço e valor – foi formada em Estrela do Sul e como foi interpretada e experenciada pela população local.

Esse reconhecimento é percebido ao analisarmos as relações estabelecidas entre os grupos e movimentos sociais culturais locais e as paisagens culturais estabelecidas na cidade, abordado no terceiro capítulo, principalmente as que remetem à simbologia do Rio Bagagem e toda a produção material e imaterial decorrente do período diamantino – processo abordado no primeiro capítulo com intuito de apresentar ao leitor, a criação da cultura local, elemento ideológico dos grupos e movimentos sociais culturais surgidos na cidade. A utilização dos critérios de valoração, interpretados aqui, pelos grupos e seus desdobramentos – Preserv-Ação, Teatral Senzala, Casa da Cultura, Movimento Hippie Chique e ASASE – permitiram a abertura de novas percepções do patrimônio cultural local, enriquecendo a discussão, reforçando e integrando a percepção final.

A intensa ação de recriação do passado do período diamantino repercutiu na trajetória da construção de preservação patrimonial em Estrela do Sul, ainda perceptíveis nas práticas e políticas culturais. Essa visão, construída ao longo

do tempo e marcada na presente discussão, alimentou as práticas preservacionistas e de patrimonialização na cidade.

Identificou-se fragilidades nas políticas de preservação patrimonial. O desenho organizacional político que se estabelece em Estrela do Sul, a partir do início da década de 2000, deveria ser modelado de forma a conter em sua esfera as amplas camadas que compõem o processo participativo, com representação nos conselhos de preservação dos vários grupos sociais atuais que compõem o patrimônio cultural.

Os bens culturais de Estrela do Sul, adquiriram uma dimensão no imaginário social que alcança uma rede simbólica de atribuições que extrapola o reconhecimento jurídico sobre eles, seja através de inventários ou tombamentos. Os valores e os significados que as construções remanescentes do passado transportaram ao presente são reconhecidos como portadores de valores, seja em função de um critério consoante com os instrumentos legais ou mesmo quando se distanciam das configurações convencionais adotadas pelos órgãos protecionistas ou discussões temáticas. Esses imaginários sociais utilizam de representações que procuram, equivocadamente, conforme aponta Ricoeur “tornar presente não aquilo que não é mais, mas aquilo que foi, através do que não é mais” (1998, pág. 44).

Essas práticas e ações de preservação, reforçam os valores atribuídos e/ou construídos, todavia, representam também o distanciamento da cidade em relação às políticas de preservação estabelecidas pelos órgãos institucionalizados, que em nível estadual como federal, pois, enquanto tais políticas inseriram novas significações e acepções conceituais, em Estrela do Sul estas permaneceram inertes, assim como os valores, que se fixaram no passado. Reforça-se, nesse sentido, a dualidade entre as instâncias do presente e do passado, conforme destacado por Meira (2008, pág.21):

A dicotomia entre preservar e demolir (...) remete ao dilema entre passado e futuro e pressupõe uma consciência da temporalidade que reflete as relações do homem com sua história. Essas dualidades relacionam-se a outras oposições, como entre memória e esquecimento, modernidade e antiguidade, classicismo e romantismo, alienação e identidade, história e mito, autenticidade e simulacro, tradição e invenção, verdade e representação, imagem e documento.

De modo geral, é possível presumir que as diretrizes constitucionais que regem a preservação cultural do país são absorvidas de forma lenta por municípios de pequeno porte e com poucos recursos econômicos equivalentes ao contexto social da cidade em questão. Retoma-se aqui a discussão sobre a gestão da paisagem cultural em Estrela do Sul. Inconsistente dinâmica econômica, precariedade de infra estrutura básica em locais pontuais na malha urbana (UFU, 2007), viciado paternalismo político sobrepondo-se à capacitação técnica na seleção de prestadores de serviços, são fatores que, associados ao quase desconhecimento disciplinar que as políticas de preservação envolvem – além de uma base conceitual de análise dos bens culturais, agravados em Estrela do Sul por serem numerosos e de naturezas e categorias diversas –, dificultam a instrumentalização e viabilização de ações preservacionistas eficazes.

A busca por um patrimônio de imagens em Estrela do Sul como representação simboliza e revela-se como histórica, como lugar e a relação perceptiva do homem com o passado (WARBURG, apud AGAMBEN, 2004, pág 09-35). Soma-se à essa perspectiva, o imaginário social que se apresenta, conforme as palavras de Pesavento (1989, pág.36):

(...) não com o contraponto do real (o não-real imaginado), mas como um outro lado do real, que nele se apoia, que se comporta nas dimensões do sonho, da utopia, do inconsciente coletivo e também da ilusão do espírito, das intenções deliberadas, das seduções ideológicas.

O esvanecido horizonte que se firmou, pauta na premissa de que a materialidade dos bens reflete e transmite um simbolismo que transporta à um recorte temporal, torna segura, exibe uma ordem, legitima uma identidade – mais nítida nesse passado reconstruído do que num futuro de poucas perspectivas. Nessas permanências num espaço-tempo imantado de memórias, valores são (re) construídos, auxiliando a inserção de critérios que buscam um equilíbrio e uma correção nas tensões entre preservar versus criar. Nessa direção, é preciso nos apoiar na afirmação de que o passado não deve ser valorizado em si, como depositário de anseios, mas como um instrumento na construção do futuro, assim como observou Jeudy (1990, pág. 13) de que “o patrimônio não é um depósito de memórias”.

Nessa abordagem, notou-se que o princípio da participação popular em Estrela do Sul ao ser confrontado aos textos e práticas institucionalizadas de preservação patrimonial, ao contrário de serem ponto de entendimento entre os interessados no processo preservacionista, revelou uma situação conflituosa. Verificou-se como se relacionam as posturas da administração estadual e as especificidades locais, em como a inserção do rigor normativo dificulta a aferição dos critérios de valores, da habilidade popular em elencar seus testemunhos e preservar suas tradições. Deve-se entender, por parte das gestões e instituições de preservação locais, dos usuários dos bens culturais e da sociedade em geral que as mudanças cronológicas da matriz da paisagem, dos espaços urbanos e dos bens, referem-se a um espaço geográfico que apresenta diferentes padrões em diferentes contextos temporais.

Deve-se extrapolar o caráter material, estético e histórico dos bens culturais e compreender as instâncias em que esses patrimônios se inserem, sejam conjuntos urbanos, complexos paisagísticos e ambientais, entre outros, e toda a legislação particular de cada campo de atuação. Para isso, outras temáticas, amplamente discutidas e avaliadas dentro da literatura correspondente, podem ser retomadas, buscando balizar esse horizonte teórico dentro dessa perspectiva e linguagem específica desse campo de atuação, ou seja, esbarramos com a suma dificuldade de mediar as instâncias estética, histórica – valores frequentemente atribuídos – e técnica, num entendimento crítico que procure englobar a valoração participativa atribuída ao patrimônio nos processos preservacionistas.

Referências bibliográficas

- AGAMBEN, Giorgio. Aby Warburg et la Science sans nom. In: AGAMBEN, Giorgio. **Image et memóire**: Écrits sur l'image: la danse et le cinéma. Paris: D. Brouwer, 2004, pág. 09-35.
- ARGAN, Giulio Carlo. **História da arte como história da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- ASKAR, Jorge Abdo. **Relatório de Viagem à Estrela do Sul – MG**. IEPHA, Belo Horizonte, 1990.
- BALFOUR, I. **Famous Diamonds**. 4th Ed. Christies, Manson & Woods Ltd., England, 320 pp. 2000.
- BERNDT, Angelita. **IPHAN e suas mudanças desde sua criação**. ABRACOR – Associação Brasileira de Conservadores e Restauradores de Bens Culturais. Anais do VII Congresso. Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil, novembro de 1996, p. 17-26.
- BONNEMAISON, J. **Viagem em torno do território**. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAL, Z. (orgs.). Geografia cultural: um século (3). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002. p. 83-131.
- BOTELHO, Isaura. **Romance de formação: Funarte e política cultural (1976-1990)**. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2001.
- BRANT, Leonardo. **Mercado Cultural: panorama crítico e guia prático para gestão e captação de recursos**. São Paulo: Escrituras/Instituto Pensarte, 2004.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Fundação Nacional Pró-Memória. **Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória**. Brasília: MEC-SPHAN/Pró-Memória, 1980a.
- CALABRE, Lia. **Políticas culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.
- _____. “**O Conselho Federal de Cultura, 1971-1974**.” In: *Estudos Históricos*. Número 37. Rio de Janeiro, 2006. p. 81-98.
- CALDERÓN, A. I. **Conselhos Municipais: representação, cooptação e modernização da política patrimonialista**. In: SOUZA, D. B. *Conselhos Municipais e Controle Social da Educação*. São Paulo: Xamã. 2008.
- CANCLINI, N. **Políticas culturales en América Latina**. Cidade do México: Editorial Grijalbo, 1987.
- CHAUÍ, Marilena. **Cultura política e política cultural**. São Paulo: Estudos Avançados 9 (23), 1995, P.71-84. <https://doi.org/10.1590/S0103-40141995000100006>

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Editora Unesp, 2001, p.128-142.

CHUVA, Márcia. **Entre vestígios do passado e interpretações da História. Introdução aos estudos sobre patrimônio cultural no Brasil**. In: CUREAU, S.; KISHI, S; SOARES, I.(Org). *Olhar multidisciplinar sobre a efetividade da proteção do patrimônio cultural*. Belo Horizonte: Fórum, 2011. p. 37-49.

CONSELHO DA EUROPA. **Convenção Europeia da Paisagem**. Florença, 20/10/2000.

_____. **Recomendação R(95)9**. Sobre a conservação integrada das áreas de paisagens culturais como integrantes das políticas paisagísticas, 11/09/1995.

CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. Cultura. Rio de Janeiro: MEC, Ano IV, n°.34. abril de 1970. pp.7-24 p. 8.

COMPROMISSO DE BRASÍLIA. **I Encontro dos Governadores de Estado, Secretários Estaduais da Área Cultural, Prefeitos de Municípios Interessados, Presidentes e Representantes de Instituições Culturais**. Ministério da Educação e Cultura/IPHAN. Abril de 1970.

COMPROMISSO DE SALVADOR. **II Encontro de Governadores para Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Natural do Brasil**. Ministério da Educação e Cultura/IPHAN. Outubro de 1971.

CORTÉS, Guillermo. **Tan cerca y tan lejos: los vaivenes de las políticas culturales**. In: CORTÉS, Guillermo; VICH, Victos (Org.). *Políticas culturales*. Lima: Instituto de Estudios Peruanos e Instituto Nacional de Cultura, 2006, p. 19-43.

CRUZ, Rodrigo Díaz (1993). **Experiencias de La Identidad**. In: Revista Internacional de Filosofía Política, nº 2, pp. 63-74

CULTURA. MEC: Rio de Janeiro. REVISTA CULTURA, nº 10, 1968, pág. 13.

CURY, Isabelle. **Cartas Patrimoniais**. 2.ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

DUFRENÓY A. **Traité de Minéralogie**. 2nd and 5th Vols. 2nd Ed. Victor Dalmont, Paris, 1856.

DURHAM, E. R. **A dinâmica da cultura: ensaios de antropologia**. São Paulo: CosacNaify, 2004.

DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós 70**. Rio de Janeiro: RelumeDumará/ANPOCS, 1995.

FERNANDES, Natalia. A. Morato. **A política cultural à época da ditadura militar.** Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar, v. 3, 2013.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil.** Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1997.

FOUCAULT, Michel. **Nietzsche, a genealogia, a história.** In: _____. Ditos e escritos – arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000, p. 260-281.

GECD. Grupo de Estudos sobre a Construção Democrática. **Os movimentos Sociais e a Construção Democrática: Sociedade Civil, Esfera Pública e Gestão Participativa.** *Idéias – Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas*, São Paulo, 1999.

GEERTZ, Clifford. **1926-A interpretação das culturas** / Clifford Geertz. - 1.ed., IS.reimpr. - Rio de Janeiro: LTC, 2008. 323p.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia.** 4^a Ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

GIL FILHO, S. F. **Espaço sagrado: estudos em geografia da religião.** Curitiba: Ibpex, 2008.

GUIMARÃES, Bernardo. **O Garimpeiro.** Rio de Janeiro: Edições de Ouro, Tecnoprint Gráfica Editora, 1969.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios.** Rio de Janeiro: IPHAN/Departamento de Museus e Centros Culturais, 2007.

HOBSBAWM, Eric. **A invenção das tradições.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HORDEN, Peregrine & PURCELL, Nicholas (2001) - **The Corrupting Sea.** Blackwell. Oxford.

HORTA, M. L. P.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A. Q. **Guia básico de educação patrimonial.** Brasília, DF: IPHAN/Museu Imperial, 1999.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://cod.ibge.gov.br/1BZZ>. Último acesso em 28 ago. 2017.

ICOMOS Australia. The Burra Charter, 1999. Disponível em: <http://www.icomos.org/australia/burra.html>. Acesso em 29/06/2018.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Inventário Nacional de Referências Culturais:** manual de aplicação. Brasília: Iphan, 2000.

_____ **Patrimônio Imaterial: O Registro do Patrimônio Imaterial:** Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial. Brasília: Ministério da Cultura / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 4. ed, 2006.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Cartas Patrimoniais.** 3^aed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

JEUDY, Henry-Pierre. **Memórias do social.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

Jornal Estrella do Sul. Orgam official do Camara Municipal. ANNO I. 1923 - NUM. 31

JOSE, Oiliam. **Indigenas de Minas Gerais.** Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1965.

KURR, J. G. **The Mineral Kingdom.** Edmonston & Douglas, Edinburg. 1859.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

LEAL, Cláudia Feierabend Baeta. **Patrimônio e desenvolvimento: as políticas de patrimônio cultural nos anos 1960.** Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material, vol.24 nº1. São Paulo. Jan./Apr. 2016.

LE GOFF, J. **Documento/monumento.** In: _____. Memória-História. Lisboa: Imprensa Nacional, 1985, p. 95.

MAALOUF, Amin. **Les Indentités Meurtrières.** Paris, Bernard Grasset. 1998.

MACHADO, I. A. P. **História, patrimônio e cidade: uma questão política.** Revista Memória em Rede, Pelotas, v. 2, n. 7, p. 1-14, jul./dez. 2012. Disponível em: <http://bit.ly/1tqlq4I> . Acesso em: 16 de março de 2018.

MAIA, Tatyana de Amaral. **Os cardeais da cultura nacional: o Conselho Federal de Cultura na ditadura civil-militar (1967-1975).** São Paulo: Itaú Cultural: Iluminuras, 2012.

MARIANE, Alayne. **Memória popular e registro do patrimônio.** Revista do IPHAN. Rio de Janeiro: IPHAN, 1999, n. 28.

MARINELA de Souza Santos, Fernanda. **Direito Administrativo.** Salvador: JusPODIVM, 2005.

MEIRA, Ana Lúcia Goelzer. **O patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Rio Grande do Sul no século XX: Atribuição de Valores e Critérios de Intervenção.** (Dissertação de Doutorado) Universidade Federal do Rio Grande do Sul – PROPUR. Porto Alegre. 2008.

NOGUÉ, Joan; SALA, Pere. **Prototipo de Catálogo de Paisaje.** Bases conceptuales, metodológicas y procedimentales para la elaboración de los Catálogos de Paisaje de Cataluña. Olot y Barcelona: Observatorio del Paisaje de Cataluña, 2006.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares.** Projeto história: Revista do Programa de Pós-Graduação em História e do Departamento de História da PUC-SP, São Paulo, nº 10, p.7-28, dez. 1993.

PEIXOTO, Paulo; CARDIELOS, João Paulo (orgs). **A água como património: experiencias de requalificação das cidades com água e das paisagens fluviais.** Imprensa da Universidade de Coimbra, 2016.

PELEGRI, C. A, Sandra. **Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental.** Maringá. Revista Brasileira de História, vol. 26, nº 51, 2006. <https://doi.org/10.1590/S0102-01882006000100007>

Posturas da Câmara Municipal da Bagagem. Rio de Janeiro, Typographia de A. Gonçalves Guimarães & C.a. 1870.

PERALTA, Elsa & Anico, Marta (orgs.) (2006). **Patrimónios e Identidades: ficções contemporâneas.** Oeiras, Celta.

PEREIRA, Cecília Ribeiro. **O turismo cultural e as Missões Unesco no Brasil.** 2012. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano, MDU) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Memória, história e cidade: lugares no tempo, momentos no espaço.** ArtCultura, Uberlândia, vol. 4, n. 4, p. 29, 2002.

História, memória e centralidade urbana. In: Nuevo Mundo Mundos Nuevos, n.7, jan. 2007. Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/document3212.html> . Acesso em 05 de abril 2018.

PINHEIRO, Eloísa Petti. **A História Urbana Através do Desenho e do Projeto da Cidade.** XIV Congreso Internacional de Ingeniería Gráfica Santander, España – 5-7 junio de 2002, Bahia, 2002.

PRATS, Llorenç. **Antropología e Patrimonio,** Barcelona, Editorial Ariel, S.A. 1997.

Patrimonio + turismo= desarrollo? In: Pasos. Revista de Patrimônio e Turismo Cultural. Laguna, v.1, n.2, 2003.

POLLAK, Michel. **Memória, Esquecimento, Silêncio.** Estudos Históricos. Rio de Janeiro v.2, n.3, 1989.

REIS-ALVES, Luiz Augusto dos. **O conceito de lugar.** Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo,

2004. il., 10 p. Mimeografado. ISBN 332544., In: REIS-ALVES, Luiz Augusto dos. O pátio interno escolar como lugar simbólico. Um estudo sobre a interrelação de variáveis subjetivas e objetivas do conforto ambiental. Tese de doutorado. Rio de Janeiro, FAU-UFRJ, 2006. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.087/225>. Acesso em 08 de abril de 2018.

RIBEIRO, Rafael. W. **Paisagem cultural e patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007.

ROSA, Pedro D. **Projeto Picuá: Uma proposta para salvar a velha Bagagem**. 1984. Acervo Museu Municipal. Texto datilografado.

ROSA, Mário Lúcio. **Jornal revista do sesquicentenário**. Estrela do Sul: Editora Gráfica Carmelitana, 2006.

SANGLARD, Jorge. **A essência de JF nos anos 80**, In: NICOLINE, Humberto. JF anos 80. Juiz de Fora: Funalfa, 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa (1994). **Modernidade, identidade e a cultura de fronteira**.Tempo Social. Rev. Social. USP, 5 (1-2): 31-52.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção** / Milton Santos. – 4^a ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. - (Coleção Milton Santos; 1).

SANTOS, M; SOUZA, M; SCARLATO, F; ARROYO, M. (orgs.). **O novo mapa do mundo. Fim de século e globalização**. São Paulo: Hucitec, 2002a, p. 23-39.

SCHIMIDT, João Pedro. **Capital Social e políticas públicas**. In: REIS, Jorge Renato dos; LEAL, Rogério Gesta. (Org). Direitos sociais e políticas públicas: desafios contemporâneos. Tomo 3. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003.

STARLING, Mônica Barros de Lima. **Patrimônio, participação local e democracia: o papel dos conselhos municipais de patrimônio cultural de Minas Gerais**. Políticas Culturais em Revista. Salvador: 1 (2), p. 140-156, 2009. Disponível em: www.politicasculturaisemrevista.ufba.br. Acesso em: 15 set. 2016.

TEIXEIRA, Antônio Dias. **Anuário da Bagagem (1849 – 1922)**. Revisão José Guimarães.

TEIXEIRA COELHO, J. **Dicionário crítico de política cultural**. São Paulo: Iluminuras, 1997. p.293.

TOMAZI, Nelson Dacio (coord.) et al. **Iniciação à Sociologia**. São Paulo, Atual, 1993.

TORELLY, Luiz Philippe Peres. **Paisagem Cultural: uma contribuição ao debate.** In.: Portal Vitruvius. Ano 09, v. 04, novembro de 2008. Disponível em <http://www.vitruvius.com.br/minhacidade/mc240/mc240.asp>

TUAN, Yi-fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência.** Tradução: Lívia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983.

UFU – Universidade Federal de Uberlândia. **Estrela do Sul – MG.CENÁRIO HISTÓRICO-AMBIENTAL. Desenvolvimento sustentável pautado nas condições sócio-culturais. Elaboração do Plano Diretor Participativo de Estrela do Sul – MG.** Prefeitura Municipal de Estrela do Sul. CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Uberlândia/MG. 2007.

UNESCO e Ministério da Cultura (2008) **Patrimônio imaterial: política e instrumentos de identificação, documentação e salvaguarda.** Brasília. **Recomendação Sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular** (1989). Paris.

URFALIO, Philipe. **L'invention de la politique culturelle.** Paris: Hachette, 2004.

VALE, Marília Maria Brasileiro Teixeira. **Arquitetura Religiosa do Século XIX no Antigo “Sertão da Farinha Podre”.** Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) FAU USP, São Paulo. 1997.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e sociedade (1780-1950).** Tradução de Leônidas H. B. Hegenberg, Octany Silveira da Mota e Anísio Teixeira. São Paulo: Editora Nacional, 1969.

Locais Consultados

Arquivo da Igreja Matriz Nossa Senhora Mãe dos Homens de Estrela do Sul: Livros de Tombo, 1916, 1937-1971, Nº2 digo 3 1978.

Arquivo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico – IEPHA – MG.

Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte – MG.

Arquivo Público Museu Municipal de Estrela do Sul.

Depoimentos/Entrevistas

Ana Luíza Brasil. Florianópolis - SC, Abril. 2017.

Mário Lúcio Rosa. Estrela do Sul - MG, Março. 2017.

Pedro Divino Rosa. Estrela do Sul - MG, Março. 2017.

Apêndice

APÊNDICE I

Entrevista com Pedro Divino Rosa e Mário Lúcio Rosa, membros fundadores do Grupo Preserv/ação, do Grupo Teatral Senzala e da Casa da Cultura de Estrela do Sul

Entrevista realizada dia 18 de março de 2017, na Rua Olímpio Bagaginha, nº272 bairro Bagaginha em Estrela do Sul/MG.

Bom dia Pedro e Mário, estou com a cópia do Projeto Picuá, elaborado por vocês e que servirá de documento norteador para analisar o processo de patrimonialização iniciado na década de 1980, precisamente em 1984, período do qual vocês participam de significativa parcela desse processo. A partir de agora a entrevista será gravada. Gostaria que registrassem como começou os movimentos sociais culturais de preservação patrimonial por vocês em Estrela do Sul? Podem registrar de forma livre e eu vou adicionando perguntas ou questionamentos, se necessários durante a entrevista.

Pedro:

- Quem começou do zero mesmo, o precursor disso chama-se Mário. É... historicamente, pra registrar, vou te fazer um relato histórico da coisa. Até 1984, Estrela do Sul não possuía qualquer interesse, qualquer ligação, qualquer valorização em relação ao resgate de sua memória histórica, cultural, paisagística e arquitetônica, não tinha! Não se ouvia falar de Estrela do Sul de Dona Beija, não se ouvia falar que em Estrela do Sul tinha preservação do casario remanescente do século XVIII (sic), não se ouvia falar em resgate da memória oral, da memória paisagística da cidade, entendeu? Então... não se ouvia nada. O Mário e o Almir moravam em Belo Horizonte e nessa época, que eles moravam em Belo Horizonte, eles trouxeram para Estrela do Sul uma ideia de que, Estrela do Sul, dada sua importância de ser cidade diamantina, cidade do casario remanescente dos séculos que eu já te falei, cidade da Dona Beija, cidade onde seu tataravô Calixto Medeiros, que foi voluntário da Guerra do Paraguai, que inclusive, o maior desejo do Zé Hamilton Ribeiro, que conheceu sua avó e entrevistou sua avó, que é considerado o maior jornalista brasileiro, o maior desejo do Zé Hamilton Ribeiro era escrever sobre um cara que saiu de uma cidade chamada Estrela do Sul e foi o único sobrevivente da Retirada da Laguna. Depois quero te contar essa história, que isso aí é muito interessante. Porquê que o Zé Hamilton Ribeiro, veio tomar café aqui? Foi lá na sua avó, apaixonou na sua avó, querendo saber essa história (porque ela era a única neta viva, diz Mário) Quando Mário veio pra cá com essa ideia, ele encontrou então, o Almir e eu, e a gente a partir daí criou os Irmãos Rosa. Eu já era vereador e tinha um propósito muito grande com uma visão preservacionista do casario. Então juntamos, Mário em primeiro lugar, eu e o Almir, entendeu? O Mário passou a fazer uma estratégia de preservação do patrimônio histórico, eu passei

atuar na Câmara como a pessoa encarregada disso, o articulador disso e o Almir passou na questão do resgate é... de vídeo, de tudo, porque ele é cineasta formado. Naquela época ele estava estudando, mas já veio aqui e fez o Matarum de Orongóia. Aí criou-se o chamado, por inspiração do Mário, ele já deve ter te falado, o Grupo Preserv/ação. Esse Grupo Preserv/ação fez a chamada Revolução Cultural de 84. Porquê Revolução Cultural de 84? Por que até então a cidade era totalmente leiga à essa proposta, ou seja, nós nascemos antes do tempo, nós chegamos aqui com um tempo muito avançado, na frente do povo que morava aqui. Então eles não entendiam o que que a gente falava, você não podia usar a palavra tombar, porque se você falasse tombar para o patrimônio, eles pensavam que a gente ia derrubar. Então até hoje tem muitas vezes que usar a palavra conservar (o casarão) para que eles pudessem entender que conservar era resgatar aquela origem deles. O Grupo Preserv/ação então, fez um movimento cultural, a chamada Revolução Cultural, que foi de conscientização do acervo e da importância que a cidade tinha naquela época para a história, né, da região e tal. Então, começamos a ir de casa em casa, nas instituições e nas entidades, conversando com a população, e resolvemos que a única maneira da gente sensibilizar a população, mostrar pra eles a importância do que eles tinham aqui, era fazer ato público, manifestação de rua e ato público. Uma coisa bem revolucionária, por isso que eu chamo de Revolução de 84, porque foi uma revolução! A cidade nunca tinha visto uma manifestação de rua de gente pedindo a preservação dos casarões, eles nunca tinham visto entendeu? E muito menos, assim, tinham uma ideia do que era um ato público em defesa dos casarões. E, enquanto havia esse processo de conscientização, eu corria na Câmara para fazer aprovar as primeiras leis, depois transformadas num conjunto de leis que veio contribuir para os primeiros passos. A partir daí, em que juntamos seus tios participaram né? O Varninho, que teve uma participação muito grande sabe?! Era uma das pessoas que sempre estiveram com a gente, Varner Gonçalves Borges, se você ver ele, fala que mandei um abraço pra ele, gosto muito dele, é... nós criamos um grupo. Ai o Mário teve uma ideia. Já tinha experiência com teatro, criou, com os estudantes, donas de casa, garimpeiros, bóias frias, o grupo.

A enchente de 1983 teve alguma relação com essa criação também?

Pedro:

- A enchente de 83, ele teve influência sim! Por quê a enchente de 83 teve influência? Porque levou até então, o único monumento é... vamos dizer, arquitetônico, você é arquiteto, entende melhor, que remontava (sic) a história de Dona Beija. Então como houve a perda, eu era vereador, fui vereador em 82, é, eu lembro perfeitamente! Tenho tudo guardado! Tenho até requerimento é... pedindo para reconstruir a Ponte da Beija nos mesmos moldes, madeira e tudo. Veio então uma administração que, respeito a administração daquela época, cada um com o seu tempo, né, reconstruiu a Ponte da Beija do jeito que tá lá hoje e não da maneira como era antigamente, que era uma referência.

No museu tem uma reprodução da planta da Ponte da Beija datada da década de 1940, uma planta feita a nanquim...

Pedro Divino Rosa continua:

Depois ela foi sendo mexida, remexida, remexida...

Mário diz:

- Essa ponte que você viu lá é de 1940. Aquela teve uma enchente no final da década de 30 (1937), teve uma enchente que detonou com a ponte, na administração do doutor Argelino de Moraes. Então veio uma enchente que detonou com a ponte. Ai o que aconteceu? O doutor Argelino de Moraes, que era prefeito daquela época, ele reconstruiu a Ponte da Beija no mesmo padrão, seguiu o mesmo alinhamento, idêntica, foi fiel na reconstrução. A enchente arrebentou com a ponte e ele reconstitui.

Então a enchente de 1983 levou embora a ponte que replicava a Ponte da Beija, não era original?

Pedro diz:

- Até então era a única referência histórica da Beija juntamente com o casarão. Está lá o alicerce né, mas assim, aquilo que estava mais visível era a ponte. Mário criou o Grupo Preserv/ação, ele teve um papel importantíssimo nessa luta. Foi por isso que eu fiz essa referência anterior, no início chamada Revolução de 84, por que o Grupo Preserv/ação, acabou se transformando num modelo não apenas para Estrela do Sul, entendeu? As cidades de Araguari, Monte Carmelo, Uberlândia... pra você ter uma ideia, aquela metrópole que hoje é Uberlândia, não tinha também uma visão bem clara de patrimônio. Nós influenciamos! Iraí de Minas, Indianópolis, Nova Ponte. Foi aí que veio, juntamente, cada um no seu tempo e sua fase, cronologicamente eu não lembro mais como foi, o Grupo Preserv/ação. E aí veio a facilidade de eu na época estar no maior jornal do interior mineiro, que era o Primeira Hora, que o Primeira Hora deu todo o apoio, deu toda a cobertura em todas as nossas loucuras! Porque todo mundo falava que a gente era doido, era o que nos chamava, todo mundo. O Primeira Hora deu apoio total as nossas loucuras... A TV integração, na época TV Triângulo, através do Ivan Santos, Wanderlei Moreira, O Ivan veio aqui, numa chuva desgraçada, ele e o Antônio Naves. Deu aqui a chuva pegaram eles aqui dentro e... nós levamos então essa idéia pra fora. Quando a imprensa abraçou a idéia, influenciou as outras cidades, tanto é que, foi o caso de Indianópolis, foi o caso de Monte Alegre de Minas, Monte Carmelo, que tem uma outra cidade, qual foi a outra cidade que fomos? Monte Alegre de Minas por causa do... um vereador de Uberlândia sugeriu Conquista, o Elias, e o Que foi acontecendo? Criou-se a ideia então! Era preciso separar então, essa influência que a gente tinha lá fora e aqui. Criou-se aqui, especificamente para Estrela, o chamado Projeto Picuá e, para a região, o Projeto Caiapó, que é um projeto da Aliança Municipalista. Nós fomos em 16 cidades lançando a bandeira da preservação do patrimônio histórico do Triângulo Mineiro. Foi essas 16 cidades que se uniram e começaram a defender seu patrimônio. Houve um apoio muito grande, a partir daí de Uberaba, que tinha uma consciência maior de preservação, muito maior que a nossa. Uberaba foi uma das cidades que nos ajudou muito nisso aí. Quando entrou Uberaba, Uberlândia, Monte Alegre, Araguari, a coisa tomou o rumo e eu fui em Belo Horizonte.

Mario diz:

- Ele foi (o projeto) apresentado na Câmara de vereadores de Belo Horizonte.

Pedro retoma:

- O Projeto Picuá foi cair na Câmara de Belo Horizonte!

Mário:

- Era 84!

Pedro:

- Aripuana Cobério e Helena Greco! E o Arthur Viana, entendeu? Agora você já imaginou um menino de Estrela do Sul, de 23 anos, um menino de Estrela do Sul com 23 anos!? Mário você tinha quantos anos?

Mário diz:

- Quando eu comecei eu tinha 26.

Pedro:

- Era um repórter, um professor e um cineasta, né? Os irmãos Rosa. Nós chegamos lá em Belo Horizonte, a imprensa toda de Belo Horizonte, ah! O Secretário de Cultura era o José Aparecido de Oliveira, depois foi Ministro da Cultura, governador Tancredo Neves, depois o Hélio Garcia que entrou. Quando o José Aparecido de Oliveira recebeu a cópia, o José Aparecido mandou o IEPHA imediatamente ir a Estrela do Sul, saber o quê que era aquilo, o que tinha...

Que foi aquela visita dos anos 1990?

Mario:

- O relatório de viagem tá lá no museu...

Pedro:

- Jorge Askar!

Antes disso, você conseguiu articular o pedido de inscrição de Estrela do Sul na Constituição Mineira?

Pedro:

- Sim! Isso em 88, ainda estou em 84 entendeu? Quando foi em 85, que foi as peças teatrais...

Mário:

- Não! foi em 84!

Pedro:

- As primeiras peças, S.O.S estrela...o Mário que lembra...

Mário:

- A primeira peça de teatro nós lançamos em abril de 84. Começou a movimentação toda. A campanha de conscientização do patrimônio histórico. Então na época, nesse período, a primeira ação nossa foi reunir um grupo de pessoas e depois fizemos cartazes.

(corte)

Mário:

- Um radialista de Monte Carmelo escreveu uma matéria de uma página inteira falando “Patrimônio histórico de Estrela do Sul: um exemplo a ser seguido”. Luciano Limírio de Carvalho. Então, essa matéria de uma página inteira do Luciano, foi a matéria para o despertar de Monte Carmelo a fazer o que Estrela do Sul fazia.

Pedro:

- Criou a Casa da Cultura de Monte Carmelo.

Mário:

- Quando foi criar a Casa de Cultura de Monte Carmelo, a equipe que ia criar a casa de cultura, veio aqui em Estrela do Sul, conhecer a nossa Casa da Cultura e conhecer nosso modelo de trabalho e levou cópias, xerocou todo o material que nós já tínhamos feito, já depois de mais de um ano de existência da Casa da Cultura.

Isso veio através do Projeto Caiapônia que influenciou Monte Alegre...

Pedro:

- Com o cemitério (Monte Alegre de Minas), Guimarânia, como que chama aquela cidade do pontal do Triângulo, lá do...da Joana!? da Hamiraldo? Campina Verde! A Casa da Cultura de Campina Verde foi influenciada por aqui. Indianópolis, que foi o primeiro pacto, influenciou bastante a presença daquele vereador lá que correu atrás. Uberlândia começou a ter uma ideia através da Olga, Olga Helena da Costa e que foi ela e a Nilza Alves que começaram a lutar pela preservação do patrimônio histórico, Olguinha vereadora, entendeu? Que ela começou a apresentar as leis assim também. Araguari, qual foi a influência de Araguari? Que nós influenciamos lá também? Porque o Marcão que é hoje prefeito de Araguari, o Marcão parece que era membro.

Mário:

- Eu tinha muito contato naquela época com os grupos de teatro de Araguari, com a faculdade de Araguari. Tinha um contato muito grande com meus ex colegas de faculdade, com o pessoal da Rádio Cultura e da área de teatro de Araguari, então fazia aquela troca de figurinha...

Tudo em 1985?

Mário:

- De 84 a 88 por aí...

Pedro:

- 1989! É porque eu vou passando... Quando foi em 89, houve a Constituinte Mineira, entendeu? E, na época da Constituinte Mineira, que foi o Caiapó (foi em 89, o Caiapó foi em 89) o quê que nós fizemos? Eu digo nós, porque era os Irmãos Rosa que estavam envolvidos, veio na nossa cabeça partir pra Assembleia, transformar Estrela do Sul em patrimônio histórico estadual entendeu? Foi aí que eu fiz a sugestão constitucional, na época, que transformava Estrela do Sul em patrimônio histórico mineiro. Por influência do deputado Camilo Machado de Miranda, nascido em Monte Carmelo, ex prefeito de Monte Carmelo, um grande deputado! O quê que o Camilo Machado fez? Eu procurei o Camilo, perguntei pro Camilo se o Camilo poderia entrar com a emenda, na época era emenda. Através dessa sugestão minha, que já tava lá na Assembleia, porque Maia, aí o Camilo defendeu na Comissão de Preservação do Patrimônio Histórico a minha emenda. Eu fui depois, defender a sugestão. Foi aí que eu até fui homenageado na Assembleia! Me homenageou, esse negócio todo e tal, mais bondade do Camilo Machado do que mérito meu. E foi aprovado pela Câmara e pela comissão. E quando foi feito a redação final, eles criaram o Artigo 83, que outras cidades estavam preservando, juntaram tudo e botaram Estrela junto. Ao botar Estrela junto, criou-se um artigo só, que é aquele da Constituição, Artigo 83 das Disposições Transitórias, que colocou Estrela do Sul como cidade...

Mário completa:

- Projeto Emergencial das Cidades Históricas de Minas Gerais. Está incluído juntamente com Ouro Preto, Mariana, Tiradentes, Sabará, Congonhas do Campo, e outras do ciclo do ouro do século XVIII.

Pedro:

- Já considerava Estrela do Sul, cidade histórica mineira. A partir daí, quando foi em 1994 com a Casa da Cultura desabou, foi em 94 ou 95 que desabou de vez... aí a gente foi desanimando por que... primeiro, porque quem mantinha aquilo lá era nós, aluguel, manutenção, funcionário, não tinha dinheiro nenhum do município, não tinha subvenção nenhuma de prefeitura.

Era um órgão paralelo?**Mário:**

- Era! Independente. Era mais a população, apoio maior da população do que o poder público.

Pedro:

- A gente tinha apoio da população. Eu e o Mário pagávamos o aluguel, embora na época, o Pedro Coutinho merecia muito mais, era o que a gente tinha condições de pagar.

A prefeitura possuía uma Secretaria de Cultura?**Mário:**

- Não! Apenas de Educação e nem tinha o nome Cultura junto. A Cultura desenvolveu movida através desse grupo que nasceu.

A Secretaria de Cultura na prefeitura foi criada quando?**Mário:**

- Foi na administração de 93 a 96. Quando o Haroldo entrou aí criou-se a Secretaria de Educação e Cultura. Aí a Dona Régia que era secretária de Educação e Cultura. Aí a Casa da Cultura entrou, o movimento Casa da Cultura entrou como parceiro pra dar suporte para a prefeitura cuidando da parte cultural. Foi aí que entramos como voluntários.

Pedro:

- Ressalte-se isso aí porque foi a administração! Nós só passamos a ter apoio do poder público, isso a gente deve reconhecer, porque o Haroldo deu muito apoio. Eu que concorri contra o Haroldo, fui candidato a prefeito em 92 contra ele e tudo, mas nós éramos apenas adversários, nunca fomos inimigos, pelo contrário, somos amigos. O Haroldo abraçou a proposta de cultura que nós estávamos levando né, a amizade que ele tinha, muito mais com o Mário e tudo. O Haroldo foi o primeiro prefeito que nos apoiou.

E uma visão política também. Ele viu nisso um caminho e uma possibilidade para a cidade crescer.**Mário:**

- Quando o Haroldo entrou em 93, no primeiro mandato dele, a Dona Régia ficou como secretária de Educação. Criou a Secretaria de Educação e Cultura e aí foi

que eu apresentei para o Haroldo, ele me pediu... perguntou o quê que eu poderia fazer para incrementar a ideia de cultura que já havia sido implantada em 1984. Aí foi que eu apresentei esse projeto pra ele, do que que a Casa da Cultura poderia participar. É todo esse projeto aqui oh... para esse mandato dele aqui oh... nesse projeto inclusive, ele até assinou! Aí foi o projeto que eu apresentei pra ele pra ser desenvolvido no mandato dele, na gestão de 93 a 96. Aqui eu faço um relato de tudo que nós já fizemos e o cronograma do que nós pretendemos fazer na gestão dele. Aqui tem um relato de tudo que nós fizemos e depois a proposta que vai no cronograma. O Haroldo assinou se comprometendo a fazer esse trabalho juntamente com a Casa da Cultura, aí entramos como voluntários.

A visita do IEPHA citada, vocês acompanharam?

Pedro:

- O IEPHA veio depois do José Aparecido né? O José Aparecido mandou o Jorge Askar aqui “vai lá ver o que esse povo dessa cidade de Estrela do Sul tá falando disso aí”. Aí o Jorge Askar apareceu aqui.

Mário:

- Ele mandou o IEPHA fazer o levantamento dessa cidade que foi apresentada pra ele, que até então era desconhecida dele, e o técnico do IEPHA veio aqui. Ficou mais de uma semana e fez todo aquele levantamento e fez aquele relatório de viagem que está naquela pasta que você viu, certo? E lá tá tudo cheio de fotografias. Eu que fui o cicerone dele, eu que passei todos os dados relativos a cada fotografia, a cada bem histórico, que até então, não eram todos bens tombados, eram bens históricos.

Pedro:

- Eu posso fazer um negocinho de datas mesmo? Em 84 é que foi o Projeto Picuá, eu falei né? Que era o inventário de todos os bens esculturais, históricos, do patrimônio histórico, artístico e cultural de Estrela do Sul, o Projeto picuá também foi isso: Tombar para o patrimônio histórico o município de Estrela do Sul, que é todo o inventário, que entrou 19 de outubro de 84. Depois veio o Projeto Bagagem, que é específico dos imóveis com mais de 100 anos de edificação, aí depois do Projeto Bagagem é que surgiu o Projeto Caiapó, quer dizer, a gente já dava nome aos projetos naquela época, foi isso, exatamente, só pra questão de data mesmo.

E a Universidade Federal de Uberlândia esteve aqui nessa época?

Pedro:

- Teve! A UFU, a Marília veio aqui depois na década de 90. O quê que a Marília fez? Se não fosse a Marília, nós devemos muito a ela, muito, muito. O que estou falando da Marília é de coração mesmo, não é pra puxar o saco dela. A Marília foi a primeira pessoa que acreditou entendeu? Na briga, a primeira pessoa de fora, primeira autoridade da área que chegou aqui “vocês estão doidos?! Vocês tem que preservar esse trem, sabe? Vocês tem que dar força pra isso ai, manter”. Ela cuidou daquele projeto todinho de restauração da Igreja de São Benedito. Fez com maior amor, maior carinho. Foi nas autoridades municipais, convencer, lutou bastante, por isso que eu gosto dela, ela foi parceira demais. Tem a cópia do projeto lá da Marília? Da igrejinha de São Benedito? No museu?

A Marília, a gente deve muito à ela, tem que agradecer muito ela, porque se não fosse ela, nem isso tinha.

Mário:

- Aquele projeto da Marília foi feito para a prefeitura. Nesse período, com a Casa da Cultura, já tinha lançado a ideia e já tinha pego. A Minas Caixa, ela decidiu entrar com parceria também. A Minas Caixa confeccionou pra nós 5000 folders, foi o primeiro folder.

Pedro:

- E os cartazes dos casarões antigos, aqueles que você conhece e tudo...

Mário:

- Foram uns 1000 exemplares dos cartazes.

Pedro:

- Como é que foi esse negócio da Minas Caixa. Eu descobri que o presidente da Minas Caixa tinha nascido em Estrela do Sul, Amauri Lages. Como fui na posse dele, eu vi lá “natural de Estrela do Sul”. Esse cara é meu conterrâneo, vou atrás dele! Correr atrás dele, pedir dinheiro pra ajudar a preservar e tudo. Ele ficou tão encantado quando nos atendeu. Foi o Mário, foi o Clayton, de terno e gravata, o João Evangelista era o assessor de comunicação dele, poeta.

Mário:

- O que fez o poema pra colocar no folder.

Pedro:

- Aí o Amauri Lages, quando nos atendeu, falamos que éramos de Estrela e tudo né? Aí ele apaixonou pela ideia. Mandou imediatamente produzir todo esse material. Um mês depois (corte), aproveitei que era a cidade dele, onde ele nasceu e tudo, acabou dando a agência da Minas Caixa também, no antigo cinema...

Mário:

- No antigo cinema, na parte de baixo. Você lembra do Gilberto, marido da Corina? Então, o Gilberto que veio pra cá, pra ser gerente da Minas Caixa e, funcionava na parte de baixo do cinema, onde é o restaurante, e o Gilberto morava no apartamento em cima. E foi na época que a Corina já era formada em letras e no colégio precisou de professor, eu chamei a Corina pra ir lá ao colégio pra pegar umas aulas, ela acabou virando professora e nunca mais largou. Aposentou recentemente agora em Monte Carmelo.

Pedro:

- E o Amauri Lages, já que a gente tava lá, eu falei: “oh doutor, porque você não dá uma agência pra nós da Minas Caixa pra Estrela do Sul?” Ele entrou em contato com o prefeito na época aí, e: “não, pode deixar que nós vamos fazer isso, você entra com o requerimento”. Eu entrei com o requerimento na Câmara, a Câmara aprovou, levamos pro prefeito, o prefeito empolgou, essas coisas...

Mário:

- é...1990, era o Sancho...

Pedro:

- é... a Câmara aprovou o requerimento, já levou pro Sancho, o Sancho já despachou, empolgou com a ideia, ganhamos a agência da Minas Caixa, além dos cartazes.

Mário:

- Esses cartazes, na época que lançou, as pessoas todas colocaram nos quadros. Tem até um pregado na sala ali... cartaz desse tamanho, aquele do Mota Leite. Mas a questão desse movimento cultural começou em Abril de 84 e

fizemos várias ações. Aí eu tive a idéia: já que estamos fazendo essa campanha de salvar o patrimônio histórico de Estrela, então temos que contar a história de Estrela para o povo de Estrela que ainda não conhece! A ideia é criar um grupo de teatro com essa turma do Grupo Preserv/Ação! Então, a mesma turma que era do Preserv/Ação, era a mesma turma que era do grupo de teatro! Aí fizemos dois movimentos num só! Que era: o Grupo Preserv/Ação virou Casa da Cultura e daí veio uma entidade chamada Grupo Teatral Senzala. Esse Grupo Teatral Senzala, aí eu escrevi uma peça que chamava S.O.S. Estrela, que o nome já é bem sugestivo: S.O.S. Estrela, pra nessa peça de teatro, nós contamos toda a história de Estrela numa peça de teatro e, terminada a parte de história da Estrela, aí a segunda parte caminhava até o final fazendo um chamamento, um alerta para a comunidade preservar e salvar o seu patrimônio histórico, certo? A participação da população mesmo e, a peça de teatro estreou dia 21 de julho de 1984. Essa peça tinha uns 30, mais de 30 atores, e 21 de julho de 1984, estreiamos essa peça de teatro que escrevi e ensaiei. Peguei pesquisas com o Pedro, ele tinha muita pesquisa, e mais pesquisa minha, e junto com a habilidade de teatro que eu já tinha, eu escrevi a peça de teatro. Dirigi e apresentamos no Salão Paroquial, ficou lotado! Depois nós fizemos uma segunda representação. Em setembro, no aniversário da cidade, reapresentamos a peça de teatro, então, nós contamos toda a história lá para o pessoal conhecer a história de Estrela.

Nessa época você começou a ficar mais conhecido na região? Deu entrevistas para a rádio...eu vi que tem uma entrevista sua que você foi falar de tombamento na rádio e aí o pessoal ficou meio, “tombamento?” Foi numa rádio de Monte Carmelo...

Mário:

- Ah sim! Rádio Cultura. É como o Pedro disse, essa palavra tombamento histórico, o pessoal ainda não conhecia, não estava familiarizado. Como não existia um movimento preservacionista aqui, então o pessoal é... não conhecia essa palavra tombamento! Ela não era comum aqui! Hoje é! Mas não era comum. Quando nós falávamos que vamos fazer o tombamento da igrejinha de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, “Nossa! Você não pode tombar aquela igreja não! Aquela igreja é antiga! Aquela igreja é do tempo dos escravos! Ah vão tombar aquele casarão não!” Então, aí essa palavra tombamento foi muito pesada. Até pra povo entender o que que significava tombamento...

Pedro:

- Tinha até humor! De tão trágico, se torna até humor! Quando nós entrávamos na casa e falávamos esse tal de tombamento, não! Na própria Câmara Municipal! entendeu? Na primeira vez que nós usamos essa palavra tombamento, o tombar, dentro da Câmara Municipal, a reação foi de que nós queríamos tombar! Aí foi que nós criamos o substitutivo. A gente cortou a palavra tombar, e colocamos sinônimo de conservar e tudo... pra eles entenderem e aprovar!

Mário, e sua participação na implantação das legislações a partir de todo esse período que aconteceu? você foi trabalhar como secretário? Você participou das leis, da confecção das leis? Os códigos...algo que relacionava com o patrimônio?

Mário:

- Depois que o Haroldo entrou, no primeiro mandato do Haroldo, eu trabalhei, como eu era professor já no Estado, eu tava trabalhando no Estado, eu ainda não tinha sido efetivado, então não era vantajoso pra mim, largar o estado e pegar emprego na prefeitura, era importante pra mim continuar pegando cargo de professor no Estado, porque eu precisava de tempo, o tempo no Estado era importante pra pegar aula no ano seguinte, era importante pra um concurso que poderia vir a qualquer momento, certo? Então eu não aceitei o cargo de Secretário da área de cultura, Diretor de Cultura do Haroldo. Então, eu fiquei trabalhando como voluntário na prefeitura e trabalhando como professor. Em 1991, foi o concurso e a posse só aconteceu em 1997, janeiro. Aí foi que eu tomei posse no Estado e fiquei como professor. Aí quando foi no ano de... ano 2000, o Haroldo foi reeleito em 2001. O Haroldo me convidou pra ser secretário de cultura dele. Aí no ano de 2001, houve uma mudança na estrutura administrativa da prefeitura, e nessa mudança da estrutura administrativa da prefeitura, criou-se o organograma e aí passou a existir Secretaria de Cultura, Turismo e Meio Ambiente, e a Secretaria de Educação ficou sozinha. Essa parte de cultura e turismo, como ela era forte, nesse momento, nessa época ela já era forte, então, justificava ela ser separada.

Ela era forte por que? Pela presença dos órgãos de preservação na fiscalização?**Mário:**

- Não! Por tudo que já tinha acontecido desde 1984! Já tinha dois documentários em vídeo, já tinha várias ações aqui, por exemplo, o grupo de teatro, ele andava na região inteira fazendo turnê. Turnê na região inteira, nas cidades vizinhas a gente sai fazendo turnê, inclusive Romaria, por um tempo, Romaria, o movimento de lá foi criado inspirado no nosso, inclusive o pessoal de Romaria dizia que a mãe da cultura de lá era Estrela do Sul!

Pedro:

- O santuário de Romaria... porque a festa era apenas religiosa, era o blá-blá-blá de religião... depois, hoje o santuário já é visto como patrimônio histórico.

Mário:

- Romaria teve também inspiração, veio aqui buscar inspiração...

Pedro:

- Romaria, foi uma coisa de louco! Romaria teve leis municipais de preservação do patrimônio copiadas das leis de Estrela do Sul.

Mário:

- A Dona Maria das Dores Damasceno era secretária de Educação e cuidava da parte de cultura e veio aqui buscar subsídio. Nós fomos lá, eles vieram aqui... eles trouxeram peça de teatro aqui, nós levamos peça de teatro pra lá... então nós ficamos naquele intercâmbio. Então com isso, nós fizemos intercâmbio com a região inteira. Então Estrela do Sul acabou sendo vanguardista aqui na região, ela acabou sendo modelo nessa área de cultura. Como a história de Estrela ela é modelo em tudo! Desde quando ela teve seu rush minerador, o seu apogeu no século XIX, ela sempre foi modelo pra região inteira em vários aspectos e, na década de... no século XX, na década de 1980, foi que surgiu esse movimento cultural que, até então, não existia aqui nem em lugar nenhum. Agora eu vou dizer... você perguntou porque eu criei esse movimento. Meu irmão veio,

o Pedro também veio. Uma coisa muito interessante que a gente pode até fazer uma comparação no que acontecia, como professor de literatura, posso te dizer que todo movimento literário, todo estilo de época, todo movimento literário que aconteceu no Brasil, primeiro ele aconteceu em Portugal. Os filhos dos ricos, das pessoas que tinham condição financeira, mandavam seus filhos pra estudar na Europa, especificamente, Portugal. Lá em Portugal eles conviviam com toda tendência e movimento cultural, e literário, enfim, em todos os movimentos de arte, de tudo, todo estilo de época, eles conviviam com eles lá. E quando eles terminavam lá em Portugal os seus cursos, eles viam para o Brasil, viam para cá pra ser doutores. A maioria formava em direito, formava em medicina, a maioria formava em direito, era o mais comum naquela época. Ai eles chegavam aqui com aquelas ideias que estavam sendo implantadas lá. Eles vinham pra cá, implantava aquela ideia que eles conheceram em Portugal. Então aconteceu comigo, com o Almir, exatamente isso. Nós fomos buscar lá fora o que já... quando eu cheguei em Belo Horizonte, o Almir estava lá, Belo Horizonte fervilhava de cultura, era todo dia um evento cultural, de todo tipo, em todas as áreas culturais tinha eventos. Ai eu participava de tudo, o Almir participava, o Pedro participava de alguns movimentos também na área cultural de Uberlândia, parte intelectual lá de Uberlândia, na parte de jornalismo, que também veio buscando aquelas ideias trazendo pra cá também. Então nós buscamos de fora, tudo que nós aprendemos lá fora e implantamos aqui em Estrela do Sul. Então seria quase parecido, então veio essa influência. Foram 10 cidades emancipadas daqui. Porque naquele período do apogeu, a referência maior era Estrela do Sul, Bagagem, que estava entre as 11 cidades mais desenvolvidas de Minas Gerais, então, ela era a 11ª.

Eu li em algum lugar, não me lembro, que a evolução administrativa dela, de vila pra cidade, foi comparada somente as cidades pertencentes ao ciclo do ouro e as regiões do vale do café.

Mário:

- Foi meteórica! O período de criação de Distrito de Paz, de paróquia, de Freguesia, de emancipação política, elevação à Cidade, foi tudo num período de menos de 10 anos. Então, há informações num livro de história, produzido pela imprensa mineira, não é enciclopédia, é outro livro, tem uma informação lá que fala que na história da mineração, a cidade que teve maior crescimento em menor espaço de tempo, foi a cidade de Bagagem, cada um ano transcorrido tinha o efeito de um lastro, ou seja, 5 anos. Por isso que a população cresceu e juntamente com a população cresceu a questão política e cultural e etc. E aqui, há a informação de um padre que foi deputado, Modesto Caldeira, que teve pronunciamento na Assembleia Provincial de Minas Gerais, em 1871. Ele fala que Bagagem, está entre os maiores centros comerciais da província, então, como hoje, tudo que você precisa você vai buscar na cidade, no centro maior do Triângulo, que é Uberlândia, naquela época, na nossa região, tudo que você precisava convergia para a cidade de Bagagem. Era aqui que você vinha buscar tudo, porque aqui tinha tudo, e dez cidades do entorno, pertenceram a Bagagem e depois foram todas desmembradas aos poucos da cidade de Bagagem.

Sobre a influência do IEPHA nos novos arranjos de aplicação das políticas de preservação aqui em Estrela. Você acha que influenciou de alguma

forma positivamente ou negativamente? Porque há aquele momento, de que algumas coisas relativas ao patrimônio cultural aqui em Estrela, são feitas e realizadas somente pra fazer um registro, e o faz, faz o inventário pra garantir essa pontuação no ICMS, depois, essa estratégia é dissolvida ao longo do ano. O caso do IEPHA, você acha que a influência nessas políticas, de deixar essas manifestações tradicionais, institucionalizadas?

Mário:

- o IEPHA, é o seguinte, eu francamente, a minha opinião em relação ao IEPHA, é de que as cidades ralam, penam, você mesmo sabe disso, você já ajudou e participou de trabalhos, a gente faz aquele calhamaço de folhas, manda tudo pro IEPHA, chega lá o IEPHA desconsidera por um pequeno detalhe, um calhamaço, metade de um calhamaço, por um pequeno detalhe, então, acaba sendo um entrave. A gente trabalha, faz tudo e quando chega lá, pra receber o prêmio a gente acaba sendo penalizado porque falhou num pequeno item, numa pequena linha. Eu, como professor, por exemplo, principalmente da língua portuguesa, que é um conteúdo que você tem que exigir muito, então se eu dou um prova, o aluno vai responder a uma pergunta, se a resposta do aluno não está 100% igual a maneira que eu queria, mas ele conseguiu captar 70% do que eu pedi, então eu entendi que aquele aluno me entendeu 70% do que eu passei pra ele, ele entendeu 80, 90%, então eu vou considerar o que aquele aluno fez. Eu não vou penalizar todo o trabalho dele, toda a prova dele, por causa de um pequeno detalhe não, eu vou valorizar tudo que ele fez, e o IEPHA, infelizmente, não tem essa visão. Eu acho também, que o IEPHA é protecionista em relação às cidades que o IEPHA, ao meu ver, deposita o mérito cultural pra determinadas cidades de sua preferência, porque, eu posso te dizer uma coisa, eu acredito, não conheço todos os analistas do IEPHA, mas eu poderia te dizer que, daqueles analistas do IEPHA, se são 10 analistas que o IEPHA tem que analisa o material que a gente manda, e sofre pra fazer no ICMS cultural, daqueles 10, eu duvido que pelo menos 1 daqueles 10 conheçam a cidade de Estrela do Sul, conheça a dificuldade que passa a cidade de Estrela do Sul e conhece a riqueza do material histórico que tem, do material cultural que tem Estrela do Sul! E nessa falta de conhecimento, eles não levam em conta todo aquele sofrimento que tem pra gente fazer aquele trabalho e acaba penalizado. Então eu acho que ele é muito injusto! E o protecionismo que o IEPHA tem para com as cidades do ciclo do ouro é muito maior. Então até parece que Minas Gerais ela se divide em duas, é a Minas de lá e a Minas de cá. A história da Minas de, lá que é a história da Minas do ciclo do ouro, dos altares todo pintado a ouro, da riqueza do barroco, dos grandes mestres, dos gênios da arquitetura e da pintura, tem mais valor que história do Triângulo Mineiro, do pontal do Triângulo, do Noroeste Mineiro, que tem uma história riquíssima, e a história de Minas não tem como falar dessa nossa região. A história de Minas passa por aqui. Infelizmente o IEPHA ao meu ver, o dodói do IEPHA, a menina dos olhos do IEPHA, não é Estrela do Sul. E quando você vê toda propaganda institucional de Minas Gerais sobre a cultura, história, a história de Estrela do Sul, todas as imagens que tem lá, nenhuma dessas imagens contempla Estrela do Sul ou alguma cidade daqui da nossa região, então a discriminação é muito grande. Então o que vale, é bonito, a preferência é por aquela Minas e não para a nossa, então por isso que eu acho que nós aqui, temos que fazer o trabalho pesado para valorizar o que nós temos.

(corte)

Mário retoma a entrevista sobre as atividades da Casa da Cultura:

- Dentre várias atividades que a Casa da Cultura teve, o movimento cultural, ele procurou valorizar toda a parte cultural e artística da cidade, então, por exemplo, promovendo artistas do artesanato, das artes plásticas, da música, da poesia, enfim, todo tipo de manifestação cultural, nós valorizamos, registramos e incentivamos todos esses movimentos e os seus agentes culturais, seus artistas também, através de feiras de artesanato, através de shows, apresentações culturais, inserindo dentro do teatro também. Quando tinha desfile de aniversário da cidade, todo ano a Casa da Cultura levava uma alegoria contando algum motivo marcante na história, como por exemplo, teve um desfile que nós levamos um casarão, personagens da história, em 84. Depois em 1986, nós levamos uma charrete com Dona Beija e o ouvidor. Em 1990, montei um carro alegórico, a Casa da Cultura montou um carro alegórico com cenário do romance O garimpeiro, montamos todos o cenário ali da igrejinha, fachada da igrejinha, dos personagens Elias e Lúcia, do escravo, cenário do romance O Garimpeiro. Em 1988, quando eu tive a ideia de pegar essa história e fazer um filme, como nós não tínhamos condições de fazer com película, nós fizemos com câmera VHS, e pegamos aquela história de Estrela que foi contada na peça S.O.S. Estrela e passamos ela para audiovisual, como se fosse o cinema, com uma câmera só. O Almir vinha de São Paulo, o Marco Junior aqui na Estrela, era a única câmera VHS que tinha na cidade. Então o Almir vinha, marcava com o Marco Junior, com os atores que eu havia ensaiado, cada mês. Uma vez no mês o Almir vinha e marcava com o Marco Junior e gravava uma cena da história, uma no garimpo, outra no casarão, outra na fazenda, tudo aquilo ali foi na Pensão Estrela, no Dr Juarez, no garimpo do seu Sebastião Dias, no garimpo da Praia Rica, na igreja do Rosário, na fazenda do Marcelo. Então toda a história nós contamos usando o cenário o mais fiel possível e, através de uma campanha, pedindo a cidade inteira patrocínio de tudo que é lado, conseguimos confeccionar o figurino, buscando fazer o figurino o mais fiel à época também. O figurino aproxima do fiel, o cenário aproxima das realidades da época, as locações e, aproveitamos o Almir que era cineasta, o Marco Junior que tinha a câmera, eu que fiz o roteiro, ensaiei. Depois fui pra São Paulo juntamente com o Almir, nós fizemos a edição, do vídeo, que naquela época em 1988, não tinha ilha de edição aqui na região, nem em Uberlândia, tivemos que ir pra São Paulo pra editar o documentário Matarum de Orongóia. Eu fiquei lá 15 dias, porque São Paulo eram poucas ilhas de edição que existiam, a gente tinha que agendar horário, tinha dia que a gente não conseguia agendar horário, marcava dois, três horários por semana e acabei ficando 15 dias pra editar um documentário de 59 minutos.

Provavelmente então, foi um documentário pioneiro ao registrar atividades culturais aqui...

Mário:

- Foi o primeiro! E esse documentário, e foi interessante, que nesse documentário, a parte mais forte da história foi contada através de atores e a outra parte já veio com entrevistas, com pessoas antigas. Veio através de fotografias, levantamentos com documentos, fotos do dia a dia da cidade... é o que tem naquele documentário Matarum de Orongóia. E foi um trabalho assim,

muito penoso, muito sofrido, que custou quase 500.000 cruzados e eu sofri, sofri, mais sofri, consegui patrocinador. O Pedro, por exemplo, como morava em Uberlândia, a parte do Pedro era de alocador de recursos também. Buscava recursos em Uberlândia. Toda semana o Pedro trazia um pouco de dinheiro, e eu conseguia um pouco de dinheiro aqui também. Então ficou em 450.000 mais ou menos. Aí no dia do lançamento do documentário, fizemos o lançamento do filme lá no clube. Fizemos como se fosse lançamento mesmo de filme, um premier, lá no clube, no Ardae. Cobramos ingresso pra ajudar a pagar a produção e reproduzimos uma quantidade imensa de fita em VHS, do filme pra vender a fita pra juntar dinheiro e pagar. No final, foi um sofrimento! Na época eu penei, emagreci uns 8 kg de preocupação, precisando de dinheiro e não arrumava dinheiro e foi aquela loucura, fizemos campanha de todo jeito, bingo, quermesse, baile, mesa de buteco e doações, fazia rifa, fazia tudo. Com muito custo conseguimos pagar tudo, aí depois eu engordei, melhorei, desestressei...

Pedro:

- Por isso que aqui todo mundo era chamado de doido...

Mário:

- Aí dois anos depois, 1990, o Almir e eu tivemos a ideia de fazer um pequeno documentário, de 14 minutos. Por que o Matarum de Orongóia foi 59 minutos!? É porque a gente tinha aquele afã de resgatar tudo aquilo antes que acabasse, não podia ser menor, tinha que reunir tudo antes que acabasse, por isso que ele ficou extenso, tanto é que em 1990, eu fiz aquele Preservar é bom pra Memória. Ele ficou de 14 minutos, foi um compiladinho, simplizinho, por que? Porque o mais urgente já havia salvado naquele de 1988 que é de 59 minutos. Naquele ali eu tentei abranger o máximo possível pra resgatar, nós resgatamos a história através do teatro, através de panfletos, através de representação em desfiles e através dos documentários e através de reportagens, feitas pelo Pedro, com a grande capacidade que ele tinha no jornalismo. Juntamos aqui na Estrela pra gente falar, divulgar, promover a importância da cultura de Estrela do Sul. Então se hoje Estrela do Sul é conhecida regionalmente a nível estadual, a nível federal, até hoje, com a internet a nível mundial, foi porque um dia surgiu uma sementinha na década de 1980 que foi lançar esse movimento e não conseguiu parar mais.

Ficou no imaginário popular que Estrela do Sul é a terra do diamante, a terra de Dona Beija...

Mário:

- Isso! Depois de dois mandatos que eu fui secretário de Cultura do Dr. Haroldo, que eu trabalhei, fiz muita coisa, fiz várias leis também ligadas a cultura, de incentivo à cultura, vários eventos também que eu fiz, você vai ver no museu, lá tem todas as atividades da Secretaria de Cultura, lá tem todas as atividades nos anos que estive lá. Tem uma pasta que tem registrado todos os eventos de cada ano que a Secretaria de Cultura fez, então, deu continuidade comigo como secretário. E depois que eu saí da prefeitura, já não estou mais ligado a prefeitura, então hoje, nos dois últimos mandatos anteriores, eu fui parceiro da prefeitura auxiliando o trabalho de ICMS cultural e também realizando na cidade o trabalho de educação patrimonial.

Você que fazia os projetos de educação patrimonial?

Mário:

- Isso! Tanto os de educação patrimonial, que era feito para o ICMS cultural, era oficial, mas independente disso, já mais de 25 anos que eu faço esse trabalho de educação patrimonial em todas as escolas o ano inteiro, há palestras, visitas com os alunos nos locais, então, isso eu já venho fazendo desde... deve ter quase 30 anos que já faço isso.

Você consegue fazer um saldo disso, dessas aplicações, com as crianças ou com os professores, tem um feedback, um retorno disso?

Mário:

- Tem, porque é o seguinte, o retorno é pelo prazer de saber que toda vez que eu saio com uma turma, que eu dou uma palestra, que eu levo a turma pra conhecer algum bem cultural da cidade, e ali eu acho importante o tanto que os alunos aprendem, o tanto que os alunos tem prazer, é uma aula prática, diferente, e até o professor chega pra mim depois e fala "Nossa Mário! eu não sabia disso!". Então, o prazer é que aquela criança chega em casa, aquele aluno chega em casa e conta tudo para os pais "Pai! hoje o Mário falou isso, falou aquilo!", "Nossa pai! Estrela tinha isso!", "Nossa aqui era...funcionou isso, ali funcionou aquilo!". É um trabalho que eu faço nas aulas de história do 1º ao 5º ano, eu faço nas escolas de 6º ao 9º ano e nas escolas de ensino médio. As professoras, geralmente a Luciana, professora de literatura, pedem aos alunos pra lerem o livro O Garimpeiro de Bernardo Guimarães. A história se passa aqui em Estrela do Sul e, terminada a leitura, eu dou a palestra para os alunos da Luciana e depois saio em uma aula-passeio, visitando todos os pontos onde os personagens daquela trama passaram, porque o Bernardo Guimarães ele é muito fiel na descrição do espaço...

Uma descrição romântica não acha?

Mário:

- Sim, mas a descrição geográfica é muito bem elaborada, que, hoje você consegue caminhar em todos os locais onde o Bernardo Guimarães plantou cada personagem realizando cada ação, certo? Hoje por exemplo, vamos dizer hoje que eu já não estou ligado a prefeitura, agora estou ligado a esse projeto pessoal, que é meu e do Pedro, nós criamos agora, reativamos a Casa da Cultura, que já tem tudo registrado com CNPJ, com tudo. Nós registramos a Casa da Cultura já tem uns quatro, cinco anos, registramos, e esse museu aqui vai ser a sede da Casa da Cultura. Nossa sede da Casa da Cultura vai ser o museu, então a cidade hoje vai ter duas opções, vai ter o Museu Municipal e vai ter o Museu da Família Rosa, como o Pedro costuma dizer, que vai ser aqui em casa. Aquele Museu Municipal, quando eu fui secretário, o acervo que eu recolhi durante toda a minha vida, eu criei o Museu. O Dr. Haroldo comprou o casarão, nós conseguimos com o deputado Gilmar Machado um recurso pra restaurar o casarão. Sua avó nasceu lá, inclusive! Ela foi entrevistada no trabalho de educação patrimonial, quando uma turma de alunos escolheu o museu como bem cultural pra trabalhar. Levaram pra ela as perguntas e ela respondeu e... hoje então, tá aqui esse museu. Você tem a opção de ir lá, eu montei o museu, inaugurei, entreguei, dei meu acervo lá, não vou tirar, vou deixar lá, e aqui é

o outro acervo. Aqui é um local onde vai estar protegido um acervo, nesse espaço e vai estar aberto à visitação pública também. Então essa já é uma ideia da nossa família, o Pedro, eu, nós que criamos, gastamos do nosso dinheiro, mandamos construir isso aqui sem dinheiro público, sem dinheiro de doação, foi nosso! Agora as doações vão vir através do acervo e futuramente, quando crescer aqui, vamos ter que fazer uma ampliação pro fundo, e ai nós vamos buscar mais apoio. A ideia é continuar nesse local, tem espaço aqui e terreno pra você fazer uma ampliação para o fundo e aí mantendo nesse terreno aqui mesmo, porque a importância de ser nesse terreno, que esse é o terreno que nós moramos desde a nossa infância, então nós quisemos criar um museu dentro do nosso quintal, que é onde a gente mora há 50 anos, quando nós viemos pra cá. Agora pra resumir eu acho essa questão, nós criamos esse movimento em 1984. Eu acho que a gente foi, foi nessa época que despertou essa ideia, mas ela poderia ter despertado uns 15 anos antes, mas ela não despertou. Se tivesse sido despertado uns 15 anos antes, 10 anos antes, 20 anos antes, teria sido aproveitado muito mais, vou te dar um exemplo, quando a ponte da beija caiu e a ponte do centro da cidade que era construída no estilo medieval, toda de pedra, construída pelo padre Jose benjamim cerqueira em 1923, era uma relíquia aquela ponte, e a da beija de madeira contava a história da cortesã, Dona Beija, que era peça da história mineira. Se nós tivéssemos criado esse movimento há uns 10 anos antes, então nós tínhamos dado um avanço no tempo em questão de criação de leis protecionistas.

Porque fica a sensação de que, na década de 70, todo o incentivo, a infraestrutura urbana, criação de novos bairros, nessa época que foi implantado, o patrimônio foi deixado em segundo plano, acho que isso refletiu...

Mário:

- Interessante deixar bem claro, porque essa ideia de preservar a cultura rica que Estrela do Sul tem, não partiu de fora, não partiu de órgãos governamentais que defendem cultura, os IEPHA's da vida, as secretarias de cultura da vida, de turismo, os ministérios, os IPHAN's da vida, ninguém deles olhou por Estrela do Sul! Foi preciso que a população, foi preciso que três membros de uma família levantasse a bandeira e criasse um movimento que perdura até hoje! Porque essa importância de tombamento de patrimônio cultural, ela existe desde 1937, no governo do Getúlio Vargas, por que ela não chegou a Estrela? Poderia ter chegado! Nessa época que nós criamos o movimento cultural, todo mundo sabia que Estrela do Sul era uma cidade tão importante quanto as cidades do ciclo do ouro, mas foi preciso que nós levantássemos essa bandeira... se nós tivéssemos levantado, pra concluir, há uns 10 anos antes, aquela Ponte da Beija teria sido tombada como patrimônio histórico, a ponte do centro teria sido tombada como patrimônio histórico e, uma vez tombado pelo patrimônio histórico, ambas as pontes não poderiam ter sido reconstruídos uma nova ponte, seria como fato que aconteceu na cidade de Goiás, antiga capital de Goiás, conhecido como Goiás velho, o que que aconteceu lá? Teve uma enchente catastrófica, estragou a casa da Cora Coralina, estragou a ponte da casa da Cora Coralina e vários casarões da cidade de Goiás, o que que aconteceu? Até Presidente da República apareceu lá! Então, dentro de pouco tempo, foi restaurado tudo, por que? Porque tinha sido tombado! Se aqui tivesse sido tombado, nós teríamos

tido outra Ponte da Beija reconstruída, nos mesmos moldes, nos mesmos padrões.

Ou então a fiscalização de algum órgão, em sintonia com a preservação, poderia ter guiado novos projetos pra lá...

Mário:

- Também! E a ponte do centro também seria feito uma nova ponte de pedra do jeito que ela foi feita em 1923.

Pedro:

- Os conjuntos eram harmônicos!

Mário:

- Sim! Se não fosse esse movimento cultural que existe desde 1984, hoje não estariam o tanto que tem hoje não viu? Não teria o tanto que tem hoje! A demolição teria sido em massa, tinha decaído muito mais, só não caiu mais por que? Porque tem leis preservacionistas, pra pessoa derrubar tem punição, então, se não fosse esse trabalho cultural e essas leis preservacionistas e essas leis de tombamento, foi o que segurou até hoje e continua segurando. Se não existisse isso, não existiria nada mais, poderia ter sido uma meia dúzia de casas que remontassem ao século XIX.

A enchente levou muitos bens Mário, não foi? A de 83...principalmente aqui no bairro Bagaginha...

Mário:

- É! A casa da minha avó por exemplo! A casa da minha avó e do meu avô que eles construíram, eles moraram lá 60 anos e depois de 60 anos a enchente veio e levou a casa deles...um casarão bonito! Às margens do rio, que aqui na Bagaginha tinha a casa do João Bacelar também, que era uma casa antiga também, estilo bonito também foi embora...

Você acha que a população começou a ver, depois da enchente, que os casarões denotavam fragilidade estrutural? Provisório... e aí não deram a importância devida?

Pedro:

- Essa questão eu acho que, de dar importância pros bens, era bem... a partir do momento que nós sofremos pra implantar essa ideia, porque não foi fácil implantar essa ideia em Estrela do Sul, de movimento cultural não! Não foi fácil não! Sofremos muita reação! Muita barreira, muito preconceito! Por que? Porque era um grupo de pessoas humildes! Ali tinha garimpeiro, ali tinha pedreiro, servente de pedreiro, ali tinha roceiro, tinha professor, tinha lapidário, ali tinha jornalista, então ali, tinha garimpeiros... a elite, a casta estrelassulense, via como uma certa distância muito grande. Pra você ter uma ideia, nós fizemos aquele ato público lá no galpão do Joaquim Antônio, você lembra Mário?

Mário:

- Lembro!

Pedro:

- Fizemos um ato público lá no galpão do Joaquim Antônio. Pra chamar a atenção, nós usamos a palavra tombar na época, eu lembro disso, entendeu? E

por causa disso, houve uma reação violenta! Entendeu? Contra a gente mesmo! Porque a gente tava querendo e lutando pra preservar e não deixar cair o casarão da Dona Abigail, pra não deixar cair a igreja de São Benedito, pra não deixar cair o casarão do Boquinha, pra não deixar cair o... tinha outros casarões lá na época... entendeu? Nós sofremos reação lá! Os mais ignorantes chegavam lá e nos hostilizavam “há! Po**a louca, maconheiro! O que que esses caras estão fazendo ai!?”

E a administração municipal?

Mário:

- Não...a administração é assim, teve uma reação contrária, aí depois, aos poucos, ela foi cedendo. Quando a administração, o poder público percebeu que a cidade começou a ver as atividades, a cidade começou a gostar do que estava sendo apresentado pra eles, a cidade começou a comprar a ideia, aí foi que o poder público entrou também na história e começou a dar um apoio, não apoio 100% mas dava um apoio até razoável... por que? Porque viu que a ideia tinha sido comprada pela comunidade, a comunidade ela passou a...

Pedro:

- Quando viram que o povão tinha comprado a ideia, que o povão estava falando nas ruas, aí eles resolveram! Mas no início, eu me lembro perfeitamente, esse ato público que nós fizemos no Joaquim Antônio, que eu saí p**o pra caramba de lá! entendeu? Porque nós fomos pra lá e tudo e fomos chamados de doido! sabe? De louco, nos chamavam de tudo lá! Então, a elite de Estrela do Sul, a chamada elite, a casta, falo bem alto pra ser gravado! entendeu? Sabe...que foi lá! Foi lá fazer isso!

Mário:

- A cidade começou a gostar do trabalho e até respeitar. Por exemplo, começamos o movimento cultural, nós fizemos tantas ações, tanto barulho, que oito meses depois, que o movimento cultural existia e não tinha sede. A Luiza Helena Galante tinha um casarão na praça do cinema, ela foi uma das pessoas que comprou nossa ideia! E tinha um casarão lá fechado e ela cedeu pra nós aquele casarão pra nós fazermos a sede da Casa da Cultura! E lá sem cobrar aluguel! E lá nós ficamos um ano...

Pedro:

- Disa Galante! Tem valor, tem mérito por ter feito isso!

Mário:

- E lá ela deu a casa pra gente instalar a Casa da Cultura e funcionou lá durante um ano. E era uma pessoa que ajudava a patrocinar os eventos, ela, a dona Adélia Palestina de Barros, outra pessoa também que ajudou muito, (patrocinadores) tinham vários!

Pedro:

- A Disa ajudou muito, a Disa no início acreditou nesse projeto...

Mário:

- A primeira sede da Casa da Cultura foi ali no casarão, onde é o bar do Codó. Funcionou durante um ano lá... aí depois ela resolveu que não iria mais ceder o casarão. Mas ficamos lá durante um ano. Aí foi quando nós saímos e fomos para o casarão do João Marieta, ali perto do posto de gasolina. Ali ficamos certo período, foi pago pela prefeitura do Marcelo. O Marcelo como prefeito.

Pedro:

- Ficamos nove meses, nove meses lá...

Mário:

- Aí o Marcelo pagou! Aí depois o Marcelo resolveu não pagar mais, aí nós fomos para o casarão do Pedro Agostinho e ficamos lá por um bom tempo. Nós rateávamos, eu, o Pedro, várias pessoas, nós rateávamos para pagar a aluguel pro Pedro Agostinho. E, na época, o casarão foi estragando, o casarão caiu e acabou que nós não arrumamos outro local, e a Casa da Cultura começou a fazer eventos sem sede. Então, os eventos eram feitos em vários locais, as exposições por exemplo, todas as exposições eram feitas no clube recreativo, porque lá tinha um espaço grande. Então exposições de pintura, várias exposições de pintura, exposições de artesanato, palestras, tinha muitas palestras, tinha muitos encontros, então...o clube recreativo era um local e o Salão Paroquial era o local onde apresentava as peças teatrais, acabava uma começava outra! Acabava uma turnê e começava outra! O espaço era o único que tinha palco, era o salão paroquial, e fazia o teatro lá. Cobrava ingressos, mas os atores não ganhavam nada!

Pedro:

- Depois os membros foram dispersando, assumindo outras profissões e atividades e o movimento foi acabando. Mas a ideia ficou na cabeça do povo! Ficou na legislação que conseguimos aprovar.

Pedro e Mário, muito obrigado pela entrevista. Creio ter material suficiente para desenvolver o trabalho e registrar o movimento cultural de vocês!

Pedro:

- Eu que agradeço! Qualquer coisa você me telefona se precisar de outra informação.

Mário:

- Vamos tomar um café, passou agora!

APÊNDICE II

Mensagem de email e íntegra da carta de Ana Luíza Brasil, membro fundadora do Movimento Cultural Hippie Chique e da Associação dos Artesãos de Estrela do Sul – ASASE.

Contato realizado via email dia 03 de abril de 2017.

André, querido, eu tenho material demais. Impossível lhe enviar tudo. Por exemplo, comecei a enviar TODOS os depoimentos sobre a HIPPIE CHIQUE porque achei que era importante você se inteirar do sentimento de alegria que tomou conta de todos nós que fizemos acontecer esse Projeto que chamei de HUMANITÁRIO, mas, quando vi, já estava cansada, e nem tinha chegado no meio do caderno. Eu teria que pesquisar e selecionar se é que eu conseguiria fazer isso, porque tudo é importante pra mim. Enfim, parei pela metade, e escolhi, aleatoriamente, mais alguns do meio pro fim do caderno.

O meu movimento, junto com o Luca, aí em Estrela do Sul, foi entre mim e a comunidade. Não solicitamos absolutamente nada da Prefeitura, nem de Poder nenhum da administração pública. Queria fazer algo a partir do AMOR, e consegui. Se ganhamos alguma coisa, ou reconhecimento, veio espontaneamente, tipo quando não se pode negar a luz do SOL e, então, a gente demonstra gratidão por ela. Foi lindo o que fizemos. Até mesmo o investimento do SEBRAE, o treinamento e excursão que eles deram aos nossos artesãos, tudo foi feito a partir de uma cartinha que eu escrevi pra eles, e eles vieram conferir e se apaixonaram pelo Projeto. Acredito que só não conseguimos ir mais adiante, porque o Projeto ficou grande demais e a cidade não conseguiu absorver. E eu senti que a minha missão estava cumprida e que eu precisava bater asas, contribuir em outros lugares.

Segue um tantão de registros importantes. Aproveite-os como quiser. Vou lhe enviando aos poucos, porque não sei o quanto cabe em cada e-mail.

Íntegra da Carta

QUERIDO ANDRÉ

Depois de 40 anos longe de minha terra e com uma bagagem de 20 anos como Jornalista em Uberaba, decidi dar a minha contribuição para Estrela do Sul, junto com meu amor LuCA, maestro, artista plástico e yogue. O meu objetivo principal sempre foi mostrar à minha comunidade que eles não precisavam de esmola, que tinham dons, talentos, e muita solidariedade. E foi o que fizemos, LuCA e eu. O primeiro contato foi através das aulas do LuCA, que trouxe aos moradores a oportunidade de aprender a tocar qualquer instrumento, cantar, pintar, desenhar, esculpir, fazer yoga, e a se perceber como seres humanos capazes de saírem da condição de vítima e passar a protagonizar a sua história de vida. Bastou alguns alunos, e eu já idealizei audições musicais e exposições de obras dos alunos que encontraram, além da realização pessoal, uma fonte de renda. Fizemos na Câmara Municipal, onde era o Cinema no meu tempo, e o lanche foi uma mesa compartilhada de comes e bebes da própria comunidade, com uma única exigência: nada de álcool. Observe bem os programas musicais do que eles executaram no palco, e os eventos que fizemos como eram de alta qualidade.

E como eu sabia do tantão de artista que a cidade tinha, decidi renascer a Hippie Chique, loja que tive em Uberaba, para dar oportunidade aos nossos artesãos de ter um palco para expor e vender – sem nenhum custo e com toda a renda pra eles. E, assim, eu tinha a minha loja com artigos indianos e místicos, toda regularizada, com contador, nome patenteado, etc e tal, aluguei uma casinha bem simples e de época para que todos se sentissem bem à vontade ali, e coloquei toda a estrutura a serviço da minha gente. Em contrapartida, foi a minha gente que doou, ou emprestou, tudo que havia lá em termos de móveis e objetos antigos de decoração. Logo, já estávamos fazendo também as nossas Feiras Hippies, uma vez por mês. Logo estávamos criando a nossa Associação (ASASE). Logo eu entrei em contato com o Sebrae que se encantou com o Projeto. Logo nossos artesãos já receberam oficina e viagem do Sebrae. Logo já estávamos editando o Jornal. Lindo era ver que o meu lema, que sempre foi o AMOR, prevaleceu em nossas atividades. Convivíamos em paz e harmonia com distintas religiões, partidos políticos, preferências pessoais, condição social. Trouxe para o Universo deles assuntos de primeiro mundo.

Passei a oferecer até mesmo Cesta da Hippie Chique somente com produtos artesanais da Terra, e foi sugestão de presente em muitas atividades políticas e sociais da cidade. Não demorou, consegui comprar o Balneário da Beija, para expandir mais ainda o Projeto. Fornecíamos almoço com fogão à lenha e, à noite, tínhamos pizza com Música ao Vivo. Até tele-entrega, começamos a fazer. A loja Hippie Chique continuou no novo espaço, assim como as feiras hippies e as aulas do LuCA. Criei também o CAFÉ COM PROSA, em frente ao Fórum, para dar suporte aos funcionários de lá com deliciosos quitutes caseiros feitos pela Dequinha. E consegui, em Uberaba, que montássemos naquele local uma banca de revistas e jornais, mas não chegamos a montá-la.

Eu fui uma farejadora de artista. Até mesmo pedra de garimpo pintada fazia parte do nosso acervo de venda. Enfim, o nosso movimento foi maravilhoso: não éramos pedintes, éramos pessoas que ofereciam algo de bom para a cidade. É claro que tivemos muitos padrinhos que nos ajudaram pela Jornada, mas eles vieram espontaneamente. E o poder público e jurídico também teve a sua parcela de apoio, mas, também, espontaneamente. Assim que cheguei em Estrela do Sul, já disse ao prefeito: “Eu não tenho pretensão política e não vim aqui para entrar na fila de pessoas pedindo verba pra isso, verba praquilo. Eu vim para agir com os meus próprios recursos pessoais e profissionais. Vim para somar e despertar amor e alegria.”

Na Hippie Chique, eu fiz um painel enorme com o título “Detalhes de uma vida, histórias que eu contei aqui”, com minhas fotos de criança em desfiles de 7 de setembro e aniversário da cidade, ou no Jardim da Infância da tia Nininha, ou nas coroações de Nossa Senhora, ou em comemorações do Grupo Escolar Monsenhor Horta, sempre com outras pessoas envolvidas. Foi uma delícia vê-las se achando em minha história. Eu ainda tenho esse painel. Está em Araguari com uma prima.

Quis e dei início, também, a um Projeto de transformar as Fazendas em lugares de visitação, onde as pessoas pudessem passar um dia com café da manhã, almoço, café da tarde, a exemplo de Pirenópolis e até consegui trazer de lá um Guia de Trilha que começou a formar nossos jovens nesse sentido.

Lancei aí em Estrela do Sul, em homenagem ao meu povo, meu primeiro CD “Obras Primas”, cantando músicas inesquecíveis de Ivan Lins, Gilberto Gil, Beto Guedes, etc..., e acompanhada pelo primor do violão ou piano de LuCA.

Enfim, o negócio ficou TÃO GRANDE que estava me consumindo as forças. A cidade, também, não dava conta de absorver tudo aquilo ao ponto de eu conseguir bancar e cumprir todas as minhas responsabilidades. Não queria transformar tudo em ONG porque entrariam regras que não se encaixam no milagre do AMOR e estaríamos presos ao ritmo e gostos deles. Senti, também, que a minha missão estava cumprida. Eles souberam do que são capazes de ser e fazer. Eu precisava levar a minha experiência amorosa mobilizando pessoas para outro lugar. E foi o que fiz. Já estou eu aqui, em Florianópolis, há 10 anos, com o QuintALL, projeto lindo e independente, indo pro seu 4º ANO.

Sucesso em seu trabalho, e um grande abraço
ANA LUIZA

APÊNDICE III**Mapa da Projeção da Enchente de 1983.**

Anexo

ANEXO I

Tabela de Bens Culturais Protegidos de Estrela do Sul

Bens Tombados			
	Localização / Designação	Tombamento	Inventário
Bens imóveis / estruturas arquitetônicas e urbanísticas	1. Capela Nossa Sehora do Rosário e São Benedito	Tombamento Municipal: Decreto nº. 010/2003	2011
	2. Igreja Matriz Nossa Senhora Mãe dos Homens. Distrito Sede	Tombamento Municipal: Decreto nº. 008/2006	2007 2017
	3. Edificação à Praça Virgílio Mota Leite nº. 326. Distrito de Santa Rita da Estrela. Solar Mota Leite	Tombamento Municipal: Decreto nº. 010/2006	2007
	4. Igreja Nossa Senhora de Fátima. Distrito Sede	Tombamento Municipal: Decreto nº. 048/2006	2008
	5. Igreja de Santa Rita. Distrito de Santa Rita da Estrela.	Tombamento Municipal: Decreto nº. 048/2006 e 03/2010	2009
	6. Edificação à Rua Alffredo Tormin nº.007. Distrito Sede. Museu Municipal.	Tombamento Municipal: Decreto nº. 070/2009	2008 2017
	7. Túmulo de Haidé Clementina do Amor Divino	Tombamento Municipal nº. 017-a	2017
	8. Nossa Senhora das Dores. Igreja Matriz Nossa Senhora Mãe dos Homens. Distrito Sede.	Tombamento Municipal: Decreto nº. 009/2006	2008
Bens móveis e bens integrados	9. Acervo sacro da Igreja de Santa Rita. Imagens de Santa Rita, São Benedito, Nossa Senhora do Rosário, Nossa Senhora da Conceição e São Sebastião. Distrito de Santa Rita da Estrela.	Tombamento Municipal: Decreto nº. 011/2003	2009
	10. Nossa Senhora das Dores. Igreja de Santa Rita. Distrito de Santa Rita da Estrela.	Tombamento Municipal: Decreto nº. 011/2003 e 004/2010 (reitera o decreto 011/2003)	2009
	11. Nossa Senhora Mãe dos Homens. Igreja Matriz Nossa Senhora Mãe dos	Tombamento Municipal: Decreto nº. 010/2006	2009

	Homens. Sede.	Distrito		
	12. Acervo Arquivístico da Bagagem. Museu Municipal. Sede.	Distrito	Tombamento Municipal: Decreto nº. 059/2009	2009

Bens Registrados

	Localização / Designação	Tombamento	Inventário
Saberes	1. Roda de Capoeira e/ou Ofício de Mestre de Capoeira. Distrito Sede	Registro Federal. Inscrições nº. 5 (Ofício do Mestre de Capoeira) e nº. 7 (Roda de Capoeira) nos livros dos Saberes e das Formas de Expressão, respectivamente. Data: 21/10/2008	-
Celebrações	2. Celebrações de Corpus Christi	Registro Municipal. Inscrições nº. 106 no livro de Celebrações. Data: 05/05/2017	-
	3. Festa da Padroeira Nossa Senhora Mãe dos Homens	Registro Municipal. Inscrições nº. 105 no livro de Celebrações. Data: 05/05/2017	2010

Bens Inventariados

	Localização / Designação	Inventário
Bens imóveis / estruturas arquitetônicas e urbanísticas		2007
	1. Igreja Matriz Nossa Senhora Mãe dos Homens. Distrito Sede	2017 (tombamento municipal proposto)
	2. Edificação à Praça da Matriz s/n. Coreto. Distrito Sede	2007 2017
	3. Edificação à Praça Virgílio Mota Leite nº.326. Distrito Santa Rita da Estrela	2007 (tombamento municipal proposto)
		2008
	4. Edificação à Rua Alfredo Tormin nº.007. Museu Municipal. Distrito Sede	2017 (tombamento municipal proposto)
	5. Edificação à Rua Alfredo Tormin nº.032. Prefeitura Municipal. Distrito Sede	2008 2017

		(tombamento municipal proposto)
6.	Edificação à Rua Diva Morse Paes de Almeida nº.138. Distrito Sede	2008 2017
7.	Edificação à Rua Dr. José Luciano Neto nº.078. Distrito Sede	2008 2017
8.	Edificação à Rua Dr. José Luciano Neto nº.114. Distrito Sede	2008 2017
9.	Edificação à Rua Padre Júlio Raz nº.060. Distrito Sede	2008 2017
10.	Edificação à Rua Padre Júlio Raz nº.086. Distrito Sede	2008 2017
11.	Ruínas Casa Dona Beija. Distrito Sede	2008 2017
12.	Edificação à Praça Chico Brasileiro s/n. Antigo Cine Paes de Almeida. Distrito Sede	2008 (tombamento municipal proposto)
13.	Igreja Nossa Senhora de Fátima. Distrito Sede	2008 (tombamento municipal proposto)
14.	Edificação à Travessa Mário Moreira. Casa de Forças da Usina Hidrelétrica de Estrela do Sul.Distrito Sede	2008 (tombamento municipal proposto)
15.	Edificação à Ponte da Beija nº257. Distrito Sede	2008
16.	Edificação à Praça Argelino de Morais nº.029. Grupo Escolar Monsenhor Horta. Distrito Sede	2008
17.	Edificação à Praça Argelino de Morais nº.126. Distrito Sede	2008
18.	Edificação à Praça Argelino de Morais nº.219. Unidade Carcerária Doutor José Luciano Neto. Distrito Sede	2008
19.	Edificação à Praça Argelino de Morais nº.375. Distrito Sede	2008
20.	Edificação à Praça Chico Brasileiro nº.119. Distrito Sede	2008
21.	Edificação à Praça Chico Brasileiro s/n. Distrito Sede	2008
22.	Edificação à Praça Getúlio Vargas s/n. Cine Alhambra. Distrito Sede	2008

23. Edificação à Rua Alfredo Tormin nº.079. Distrito Sede 2008

24. Edificação à Rua Gregório Paes de Almeida nº.123. Distrito Sede 2008

25. Edificação à Rua Gregório Paes de Almeida nº.239. Distrito Sede 2008

26. Edificação à Rua Gregório Paes de Almeida nº.257. Distrito Sede 2008

27. Edificação à Rua Gregório Paes de Almeida nº.279. Distrito Sede 2008

28. Edificação à Rua Lourival Brasil Filho nº.089. Antigo Cartório de Primeiro Ofício. Distrito Sede 2008

29. Edificação à Rua Luis Pires Galante nº.109. Distrito Sede 2008

30. Edificação à Rua Luis Pires Galante nº.154. Distrito Sede 2008

31. Edificação à Rua Luis Pires Galante s/n. Barbearia Arlete Jacob. Distrito Sede 2008

32. Edificação à Rua Uberlândia nº.016. Distrito Sede 2008

33. Edificação à Rua Uberlândia nº.257. Distrito Sede 2008

34. Edificação à Rua Padre Júlio Raz nº.130. Distrito Sede 2008

35. Igreja Santa Rita. Distrito de Santa Rita da Estrela (tombamento municipal proposto) 2009

36. Edificação à Rua Tibúrcio Pinto s/n. Distrito Santa Rita da Estrela 2009

37. Estação Ferroviária. Distrito de São Félix 2009

38. Edificação à Rua Santa Rita nº. 292. Fazenda Armênia Guimarães. Distrito Sede 2009

39. Fazenda Belkis Luciano 2009

40. Fazenda Boa Vista 2009

41. Fazenda Erva 2009

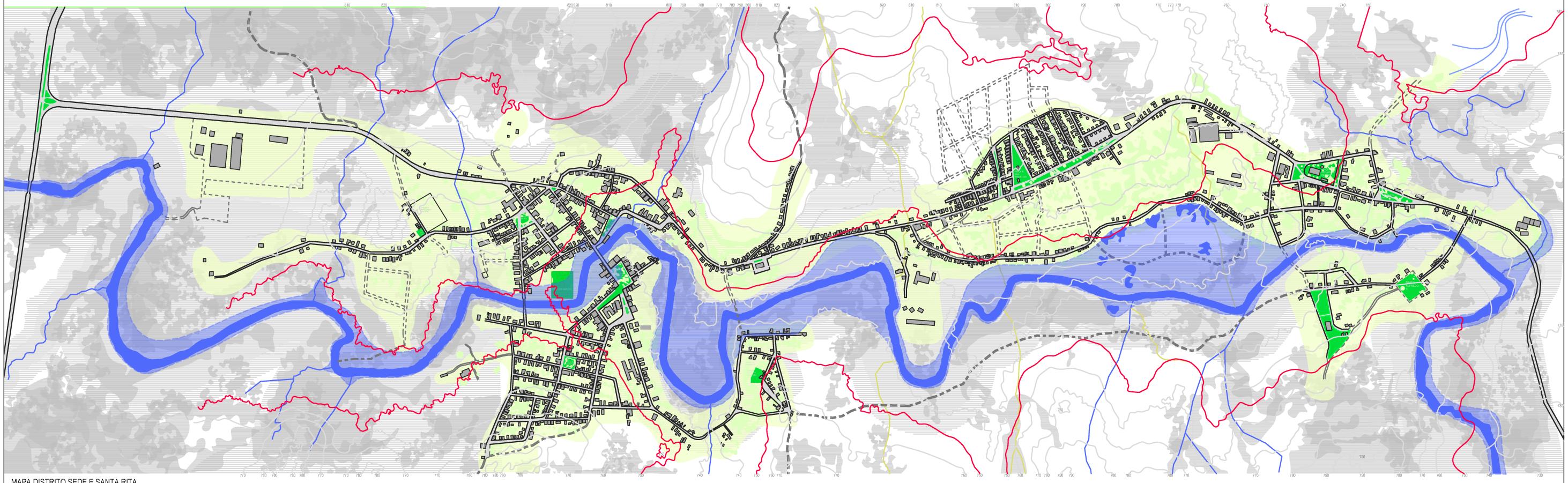
Bens móveis e bens integrados	42. Fazenda Gorete	2009
	43. Fazenda Japão	2009
	44. Fazenda Lagartixa	2009
	45. Fazenda Limeira	2009
	46. Fazenda Monte Belo	2009
	47. Fazenda Monte Carmelo	2009
	48. Fazenda Olinda	2009
	49. Fazenda São Julião	2009
	50. Capela Nossa Senhora da Conceição. Distrito Sede	2011
	51. Edificação à Praça João Leite da Silva Ortiz nº.121. Distrito Sede	2011
	52. Edificação à Rua Padre Saturnino nº.065. Distrito Sede	2011
	53. Edificação à Rua Castelo Branco nº.251. Distrito de Chapada de Minas	2013
	54. Edificação à Rua José de Melo Morim nº.033. Distrito de Chapada de Minas	2013
	55. Edificação à Rua José de Melo Morim nº.066. Distrito de Chapada de Minas	2013
	56. Igreja Nossa Senhora da Abadia. Distrito de Chapada de Minas	2013
	57. Fazenda Bela Vista	2015
	58. Fazenda Cracá	2015
	59. Fazenda Córrego da Onça	2016
	60. Nossa Senhora das Dores. Igreja Matriz Nossa Senhora Mãe dos Homens. Distrito Sede	2008 (tombamento municipal proposto)
	61. Acervo Arquivístico da Bagagem. Museu Municipal. Distrito Sede	2009 (tombamento municipal proposto)
	62. Nossa Senhora das Dores. Igreja Santa Rita. Distrito Santa Rita da Estrela	2009 (tombamento municipal proposto)

		2009
63. Nossa Senhora Mãe dos Homens. Igreja Matriz Nossa Senhora Mãe dos Homens. Distrito Sede	(tombamento municipal proposto)	
64. Acervo Arquivístico. Museu Municipal. Distrito Sede	2010	
65. Escafandro. Museu Municipal. Distrito Sede	2010	
66. Túmulo Padre Júlio Raz. Igreja Matriz Nossa Senhora Mãe dos Homens. Distrito Sede	2010	
67. Acervo Arquivístico da Casa da Cidadania. Praça João Leite da Silva Ortiz nº 121. Distrito Sede	2011	
68. Aparador. Rua Uberlândia nº. 246. Distrito Sede	2011	
69. Cadeira de Balanço. Praça Argelino de Moraes nº 168. Distrito Sede.	2011	
70. Monumento Centenário da mudança de nome da cidade. Praça Argelino de Moraes. Distrito Sede	2011	
71. Monumento Garimpeiro. Praça João Leite da Silva Ortiz. Distrito Sede	2011	
72. Monumento Heróis da Guerra Praça Argelino de Moraes. Distrito Sede	2011	
73. Sino. Comunidade Nossa Senhora da Conceição. Distrito Sede	2011	
74. Cômoda de Madeira. Rua José de Melo Morim nº.066. Distrito de Chapada de Minas	2013	
75. Oratório. Rua José de Melo Morim nº.066. Distrito de Chapada de Minas	2013	
76. Ralador de mandioca. Rua José de Melo Morim nº.066. Distrito de Chapada de Minas	2013	
77. Machadinha indígena. Rua José de Melo Morim nº.066. Distrito de Chapada de Minas	2013	
78. Esmeril. Rua José de Melo Morim nº.066. Distrito de Chapada de Minas	2013	
79. Serras Manuais. Rua José de Melo Morim nº.066. Distrito de Chapada de Minas	2013	
80. Dobadeira. Museu Municipal. Distrito Sede	2014	
81. Mesa do Juiz. Museu Municipal. Distrito Sede	2014	
82. Mesas do Corpo de Jurados. Museu Municipal. Distrito Sede	2014	
83. Relógio de energia. Museu Municipal. Distrito Sede	2014	
84. Roda de fiar. Museu Municipal. Distrito Sede	2014	
85. Tear. Museu Municipal. Distrito Sede	2014	
86. Tela “Dona Beija idosa”. Museu Municipal. Distrito Sede	2014	
87. Sino do Grupo Escolar Monsenhor Horta. Distrito Sede	2014	
88. Armário. Fazenda Bela Vista	2015	
89. Cabideiros. Fazenda Bela Vista	2015	
90. Carros de Boi. Fazenda Bela Vista	2015	

Patrimônio Imaterial	91. Fogão à lenha. Fazenda Bela Vista	2015
	92. Fogão à lenha. Fazenda Cracá	2015
	93. Oratório. Fazenda Bela Vista	2015
	94. Alambique. Fazenda Córrego da Onça	2016
		2010
	95. Festa: Nossa Senhora Mãe dos Homens. Distrito Sede	(registro municipal proposto)
		2010
	96. Folia de Reis. Distrito Sede.	(registro estadual proposto)
	97. Festa: Nossa Senhora Imaculada Conceição. Distrito Sede	2011
	98. Praça Argelino de Morais. Distrito Sede	2011
Conjuntos urbanos ou paisagísticos	99. Praça Capitão Fraklin Campos. Distrito Sede	2011
	100. Praça João Leite da Silva Ortiz. Distrito Sede	2011
	101. Muro de Pedras. Fazenda Bela Vista	2015
	102. Salto do Córrego Itambé. Fazenda Cracá.	2015
		2016
	103. Muro de Pedras. Largo da Capela Nossa Senhora do Rosário e São Benedito. Distrito de Santa Rita da Estrela	(tombamento municipal proposto)
	104. Antiga Estrada de Acesso para a Vila da Bagagem. Distrito Sede.	2016
	105. Antigas Instalações de Abastecimento d'água de Estrela do Sul	2016
	106. Cascata do Córrego da Onça	2016
	107. Morro Vermelho	2016
	108. Muro de Arrimo do Córrego da Onça	2016
	109. Nascente do Quilombo	2016

ANEXO II

Carta Imagem do município de Estrela do Sul



LEGENDA
PROJEÇÃO DA ENCHENTE DE 1983

0m 50m 100m 150m 200m 250m

500m

1000m

CONSTRUÇÕES
ÁREA VERDE/LAZER
PROJEÇÃO TECIDO URBANO
POSTERIORES À DÉCADA DE 1980

CURSOS D'ÁGUA
RIO BAGAGEM
RECONSTRUÇÃO HÍPOTETICA DAS ÁREAS ALAGADAS PELO
RIO BAGAGEM NA ENCHENTE DE 1983
LINHA DE ABSORÇÃO DE ÁGUAS PLUVIAIS
CURVAS DE NÍVEL - ESPAÇAMENTO DE 10metros

VENTOS DOMINANTES - nordeste - quente-seco fácil
penetração no vale do Rio Bagagem e difícil penetração no
tecido urbano nas vias transversais ao Rio Bagagem

N

BENS TOMBADOS
Esc. GRÁFICA